

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIENCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Ricardo Leite da Silva

ALTO JOSÉ DO PINHO

Ocupação, instituição e práticas culturais

1940 - 1960

Recife

2011

**CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA**

**ALTO JOSÉ DO PINHO
OCUPAÇÃO, INSTITUIÇÃO E PRÁTICAS CULTURAIS
1940 - 1960**

RICARDO LEITE DA SILVA

Orientador: Professor Dr. Antônio Torres Montenegro

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco como requisito para a obtenção do grau de Mestre em História.

RECIFE

2011

Catálogo na fonte

Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

S586a Silva, Ricardo Leite.

Alto José do Pinho : ocupação, instituição e práticas culturais 1940-1960 / Ricardo Leite da Silva. – Recife: O autor, 2011.

214 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Torres Montenegro.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós Graduação em História, 2011.

Inclui bibliografia e anexos.

1. História. 2. Cidades e vilas. 4. Urbanização. 5. Comunidade – Organização. 6. Memória. I. Souza, George Félix Cabral. Montenegro, Antonio Torres (Orientador). II. Título.

981 CDD (22.ed.)

UFPE (CFCH2011-101)

ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DO ALUNO RICARDO LEITE DA SILVA

Às 10h do dia 24 (vinte e quatro) de agosto de 2011 (dois mil e onze), no Curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, reuniu-se a Comissão Examinadora para o julgamento da defesa de Dissertação para obtenção do grau de Mestre apresentada pelo aluno **Ricardo Leite da Silva** intitulada “**ALTO JOSÉ DO PINHO: Ocupação, instituição e práticas culturais 1940-1960**”, em ato público, após argüição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder ao mesmo o conceito “**APROVADO**”, em resultado à atribuição dos conceitos dos professores doutores: Antonio Torres Montenegro (orientador), Regina Beatriz Guimarães Neto, Carlos Alberto Cunha Miranda e Paulo Marcondes Ferreira Soares. A validade deste grau de Mestre está condicionada à entrega da versão final da dissertação no prazo de até 90 (noventa) dias, a contar da presente data, conforme o parágrafo 2º (segundo) do artigo 44 (quarenta e quatro) da resolução Nº 10/2008, de 17 (dezessete) de julho de 2008 (dois mil e oito). Assinam, a presente ata os professores supracitados, o Coordenador, Prof. Dr. Marcus Joaquim Maciel de Carvalho, e a Secretária da Pós-graduação em História, Sandra Regina Albuquerque, para os devidos efeitos legais.

Recife, 24 de agosto de 2011

Prof. Dr. Antonio Torres Montenegro

Prof^a. Dr^a. Regina Beatriz Guimarães Neto

Prof. Dr. Carlos Alberto Cunha Miranda

Prof. Dr. Paulo Marcondes Ferreira Soares

Prof. Dr. Marcus Joaquim Maciel de Carvalho

*Aos homens e mulheres, velhos moradores
do Alto José do Pinho, em especial aqueles
com que vivi e aprendi sobre vida,
palavras e outros caminhos.*

SILVA, Ricardo Leite da. Alto José do Pinho: ocupação, instituição e práticas culturais. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

RESUMO

A ocupação dos morros e córregos da zona norte e noroeste da cidade do Recife é um processo que se intensifica após da terceira década do século XX. A localidade conhecida como Alto José do Pinho, a partir do período posterior ao processo de redemocratização do país, pós-1945, é incorporada a dimensão urbana da cidade, deflagra um processo reivindicativo por serviços coletivos, passando a sofrer intervenções por parte do Estado e a inventar algumas instituições, que com suas práticas forçam a construção de identidades e demarcam localmente diferentes territórios. Essas instituições, práticas, territórios e suas representações, estabelecem sentidos para o lugar e constroem uma determinada memória. A proposta é apresentar e discutir: a ocupação territorial, seus processos e lutas; a instalação do Sub-comissariado de polícia e o trabalho operado pelo comissário e guardas civis na sua relação com os moradores; e os rituais festivos, as instituições e suas práticas. Eles são lidos como práticas cuja análise possibilita a identificação de territórios conflitantes e interligados, que em um processo de luta constroem e inventam o Alto José do Pinho, como localidade e, posteriormente, bairro. As fontes utilizadas para construção desta história são os relatos orais de memórias, a historiografia existente e acessível sobre o território da pesquisa e os principais jornais que circulavam na cidade do Recife, no período. Além dessas fontes, foram consultados pontualmente os anais da Câmara Municipal do Recife e da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco.

Palavras-chave: Bairro; Território; Práticas Culturais; Cidade; Memória.

ABSTRACT

The occupation of hills and streams in the north and northwest areas of Recife has been an intensifying ongoing process since the third decade of the twentieth century. After the democratization of the country, post-1945, the locality entitled Alto José do Pinho, was included in the city's urban boundaries, and since then a claiming process has begun for collective services, receiving interventions by the State and creating institutions, that with its actions demand the building of identities and set local different boundaries. These institutions, actions, territories and their representations, established memory and gave meaning to the place. The proposal is to present and discuss: the territorial occupation, its actions and struggles; the implementation of the police's Sub-commission and the work done by the commissioner and civil guards in relation to the dwellers; its festive rituals, the institutions and their actions. They are understood as actions which enables the identification of conflicting and interconnected territories, that in a struggling process build up and create Alto José do Pinho as a locality and, afterwards, a neighborhood. The sources used to build this history are oral reports of memories, the actual historiography of the research field and the main newspapers that were in circulation in Recife at that time. The annals from the Recife's Municipal Chamber and from the State of Pernambuco Legislative Assembly were also consulted.

Key words: Neighborhood; Territory; Cultural Actions; City; Memory.

AGRADECIMENTOS

O resultado deste trabalho é fruto da colaboração de uma imensidão de pessoas. Muitas delas aqui não aparecerão citadas por um grave esquecimento ou mesmo pelo restrito espaço para fazê-lo. Também não sou adepto daqueles atos de agradecer como se jogasse confete em um curso. Assim, os meus agradecimentos seguem a linha de destacar amigos e profissionais que de forma efetiva contribuíram para a consecução deste trabalho de dissertação.

Começo a agradecer ao meu orientador, o professor Antônio Torres Montenegro que aceitou o desafio de transformar um aluno retardatário e pouco afeito às discussões teóricas em historiador. Desde as minhas primeiras aulas no Mestrado, percebi que aprendia, que aqueles momentos produziam em mim um deslocamento, onde diversas concepções que trazia e que julgava definitiva, se desmontavam. Um processo de desconstrução que o experiente professor de forma elegante, mas dura, dizia ser “a destruição do historiador natural que eu carregava”. Um processo que não era fácil para um pupilo temporão. O agradecimento ao orientador se estende às orientações que tive para a escrita da dissertação. Em momentos de quase desespero quando lhe perguntava se o meu trabalho estava carente de um bom problema e se impediria de fazê-lo, ele me respondeu com segurança que aquilo não era problema só meu, que era dele também e que estávamos juntos. Um momento que me deu a dimensão da importância de uma orientação foi quando mostrei ao professor Montenegro um esboço do primeiro capítulo e que depois de lê-lo, ele me chamou em sua sala e falou-se: refaça tudo, mude a forma de escrever. Contrariado, joguei fora 60 páginas escritas e lembrei irritado de Marcel Proust: aprendizado é uma violência, aprendemos pelo sofrimento. Hoje, agradeço ao professor Antonio Montenegro com gratidão. Estamos juntos nesse trabalho.

Agradeço também aos professores Antonio Paulo Rezende e Isabel Guillen por me proporcionarem, nas disciplinas por eles ministradas e das quais participei, a ampliação de meus conhecimentos acerca da disciplina História e ter contato com outras abordagens teórico-metodológicas. Ao professor Antonio Paulo Rezende, agradeço ainda, o convívio leve e a aproximação com a literatura e o cinema, que as suas disciplinas me acrescentaram.

Sou grato a professora Regina Beatriz e ao professor Carlos Miranda por suas orientações na banca de qualificação, produzindo um deslocamento importante na minha escrita e trazendo mais animo para a conclusão do trabalho. Ao professor Paulo Marcondes, os agradecimentos ganham ares históricos. O conheço desde o tempo de graduação quando foi meu professor de sociologia. Quando precisei de uma carta de recomendação para prestar concurso de admissão no Mestrado, o procurei e ele me atendeu de maneira solícita. A sua presença na banca me deixa feliz e agradecido.

Tenho a agradecer aos funcionários da coordenação do Mestrado, em especial a Sandra Regina, sempre se mostrando competente e afetiva no trato comigo e com os outros alunos. Agradeço também aos historiadores Marcos Ananias e Pablo Porfirio, solidários colegas, que por meio da leitura crítica e propositiva do texto, apresentado à banca de qualificação, contribuíram para melhorá-lo. Marcos e Pablo demonstraram que a solidariedade e o compromisso acadêmico podem superar a competição e o individualismo que na maioria das vezes imperam no meio acadêmico.

Tenho agradecimentos e saudades dos colegas de turma, com os quais tive agradável convivência. Agradeço os encontros, o aprendizado e registro com carinho suas presenças neste trabalho citando-os. Augusto Neves, Deborah França, Rodrigo Peixoto, José Eudes, Carolina dos Anjos, Karuna Sindho e Saionara Leandro, meu muito obrigado. Sou especialmente grato a Karuna Sindho pela amizade construída e a colega e amiga Saionara Leandro, com a qual mantive um diálogo fraterno e a quem recorri, com certa frequência, no momento final da escrita.

Tenho agradecimentos aos meus familiares que participam da minha vida, com apoio irrestrito. Por certo a conclusão do Mestrado há de deixá-los tão ou mais feliz do que a mim próprio.

Há também aqueles agradecimentos que não agradecem. Agradecimentos que precisam ser feitos, mas se apresentam insuficientes porque mínguas diante de um apoio recebido disseminado, intenso, transbordante, portanto, incomensurável. Porque qualquer palavra ou gesto torna-se inadequadamente pequeno para expressá-lo, resta, Ana Lúcia, também, um imensurável muito obrigado.

LISTA DE ABREVIATURAS

AJP – Alto José do Pinho

BNH – Banco Nacional de Habitação

COHAB/PE – Companhia de Habitação de Pernambuco

DN – Diário da Noite

DM – Diário da Manhã

DP – Diário de Pernambuco

FM – Folha da Manhã

FP – Folha do Povo

GCAJP – Grupo Cultural do Alto José do Pinho

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PSD – Partido Social Democrático

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

SSP – Secretaria de Segurança Pública

TV – Televisão

ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Público

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1. Mapa do Recife com o AJP e importantes vias de locomoção
- Figura 2. Mapa demonstrativo da inserção urbana do Alto José do Pinho
- Figura 3. Mapa da região de Casa Amarela, incluindo AJP, em 1924
- Figura 4. Mapa ferroviário de Pernambuco, de 1898
- Figura 5. Mapa do controle da propriedade da terra no AJP.
- Figura 6. Fotografia de recibo do aluguel do chão pago por um morador
- Figura 7. Fotografia de moradia predominante no AJP, nos 1950
- Figura 8. Fotografia de chafariz público inaugurado em 1959, no AJP
- Figura 9. Foto do momento em que fazedores construía uma casa no AJP
- Figura 10. Fotografia de casa de taipa em construção
- Figura 11. Fotografia de íngreme ladeira em dia de chuva, AJP
- Figura 12. Fotografia da Praça 04 de outubro em 1957, AJP
- Figura 13. Fotografia de menino no banho, publicada no DN, 1948
- Figura 14. Fotografia do jornal DN, trazendo moradores do AJP agredidos por policiais militares no momento da denuncia à agressão sofrida
- Figura 15. Fotografia com o guarda civil Paraíba, em serviço
- Figura 16. O motorista Miguel Cavalcanti e seu veículo de trabalho
- Figura 17. Clovis Corrêa, Político influente no AJP
- Figura 18. Fotografia de Biu Guarda, em que ele aparece ladeado por Arnaldo Colorau, Antonio Omar e Evandro Correia
- Figura 19. Fotografia do Cel. Viriato Medeiros, ex-secretário da SSP
- Figura 20. Fotografia de painel com manchetes de jornais sobre a ação da polícia

Figura 21. Fotografia do time da Associação Atlética Munguba, 1954

Figura 22. Fotografia de desfile comemorativo ao dia da pátria

Figura 23. Fotografia de festa social, 1960

Figura 24. Fotografia de festa de Cosme e Damião

Figura 25. Fotografia do time do Bom Sucesso, década de 1960

Figura 26. Fotografia do bar e dança do bloco carnavalesco Amante das Flores.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
------------------------	-----------

PRIMEIRO CAPÍTULO

1. MEMÓRIAS DA TERRA E OUTRAS PRÁTICAS: DA POLIFONIA OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO

Memórias e práticas da ocupação.....	36
O estado e a moradia nos morros.....	60
O controle da terra: processo de múltiplas faces.....	62
Os cobradores do foro de chão e a encenação da violência.....	72
Os fazedores de casas e os cobradores de chão: uma relação de poder.....	80
Fotografias.....	91

SEGUNDO CAPÍTULO

2. MEMÓRIA DA (DES) ORDEM: AS CLASSES PERIGOSAS NA MIRA DA LEI

Comissariado de polícia.....	95
Comissariado e Política: uma proximidade exclusiva.....	106
O Comissariado do Alto José do Pinho e as classes perigosas.....	117
Uma crise no sistema de segurança.....	124
Um policial policiável.....	138
Fotografias.....	145

TERCEIRO CAPÍTULO

3. MEMÓRIAS DAS FESTAS E DA DIFERENÇA: A INVENÇÃO DO OUTRO

A fábrica de identidades.....	149
Bom Sucesso Esporte Clube e as boas famílias.....	153
Uma instância local de poder político.....	155
Lugar de distinção: uma elite local.....	168
De clubes irmãos e vizinhos a rivais.....	172
As festas e as regras.....	174
Outros lugares.....	180
Os bares.....	181
As danças.....	184
A dança de dona Amara.....	190
Fotografias.....	198
4. OUTRAS CONSIDERAÇÕES.....	201
5. BIBLIOGRAFIA.....	206
6. ANEXOS.....	212

INTRODUÇÃO

Na hipótese de um visitante querer conhecer o bairro do Alto José do Pinho, no Recife, poderia querer fazê-lo por diferentes motivos. Porém, caso esse visitante desejasse ir ao centro do bairro, haveria uma grande probabilidade de ele ser conduzido à Praça 04 de Outubro¹, lugar de múltiplos usos para os grupos sociais locais.

Palco de uma intensa movimentação, a praça encontra-se localizada em um largo, na cimeira de um dos morros² que compõem a geografia local. O logradouro é representado por moradores como marco inicial da ocupação e centro comercial. Possui uma conformação espacial triangular e ocupa uma área de aproximadamente 400 m². Localiza-se a 200 metros da rua acima do acesso ao bairro, no cruzamento da rua Guimarães Peixoto³ com a Avenida Norte⁴, considerada uma importante via de acesso para quem deseja se transportar aos diversos morros e córregos da zona norte-noroeste do Recife. Recentemente a avenida passou a se chamar Avenida Norte Miguel Arraes, homenagem da Prefeitura ao ex-governador de Pernambuco e ex-prefeito do Recife, falecido em 2005.

Além da Praça 04 de Outubro, as ruas Horácio Silva, Severino Belarmino, Maragogi e Acaiaca compõem uma área que, neste trabalho, será denominada de *centro histórico e comercial do Alto José do Pinho*. Nesses logradouros pode-se ver, sentir e ler fragmentos da história e da memória local. Fragmentos que adquiriram visibilidade e sentido pelas trajetórias de vidas e lembranças de grupos de velhos moradores, os quais

¹ A Praça 04 de outubro - assim denominada para homenagear a chegada de Getúlio Vargas ao poder em 1930 - resistiu a duas tentativas de mudança de nome por parte de grupos locais. Na primeira, foi sugerida a mudança do nome para Praça José do Rêgo Maciel, ex-prefeito do Recife e na segunda, Clóvis Corrêa.

² A geografia do Alto José do Pinho é marcada pela existência de dois platôs, o mais alto chamado de Alto José do Pinho, onde deve ter sido localizada a moradia do homem que deu o nome ao bairro e o outro, na parte leste, onde fica a Praça 04 de outubro também conhecido como Munguba.

³ O antigo nome da Rua Guimarães Peixoto era Beco da Facada. Segundo Arnaldo de Barros, o Colorau, o Beco da Facada tem esse nome devido à frequência de embates físicos – as brigas –, alguns com mortes, nos quais a arma utilizada era a peixeira.

⁴ A Avenida Norte é a principal via da zona norte do Recife e ponto de acesso para os diferentes bairros dessa parte da cidade. Antes de ser assim denominada e de ser trafegável para automóveis tinha o nome de Estrada de Ferro Norte, a via férrea por onde trafegava o trem da Great Western Company.

constroem e praticam esses espaços físicos e imaginários como *lugares de memória*⁵. A minha vida e o meu trabalho se misturam a esses lugares, às trajetórias de vida e aos hábitos destes moradores que, juntamente com as ações praticadas pelo Estado na sua relação com os que ali vivem, se constituem no material para construção deste trabalho.

O centro histórico e comercial do bairro apresenta-se como um grande corredor central no topo do outeiro, marcando toda sua extensão. Uma espécie de espinha dorsal, à qual se articulam inúmeras ruas, becos e escadarias, que são vias de passagens a ligar o cume do morro a comunidades estabelecidas nas áreas planas, tais como: a Bomba do Hemetério, Córrego do Bartolomeu e Córrego do Euclides ao norte, Mangabeira e Casa Amarela mais ao sudoeste. Para quem se encontra nessas comunidades, além do já citado Beco da Facada, os principais acessos ao centro comercial e histórico do Alto José do Pinho atualmente são o Beco do Pavão e as ruas Monte Horebe, Vareliano Lobo, Cecília Reis, Vespasiano e União da Vitória.

No entorno da Praça 04 de outubro encontram-se estabelecidos um pequeno centro comercial, constituído de tabuleiros, fiteiros, bares, açougues, supermercados e armazéns de construção. No espaço interior da praça estão instalados o único Posto Policial do bairro, um monumento à fé católica, parque infantil, além de bancos que se tornam pontos de jogo de dominó para os mais idosos. É uma área bastante arborizada e se constitui também em ponto de táxi e terminal de ônibus, que realiza o percurso do bairro até o centro da cidade.

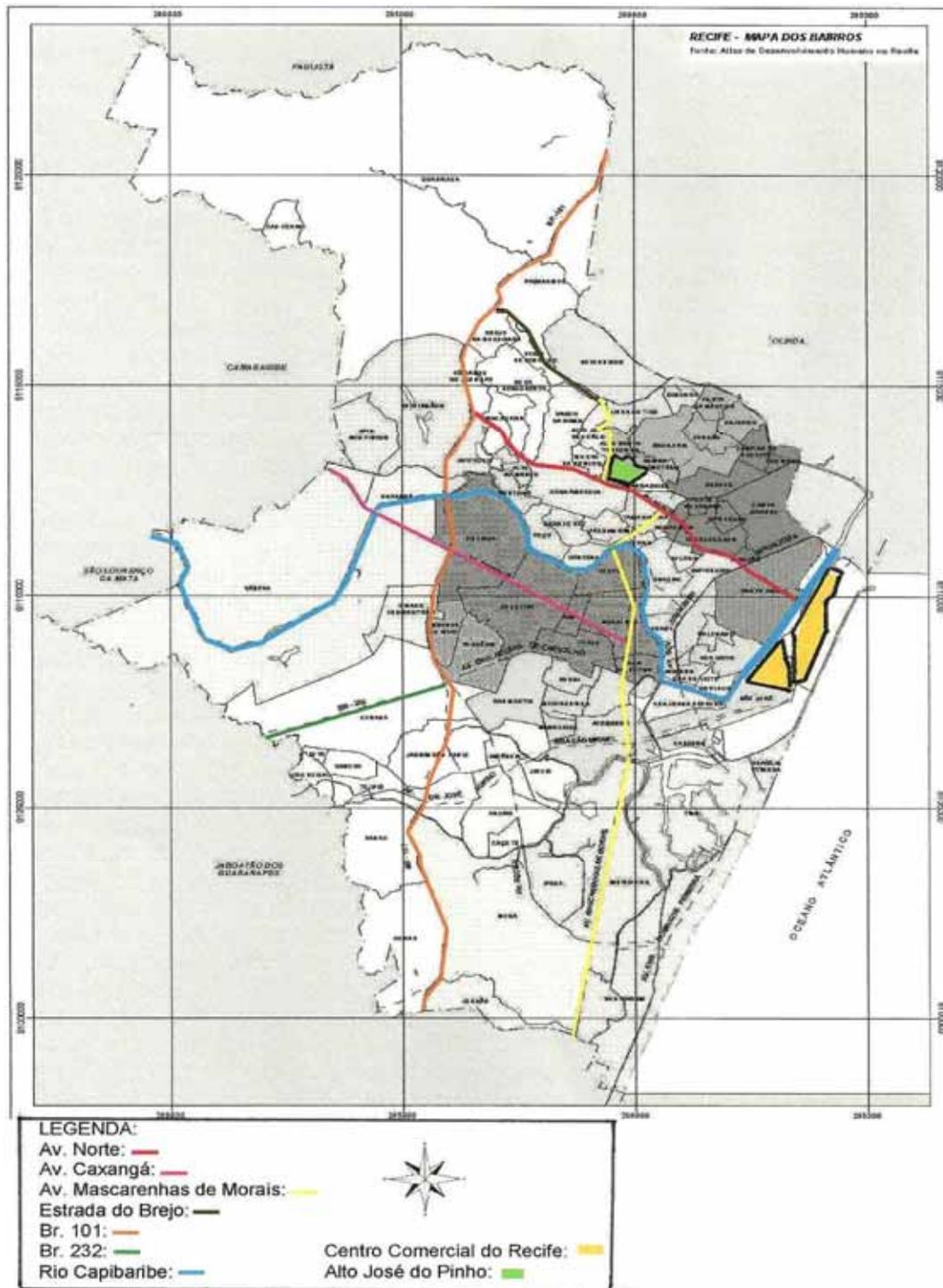
No Posto Policial da localidade trabalha um pequeno efetivo de policiais militares, responsável pelo policiamento do bairro. Esse equipamento público tem a sua função questionada por um grupo de velhos moradores. Para estes, o Posto Policial é mais decorativo do que atuante. Alegam que *a polícia de hoje é desmoralizada e não tem força, só repreende bêbado e menino*⁶. A atuação dos policiais militares e a função do posto onde trabalham aparecem nas narrativas de antigos moradores comparadas com a memória do extinto comissariado da localidade.

⁵ Para Nora, a aceleração do tempo histórico provoca o esvaziamento da memória e a necessidade crescente de registros institui no lugar desta uma prótese de memória que se aloja nos monumentos, símbolos, datas e comemorações os denominados por ele de lugares de memória. (NORA Pierre. Entre a memória e a história. Revista Projeto História 10, PUC. SP. 1993.)

⁶ Entrevista concedida por Severino Guedes a Ricardo Leite, em 18.12.2010.

Figura 1: MAPA DA CIDADE DO RECIFE

Em destaque o Alto José do Pinho, as principais vias urbanas, o rio capibaribe, o bairro do Recife e as BRs 101 e 232.



Uma certa memória que afirma ter sido a Praça 04 de Outubro o marco inicial da ocupação do bairro, é contestada por antigos moradores. Para estes, o maior adensamento demográfico do lugar nos começos da ocupação eram as encostas situadas ao leste, onde o morro faz limite com o Beco do Pavão e o Córrego do Bartolomeu, e ao sul, nos limites do bairro com o Beco da Facada e Mangabeira. Ainda segundo esses moradores, já nos anos 1940, um grupo de moradores organizou um time de futebol, que passou a usar como um campo de jogo o local em que hoje é a praça. A este respeito, o morador José Barbosa disse ter ouvido do seu pai que no local do campo, no espaço e caminhos que existiam a sua margem, podiam ser vistas algumas moradias⁷ e uma vegetação de pequeno porte. Em meados da década de 1940, o local passou a ser usado por circos que visitavam a comunidade e a ser utilizado pela Prefeitura, por candidatos e políticos, que ali armavam os palanques nos momentos de festas de rua, fossem essas cívicas, religiosas ou profanas.

As frondosas árvores de oitizeiros encravadas no interior da praça e também nos seus arredores, que produzem atualmente uma sombra aprazível, sobretudo nos dias mais ensolarados e calorentos do Recife, teriam sido plantadas no início da década de 1950. O plantio dessas árvores marca, além da necessidade de sombreamento, a luta e a capacidade de reivindicação de lideranças locais, como Josué Ferreira, que participou juntamente com outros moradores da criação da Associação Benéfica da Juventude do Alto da Munguba, no final dos anos 1940. A essa Associação são creditadas, segundo reportagens feitas pelo Jornal Folha do Povo⁸, órgão de imprensa do Partido Comunista do Brasil (PCB), as primeiras conquistas de serviços públicos pela população local.

Numa das extremidades da praça pode ser vista uma cruz de cerca de 5 metros de altura, que traz fixada nela a imagem do Cristo. O local de tal cruz, no período imediatamente posterior a sua instalação, era muito utilizado em missas e terços rezados pelos grupos católicos locais. Atualmente, a cruz tornou-se apenas um monumento, não sendo mais usada na prática dos cultos religiosos. Segundo relatos dos moradores Anacleto e Baruque, a cruz foi posta no local em 1957 para marcar a missão religiosa de

⁷ Entrevista concedida por José Barbosa a Ricardo Leite, 26.11. 2010.

⁸ Segundo versão dada pelo jornal, a Associação esteve à frente de movimentos que propiciaram a conquista da eletricidade, de chafariz e de serviços de terraplanagem e abertura de ruas.

um grupo de jovens norte-americanos auto-intitulado Corpo de Voluntários da Paz, participante de uma denominada Operação Esperança⁹, que estabeleceu moradia no Alto José do Pinho em meados da década de 1950.

Numa das extremidades da Praça, pode ser visto um cubo de cimento e tijolo, de aproximadamente um metro e meio de altura, que traz fixada uma placa alusiva a um evento da vida social do bairro: a participação vitoriosa de um grupo de moradores que representava o bairro em um programa de televisão. O monumento informa e comemora uma *tríplice vitória* conquistada pelo grupo local no programa de televisão *Meu Bairro é o Maior*¹⁰, nos anos 1976, 1977 e 1978. Além do monumento instalado na praça, dois troféus conquistados no programa são guardados pelo morador Marco Simão¹¹. Segundo ele, os troféus que representam *a participação e a conquista do povo do Alto* foram salvos por ele de ir para o lixo.

Nos arredores da Praça, um observador mais atento vai perceber, entre casas de diferentes padrões arquitetônicos, uma construção retangular dividida em duas fileiras de boxes de dois metros quadrados separados por um pequeno corredor. O prédio foi construído em meados da década de 1980 originariamente para funcionar como o mercado público do bairro. De tão pequenos que eram os compartimentos do prédio, foram deixando de interessar aos primeiros comerciantes e terminaram sendo repassados para outros fins. Lá, o visitante vai encontrar, além de improvisadas moradias, bares, oficinas de consertos de rádio e TV e as sedes dos grupos culturais Poesis¹² e Alto Falante¹³. O Poesis e o Alto Falante são grupos que desenvolvem

⁹ Os motivos que trouxeram os jovens norte-americanos ao Alto são ainda hoje cercados de dúvidas para parte dos moradores que com eles conviveram. A Operação Esperança, que conta com a ativa participação do líder católico e arcebispo Dom Helder Câmara, surge em momento histórico de intensa agitação social, como uma ação dos grupos conservadores para conter o que eles chamavam de avanço do comunismo em Pernambuco. Nos morros do Recife, a ação dos chamados Voluntários da Paz consistiu, entre outras coisas, em ensino da língua e dos valores americanos, pregação contra o comunismo, difusão da prática esportiva e distribuição de roupas, alimentos e materiais de construção para substituição das casas de taipa e capim por casas de alvenaria e coberta de zinco.

¹⁰ O programa, uma espécie de gincana televisada, era promovido pela TV Jornal do Comércio, na época conhecido como Canal 2, e consistia numa simulada disputa entre bairros.

¹¹ Marco Simão é o Presidente da Associação dos Amigos do Alto José do Pinho e um dos criadores, junto com Rui Correia, Luciano e Dandinha, de uma festa anual comemorativa, na qual se homenageia alguns moradores e ex-moradores do bairro.

¹² O grupo Poesis é uma espécie de canalizador dos elementos poéticos que faziam parte do Grupo Cultural do Alto José do Pinho - GCAJP. O GCAJP promoveu na década de 1990, eventos anuais

trabalhos de produção cultural nas áreas de poesia performática e de divulgação musical. Grupos surgidos a partir de um movimento cultural, que teve seu ápice na década de 1990, e que representam, juntamente com o Grupo de Teatro Zé do Pinho¹⁴, as Bandas de Rock¹⁵ e o afoxé Ylê De Egbá¹⁶, um emergente conjunto de instituições culturais que reinventaram a imagem do bairro na mídia escrita e televisada. Esses grupos culturais, à medida que se tornam conhecidos do grande público, têm fabricado outra imagem do bairro, com a qual o Alto José do Pinho passou a ser consumido e lido.

Nas ruas anexas e próximas à Praça, além da concentração de casas comerciais e sedes de blocos carnavalescos, encontram-se situados os bares mais frequentados pelos moradores e visitantes. Também ali estão localizados os maiores templos religiosos, como um terreiro umbandista¹⁷ e as igrejas evangélicas e a católica. Ainda na praça, encontra-se a sede do Conselho de Moradores, de formação recente e sem muita ligação com as lutas históricas ocorridas no bairro e a memória delas. No lado leste, na confluência da Praça 04 de outubro com a Rua Severino Belarmino, existe um largo

denominados Gestos, Atitudes e Rock n' roll, eventos nos quais os jovens do bairro ligado a música, teatro e poesia apresentavam-se. Foi nesses eventos que começaram a despontar e ser vistas as bandas de rock do AJP. Com o sucesso alcançado por algumas bandas, especialmente a DEVOTOS, o MCAJP rachou e o Poesis passou a questionar a postura delas, propagando que o movimento cultural do Alto não era apenas o movimento das bandas.

¹³ O Movimento Cultural Alto Falante é composto por integrantes das bandas de Rock e Rap e surgiu em meados da década de 1990, com a ruptura da GCAJP. O Alto Falante mantém uma rádio comunitária e promove eventos com recursos advindos do poder público.

¹⁴ O Grupo de Teatro Zé do Pinho é outro elemento que advoga ter suas raízes no GCAJP que tem um trabalho voltado para a divulgação do teatro e a formação de novos atores. O grupo de atores que formam o Zé do Pinho são críticos do Alto Falante e mantêm-se articulados com o Grupo Poesis, com o qual realizam eventos em parceria.

¹⁵ As Bandas de Punk Rock do AJP foram, dentre os elementos do GCAJP, aqueles que adquiriram maior projeção na mídia, especialmente a Devotos, Matalanamão e a Faces do Subúrbio. No início dos anos 1990 chegou a existir 16 bandas no AJP. Com a notoriedade adquirida, os roqueiros não mais participavam de eventos em parceria com o Poesis e os atores, o que levou à ruptura do movimento e instalou mágoas entre os seus respectivos integrantes. Atualmente, entre os próprios músicos das bandas existem muitas rusgas. Os músicos dissidentes acusam Marcondes Cannibal, um dos líderes do movimento, de não se preocupar com os problemas sociais do Alto e de só querer aparecer na mídia.

¹⁶ O afoxé Ylê De Egbá é comandado pelo Pai de Santo Dito D'Ossoxi, tem se apresentado em eventos dentro e fora do bairro e já fez excursões para a América do Norte e Europa. O afoxé é um dos grupos com mais trânsito entre os diversos atores, já tendo participado em eventos junto com os outros grupos.

¹⁷ O terreiro D' Oxossi Axé Ara-Dudu é comandado por Expedito Neves, Dito de Ossoxi, que é também presidente e membro do Afoxé Ylê de Egbá, com sede na rua Severino Belarmino.

onde atualmente acontecem as grandes manifestações de rua, como shows e comícios. Seguindo na direção oposta, subindo em direção à Rua Acaiaca, na Rua Maragogi, antiga Rua 06, localizam-se a Escola Estadual Maria Tereza Corrêa¹⁸ e o Posto Médico Irmã Denize¹⁹. Também na Rua Maragogi encontra-se instalado um dos monumentos de festa e de poder do Alto José do Pinho: o Bom Sucesso Esporte Clube.

Distante 50 metros da praça central, na direção oeste, no cruzamento das ruas Horácio Silva e Maragogi, se localiza o ponto geográfico que demarca os limites territoriais de dois dos ditos proprietários das terras onde foi edificado o Alto José do Pinho: ao leste, as terras controladas pela baronesa Cesário de Melo, local conhecido no passado como Alto da Munguba e, a oeste, as terras da Imobiliária Vieira da Cunha. Os moradores que tinham suas moradias edificadas ao lado da Praça 04 de Outubro e da atual Rua Severino Bernardino, pagavam aluguel de chão à viúva do comerciante Raul Cesário de Melo, de nome Isabel e conhecida como Baronesa Cesário de Melo. Aqueles moradores cujas casas estavam localizadas do lado onde ficam as Ruas Maragogi e Acaiaca pagavam o aluguel de chão à Imobiliária Vieira da Cunha. Além desses dois proprietários, nas encostas que ficam na parte noroeste do bairro, no terreno localizado entre o término da Rua Acaiaca, Córrego do Bartolomeu e Bomba do Hemetério, a propriedade era controlada pela Imobiliária Pernambucana Ltda., pertencente aos herdeiros da família Santos Marinho.

Com esse breve percurso, acredito ter feito a apresentação do território da pesquisa. Um território cuja aproximação aconteceu para mim marcada por um desses acasos que a vida e a história proporcionam. Ou seja, no meu caso, a aproximação com o Alto José do Pinho se deu por meio de um convite de trabalho. No ano de 2008 fui convidado para participar de uma pesquisa promovida e financiada pela Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco, executada em parceria com a organização não-governamental Magis Assessoria e Pesquisa. O trabalho consistiu em, a partir de relatos de velhos moradores, registrar aspectos da vida cultural e da história

¹⁸ A escola Maria Tereza Corrêa foi construída no governo de Etelvino Lins e seu nome foi uma homenagem à mãe do então Deputado Fábio Corrêa. Como curiosidade, quando da sua construção a planta e a rubrica orçamentária a definiam como uma ação em área rural.

¹⁹ Irmã Denize foi uma religiosa da ordem das Irmãs Dorotéias que desenvolveu trabalhos sociais no bairro a partir da instalação do Centro Social Dom João da Costa, no início dos anos de 1960.

do bairro Alto José do Pinho, no Recife, com a posterior publicação em livro²⁰ desses relatos de memória. Essa relação com as pessoas e as coisas do bairro, acendeu e consolidou o desejo de dar continuidade ao trabalho de pesquisa. O resultado dessa pesquisa, visto do lugar de onde me encontro e após inúmeras leituras e discussões em sala de aula e nos corredores da Universidade, apresenta-se agora como algo que denominaria de memorialismo ingênuo²¹.

Um trabalho de pesquisa, assim como a história e a vida, é um percurso marcado por dificuldades, passagens, mudanças e aprendizados. Durante a minha trajetória de pesquisa no Mestrado, o aprendizado se misturou a impasses documentais, descobertas, abandono de algumas ideias e a incorporação de outras. Enquanto caminhava, aprendia, montava e desmontava cenários, cruzando vez por outra com os acasos que me abriam e fechavam caminhos. Nesse período percebi, na prática, a importância das fontes para o pretendente a historiador. Compreendi que pouco adianta ter uma proposta de trabalho se não se consegue ter acesso a fontes que abram possibilidades de construção da trama e da cena da pesquisa pensada. No caso específico da pesquisa a que me propus desenvolver, tive de me desfazer, ao longo do percurso, de várias ideias, temas e problemas. Assim, uma das possibilidades que desejei explorar nesta pesquisa e que tive de deixar de lado durante o seu percurso foi a de contar a trama social e histórica do Alto José do Pinho a partir de algumas das práticas laborais e de lazer desenvolvidas por alguns moradores e como essas práticas, ao serem nodais para o grupo, teriam possibilitado a criação daquele território de sociabilidade.

A ideia inicial de contar a história do Alto José do Pinho a partir de algumas atividades laborais que ali se produziam – em que pese continuar a ser perseguida – sofreu modificações a partir de meu aprendizado durante a aquisição dos créditos disciplinares do curso, das ponderações de colegas e, em especial, do meu orientador. Modificações que foram também empreendidas durante o trabalho de definição das fontes que seriam utilizadas e das entrevistas realizadas com os moradores. Se no primeiro momento, pensei em estudar o processo de construção do território a partir da

²⁰ LEITE, Ricardo. *Aqui do Alto a história é outra: a narrativa dos moradores do Alto José do Pinho*. Magis, Recife. 2009.

²¹ Em que pese aquele trabalho conter a marca e os lapsos de uma pesquisa levada a cabo por um historiador principiante, enxergo nele, além do exercício militante, um ponto de entrada para a minha pesquisa no Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco.

investigação da ação de alguns indivíduos que, por sua atividade de trabalho ou de lazer, tivessem funcionado como articuladores para a criação de territórios, as dificuldades para encontrar as fontes adequadas para tal, operaram mudanças no enfoque da pesquisa. A dificuldade de se encontrar pessoas ou registros escritos que tivessem a memória sobre os indivíduos e suas atividades, no período anterior à institucionalização do lugar²², me fez optar pelo estudo das práticas cotidianas, relacionando-as à emergência de algumas instituições, grupos e processos presentes na vida social local.

Além do foco sobre as práticas e representações projetadas a partir das ações cotidianas do Comissariado de Polícia e do clube social Bom Sucesso, outro conjunto de aspectos da vida cotidiana do Alto José do Pinho emerge como importante temática da pesquisa. São aspectos que intercambiam as práticas e as representações dadas no contexto, o qual denomino de *polifonia da ocupação territorial*, tais como: ocupação e propriedade dos terrenos; práticas de pagamento de aluguel dos terrenos onde eram construídas as moradias; e ação dos cobradores do aluguel de chão e dos fazedores de casas²³. São práticas que funcionaram como matrizes para as representações construídas e que propiciaram, ao longo da trajetória do grupo social que habitou e habita o bairro, a construção de identidades individuais e coletivas. As instituições estudadas irão aparecer entrelaçadas, dando suporte, instituindo e sendo instituídas pelas práticas e representações desenvolvidas pelos grupos que habitam, criam e recriam aquele espaço. Além disso, as instituições, os personagens e suas ações serão historicizadas no período que abrange as décadas de 1940 e 1950.

A pesquisa apresenta-se escrita em três capítulos. No primeiro capítulo apresento e discuto o que denominei de polifonia da ocupação. Nele tento significar algumas práticas dadas no âmbito do movimento de ocupação e que aparecem relatadas de maneira recorrente por parte dos moradores entrevistados. Práticas que se imbricam à ação de personagens (os cobradores do aluguel de chão e os fazedores de casebres) que

²² Por institucionalização do lugar defino o momento em que o fazer individual torna-se fazer coletivo. O momento em que o espaço social passa a existir, onde as relações entre os sujeitos encontram-se instituídas. O instante em que o indivíduo pratica relações sistemáticas com outros indivíduos, formando um determinado coletivo: o lugar Alto José do Pinho.

²³ Fazedores e cobridores de casebres e casas são conhecidos como os homens responsáveis pela construção das moradias no Alto José do Pinho no instante em que se deu a explosão demográfica do local, em meados do século XX. São citados como fazedores de casas, Romeu de Barros, João Grande, Adauto, Sebastião Oião, Luiz de França, Antônio Roxinho, Ernesto e Ginerino.

se transformam em figuras nodais do movimento de ocupação do território e das formas de controle da terra e do pagamento de aluguel de chão. Procuro apresentar e discutir tanto as práticas instituídas, como a representação dada a elas pela população local. Para tanto, utilizo-me, principalmente, dos relatos orais de memória e de raros documentos que consegui ter acesso, tais como o Histórico do Alto José do Pinho, produzido por técnicos da extinta COHAB-PE/BNH²⁴ e o Histórico das terras do engenho São Pantaleão do Monteiro²⁵, produzido pela Empresa imobiliária Vieira da Cunha, que controlou até os anos 1980 parte das terras do Alto José do Pinho. Também me utilizarei dos jornais que circulavam no Recife e da historiografia sobre o tema, como suporte necessário à escrita da história da ocupação.

Com o objetivo de mostrar a história da ocupação do território, apresento inicialmente os diferentes discursos que dialogam com essa temática. Nesse feixe discursivo, procuro apresentar o que dizem e como produzem aquele lugar os memorialistas, as empresas imobiliárias, o campo acadêmico e os moradores. Discursos que colocam os moradores, as imobiliárias e o Estado – esse presente por sua quase ausência – em campos distintos de produção de sentidos. O que pretendi analisar, portanto, foi como esses discursos, que aparecem no movimento de ocupação territorial, emergem como um campo de disputa pelos grupos em conflito e como a memória se movimenta e reelabora, no presente, explicações sobre o passado.

A ocupação é estudada como um processo constituído de um conjunto de práticas, que se projetam e se dão em diferentes níveis de ações e apreensão pelos agentes envolvidos. A apresentação dessas práticas atende a minha compreensão sobre a análise histórica, em que, mais importante do que olhar para o objeto em si, é buscar entender a rede e os fios que o constitui e produz sentidos. Com a compreensão analítica dos acontecimentos como campo de permanente disputa e conflito, procuro perceber e analisar o movimento de ocupação do território por meio de algumas práticas que se colocam em diferentes níveis e que representam interesses, os quais se aproximam ou se

²⁴ COHAB e BNH são as siglas referentes à Companhia de Habitação e ao Banco Nacional de Habitação, órgãos responsáveis pela política de habitação existente durante o regime militar instalado em 1964 no Brasil. A COHAB era a executora nos estados e o BNH, o agente de financiamento das ações projetadas pelos governos estaduais.

²⁵ O documento brochura Histórico das Terras do Engenho São Pantaleão do Monteiro, foi produzido nos anos 1980, com o objetivo de consolidar a versão que colocava a Imobiliária Vieira da Cunha como a proprietária das terras do Alto.

afastam dependendo das necessidades dos atores. Assim, no âmbito do processo de ocupação territorial, apresento e discuto os discursos produzidos, as maneiras de ali chegar, o pagamento do foro do chão das casas e a ação dos cobradores do aluguel e dos fazedores de casas.

Com a investigação pretendi mostrar como tais práticas produzem uma especificidade de relações que contribuíram para a construção do território, bem como, a maneira pela qual elas se articulavam internamente e quais os mediadores existentes. Procurei investigar, ainda, as articulações que existiram entre a população e os cobradores dos aluguéis, a partir da ação dos cobradores na situação de cobrança. Também busquei apresentar e discutir a prática de um grupo de moradores que podem ser caracterizados como mediadores locais pela atividade que desempenhavam. Esses mediadores são fazedores de casas que, a partir da demanda existente por moradias, irão se estabelecer como importantes personagens da história que narro. Os fazedores de moradias, os cobradores de chão e as relações que estabelecem entre si têm acentuada importância para a compreensão do processo de ocupação territorial do Alto José do Pinho.

No segundo capítulo, apresento e analiso a ação do Comissariado de Polícia do Alto José do Pinho e as relações que ele estabeleceu com a população local e com o poder político. Pretendi mostrar como a polícia, além do exercício consentido da violência, produziu um modelo de sociabilidade e se estabeleceu como uma instância do poder político local. Procurei dar a ler como o papel político desempenhado pelo Comissariado empodera os seus agentes e transforma o comissário na peça central da política local. Intencionei apresentar como a face política assumida pela polícia, nos momentos de tensão e de disputa eleitoral, a faz assemelhar-se a um partido político. Por fim, introduzo uma das resultantes dessa prática política do comissariado. A partir das ações desenvolvidas pela polícia procurei entender como essas práticas foram capazes de criar espaços, dar sentido e construir lugares e representações, edificando uma determinada memória.

Para apresentação do comissariado de polícia do Alto José do Pinho e algumas de suas práticas, inicialmente, busquei me fixar nas atividades por ele desenvolvidas, na sua relação com a população e em como essas práticas se representam nos relatos dos velhos moradores. Objetivo demonstrar como as atividades do comissariado se ampliam

para além do campo específico de atuação da polícia, como essa ampliação de demandas supre a ausência do Estado na localidade e cria um modelo de sociabilidade marcado pelo regramento, a repressão e o controle dos moradores. Noutra parte do segundo capítulo investigo a face política do comissariado. Procuro entender as práticas cotidianas como elementos de produção de poder, observando como a política é exercida pelo comissariado e como isso acarreta uma disputa de interesses a partir da ação do Estado e dos partidos. Além disso, desejo compreender o papel civilizatório assumido pela instituição policial a partir do discurso predominante na imprensa sobre os moradores locais, que os relata como classe perigosa. Por fim, dou a ler, com base em um acontecimento e em um personagem, aspectos resultantes das práticas sócio-culturais daquela instituição policial. Como fontes de pesquisa, utilizo-me de dois estudos que versam sobre o tema a que consegui ter acesso e, principalmente, de notícias publicadas em jornais e de relatos orais de memória.

O terceiro capítulo versa sobre a construção de algumas identidades na localidade que, nesse trabalho, são dadas a ler como situacionais, relacionais e performáticas. O palco que escolhi para observar as identidades são alguns territórios que emergem dos rituais festivos presentes no território. Parto da hipótese de que os territórios da festa são lugares para onde confluem variadas formas de identidades e um terreno fértil para construção e exercício de sociabilidades diversas. Procuro investigar o processo de construção identitária do Alto José do Pinho tendo como suporte algumas práticas sócio-culturais instituídas e vivenciadas no clube sócio-desportivo Bom Sucesso Esporte Clube.

Os relatos orais dão a ler o Bom Sucesso como o lugar por onde se mostra e se constrói o grupo que representa a elite local. O clube vai ser percebido como um campo de projeção de modelos de sociabilidade, que se dá por meio da instituição de regras e da difusão de determinados comportamentos na vida social da localidade. Procurei apresentar como o Bom Sucesso Esporte Clube, ao difundir certas práticas sociais e comportamentos inovadores no âmbito local, torna-se o lugar dos *homens bons* e das *boas famílias* e se transforma numa das referências para a distinção de um morador e a sua inclusão na elite local. As práticas que informam sobre a elite que se constituía no Alto José do Pinho também funcionaram como trilhas que me conduziram pelo campo da diferenciação social. Nesse sentido, do mesmo modo em que se construía como instituição das *boas famílias*, o Bom Sucesso funcionou como máquina de exclusão,

afastando do seu convívio aqueles moradores que, por algum motivo, não eram aceitos como membros do clube, possibilitando a emergência de outros lugares.

Procurei, então, construir uma cartografia dos lugares no território da festa. Apresentei e discuti aqueles lugares que adquiriram sentidos de ser *o outro* do Bom Sucesso e da elite local. Lugares que eram vistos como socialmente inferiores. Caminhei por trilhas que me levaram a clubes, danças, bares e casas de diversão, que dou a ler como locais que visibilizam as práticas de diferenciação social e demarcação de territórios, estabelecidas no campo dos rituais festivos. Quis apresentar como se constroem e são percebidas as diferentes identidades que passam a existir a partir de práticas de construção de territórios e de distinção e exclusão social. Procuro entender, ainda, como a diferenciação perseguida pelo Bom Sucesso e seus frequentadores se relaciona com a emergência de outros lugares.

Para compreender o processo de construção da diferenciação social no Alto, me apoiei nos trabalhos de Pierre Bourdieu sobre distinção e campo social, acreditando, assim como ele, que questões como práticas, costumes e hábitos, em qualquer sociedade, inclusive nas primitivas, *nunca são totalmente consensuais, mas objeto de disputa e reflexão*²⁶. A ideia de campo ou lugar social como não consensual me ajudou a pensar os territórios e as identidades como campos de disputa. Assim, o Bom Sucesso e os diversos lugares existentes no Alto são estudados como campos de disputa, marcados pelos interesses e luta dos grupos locais.

Michel Foucault, ao observar o caráter belicoso e violento que marca a emergência e a existência de determinado objeto, me ajudou na montagem de uma cartografia dos interesses que se articulavam às práticas e às instituições analisadas. Para compreender os territórios, em vez de percebê-los enquanto objetos dados, utilizei-me da afirmação de Foucault, que diz ser preciso, *além da definição do significante de um objeto isoladamente, compreender as práticas e distinguir os acontecimentos, diferenciar as redes e os níveis a que pertencem e reconstituir os fios que os ligam, e que fazem com que se engendrem, uns a partir dos outros*²⁷.

²⁶ Bourdieu, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil. 1989.

²⁷ FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Editora Graal, Rio de Janeiro. 1979. p 5.

O trabalho do pesquisador Adriano Luiz Duarte sobre o período da redemocratização pós-1945²⁸, ambientado no bairro da Mooca, em São Paulo, no qual ele dialoga com os rituais festivos e os clubes sócio-esportivos, foi um importante ponto de apoio que utilizei para entender o papel desempenhado pelo Bom Sucesso e pelos outros agentes. As suas ponderações foram importantes para a compreensão da festa e da associação desportiva como campo utilizado para a construção de identidades e de instância local de poder, com papel mais amplo do que o que normalmente é dado a um clube de futebol e esportivo.

Na tentativa de significar as práticas e as suas representações, segui os caminhos teórico-metodológicos já trilhados por Michel de Certeau e Roger Chartier. De Certeau utilizo de suas ponderações teóricas sobre a temática das denominadas práticas sociais, pensadas e significadas a partir do fazer cotidiano do que ele intitula ser o *homem ordinário*. Um fazer que se processa à contra pelo, recheado de dribles, lances improvisados e táticas, dos quais o *herói obscuro* lança mão para colocar a seu favor sistemas de sobrevivência. Táticas, lances inventados e astúcias que, segundo Certeau, colocam um usuário na condição de protagonista, encontrando, através deles, brechas na estrutura social para fazer-se, instituindo-se como sujeito.

A utilização de teóricos que em certo sentido assumem posições distintas e em muitos aspectos conflitantes, como Michel de Certeau e Pierre Bourdieu, na construção do campo teórico da pesquisa, seguiu o objetivo de atender e dar conta de diferentes abordagens e temas que emergiram na investigação processada.

Mesmo acompanhando a crítica que Certeau faz ao estruturalismo de Bourdieu, na questão das práticas, observo que as ideias de *habitus* e de *campo* se traduzem em importante contribuição para a compreensão de aspectos relacionados à distinção social e à construção de territórios e da diferenciação social no espaço da pesquisa. Diferentemente de Bourdieu, que no estudo das práticas se mantém vinculado ao marco teórico estruturalista, no qual somente poderiam ser elucidadas com a intermediação do outro, da teoria e, portanto, presas à estrutura, Michel de Certeau defende a capacidade que teriam as práticas de se disseminarem e subverterem determinada ordem social. Para este autor, entre as práticas e as estruturas, Bourdieu coloca a teoria e por ela tenta

²⁸ DUARTE. Adriano Luiz. Cultura popular e cultura política no após-guerra: Redemocratização, populismo e desenvolvimentismo. São Paulo:UNICAMP. 2002.

explicar a adequação das práticas às estruturas, fazendo com que a investigação dessas práticas torne-se verdade no *habitus*. Ainda segundo Certeau, Bourdieu não percebe o papel astucioso e proliferador das práticas avançando sobre normalidades, generalidades e estruturas.

É a partir dessa suposta lógica operatória das práticas cotidianas e da sua capacidade de instituir lugares sociais, que Pierre Mayol, em estudo coordenado por Michel de Certeau, esboça um conceito possível de bairro ao qual recorri durante o percurso do trabalho. Na percepção de Mayol, bairro é apresentado como:

Um domínio do ambiente social, pois ele constitui para o usuário (morador) uma parcela conhecida do espaço urbano na qual, positiva ou negativamente, ele se sente reconhecido. Pode-se, portanto aprender o bairro como esta porção do espaço físico geral (anônimo de todo mundo) que se insinua pouco a pouco um espaço privado particularizado pelo fato do uso quase cotidiano desse espaço²⁹.

Assim, o bairro é percebido como um espaço criado, dotado de elementos fluidos e distorcidos, que demarcam para o seu usuário a região fronteira entre o seu campo privado e o espaço público, que ele, por reconhecê-lo e vivê-lo, passa a incorporá-lo como também o seu espaço. Um espaço público onde se estabelecem relações padronizadas pelo fato de habitar-se um mesmo território e pelo fato de nesse território serem vivenciadas práticas sociais e representações sobre essas práticas que demarcam e fabricam identidades, individuais e coletivas. Entendendo uma prática *como sendo aquilo que é decisivo para a identidade de um usuário ou de um grupo, na medida em que essa permite assumir o seu lugar na rede de relações sociais inscrita no ambiente*.³⁰

As mesmas práticas que definem as identidades sociais dos usuários são aquelas sobre as quais são construídas as ditas representações, vistas aqui como foram anteriormente pensadas e descritas por Roger Chartier. Para este autor, as representações são matrizes de práticas que constroem e articulam o mundo social.³¹ Ao

²⁹ MAYOL, Pierre. In *A Invenção do Cotidiano 2. Morar e Cozinhar*. Editora Vozes. Petrópolis, RJ. 1997. p 40.

³⁰ Idem

³¹ CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Difel Lisboa. 1990. p 27.

me utilizar do conceito de representação, me coloco como alinhado teórico-metodologicamente ao campo da pesquisa histórica denominada História Cultural, no qual a necessidade de retratar o passado como ele teria literalmente ocorrido deixa de ser prioridade. Os historiadores que estudam os sistemas culturais estão voltados para a investigação das práticas e suas representações. Como observa Sandra Pesavento, a força da representação não se encontra na sua correspondência com o real, e sim na *sua capacidade de mobilização e de produzir reconhecimento e legitimidade social*³².

Entender e significar o papel desempenhado por moradores e suas instituições, investigando as práticas e as suas representações, me ajudou a significar e compreender, tanto o enredo dos acontecimentos vividos, como a forma dos grupos locais lhe atribuírem significados. E também, como os acontecimentos foram significados e como essa significação concorreram para organizar, a partir das experiências individuais, a memória e a identidade coletiva.

Ao escolher investigar aspectos relacionados às práticas de ocupação territorial e às instituições como o clube social Bom Sucesso e o Comissariado de Polícia, o fiz fundando minha decisão no que apresentavam os relatos orais, memórias sobre aquelas práticas e instituições. Entre os aspectos que contribuíram para a escolha das instituições citadas encontram-se a sua longevidade, as memórias relatadas sobre elas, o seu intercâmbio com a política e as relações que estabeleceram com os *de dentro* e os *de fora*³³, no processo de institucionalização.

Dentre as fontes com que trabalhei, tiveram notória importância os jornais que circulavam na cidade do Recife, nas décadas de 1940 e 1950. As matérias publicadas pelos principais jornais de então, em Pernambuco, funcionavam como caixa de ressonância política e sociocultural, instrumento de combate de grupos políticos e instrumento civilizador, lançado mão pelas elites locais para doutrinar, retratar e reprimir as classes perigosas.

Na utilização das fontes impressas procurei me cercar do instrumental metodológico colocado a serviço da pesquisa histórica. Entre os textos consultados usei

³² PESAVENTO, Sandra. História & História Cultural. Autêntica, Belo Horizonte/MG. 2008. p 41.

³³ Neste trabalho são denominados os “de dentro”, os moradores e as instituições locais, e os “de fora” o Estado e os personagens e empresas que controlavam a propriedade da terra.

como referência o trabalho da historiadora Tania Regina de Luca³⁴, o qual foi importante para me distanciar da atmosfera inebriante que parece querer nos transportar para o passado e naturalizar notícias e personagens. Para Tania, é preciso tratar as fontes dos periódicos impressos com os mesmos rigores metodológicos empregados em qualquer outra fonte consultada. Além da observação dos aspectos relacionados à tiragem, à forma como os impressos são distribuídos, a sua composição gráfica, a estruturação e distribuição do conteúdo e dos seus aspectos mercadológicos, é preciso estar atento à rede de interesses que cercam uma determinada publicação.

Daí a importância de se identificar cuidadosamente o grupo responsável pela linha editorial, estabelecer os colaboradores mais assíduos, atentar para a escolha do título e para os textos programáticos, que dão conta de intenções e expectativas, além de fornecer pistas a respeito da leitura de passado e de futuro compartilhada por seus propugnadores.³⁵

Ainda segundo Tania de Luca, faz-se necessário ao pesquisador que utiliza os jornais como fonte de pesquisa, investigar sobre as ligações destes com o poder político e econômico: *à análise da materialidade e do conteúdo é preciso acrescentar aspectos nem sempre imediatos e necessariamente patentes nas páginas desses impressos.*³⁶

Os jornais que circulavam na cidade do Recife, no período que abarca a pesquisa, podem ser dados a ler como instituições de caráter predominantemente político-eleitoral e partidário. Observando-se os jornais consultados³⁷, todos eram controlados por grupos políticos, que faziam deles trincheiras de combate aos adversários. O Jornal Folha do Povo era veículo das demandas e dos interesses do Partido Comunista; o Diário da Manhã pertencia ao ex-governador e inimigo político de Agamenon Magalhães, Carlos de Lima Cavalcanti; o jornal Folha da Manhã era o porta voz do grupo político comandado por Agamenon Magalhães; o Diário da Noite era, juntamente com o Jornal do Comércio, de propriedade do ex-deputado e ex-senador

³⁴ LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In Fontes Históricas. Org. PINSKY, Carla Bassanezi. São Paulo: Contexto. 2008.

³⁵ LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. p. 140.

³⁶ Idem, p. 140.

³⁷ Folha do Povo, Diário de Pernambuco, Diário da Noite, Folha da Manhã e Diário da Manhã.

Francisco Pessoa de Queiróz; e o Diário de Pernambuco³⁸, pertencia à rede de Diários Associados, comandada pelo jornalista e empresário da comunicação, Assis Chateaubriand. No período anterior à disseminação do rádio, os jornais eram um dos meios mais utilizados para difusão de projetos civilizatórios, interesses políticos e de barganhas econômicas. Os empresários Assis Chateaubriand e Pessoa de Queiróz ficaram notabilizados por suas práticas de pressionar o Estado e os políticos com o objetivo de angariar recursos financeiros.³⁹ Os jornais Folha do Povo, Diário da Manhã e Folha da Manhã, mantinham uma linha editorial de combate predominantemente no campo da disputa político-partidária e eleitoral, sendo importante afirmar que esse combate traduzia também outros interesses existentes em um campo sociocultural.

No caso específico da pesquisa sobre o Alto José do Pinho, dois aspectos se sobressaíram na crítica que produzi sobre as fontes impressas nos periódicos: os discursos veiculados e a propriedade dos jornais. Os discursos foram por mim observados e analisados com o objetivo de produzir compreensão sobre a forma como eram percebidos e ditos os espaços, as pessoas e os territórios que surgiam nas zonas norte e noroeste do Recife, os interesses dos grupos políticos que controlavam as editorias dos jornais e as disputas político-eleitorais que emergiam do noticiário jornalístico, as quais tinham algum rebatimento nas temáticas da pesquisa. Ao atentar para o controle da propriedade dos jornais, procurei estabelecer as ligações entre as notícias publicadas e os interesses político-partidários que se confrontavam no Recife pós-1945.

Na minha pesquisa, contei com o aporte teórico-metodológico de um campo específico da história que desenvolve o seu trabalho a partir do uso de fontes orais⁴⁰. A decisão pelo uso das fontes orais se fundamenta na percepção de que elas são um

³⁸ Em Pernambuco, durante os anos 1930 e 1950, o sociólogo Gilberto Freyre, foi um dos principais mentores da linha editorial do DP, que, por se posicionar contra a política promovida por Agamenon Magalhães, foi proibido de circular durante boa parte da ditadura do Estado Novo.

³⁹ Ver CAVALCANTI, Paulo. O caso eu conto como o caso foi. Memórias Políticas. Recife: Guararapes. 1980; MORAIS, Fernando. Chatô, o rei do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras. 1994.

⁴⁰ Aqui falamos de fazer História utilizando-se dos relatos orais de memória. O pesquisador Antônio Montenegro, em entrevista à Revista de História Saeculum nº 18, critica o uso do termo História Oral para definir um campo específico do conhecimento histórico. Para ele, o historiador produz conhecimento historiográfico utilizando-se do uso de diferentes fontes, entre elas a fonte oral, sendo, portanto, descabido falar em história oral

importante instrumental de pesquisa a ser utilizado dentro de um contexto temporal em que se deseja investigar aspectos do cotidiano de uma, duas ou três gerações. Um contexto em que os relatos orais de memória são importantes para a compreensão dos acontecimentos vividos.

A utilização das fontes orais adquire força explicativa dos fenômenos históricos a partir da emergência de um quadro de mudança pelo qual passou a construção do conhecimento histórico. Durante anos, o conhecimento histórico preconizou a fonte escrita como a matéria prima nobre para o historiador. Uma visão, parte da ritualística, que realçava a figura do cientista distanciado temporalmente daquilo que pesquisava e às voltas como seus documentos frios e objetivos. Contrapostas à objetividade das fontes escritas se colocavam as fontes orais, vistas como subjetivas, presas a uma seletividade da memória e não representativas para o estudo de uma época ou de um grupo.

A discussão sobre qual fonte é mais importante, se a fonte oral ou a fonte documental, estabelece um falso dilema para o historiador, na medida em que as diferenças ou limitações inscritas nelas as colocam em uma permanente necessidade de complementaridade metodológica. Tanto quanto a fonte escrita, cujo limite é posto pelos interesses que lhe impulsiona, a fonte oral também se apresenta parcial, fragmentada e atravessada pelos interesses dos grupos que instituem determinado espaço pensado e vivido. O processo de luta, a força e o sentido que são estabelecidos pelos grupos em combate é o que vai produzir um determinado *regime de verdade*⁴¹.

Nesse sentido, deve-se se utilizar dos postulados teóricos e metodológicos de pesquisa com fonte oral, não apenas como um complemento da fonte escrita, mas como outra fonte de pesquisa capaz de provocar a ampliação do espaço estudado, superando a hierarquização entre o oral e o documental. Ambas as fontes apresentam lacunas e são atravessadas por interesses que impactam o social histórico. Com a utilização da fonte oral, a memória passa a ser um elemento importante na superação dos limites apresentados pela documentação escrita, possibilitando a ruptura com uma escrita da história que faz a produção acadêmica dependente exclusiva do documento escrito. A

⁴¹ Regime de verdade é uma expressão usada por Foucault para explicar como os grupos dão sentido aos acontecimentos. Para Foucault, a verdade não existe fora do poder ou sem poder, ela é produto de múltiplas coerções e produz efeitos regulamentados de poder. Assim, cada sociedade tem o seu regime de verdade. São tipos de discursos que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros.

historiadora Regina Beatriz, em seu trabalho sobre as cidades da zona diamantífera do Mato Grosso, chama a atenção para os aspectos fundadores dos relatos. Para ela, entre as características mais presentes nos relatos orais de memória está sua capacidade de instituir territórios por meio da produção de textos e discursos estratégicos. Os relatos devem ser observados como textos e discursos, artefatos culturais que possibilitam a instauração de lugares sociais e a construção e demarcação de territórios. Ainda segundo Regina Beatriz,

Deve-se assinalar a importância de se levar em conta o relato oral como texto onde se inscrevem desejos, reproduzem-se modelos, apreende-se fugas [...] passível de ser lido e interpretado e, da mesma forma, um texto articulador de discursos.⁴²

Verena Alberti, no trabalho *Histórias dentro da Histórias*, observa que o relato oral saído de uma entrevista deve ser entendido como um documento-monumento, onde o termo documento é entendido como um vestígio do passado e monumento representa a intenção de perpetuar uma cena na história. Assim, o relato oral de memória visto como um *documento-monumento*⁴³ acusa, na produção de um documento oral, a existência de uma prévia intencionalidade de transformá-lo em história. O processo de entrevista traduz aspectos da disputa pela escrita da história em que tanto o pesquisador quanto o entrevistado participam, por meio da escrita do passado, da montagem do futuro, apresentados por determinado relato oral de memória.

O meu trabalho, a produção de documentos orais e a consulta as fontes utilizadas se aconteceram em três momentos do desenvolvimento da pesquisa: a partir de março de 2008, quando iniciei uma coleta de dados para publicação do livro *Aqui do Alto a História é Outra*. Nesta fase, que se estendeu de março a agosto daquele ano, conversei e entrevistei cerca de 40 moradores⁴⁴, reunidos inicialmente em dois grupos focais.

⁴² GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Cidades da Mineração: memórias e práticas culturais. Cuiabá: EDUFMT. 2006.

⁴³ A terminologia documento-monumento foi pensada por Jacques Le Goff, que o define como sendo o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente da sociedade que o produziu com o objetivo de construir um determinado futuro.

⁴⁴ O contato inicial se deu com uma ida minha à reunião comemorativa denominada Encontro de Gerações, promovida anualmente pela Associação dos Amigos do Alto José do Pinho, uma organização que tem o objetivo de resgatar e valorizar a memória do Alto. Os moradores entrevistados em 2008 foram: Adilson Ronrona, Agnaldo Rodrigues, Amara Francisca, Antônio Omar, Arnaldo Colorau, Aureliano Rodrigues, Aurino Ferreira, Baruque, Conceição de França, Davi Pessoa, Expedito de Oxóssi,

Durante a realização do grupo focal, a partir da densidade dos relatos e das necessidades da pesquisa, marquei entrevistas com os moradores que se dispuseram a participar do projeto do livro, que teve o objetivo de dar a ler aspectos da cultura e da política do Alto José do Pinho narrados pelos antigos moradores. As entrevistas produzidas no ano de 2008, por inexperiência minha, não foram datadas, ou seja, de informação sobre as datas só consta o mês em que elas ocorreram. Contudo, em 2009, quando me preparava para a seleção do Mestrado em História do PPGH/UFPE, voltei a fazer algumas entrevistas com os moradores Arnaldo Colorau, Aurino Pereira, Dona Detinha e Marco Simão, objetivando aprofundar questões postas por eles quando das entrevistas em 2008. Já durante o meu período no Mestrado, voltei sistematicamente ao bairro, entre os meses de agosto e dezembro de 2010, para produzir novas entrevistas e aprofundar conhecimentos sobre alguns assuntos pautados pela consulta às fontes escritas. Além disso, estive presente em eventos comemorativos, reuniões e shows folclóricos e musicais, em especial, nas reuniões anuais da Associação dos Amigos do Alto José do Pinho, uma espécie de *feira da memória*.

As entrevistas produzidas nos anos de 2009 e 2010 aparecem datadas integralmente, definindo as condições de sua produção e os temas abordados. Elas foram feitas pautadas por interesses colocados pelo desenvolvimento da Pesquisa. Alguns moradores foram entrevistados mais de uma vez, tais como, Marco Simão, Amara Francisca, Dona Detinha, Aurino Pereira e Arnaldo Colorau. Posso dizer que Arnaldo Colorau, Aurino Pereira e Marco Simão se transformaram em fontes quase que interrompidas de fluxos de informações sobre o bairro. O fato de esses três personagens apresentarem características de memorialistas e militantes me fez, até inconscientemente, a eles recorrer quando precisei obter mais informações sobre determinados temas. Eles funcionam como uma espécie de guardiões da memória coletiva pelos quais são crivadas as verdades e mentiras, o que é *a história verdadeira* e o que não é. De certa forma me impregnei do amor que eles demonstram ter pelo lugar onde vivem, mas espero que essa proximidade afetuosa não tenha me tirado a capacidade crítica para lê-los a partir do lugar de onde discursam.

Divaldo Gouveia, Josefa Ferreira, Josué Ferreira, Juraci Neves, Manoel Anacleto, Marco Simão, Marcondes Canibal, Maria Roxinho, Severino Laureano, Tania Lima, José Esteves, Julio Santos, Evandro Correia, Magda Santiago, Paulo Ferreira, Jailson Leonardo, Geraldo do Violão, Marcelo Brown, Dona Juraci, Hamilton, José Ivanildo, Dona Regina, João Grilo, Evaldo Chocolate, Roberto Carneiro, Mariana Rezadeira, Jaime Abreu e José Barbosa.

Dona Detinha, dentre aqueles moradores a que sempre recorri nas minhas idas ao campo de pesquisa, não pode ser considerada uma fonte do tempo da pesquisa – 1940 a 1960 – já que ela passa a residir no Alto só a partir de 1972. Mas o que me fez construir com ela uma relação de amizade e respeito foi a sua capacidade de acolher, servir e apresentar a novas fontes. Ela faz isso com prazer, e muito das histórias que emergem nesse trabalho tiveram a contribuição de Dona Detinha.

Amara Francisca, conhecida como Dona Amara, eu entrevistei em 2008 e confesso que as respostas dadas por ela a algumas de minhas perguntas me deixaram a sensação de tempo perdido, de ter estado com uma pessoa cujo relato não acrescentava muita coisa ao que outros entrevistados tinham dito. Foi um relato curto, de respostas curtas, do tipo: *ia muito ao catimbó, mas não acredito não* ou *gostava muito de dançar, não dançava aqui, nunca gostei*. Assim, as fugas de Dona Amara em seu pequeno relato eu transcrevi e esqueci, ou pensei ter me livrado dele. Entretanto, voltei ao relato de Dona Amara instigado pelos trabalhos da historiadora Janaína Amado, *O grande mentiroso*, e de Daniel James, sobre a vida da líder peronista Dona Maria Roldan. Depois da intersecção desses dois autores, as respostas curtas e, para mim, sem sentido de Dona Amara, abriram um mundo de discriminação e violência bem no meio da memória homogeneizada que dão a ler Arnaldo Colorau e Marco Simão. Voltei a conversar com Dona Amara em 2010. Ela estava bastante cansada aos 82 anos e ainda trabalhando. Cada resposta sua a uma pergunta que eu lhe fazia me colocava diante do imponderável de um relato cortante e desconcertante, que fala, mesmo quando não pretende.

As fotografias que constam neste trabalho, distribuídas após cada capítulo, a mim foi disponibilizada e pertencem ao acervo particular do morador Marco Simão. Procurei distribuí-las a partir da proximidade temática que apresentam como os assuntos discutidos em cada um dos capítulos. Elas contribuem para aproximar o leitor visualmente á aspectos imagéticos captados do período estudado.

Como observação complementar, quero alertar que os relatos orais, na escrita desse trabalho, aparecem parcialmente modificados por uma também parcial correção ortográfica, eliminando as repetições e desvio de pronúncia, no entanto, tomei a liberdade de preservar alguns termos e expressões próprias da linguagem dos moradores entrevistados. E também para produzir um melhor efeito de compreensão para os

leitores do trabalho. Quanto à autoria dos relatos, a maior parte deles foi devidamente autorizados pelos seus produtores, por isso utilizo-me da sua citação nominal. Fica fora dessa condição os relatos proferidos pelo morador Josué Ferreira⁴⁵, falecido pouco dias após a entrevista que fiz com ele. Os moradores entrevistados, além de serem apresentados em lista anexa ao trabalho, serão informados em nota de rodapé na medida em que forem sendo citados na escrita.

⁴⁵ A morte de Josué Ferreira tem um impacto notável sobre a produção desse trabalho, por ter sido ele um dos principais líderes do movimento reivindicativo por serviços públicos para o Alto José do Pinho e um dos articuladores da primeira associação legal existente na localidade: Associação da Juventude do Alto da Munguba. Eu imaginava voltar a entrevistá-lo.

PRIMEIRO CAPÍTULO

MEMÓRIAS DA TERRA E OUTRAS PRÁTICAS: DA POLIFONIA DA OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO

Memórias e práticas da ocupação

Muitos temas, conversas, relatos e personagens me surgem no momento em que inicio a escrita de histórias e eventos ocorridos nas décadas de 1940 e 1950, no bairro do Alto José do Pinho, no Recife. Diversos personagens encontram-se neste instante a habitar o espaço que se produziu entre eles e o pesquisador. Chegam em fluxos de memória os relatos desses personagens e o que se escreveu acerca deles na imprensa e nos livros. Rememoro os poucos estudos existentes sobre o lugar e sobre o território das zonas norte e noroeste da cidade. Entre os assuntos mais relatados pelos moradores que entrevistei, no Alto José do Pinho, encontra-se a questão da ocupação do território e algumas práticas relacionadas a ela ou, melhor dizendo, que a constitui. Diria até existir uma determinada pressão, de parte dos moradores, para que esta prática seja narrada. O processo de ocupação da terra são significados pelos moradores como importante elemento de identificação do bairro.

Denomino *polifonia da ocupação do território* os diversos discursos que circulam no campo de representação operado pelos moradores e que versam sobre o processo de ocupação do território e as práticas que o construíram. Um processo que demarcou parte do feixe de identidades existentes na localidade e lhe deu especificidade. Além do processo de ocupação territorial em si, os diversos discursos encontrados sobre as práticas relacionadas à ocupação, informam, entre outros processos, sobre a questão da propriedade da terra, sobre aspectos do processo de construção de moradias e sobre as relações sócio-econômicas e culturais que se deram entre a população, os intermediários e as imobiliárias que controlavam a terra.

Assim como na historiografia, a ocupação desse território, que na década de 1940 já era conhecido como Alto José do Pinho, é narrada por parte dos velhos moradores como produzida em boa medida pelo processo de migração, que atinge notável proporção em meados do século XX. Nesta visão, o lugar teria surgido como

resultado de um intenso movimento migratório campo-cidade e, em menor escala, cidade-subúrbio. A migração campo-cidade é dita como decorrente da industrialização, das mudanças nas relações de trabalho no campo e da crise da agroindústria açucareira. Já a migração centro-subúrbio teria sido provocada, em grande medida, pela valorização do espaço central da cidade e pela intervenção do Estado na questão da moradia na cidade do Recife⁴⁶. Além desses discursos, observa-se também a presença de alguns relatos que procuram relacionar o surgimento do Alto José do Pinho à existência de ex-escravos⁴⁷ que, segundo esses relatos, já habitavam o local antes da ocorrência do processo migratório⁴⁸, que se deu em meados do século passado.

Neste capítulo tentarei apresentar e analisar as práticas que se deram e se instituíram durante o movimento de ocupação do espaço. Interessa-me compreender e significar essas práticas na medida em que, a despeito das transformações que se operavam na macroestrutura econômica e social do país, elas foram capazes de instituir o lugar e lhe dar especificidade. Isto é, uma proposta de pesquisa que busca a análise de processos mais específicos, utilizando-me da redução da escala de observação, que me permitiu perceber, no contexto das ações dos indivíduos, *as ambiguidades deixadas abertas pelos sistemas de dominação e controle e pelas instâncias de sociabilidade*⁴⁹. O processo de ocupação territorial do Alto José do Pinho, poderá ser melhor compreendido investigando-se os diversos processos que aconteciam no âmbito da ocupação. Por fim, apresento e discuto as práticas de ocupação e como essas práticas

⁴⁶ A partir da implantação da ditadura do Estado Novo, em 1937, até meados dos anos 1950, a forma predominante de moradia utilizada pelos pobres, denominada de “mocambo”, foi combatida pelo Estado, que propagandeava a sua extinção. Em 1939, foi criada a Liga de Combate ao Mocambo, cujo objetivo era erradicar esse tipo de moradia e para isso intermediava recursos de empresas privadas.

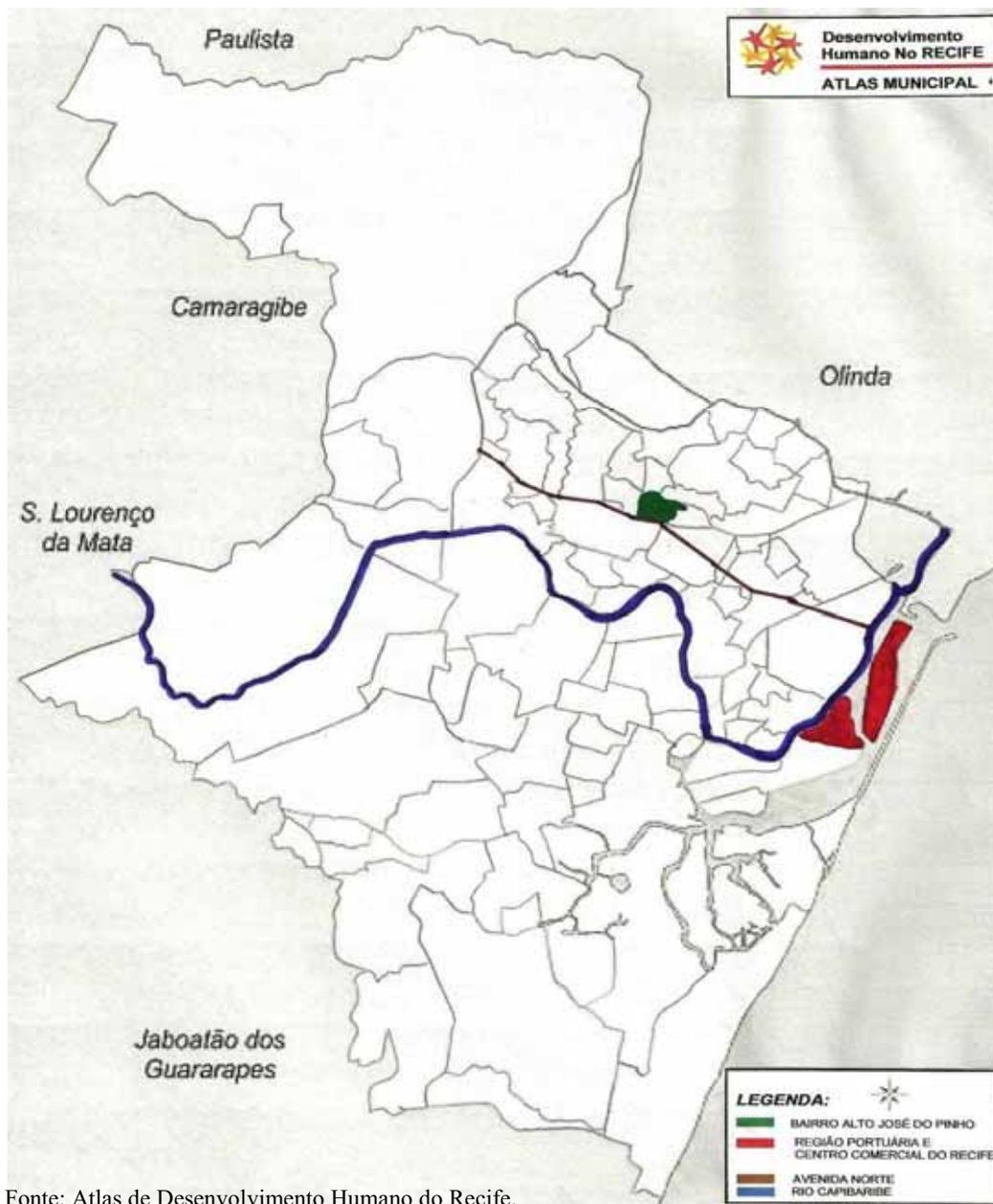
⁴⁷ Os moradores Marco Simão e Nelson Preto, ao discursarem sobre a propriedade das terras onde se encontra instalado o Alto, contam que seus antecedentes foram ex-escravos e que habitavam o lugar já no limiar do século XX. O Alto do Pascoal, bairro vizinho, é dito por velhos moradores como tendo seus começos ligados à vida do negro Pascoal, que, segundo eles, teria sido um ex-escravo reprodutor fugido de um engenho, que ali encontrou seu reduto, contribuindo para a existência do Bairro.

⁴⁸ O processo migratório campo cidade teria atingido grandes proporções em meados do século XX, mas só começa a ser percebido a partir dos anos 1930 e, segundo estudos feitos por Paul Singer, teria sido responsável por um incremento de aproximadamente 50% no número de habitantes, no intervalo de apenas 20 anos (1920 a 1940). (SINGER, Paul. Recife: Desenvolvimento econômico e evolução urbana. São Paulo: Cia das Letras. 1977).

⁴⁹ REVEL, Jacques. A história ao rés do chão. In LEVI, Giovanni. A herança Imaterial: a trajetória de um exorcista do Piemonte do século XVI. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2000.

foram capazes de demarcar identidades e possibilitar a emergência de diferentes territórios, na localidade.

Figura 2: Mapa da cidade do Recife destacando a inserção urbana do Alto José do Pinho, apresentando também a região portuária do centro da cidade, o rio Capibaribe e a avenida Norte.



Nos relatos de memória que informam sobre o processo de ocupação do território onde se encontra instalado o Alto José do Pinho, pode ser observado que alguns moradores o apresentam como algo homogêneo. A problematização e o cruzamento com outras fontes, e até mesmo com alguns outros relatos, trazem outros elementos para a análise, que desconstruem aspectos da memória construída, dando a ler⁵⁰ outras práticas, que o mostram como um campo de luta⁵¹. Perceber a memória como um campo de luta e como um processo de reconstrução do vivido, abre a possibilidade de se entender os interesses e as diferenças que contribuem para sua emergência. São os grupos sociais que constroem a memória a partir da memória individual. São os indivíduos que lembram, no sentido literal, físico, mas *são os grupos sociais que determinam o que é memorável e também como será lembrado*⁵².

A construção que predomina na memória coletiva sobre a ocupação territorial conta-a como sendo resultante da busca dos indivíduos pela moradia, da existência de certas regras para a instalação no território, do aparecimento das imobiliárias, do pagamento de aluguel de foro de chão e da conquista dos terrenos e das casas. Em um dos relatos, o morador Josué Ferreira, provocado para lembrar sobre a atuação da Associação Benfícete da Juventude do Alto da Munguba, criada na segunda metade dos anos 1940 e da qual ele tinha sido presidente, nos traz alguns elementos de como a memória reconstruiu o processo de ocupação do espaço e da construção do território⁵³:

⁵⁰ “O passado é o país estranho onde as coisas são feitas de forma diferente” (LOWENTHAL, p. 280: 1998). O passado tido como tal nunca foi o vivido, mas sim uma reconstrução parcial desse vivido. Assim, seria preciso e mais produtivo procurar entender como os grupos construíram a sua memória sobre os acontecimentos que vivenciaram e quais os elementos discursivos e práticos propiciaram a consolidação dessa específica e determinada produção dos fatos passados.

⁵¹ A memória percebida como um campo social de disputa e disputada pelos grupos que tentam fazer prevalecer seus interesses e sua forma de ler o mundo e dizer o passado.

⁵² BURKE, Peter. *Variedades de História Cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2006.

⁵³ Adota-se aqui o conceito de território, em vez de Região, tomando por base o pressuposto de que a emergência dos chamados novos objetos e a ampliação dos domínios historiográficos tornam pouco produtivo o conceito de região. Segundo José D’Assunção Barros, “o modelo de região derivado da escola geográfica de La Blache começou a ser questionado precisamente porque deixava encoberta a questão essencial de que qualquer delimitação espacial é sempre uma delimitação arbitrária, e também de que as relações entre o homem e o espaço modificam-se com o tempo, tornando inúteis (ou não-operacionais) delimitações regionais que poderiam funcionar para um período, mas não para outro”. (*História, espaço e tempo: interações necessárias*. In. *VARIA HISTORIA*, Belo Horizonte, vol. 22, nº 36: p.460-476, Jul/Dez 2006).

Aqui não tinha nada, nada mesmo, tinha só aquelas casinhas e aqueles caminhos com mato do lado e do outro. Não tinha luz, não tinha calçamento, não tinha escola, não tinha nada. Nós lutamos, fomos na prefeitura e conseguimos tudo isso, luz elétrica, calçamento, escola, água encanada. Isso aqui ficou outra coisa, doutor Clóvis ficava dizendo: eu queria morar aqui, que está muito desenvolvido, tem tudo, tem clube, até cinema aqui tem. Conquistamos muita coisa, depois disso aqui encheu de gente⁵⁴.

Josué Ferreira relata sobre a ocupação, a paisagem encontrada, a luta da Associação e a conquista de alguns serviços públicos. Além disso, ele informa sobre a chegada de novos artefatos culturais como o cinema e o clube social, artefatos que ensinam a afável fala do então candidato a vereador, Clóvis Corrêa, que, ao externar desejo de estabelecer moradia na localidade, distingue o lugar comparando-o ao seu local de moradia, que devia situar-se em lugar mais nobre.

Imagina-se que Josué não tenha sofrido diretamente as dificuldades do campo da moradia, ou pelo menos construiu sobre elas memórias diversas daquelas que nos apresentaram outros moradores, como, por exemplo, João Grilo.

Vieira da Cunha (Imobiliária) não expulsou ninguém, mas forçou vários moradores a vender seus mocambos. Vieira da Cunha obrigava dizendo ao morador: ou o senhor compra o terreno ou vende a casa. Como as pessoas não tinham o dinheiro para comprar o terreno eram forçadas a vender a casa, assim foi que Vieira da Cunha tornou-se dono de muitas casas e muita gente ficou vivendo alugado em casas que elas próprias tinham construído. Era um tempo sem lei, o dinheiro mandava, era um tempo de gente insolente. Eu mesmo vi aqui cara cortar o outro de foice e jogar no barranco. Vieira da Cunha podia fazer isso. O policiamento era soldado, soldado sabe como é, pintava o sete e só tem força para o miúdo.⁵⁵

Josué e João Grilo, apesar de habitarem na mesma comunidade e de se conhecerem e participarem, em algum momento, de acontecimentos sociais e culturais importantes, construíram memórias diferentes, representando o vivido também de maneira diversa. O que é importante lembrar para um, não parece tão importante para o outro. Enquanto os relatos de memória de Josué projetam na cena aspectos da luta e das conquistas dos primeiros serviços públicos e passa ao largo da questão do controle da

⁵⁴ Entrevista concedida por Josué Ferreira em 06.2008.

⁵⁵ Entrevista concedida a Ricardo Leite em 07.2008.

propriedade da terra e da violência da imobiliária, os relatos de João Grilo denunciam a violência em vários níveis. Este nos informa que o lugar, que na visão de Josué e do político, aparece como civilizado, não o era tanto assim. A violência dá o tom no relato de João Grilo: violência da imobiliária para com os moradores; violência de um morador contra outro; e violência da polícia contra os pobres. João Grilo nos informa o Alto José do Pinho como um lugar no qual existiria pouca probabilidade de alguém como Clóvis Corrêa querer fixar residência.

Tanto Josué Ferreira como João Grilo, ao relatarem suas memórias sobre aspectos do território e do vivido, nos informam sobre os aspectos da seleção que a memória faz. As impressões que eles têm do passado, da ocupação, do surgimento da sociabilidade e da violência, sofrem as pressões do presente e da seletividade produzida pelas suas experiências de vida e por aquilo que eles acham importante lembrar⁵⁶. Conforme observa Antônio Montenegro, um trabalho acerca da memória deve estar atento para o seu caráter seletivo, tanto da própria memória, construída em meio a uma disputa e tensão permanentes entre o indivíduo e o grupo e entre o passado e o presente, quanto do indivíduo que a produz e suas diferentes experiências de vida.

Mas se a seletividade é própria da memória não se pode esquecer que o narrador ao relatar sua memória também opera com seletividade [...] nenhum relato de memória é total, pois o entrevistado em função de uma série de injunções do presente realiza recortes, desloca sentido, institui silêncios de forma a produzir por meio de palavras uma narrativa que atenda aos interesses e desejos do presente⁵⁷.

Josué e João Grilo, ao narrar, estão operando seus próprios filtros e do grupo e selecionando acontecimentos da sua experiência de vida. Imaginamos que os fatos que se deram no âmbito da luta pela moradia e das práticas de ocupação não tenham sido tão marcantes para Josué quanto a luta pela melhoria das condições materiais de existência, das quais esteve envolvido como um dos seus protagonistas. Do mesmo modo, imagine-se que as lembranças de João Grilo se fundem nas suas experiências de vida como, por exemplo, no fato de morar em terra controlada pela Imobiliária Vieira da Cunha e,

⁵⁶ HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Vértice. 1990; RICOUER, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Campinas/SP. UNICAMP. 2007.

⁵⁷ Entrevista Memórias, percursos e reflexões com Antônio Montenegro. In SECULUM – Revista de História 18. João Pessoa/PB, Jan/Jun. 2008. p. 196.

também, por ter sido ele diretor do clube Bom Sucesso, instituição que, por ter sua sede em terreno da imobiliária, teria sofrido pressão para compra do mesmo. Mas o que se deseja realçar é que essa seletividade da memória informa sobre a diversidade das práticas e, também, no caso do Alto José do Pinho, que a construção social do espaço projetava o surgimento de diferentes territórios. Além disso, destaco que as formas como os moradores dão sentido às suas experiências se articulam com os territórios em que vivem e se constroem. As práticas acontecidas no contexto da luta por terra e moradia estabelecem um território para onde convergem e atuam diversas identidades que possibilitaram a instituição da localidade.

Além da diversidade das práticas e da confluência de identidades, o processo de ocupação territorial em alguns relatos surge marcado por silêncios, não ditos e esquecimento. Em alguns casos esses esquecimentos funcionam como as usuais estratégias utilizadas pelo narrador para construir sentidos e identidades, algo presente no ato de recordar. Conforme observa Lowenthal, recordar é esquecer as diferenças para construir um passado uniforme e inteligível. No processo de construção de uma determinada memória, lembranças são descartadas e combinadas continuamente, e os esquecimentos possibilitam a grupos e indivíduos estabelecer alguma ordem sobre o caos.

Observando os relatos dos moradores sobre a ocupação territorial e cruzando-os com algumas notícias saídas na imprensa escrita, é possível perceber que em alguns deles a questão da violência praticada pelas imobiliárias e seus prepostos, os cobradores, aparece em menor número do que os relatos que informam aspectos que projetam o lugar e o passado com certa positividade e empatia. Antônio Omar, relatando sobre um dos cobradores do aluguel do chão, informa sobre como parte dos moradores sentiam e representavam esses personagens.

O senhor Antônio do chafariz foi por muitos anos o cobrador de Vieira da Cunha, que era o dono dessa parte da terra. Ele também era o administrador do chafariz da imobiliária aqui nessa rua mesmo. Ele sempre foi um homem justo e humano, nem ele nem Vieira da Cunha (a imobiliária) maltratavam ou expulsavam alguém das suas terras por não ter o dinheiro do aluguel. Nós nos entendíamos com seu Antônio.⁵⁸

⁵⁸ Entrevista concedida por Antônio Omar em 20.11.2010.

Observa-se no relato de Antônio Omar, que parte dos moradores naturalizava as relações de propriedade e não percebiam os aspectos mais subliminares da violência existente nessas relações. Imagina-se que na década de 1950, período em que a imobiliária pressionou os moradores, tentando tomar-lhes as casas, a prática de aluguel do chão era sentida como algo natural. As relações entre a imobiliária e os moradores apresentavam-se ainda como aceitável e justa. O questionamento da relação de propriedade, ao que indica o relato do ex-garçom Antônio Omar, ainda não era observado no universo das demandas da população do Alto. Os jornais da época pesquisada, do pouco que acompanham os acontecimentos naquele território, também não questionam a forma de propriedade. Quando muito, os jornais publicam umas poucas matérias que relatam a difícil condição de vida dos moradores, criticam o preço do aluguel do chão das casas e do aluguel das casas ou denunciam os mocambeiros⁵⁹ como os responsáveis pela exploração da população pobre dos morros do Recife.

Algumas dessas matérias⁶⁰, publicadas nos jornais Diário da Noite e Folha do Povo, pertencentes, respectivamente, ao grupo do Senador Pessoa Queiróz e ao Partido Comunista, focam-se nos morros de Casa Amarela, e em particular no Alto José do Pinho, trazendo aspectos das questões que representariam as maiores preocupações dos moradores daquele território, no final dos anos 1940. As matérias são contundentes na denúncia do crescimento demográfico, das aviltantes condições de existência. Elas também relatam a existência de um contexto emergente de um conjunto de reivindicações por melhoramentos públicos, nas comunidades suburbanas do Recife. Na

⁵⁹ Mocambeiros eram denominados as pessoas que tinham casas para aluguel. Esses personagens eram descritos como pessoas gananciosas, que viviam de explorar os pobres.

⁶⁰ **Diário da Noite**: 23.10.1946, “Absoluta ausência de iniciativa pública no morro”; 23.08.1947, “Enriqueceram com aluguéis de mocambos”; 04.09.1948, “O problema dos morros, crescimento demográfico e falta d’água”; 22.09.1948, “Água para as favelas do Recife”; 07.03.1949, “Preciso de uma escola para meu filho”; 23.12.1949, “O drama dos subúrbios – Casa Amarela, capítulo de sangue e miséria”; **Folha do Povo**: 22.01.1949, “Tudo falta no Alto da Munguba – Luz, escolas, água e melhoramentos públicos”; 26.01.1949, “Moradores dos Altos de Casa Amarela não têm direito a nada”; 06.02.1949, “Uma maternidade para Casa Amarela”; 13.02.1949, “CR\$ 0,70 uma lata d’água”; 15.02.1949, “Inaugurada luz pública na Alto da Munguba (José do Pinho)”; 20.02.1949, “Pavimentação da estrada do Beco do Pavão, reivindicam os moradores do Alto José do Pinho”; 19.04.1949, “Ônibus e boeiras, exigem os moradores de Casa Amarela”; 18.05.1949, “34 chafarizes para a cidade inteira”; 01.07.1949, “Não permitir a exploração dos Aluguéis”; 02.07.1949, “Verdadeiro roubo os aluguéis nos Altos de Água Fria”; 30.07.1949, “Piora a situação do povo no Alto da Conceição”; 13.12.1949, “Vitória do povo do Alto da Munguba (José do Pinho)”; 23.12.1949, “Feira aos domingos exigem os moradores do Alto da Munguba”.

tentativa de pontuar quais seriam as demandas da população do Alto José do Pinho, no período, reproduzirei duas dessas matérias com o entendimento de que elas possam oferecer alguma visibilidade às demandas dos moradores dos subúrbios recifenses, em meados do século XX.

A exploração dos chãos das casas e a edificação de mocambos, divididos em 8, 10 quartos pelos mocambeiros, constituem hoje em dia, rendosa indústria através da qual os usurpadores das magras economias do povo enriqueceram do dia para noite, acobertados pela proteção das chamadas autoridades constituídas, o governo, a polícia, a justiça [...] melhor negócio que fazer um mocambo de capim e dividi-lo em quartos para alugar a 30, 40 e 60 cruzeiros, não existe.⁶¹

Falta tudo no Alto da Munguba: luz, escolas, água e melhoramentos públicos. Os moradores estão tentando organizarem-se para conquistar luz elétrica, fazendo várias visitas ao prefeito para tal fim. Maria Augusta, moradora da rua 10, disse que as maiores necessidades são uma escola, porque o Instituto Pedagógico fica longe, na rua do bonde (Estrada do Arraial), luz pública e residencial. José Andrade Lima, morador da rua 49, reclamou do chafariz avariado na rua do rio e que por isso o povo está pagando 20 centavos por uma lata d'água e 50 centavos por um banho em outro chafariz. Alice Bezerra falou que luz e agência do correio é necessário, mas o que é mais prioritário é um posto médico.⁶²

A segunda metade da década de 1940 parece ter sido o momento que o Alto José do Pinho passa a ser visto como um problema urbano. As diversas eleições ocorridas no período e a presença dos políticos em campanha contribuem para a apresentação da comunidade e dos seus problemas ao poder público. A significativa presença do Partido Comunista (PCB) na representação política⁶³ da cidade do Recife, após a redemocratização, foi importante para que as demandas da população do Alto adquirissem visibilidade. Os vereadores e deputados eleitos pelo PCB e o jornal do

⁶¹ Matéria publicada no jornal Folha do Povo, em 03.07.1949, com o título: “Mocambeiros asfixiam o povo na Bela Vista”

⁶² Matéria publicada no jornal Folha do Povo, em 22.01.1949, com o título: “Falta tudo no Alto da Munguba - luz, escolas, água e melhoramentos públicos”. Obs. A parte sul do território do Alto José do Pinho era conhecida como Alto da Munguba.

⁶³ Nas eleições para o cargo de vereador do Recife, ocorridas em 1947, o Partido Comunista elegeu 11 dos 25 vereadores e 9 dos 55 deputados estaduais, passando a ser a terceira força político-eleitoral da capital.

partido, percebem o território dos morros como um espaço a ser disputado eleitoralmente, a fim de ampliarem sua ação político-partidária. Em 1946, o partido instaura um célula, batizada de Célula Comunista Jener de Souza⁶⁴, localizada na rua 20 (atual Severino Belarmino), nº 75. Neste local passou a funcionar, até o final de 1950, uma dança, denominada de xenheném. Na Célula Jener de Souza, o Partido Comunista promoveu eventos como conferências, mesas redondas e festivais dançantes.

O que se nota pelas notícias publicadas é que a questão da propriedade da terra não se encontrava em discussão. A fala dos moradores dada a ler pelos jornais, filtrados os interesses que esses órgãos representavam, informa sobre um conjunto de demandas que ensejam melhoramentos públicos e a abertura de um diálogo com o aparelho de Estado. Reivindicam-se eletricidade, coleta de lixo, correio, escolas, calçamento, chafariz, posto médico, água e transporte. Criticam-se as condições de moradia, mas a crítica que é feita resume-se aos altos preços dos aluguéis. Percebem-se, também, reclamações por conta dos preços cobrados pelo aluguel de chão das casas. A luta contra as imobiliárias para conquista da moradia ainda não era vista e sentida como uma necessidade presente. A questão da propriedade da terra por muito tempo ainda continuaria invisibilizada.

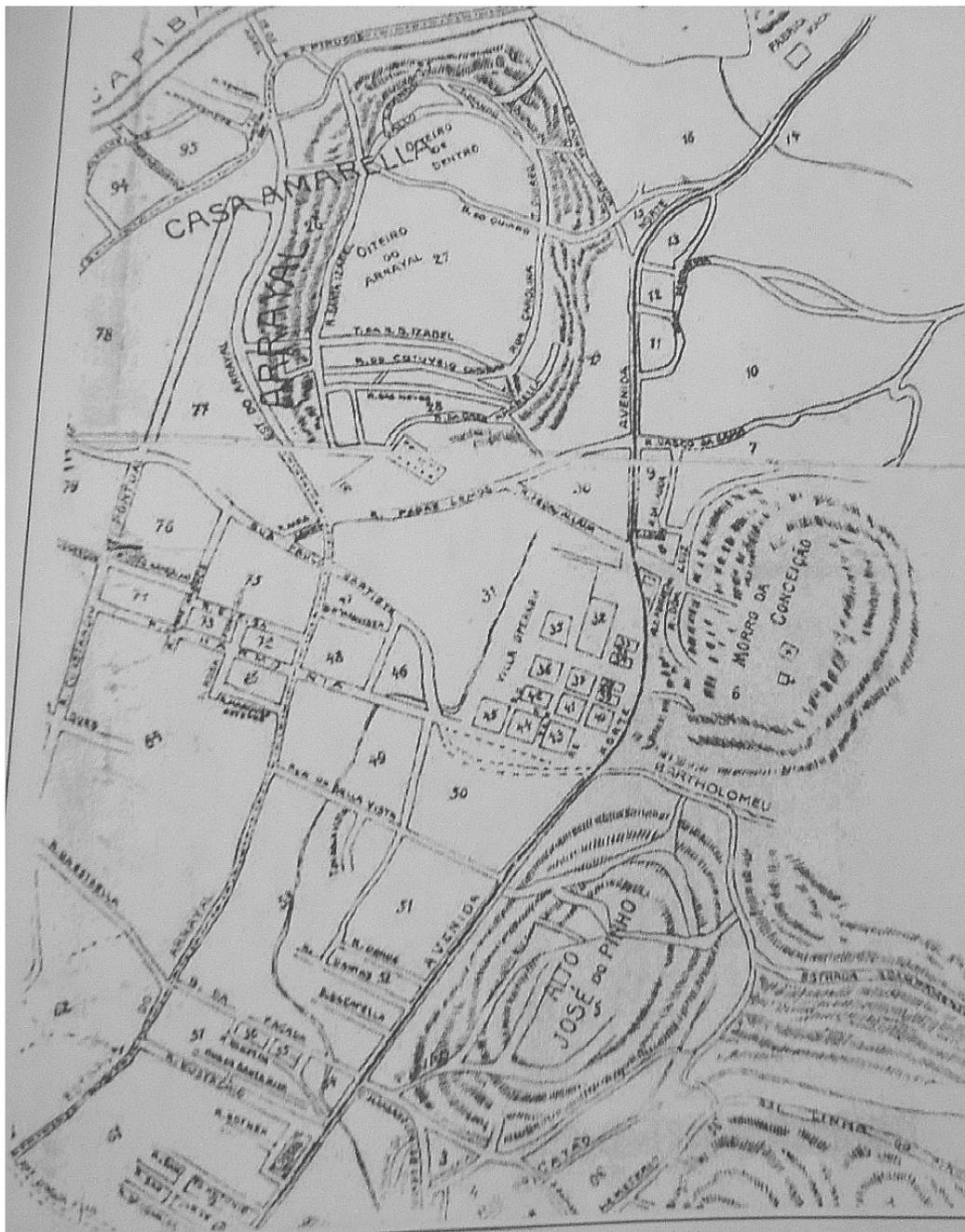
Se a temática da propriedade da terra não tinha assumido contornos de uma violência ou injustiça social, a questão da inadimplência já fazia parte da vida dos moradores. Uma inadimplência que vinha associada à possibilidade de uma retaliação violenta por parte do cobrador. Consequentemente, por parte dos moradores, os relatos sobre a inadimplência surgem como uma fala sobre o outro. A inadimplência existiu, mas o inadimplente cala, construindo um campo de silêncio sobre o tema.

Os silêncios, os não ditos e os ditos de outra forma, que emergem da produção do conhecimento historiográfico, foram significados, entre outros, por Michel de Certeau e Michael Pollak⁶⁵, os quais informaram sobre a necessidade do historiador de construir sentidos para o que esses silêncios estejam dizer sobre o vivido.

⁶⁴ Arnaldo Colorau em seu relato cita a célula comunista: “Fizeram uma célula comunista perto do posto de saúde e botaram o xenheném, uma dança que tinha o músico Zezão da Mangabeira tocando sanfona e nós não sabíamos que era dos comunistas, só soubemos depois que a polícia fechou”

⁶⁵ DE CERTEAU, Michel. A escrita da História. Forense Universitária. São Paulo. 2008; POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. Revista Tempos Históricos, Volume 2, Nº 3. CPDOC/FGV. Rio de Janeiro, 1989.

Figura 3: Mapa de parte da zona norte do Recife, datado do ano de 1924.



Fonte: Fundação Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais

Mapa da Região de Casa Amarela produzido pelo Departamento de Higiene e Saúde em 1924. Na figura podem ser observados a estrada de ferro eixo norte da Great Western (atual Avenida Norte) por onde chegava ao Recife parte dos migrantes da região da mata pernambucana. Nele também consta a estrada do Arraial, por onde transitava os bondes urbanos, e a estrada do Bartholomeu, importante via de acesso a região da Guabiraba, Dois Unidos e Beberibe. Na figura também aparece, além de outros morros, o Alto José do Pinho, com traçado de vias semelhantes ao existente na atualidade.

Para Certeau, os esquecimentos, sejam eles forçados ou voluntários, podem, por meios da escrita histórica, funcionar como cenas organizadoras do passado. Os esquecimentos na história, enquanto ausências, induzem à produção de uma escrita, vista como:

Atividade que produz sentido e que instaura uma inteligibilidade do passado é também sintoma de uma atividade sofrida, o resultado de acontecimentos e estruturações que ela transforma em objetos pensáveis, a representação de uma gênese organizadora que lhe escapa⁶⁶.

Quando falamos de memória dialogamos com os trabalhos e as concepções apresentadas pelo historiador e pesquisador Antônio Torres Montenegro, que pontua a necessidade de se ter, nos trabalhos com fontes orais e na produção e análise de entrevistas, um conhecimento teórico-metodológico acerca do debate sobre a memória.

Memória não é registro, memória é construção, é elaboração. Quer dizer, um entrevistado que narra a sua memória, de alguma coisa que viveu, que passou, que experimentou, ele antes de tudo tem daquela experiência, não um registro, ele tem uma elaboração. Porque nós registramos tomando por base as nossas referências, então, como todo registro mnemônico se dá a partir do que nós já temos acumulado que percebemos ou interagimos com o mundo ao nosso redor.⁶⁷

Montenegro chama a atenção para um aspecto da memória que outros pesquisadores⁶⁸ já haviam anteriormente alertado: o seu caráter de elaboração e a sua dimensão social. Mesmo que essa dimensão social da memória tenha as lembranças individuais como suporte, necessita do lembrar coletivo para operar as representações e a produção de sentidos. Ao nos falar que memória não é algo estático e depositado no nosso passado, que ela é um processo de elaboração, Montenegro nos introduz em uma concepção que percebe a memória como algo que se institui a partir do presente. Ou seja, nós rememoramos a partir do que vivemos, sentimos e aprendemos no presente. A

⁶⁶ De Certeau, 1982, p. 54

⁶⁷ Memórias, percursos e reflexões: com Antônio Torres Montenegro. Entrevista concedida pelo professor Antônio Montenegro aos professores Elio Chaves e Regina Behar, publicada na Revista de História SECULUM, Jan./jun. 2008, Nº18. João Pessoa: UFPB. 2008.

⁶⁸ Maurice Halbwachs, Pierre Nora, Jacques Le Goff, Michael Pollak, entre outros

memória, por sua vez, sofre as pressões do presente, o que modifica o acontecido rememorado.

Você lê ou apreende o mundo com sua memória, mas o presente, o acontecido que se apresenta diante dos seus sentidos, também interfere, atua, desloca os significados que você traz como memória. Por isso a memória resulta numa construção tensa, entre o que traz como lembrança – e desse modo, informa a maneira de perceber, de compreender – e o que se configura diante dos seus sentidos no presente.⁶⁹

No Alto José do Pinho, alguns entrevistados preferiam calar quando abordavam assuntos polêmicos, tais como falar dos cobradores de aluguel dos terrenos, da ação do Estado no momento em que acontecia o processo de regularização fundiária dos terrenos das casas, de acontecimentos onde o protagonista fosse alguma pessoa conhecida ou mesmo de casos em que o passado traduz algo do qual se tenha vergonha.

Um desses casos em que persistem silêncios e reticências envolve o universo da inadimplência dos moradores. Era vergonhoso não poder pagar o aluguel do chão. Era vergonhoso e também perigoso. Ainda hoje pouco se fala nisso, mas um ex-cobrador relatou que:

Nos anos 1960 mais ou menos 20% das casas deviam o aluguel do chão, quando nós chegávamos para cobrar muitos deles se escondiam envergonhados, a maioria queria pagar, mas não tinha emprego, era difícil por que muitos eram meus amigos e eu tinha que cobrar.⁷⁰

Aurino Pereira foi o último cobrador das terras controladas pela Baronesa Cesário de Melo. Ele fala de inadimplência e de vergonha. Conta do constrangimento de ter de cobrar a amigos que não tinham como pagar. Essa vergonha que atravessava as relações entre o cobrador e os inadimplentes constrói um campo de silêncio sobre o tema da inadimplência, impedindo a sua visibilidade. Se o cobrador se diz constrangido, do lado dos moradores não se fala na questão da inadimplência. O que eles relatam é que se esforçavam para pagar, não falam de inadimplência.

⁶⁹ Memórias, percursos e reflexões: com Antônio Torres Montenegro Entrevista do professor Antônio Montenegro, concedida e publicada na Revista de História SECULUM. UFPB. 2008

⁷⁰ Entrevista de Aurino Pereira a Ricardo Leite em 18.06.2010.

Mesmo desempregado eu fazia questão de pagar. Procurava coisa pra vender na feira, vendia fruta aqui na praça, pedia emprestado. Quando chegava o dia do pagamento eu tinha que estar com o dinheiro do aluguel, era meu compromisso.⁷¹

Baraúna conta com certo orgulho o sacrifício pessoal para cumprir com o compromisso do pagamento do aluguel. Do esforço que fazia, desdobrando-se como vendedor ambulante ou mesmo pedindo algum empréstimo. Ainda hoje Baraúna vende frutas no Alto do Pinho.

O cobrador Aurino é amigo de Antônio Baraúna. Aurino o relata como um dos inadimplentes: *ele ficou muito tempo sem pagar*. Mesmo que o fato da inadimplência seja parte do passado, deve ser muito difícil para Antônio Baraúna fazer um relato assumindo-o. As suas memórias reconstruídas construíram uma ponte sobre o tema e promoveram como foco do seu relato a questão do esforço para cumprir o pagamento do aluguel.

A invisibilidade da questão do controle da terra pelas imobiliárias como um problema a ser enfrentado, não significa que esse controle não fosse um problema sentido. Em alguns relatos ele emerge na forma de inadimplência, pressionando os moradores. Como nos falou Nelson Preto: *não se pagava porque não tinha dinheiro, ninguém queria morar de graça, a gente se revoltava, mas não dava um pio*⁷². O que Nelson Preto relata sobre a vontade de cumprir com o compromisso com a imobiliária e sobre a falta de dinheiro para fazê-lo, se ancora em revolta quando diz que *a gente se revoltava, mas não dava um pio*. Mesmo com o tema da propriedade da terra ainda não se encontrando na pauta coletiva dos moradores que se submetiam ao pagamento do aluguel do foro de chão, o relato de Nelson Preto informa sobre a existência de questionamentos e sobre como ele a sentia. São questionamentos que se davam no campo individual, mas que podem ter servido de lastro para o questionamento da propriedade da terra, quando este assumiu formas de luta coletiva.

Do mesmo modo que as memórias subterrâneas e vergonhosas contribuem para o trabalho do historiador, a memória reverenciada e aprovada pelo grupo de moradores

⁷¹ Entrevista de Antônio Baraúna a Ricardo Leite em 20.10.2010.

⁷² Entrevista concedida por Nelson Preto a Ricardo Leite, em 26.11.2010.

também o ajudam a dar sentido ao passado. Tanto quanto as memórias da vergonha, as memórias do orgulho estabelecem modelos de representação. No contexto de construção das representações, desempenha papel importante para a consolidação do estatuto identitário do lugar o que se escreveu sobre ele. A historiografia sobre o território pesquisado, exceto trabalho de cunho mais específicos⁷³, aparece predominantemente marcada por análises generalizantes e pelo olhar de geógrafos, memorialistas e urbanistas.

Diversos autores, ao escreverem sobre o território⁷⁴, informam sobre a existência de uma produção intelectual e acadêmica que versa predominantemente sobre temas como a forma de organização e controle da propriedade, a ocupação e a regularização fundiária. Em boa parte desses trabalhos, o processo de ocupação territorial das terras onde se encontra atualmente situado o bairro Alto José do Pinho, aparece vinculado ao processo de desenvolvimento econômico da região, em particular da cidade do Recife. No ponto de intersecção entre todos esses trabalhos, está a ideia e o entendimento que percebe o processo de ocupação territorial, das zonas norte e noroeste da cidade do Recife, como decorrente de uma agenda predominantemente econômica. O processo de ocupação seria caudatário, em grande medida, das relações que se criaram entre a crise no mundo rural, o desenvolvimento econômico e a crescente urbanização do país. No caso específico do Recife, essa equação economicista é agravada pelo

⁷³ Os trabalhos já citados sobre a memória produzidos pelo professor Antônio Montenegro em parceria com a Federação das Associações Comunitárias de Casa Amarela – FEACA; e mais recentemente alguns trabalhos sobre o universo da cultura africana como os produzidos por Zuleica Dantas Campos sobre a prática do catimbó e o trabalho de Lucia Helena sobre o Xangô e a Nação Xambá, ao estudarem as práticas nos terreiros e o papel jogado pelo Estado contam um pouco do cotidiano nos morros e córregos da zona norte-noroeste da cidade.

⁷⁴ BERNARDES, Denis. Recife: o caranguejo e o viaduto. Recife, Editora UFPE, 1996; FIGUEIRA, Adriana Barata dos Santos. A grande mãe: um estudo sobre o imaginário do lugar: o Morro da Conceição. MDU/UFPE. 2000; GOMINHO, Zélia de oliveira. Veneza Americana e Mucambópolis: o Estado Novo na cidade do Recife. PPGH/UFPE. 1997; MONTENEGRO, Antônio Torres. História Oral e Memória: a cultura popular revisitada. São Paulo: Contexto, 1992; MORAIS, Edlene M. Neri de. Sossega Leão: os significados do homicídio doloso na prática cotidiana da Justiça – Recife, 1939-1949. Recife PPGH/UFPE, 2009; PONTUAL, Virginia. Uma cidade e dois prefeitos: narrativas do Recife das décadas de 1930 e 1950. Recife: FUNDAJ, 2001; SINGER, Paul. Desenvolvimento econômico e evolução urbana. 2ª edição. São Paulo. Cia das Letras. 1977; SOUSA, Isauro. A regularização fundiária das “Terras de Ninguém”. MDU/UFPE. 2005; SOUZA, M. Angela; LUBAMBO, Cátia Wanderley; NETO, Adair Ribas. O processo de formação das favelas de Casa Amarela. Recife. UFPE. 1984; SOUZA, M. Angela. Avanços e arrefecimentos do processo de regularização fundiária dos assentamentos populares. In Anais do Terceiro Congresso de Direito Urbanístico. MDU/UFPE. 2004.

vertiginoso aumento populacional acontecido na primeira metade do século XX e pelo esfacelamento fundiário e insolvência econômica dos engenhos de açúcar localizados próximos às principais vias de acesso à cidade.

Do ponto de vista da mudança ocorrida no espaço do Recife, produziu-se um certo consenso no campo da produção acadêmica⁷⁵ de que as transformações espaciais sofridas pela cidade do Recife, mantiveram-se sem mudanças significativas até meados do século XIX⁷⁶. Segundo os estudos consultados, até esse período, o contínuo urbano do Recife respondia pelo território dos atuais bairros Santo Antônio, Recife e São José, região portuária e comercial da cidade. Desse centro urbano irradiavam-se, em forma tentacular, os caminhos que o ligavam aos núcleos dos engenhos, paróquias e povoados existentes nos subúrbios. Essa definição da situação da ocupação espacial do Recife no início do século dezenove, segundo o engenheiro Antônio Baltar⁷⁷, iria se manter até as primeiras décadas do século XX.

O crescimento populacional vertiginoso, ao promover a ocupação do espaço desabitado entre o centro comercial do Recife e os diversos núcleos suburbanos, engenhos de cana e paróquias, rompeu com o modelo de ocupação tentacular do espaço, pulverizando-o. Estudos urbanísticos comparando plantas cartográficas da cidade apontam para uma mudança no perfil de ocupação do espaço no Recife a partir da segunda década do século XX⁷⁸.

⁷⁵ ; PONTUAL, Virginia. Uma cidade e dois prefeitos: narrativas do Recife das décadas de 1930 e 1950. Recife: FUNDAJ, 2001; SINGER, Paul. Desenvolvimento econômico e evolução urbana. 2ª edição. São Paulo. Cia das Letras. 1977; SOUSA, Isauro. A regularização fundiária das “Terras de Ninguém”. MDU/UFPE. 2005; SOUZA, M. Angela; LUBAMBO, Cátia Wanderley; NETO, Adair Ribas. O processo de formação das favelas de Casa Amarela. Recife. UFPE. 1984;

⁷⁶ As mudanças mais significativas são assim observadas por Adriana Figueira: “é só a partir do século XIX que o Recife começa a incorporar aglomerados e arredores periféricos, muitos dispostos ao longo das estradas, vias e caminhos surgidos com a evolução dos antigos sítios, que por sua vez deram origem aos bairros e subúrbios da cidade. (FIGUEIRA, Adriana Barata dos Santos. A grande mãe: um estudo sobre o imaginário do lugar: o Morro da Conceição. MDU/UFPE. 2000).

⁷⁷ BALTAR, Antônio Bezerra. Diretrizes de um Plano Regional para o Recife. Recife. Tese de concurso para o provimento da cadeira de urbanismo e arquitetura paisagística na escola de Belas Artes da Universidade do Recife, 1951, p. 47.

⁷⁸ MELO, Mario Lacerda de; MENEZES, Motta; BALTAR, Antônio; e ANDRADE, Manoel Correia de. A partir de seus estudos sobre urbanismo, em que confrontam plantas cartográficas da cidade do Recife, percebem a quebra do modelo de ocupação tentacular para uma forma de ocupação espalhada ligando antigos engenhos e comunidades suburbanas em um só núcleo urbano contínuo.

A forma como esses estudos construíram o espaço recifense sugere uma naturalidade desta construção, atrelando-a ao crescimento demográfico. Ao se definir um recorte puramente geodemográfico, limita-se a possibilidade de adentrar nas relações sócio-culturais que internamente possibilitavam a instituição do território e lhe conferiam especificidade. Olhar exclusivamente para os aspectos do crescimento demográfico como elemento modificador e construtor de espaços, torna-se um impeditivo para a compreensão dos elementos bélicos que fazem parte da movimentação dos grupos na história. Paul Singer, ainda com um modelo de análise bastante marcado pela economia, estudando a evolução urbana do Recife, coloca outros elementos que operavam na construção da cidade, em meados do século XX: a migração e a industrialização.

A mudança que ocorre na forma de ocupação do espaço é marcada por um intenso fluxo migratório. Entre os anos 1920 e 1940, a população do Recife cresceu em torno de 46%, passando de 238.800 habitantes em 1920 para 348.400 habitantes em 1940. Um crescimento que, segundo Paul Singer⁷⁹, a cidade não tinha estrutura para suportar.

No mesmo período, os setores da indústria e de serviços empregavam cerca de 22.391 trabalhadores, número que corresponde a 9% da população local do período. Comparando os números do quantitativo de indústrias e de empregos gerados por elas, Singer chega à conclusão de que o crescimento populacional que atinge o Recife não pode ser explicado como sendo algo decorrente da estrutura econômica e do grau de empregabilidade da indústria e do comércio na cidade. Segundo ele, seria preciso investigar quais outros aspectos poderiam estar ocasionando o processo migratório. Para Isauro Sousa⁸⁰, que estudou o processo de regularização fundiária acontecido nas regiões norte e noroeste do Recife, no início dos anos 1980, o grande crescimento populacional ocorrido no Recife, entre 1920 e 1940, seria resultante da combinação de outros fatores além do desenvolvimento das denominadas forças produtivas. Para ele, o crescimento populacional, que acirrou as contradições urbanas, teria ligação com fatores

⁷⁹ ; SINGER, Paul. Desenvolvimento econômico e evolução urbana. 2ª edição. São Paulo. Cia das Letras. 1977

⁸⁰ SOUSA, Isauro. A regularização fundiária das “Terras de Ninguém”. MDU/UFPE. 2005.

externos à cidade, tais como a migração que se dá por conta da seca e da industrialização do processo de fabricação do açúcar.

A análise feita por Singer não leva em conta que, independentemente dos aspectos estruturais, as pessoas que chegavam ao Recife aportavam na cidade imaginando encontrar trabalho e moradia. Essas pessoas faziam a escolha de migrar no limite do viver entre a fome e o controle do patrão e do chefe político. Mesmo que o desenvolvimento das forças produtivas não tenha sido suficiente para absorver os mais de 109.000 novos habitantes que aportaram na cidade, o Recife, entre os anos 1920/1940, tinha se modificado em muitos aspectos, adquirindo ares de modernização em áreas como urbanismo, serviços⁸¹ e artes. Isto, associado às transformações pelas quais passavam as relações sociais no mundo rural⁸², pode e deve ter funcionado como um ponto indutor importante do movimento migratório em direção à região mais desenvolvida do Estado. Processo que, por não ser acompanhado por um nível correspondente de criação de empregos, agravou a crise social e provocou o aguçamento de problemas pré-existentes em áreas como moradia, saúde, emprego, educação e segurança.

Vale ressaltar que, os lampejos de modernização, em que pese ser dado a ler como tido ocorrido em toda cidade, se davam em um espaço social restrito às elites. O Recife moderno, espacialmente menor e concentrado, convivia com um outro Recife maior e espacialmente espalhado, atrasado e pobre, dos bairros suburbanos e das novas

⁸¹ A historiadora Edlene Morais, capta esse momento: “As reformas urbanas sofridas pela cidade do Recife ao longo do último quartel do século XIX e nas primeiras duas décadas do século passado deram à capital pernambucana uma nova configuração nos bairros do centro, no que diz respeito aos serviços públicos e à distribuição das atividades no espaço [...] foram feitas demolições no bairro de Santo Antônio, um dos primeiros do Recife, construindo-se uma ampla avenida – a 10 de novembro (atual Guararapes). Para tanto, fora desapropriadas e derrubadas velhas casas, repartições públicas, casas de modas, de comércio e varejo, cinemas, confeitarias e igrejas. [...] O prefeito Novais Filho, dando continuidade às obras de recriação do espaço urbano, promoveu aterros, pavimentou e arborizou ruas e avenidas, construiu e reformou jardins, pontes e pontilhões, embelezou a praia de Boa Viagem, expandiu a iluminação pública para as vilas populares, iluminou o (rio) Capibaribe. Em 1944, a energia a gás foi substituída pela energia elétrica”. p 33 e 35, Obra citada.

⁸² Os estudos *Formação Econômica do Brasil*, de Celso Furtado; *Desenvolvimento Econômico e evolução urbana*, Paul Singer; *Planejamento e Crise Regional*, Amélia Cohn; e *José Alindo Soares e Elegia para uma Re (li) gião*, de Francisco de Oliveira, expõem a crise no mundo rural na região Nordeste como sendo a confluência de processos como urbanização, industrialização, política de substituição das importações, mecanização da produção no campo e das crises da agroindústria do açúcar e do cultivo de algodão. Processos que se articulam no bojo da luta que os grupos políticos travam pelo controle do Estado e da formulação de um Estado forte o suficiente para dirimir o conflito entre esses grupos.

e muitas comunidades que surgiam nas áreas elevadas da cidade. Além disso, a instalação de diversas plantas fabris, principalmente do ramo têxtil⁸³, no entorno da cidade, é representada para os habitantes do mundo rural em crise como a chegada do progresso e a possibilidade de trabalho, atraindo o deslocamento intenso da população em direção ao Recife. A historiadora Zélia Gominho percebe o sonho de melhoria de vida e a conquista de trabalho, incitando esse movimento migratório e escreve:

A possibilidade de trabalhar no comércio, na indústria, pegar pesado nas docas, numa variedade de atividades que só a mais importante cidade do nordeste poderia oferecer agia como atrativo a essa população errante.⁸⁴

Por outro lado, o crescimento vertiginoso do número de habitantes em 20 anos, articulado a uma incipiente e inadequada prestação de serviços públicos, mantém sem modificações significativas, e até agrava, os indicadores sociais em áreas como moradia, saúde e educação. O agravamento das condições de existência na cidade contribui para a emergência da instabilidade econômica, social e política. Ou seja, o Recife estava tentando aparecer moderno, cuidando do embelezamento da área central da cidade, mas as condições de saúde e de educação da população mantinham-se em índices baixos, comparados a outras cidades, como São Paulo e Rio de Janeiro. Flávio Weinstein⁸⁵ analisou os dados dos Censos de 1920 e 1940 e apontou que o índice de analfabetismo manteve-se acima dos 30%. Na Saúde, os índices de mortalidade infantil também se apresentavam maiores do que os apresentados em cidades como Fortaleza e Salvador. Enquanto em Salvador morriam 206 crianças e em Fortaleza 236 crianças de até um ano de vida, em Recife, ocorriam 272 óbitos⁸⁶. Mesmo com este alto índice de mortalidade

⁸³ Desde a segunda metade do século XIX, no Recife e nos municípios vizinhos, vinham se instalando várias fábricas de tecidos, tais como: A fábrica da Torre; A Othon Bezerra de Melo, com plantas no município de Moreno e no bairro da Macaxeira, no Recife; a TSAP, no bairro de Santo Amaro; a Fábrica de Malhas do Bairro da Várzea; a fábrica de tecidos de Camaragibe; a Companhia de Tecidos de Paulista.

⁸⁴ GOMINHO, Zélia Gominho. *Veneza americana e Mucambópolis: O Estado Novo na Cidade do Recife*. Dissertação de Mestrado PPGH/UFPE. Recife. 1997. p. 13

⁸⁵ TEIXEIRA, Flávio Weinstein. *O Movimento e a Linha. Presença do Teatro do Estudante e do Gráfico Amador no Recife (1946-1964)*. Recife: Editora Universitária da UFPE. 2007.

⁸⁶ Os altos índices de mortalidade infantil acabaram virando um dos motes preferidos da oposição política ao Regime quando queriam criticar o “agamenonismo” e o seu combate ao mocambo. Em matéria do dia 05.01.1946, o jornal *Diário de Pernambuco* pergunta: Sabem quantas crianças de 0 a 1 ano morreram no Recife em Março? E responde ironicamente, apenas 600. Dessas 600 crianças, segundo o DP, 431 eram

infantil, a população do Recife teve um incremento de aproximadamente 50% em 20 anos. E é uma parte considerável dessa população que vai se instalar nos morros e córregos das zonas norte e noroeste do Recife.

Outro elemento que pode ser visto como facilitador para migração de boa parte da população que se instalava nos morros e córregos das zonas norte e noroeste do Recife é a existência, desde o final do século XIX, de uma malha ferroviária estendida a diversas regiões do Estado. Por essas ferrovias, escoavam-se a maior parte da produção de açúcar produzida pelas usinas e engenhos da região. As estradas de ferro de Pernambuco, que inicialmente tinham como proprietária a empresa inglesa Great Western Company⁸⁷, ligavam o Recife a importantes cidades do interior do Estado, como Caruaru, Palmares, Garanhuns, Salgueiro, Timbaúba, Goiana e Limoeiro. Uma malha ferroviária que operava já nos anos 1940, fazendo a ligação do Recife também com capitais importantes como João Pessoa, Natal, Fortaleza, Salvador e Maceió. Os trens que percorriam toda essa malha, traziam açúcar, mas também traziam gente⁸⁸.

O processo de ocupação dos morros da zona norte do Recife ganha um ritmo mais intenso na medida em que o crescimento populacional opera um transbordamento, com a saturação e a valorização das áreas baixas e próximas ao centro comercial da cidade. A valorização das terras mais centrais da cidade ocorre tanto pelo aumento da densidade demográfica a partir de meados de 1930, como pelo fato de tal valorização se caracterizar como um dos possíveis resultados da implantação de uma política governamental⁸⁹ de combate e derrubada de moradias utilizadas, predominantemente,

moradoras do bairro de Casa Amarela e 149 do bairro de Beberibe, áreas dos morros e córregos onde aconteciam as novas ocupações de terra. O DP finaliza dando a sentença: O governo alardeava que com a campanha contra o mocambo, a mortalidade infantil estava declinando.

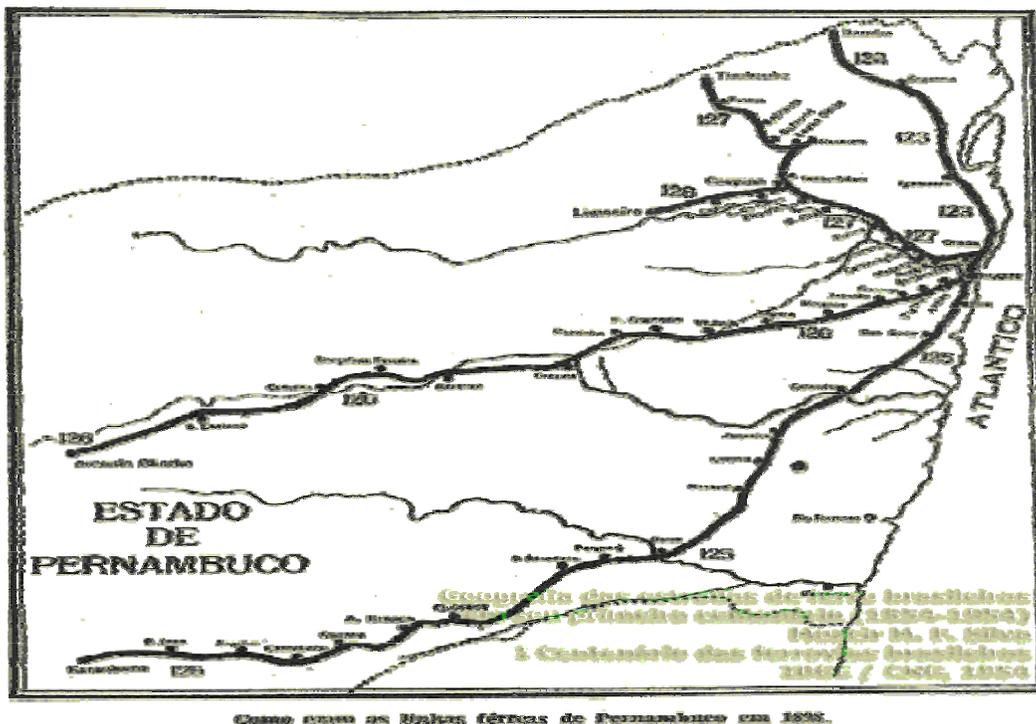
⁸⁷ Com a falência da Great Western, a malha ferroviária foi encampada pelo Governo Brasileiro, inicialmente através do Departamento Nacional de Estradas de Ferro - DNEF, criado em 1941, através do Decreto Lei n.º 3.155; e depois pela sociedade anônima Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA, criada em 16 de março de 1957, pela Lei n.º 3.115 com a finalidade de administrar, explorar, conservar, reequipar, ampliar e melhorar o tráfego das estradas de ferro da União. In. site www1.dnit.gov.br.

⁸⁸ Segundo Ângela Souza, o trem de carga com destino a Limoeiro e que também transportava passageiros, seguia pela Avenida Norte, margeando os morros de Casa Amarela. Essa informação também aparece nos relatos de diversos moradores, que afirmam ter vindo para Recife no trem de Limoeiro.

⁸⁹ O interventor Agamenon Magalhães promoveu uma verdadeira guerra contra os denominados mocambos, derrubava-os e a muitos nem indenizava. Em 1939, criou a Liga Social Contra os Mocambos,

pelas classes pobres do Recife, denominadas de mocambos. Sem condições econômicas de construir suas moradias nos padrões exigidos pelo Estado, nas áreas valorizadas das partes baixas da cidade, a população pobre do Recife, em um momento de intenso crescimento, é empurrada para viver nos locais ainda poucos ocupados.

Figura 4: Mapa da rede ferroviária do Estado de Pernambuco em 1898.



Fonte: Site Centro Oeste⁹⁰

Localizado às margens da Estrada de Ferro, eixo norte, atual Avenida Norte, O Alto José do Pinho foi um dos primeiros morros a ser ocupado. Os moradores entrevistados contam como chegaram ao lugar. Parte deles afirma que aportaram no Alto trazidos por algum amigo contrerrâneo ou por familiares. Outros narraram formas diversas que os transformaram em moradores do lugar. Severino da Silva, o Deca, oriundo de Limoeiro, município localizado na região do agreste pernambucano, narra aspectos de sua viagem e da sua chegada e o porquê da escolha do Alto do Pinho como local de moradia.

cujo objetivo era eliminar os mocambos e construir em seu lugar vilas operárias. As casas construídas pela Liga eram em número muito menor do que os mocambos derrubados.

⁹⁰ Site Centro Oeste Ferreomodelismo, trens e ferrovias do Brasil. <http://vfco.brazilia.jor.br>

Eu nunca tinha andado de trem, naquele tempo tudo de transporte para o Recife, ou para feira de Itabaiana ou Timbaúba, era de trem. O trem de Limoeiro apitava na cidade, já se sabia da hora, ele sempre chegava naquela hora. Quem pensasse vir para a capital pegava o trem, mas vinha gente misturado com bicho, porco, galinha, e com coisas de vender na feira, inhame, batata, tudo. Cazuzza era um conhecido nosso de lá do interior, ele trabalhava nas docas de estivador e disse a meu pai que aqui tinha emprego, aí meu pai veio começou a trabalhar num armazém de açúcar, primeiro alugou um quarto perto onde é Bom Sucesso e depois fez um casebre.⁹¹

O relato de Severino se apresenta ao pesquisador como uma torrente de imagens postas umas sobre outras. São impressões captadas por uma criança de 10 anos e rememoradas por um senhor de 70 anos de vida. Severino nos informa como o trem estava entrelaçado à vida da cidade. Para ele, o trem que levava e trazia gente, também funcionava como relógio para muitos moradores. Ele relata, além dos aspectos sobre a migração em si, os múltiplos usos que a população dava ao trem de Limoeiro, que além de transportar carga e gente, podia ser porta de entrada para o mundo das luzes e do emprego da cidade grande. O trem podia ser a salvação e o rompimento com a vida que se desmontava com a crise nas relações do campo, ao mesmo tempo que abria um mundo desconhecido. Uma situação social que Alcir Lenharo observa como sendo um processo brusco de mudança, marcado por uma dupla desterritorialização que impactava

Grande parte da população trabalhadora do país, submetida a um processo de desenraizamento – dupla desterritorialização e dupla perda de identidade [...] (para o) migrante que tinha perdido seu canto – terra ou moradia – e tinham sido arrancados do seu meio sócio-cultural.⁹²

Chegando ao Recife, a família de Severino de Deca, se estabeleceu no Alto José do Pinho, guiada e apoiada por seu amigo estivador. Cazuzza, além de indicar o pai de Severino para o emprego no armazém, também pode ter intermediado, junto ao proprietário do quarto, o seu aluguel, funcionando como garantia. Nessa fase, a qual Alcir Lenharo denomina de novo enraizamento, as coisas não devem ter sido tão fáceis, como aparece aqui na narrativa de Severino. A maneira como sua família se instalou no bairro tem a força de informar uma das várias formas como se dava a vinda e a chegada

⁹¹ Entrevista concedida por Severino da Silva, Biu de Deca, a Ricardo Leite em 10.11.2010.

⁹² LENHARO, Alcir. A sacralização da Política. São Paulo: Editora Papirus. UNICAMP. 1986

de um migrante e, de quais recursos esse migrante podia dispor para se instalar na localidade. Amara Francisca dos Santos, que migrou de Porto Calvo, Alagoas, aos 13 anos, em 1943, contou os seus motivos e como chegou ao Alto José do Pinho.

Eu tinha 13 anos, levei uma pisa do meu irmão e fugi de casa, vim para trabalhar em casa de família, trabalhei muito tempo lá, depois botei água de ganho, lavei e passei roupa, sempre trabalhei. Eu vim com uma senhora conhecida da família onde me empreguei, ela me trouxe. Primeiro morei lá no pátio do terço na casa mesmo, aí depois de muito tempo uma conhecida minha que trabalhava e que ia comigo para as danças por lá e morava aqui, me chamou pra morar como ela aqui no Alto, rua 21e fiquei morando de aluguel em um quarto por muito tempo.⁹³

Amara Francisca representa a sua partida para Recife colocando como fator decisivo a violência efetuada pelo irmão contra ela. Por isso ela teria fugido de casa. Mas o relato de Amara apresenta uma teia de informações sobre as práticas existentes e bastante presentes no período. Ela relata a importância das relações de amizades e de trabalho para a fixação de residência. Por meio de uma colega de danças ela fez a sua aproximação com o Alto José do Pinho, local onde viria morar. Pode-se imaginar também que ela poderia ter continuado a ser espancada pelo irmão, se outra prática cultural, que parece ter sido usual no período, não lhe tivesse criado condições para a fuga: o agenciamento de meninas, por famílias recifenses, para o trabalho doméstico.

Nos raros livros de queixas da Delegacia de Vigilância e Costumes existentes e disponibilizados para consulta no Arquivo Público Jordão Emerenciano, encontram-se denúncias da existência da prática de agenciamento de menores, tanto para o trabalho doméstico como para fins de prostituição. Há relatos de algumas meninas que fugiam dessas casas por sofrerem maus tratos e de outras que eram retiradas do convívio com prostitutas pela polícia⁹⁴. Em alguns casos, era o próprio Estado quem procurava, por meio de contato com famílias, destinar essas menores para uma *família de bem*.

⁹³ Entrevista concedida por Amara Francisca a Ricardo Leite em 25.10.2010.

⁹⁴ Em um desses relatos, a menor Maria da Paz, 13 anos, negra e analfabeta, queixou-se que sofria espancamento diário por parte de sua patroa e que mesmo já tendo abandonado a casa de Julieta Fonseca, continuava sendo ameaçada por ela. Maria da Paz disse ser oriunda do engenho Cutunguba e que foi trazida para trabalhar e morar na referida casa por parentes da viúva Julieta. Em outro boletim da Delegacia de Costumes, no período, registra-se o recolhimento de duas meninas, Eunice Lima e Stephania de Lima, de 10 e 14 anos, que estavam vivendo com duas prostitutas, “em local inconveniente com a sua moral”, sendo recolhidas para a secção de mendicância e vadiagem “aguardando destino”.

Ao se observar o relato de Amara e relacioná-lo com as práticas existentes no período, pode-se pensar que a sua vinda para o Recife não se deu, exclusivamente, pela violência familiar que sofreu. A sua migração foi possibilitada pela prática de agenciamento para o trabalho, da qual foi alvo. Imagina-se que a prática de recrutamento de menores para o trabalho doméstico, usual em algumas famílias, tenha sido importante para concretizar sua vontade de migrar. Por outro lado, a sua capacidade de construir novas relações no ambiente onde se instalou lhe possibilitou a saída da casa e lhe garantiu a transição para um espaço onde passa a ter maior autonomia. O relato feito por Amara nos informa sobre aspectos que interagem para a existência de uma determinada ação. Nele encontram-se o imbricar das motivações individuais com o contexto social e as práticas existentes em um dado momento. É o encontro no tempo da vontade de migrar com a prática de recrutamento de meninas para o trabalho em residências que possibilita a Amara concretizar a migração.

Os diferentes motivos presentes no ato de migrar, também podem ser observados no relato feito por Maria José de Souza, 66 anos. Nascida no município de Condado, Dona Zezé, como é conhecida no Alto, apresenta as trilhas de sua migração e os caminhos percorridos para conseguir trabalho.

Vim em 1949. Meu tio já morava aqui no Alto, foi ele que convenceu os meus pais a se mudar para cá. Lá em Condado ele trabalhava na cana, tinha um roçado e minha mãe ajudava no roçado e às vezes trabalhava numa casa de farinha de um vizinho. Eu também, ainda criança, trabalhava ajudando minha mãe na casa de farinha, raspava mandioca. Meu pai, através do meu tio, arranhou um trabalho na Macaxeira, na fábrica, que meu tio trabalhava lá. Um dia uma vizinha chegou e disse que onde ela trabalhava estava precisando de alguém para trabalhar de ajudante, aí eu fui lá trabalhar ainda de menor. Ainda hoje sou costureira.⁹⁵

Ao chegar ao Alto José do Pinho, sua família foi morar na casa do tio, localizada na Rua 11, atual Macaíba. Ainda segundo Dona Zezé, por intermédio desse mesmo tio, seu pai conseguiu autorização do cobrador para construir uma casa, onde ela morou até o seu casamento. O depoimento de Dona Zezé apresenta a importância das relações de parentesco e vizinhança para migração e ocupação do território. No caso de sua família, o tio, que trabalhava na fábrica da Macaxeira, funcionou como âncora e articulador da

⁹⁵ Entrevista concedida por Maria José de Souza a Ricardo Leite, em maio de 2008.

chegada, instalação e conquista do emprego do seu pai, também na fábrica. Aqui instalada com a família, Dona Zezé, por meio de sua vizinha, ainda menor de idade, conseguiu emprego, que, como ela diz, *era moleza para quem já tinha raspado mandioca*.

São as relações familiares também importantes para a fixação, no Alto José do Pinho, da família Bezerra, dos irmãos Biu Guarda e João do Caboclinho. O primeiro a aportar na localidade foi João Grande, o João do Caboclinho, em 1927. Segundo depoimento do seu irmão Nuca, *o Alto tinha mais mato do que gente e para se andar nas ruas tinha-se que afastar o capim com as mãos*.⁹⁶ O trabalho de João na feitura de casas para os futuros moradores que chegavam ao Alto, fez dele um trabalhador muito requisitado, ensejando a sua melhoria econômica. Com o sucesso obtido, João caboclinho trouxe o restante da família para o Recife, a partir de 1936.

O Estado e a moradia nos morros

A forma como o Estado atuou no que tange ao processo de ocupação do território, no período da pesquisa, difere da maneira como esse mesmo Estado atuava na região considerada nobre, constituída do centro comercial e bairros vizinhos. Enquanto nos bairros considerados tradicionais e nobres era exercido um maior controle, fiscalização e proibição daquelas moradias classificadas como mocambos, nos morros e córregos, denominados de zona suburbana, existiu certa liberdade para a sua construção. Diferentemente do centro da cidade e dos bairros limítrofes, onde ocorreu a perseguição e a proibição da construção dos ditos mocambos, em áreas como Alto José do Pinho e outras semelhantes, se podiam construir mocambos sem repressão do Estado.

Mesmo no período de maior efervescência da luta do Estado contra os mocambos, no período de maior repressão do Estado, na periferia do Recife, o mocambo se disseminava e, em alguns lugares, eram até incentivados a se estabelecerem por interesses comuns, que articulavam um espaço de negociação entre detentores de terras e sítios – proprietários muitas vezes falsos –, cobradores de aluguéis, fazedores de moradias, força policial e população da localidade. Nos altos e

⁹⁶ Depoimento dado em meados da década de 1980 a jornalista Cecília Mariz.

córregos do bairro de Casa Amarela⁹⁷, no Recife, circula parte importante da memória dessa luta.

Observando-se o conjunto de decretos e leis⁹⁸ produzidos pelo Estado desde a década de 1920, pode-se perceber a construção de um caminho para a consolidação de uma dúbia posição dentro do próprio aparelho do Estado na sua relação com a população e com os mocambos. Pela análise dessas leis e pelos depoimentos de antigos moradores, pode-se melhor compreender os movimentos e as estratégias engendrados pelo Estado e pelos moradores para efetivar os seus interesses na questão da moradia. Essa dubiedade de posição⁹⁹ por parte do Estado é observada e sentida por um morador, que assim a relata:

As casas daqui, as que tinham eram tudo casebre de taipa e capim. Aqui se podia fazer casa assim, agora lá para o lado de Santo Amaro para aquelas banda, não. Teve muito problema com mocambo lá, o governo não queria, mas aqui a gente podia fazer sem problema, depois foi que apareceu aquelas empresas as donas da terra, mas isso muito depois mesmo.¹⁰⁰

Arnaldo narra sua percepção das fronteiras e do mapeamento, que foi se consolidando com classificações de diferenças no território da cidade. Essa cartografia definia para as camadas mais pobres os espaços interditados à construção de suas casas, sobretudo pelo fato de elas receberem a classificação de mocambos. Ele observa, a partir de sua experiência de vida, as diferentes maneiras como o Estado se posicionou ante a questão da ocupação do espaço e, também, da moradia. Mas, se no território de Santo Amaro o Estado apresentou-se como ordenador do espaço, preocupado inclusive

⁹⁷ O bairro de Casa Amarela ocupava a maior parte da zona norte do Recife, a partir das áreas dos bairros da Torre, Tamarineira, Casa Forte e Apipucos. Até 1988, era o maior e mais populoso bairro do Recife, quando se deu uma redefinição espacial da cidade, ocasionando o surgimento de vários outros bairros no interior de seu antigo território, entre esses o Alto José do Pinho.

⁹⁸ A Lei municipal nº 1736 versa o consentimento do Estado para a construção de mocambos. O Decreto Lei 50, produzido aos 20 de março de 1938, na gestão do prefeito Novais Filho, em pleno apogeu da guerra do Estado contra os mocambos, dispõe sobre a proibição e construção de mocambos, mas regulamenta a sua construção em terras situadas a 200 metros da Linha Férrea Norte, atual Avenida Norte.

⁹⁹ Além das leis que possibilitavam a construção de mocambos de taipa cobertos de capim nos morros (a 200 metros da atual Avenida Norte) há registros, nos relatórios do próprio governo e da Liga Social Contra os Mocambos, de que em pelo menos dois locais (Dois Unidos e Afogados) o Governo construiu casas conjugadas de taipa batida à sopro.

¹⁰⁰ Entrevista de Arnaldo de Barros, Colorau, a Ricardo Leite em 10 de outubro de 2010.

com a proliferação dos mocambos reprimindo a sua construção, no Alto do Pinho a sua intervenção se deu com a criação de uma legislação que tomava como fato consumado a sua existência, e até reconhecia e facilitava a proliferação daquele tipo de moradia.

Além do modelo não repressivo à construção de moradia de taipa e capim na zona suburbana do Recife, o relato de Arnaldo toca em um ponto que é de muita significação para o grupo social que se estabeleceu no local e instituiu o lugar: a questão da propriedade das terras onde se estabeleceu o Alto José do Pinho. A propriedade das terras no Alto do Pinho é um processo marcado pelo conflito e que dá a ler uma multiplicidade de discursos e representações. Parte dos moradores resiste em aceitar a história construída pelas empresas imobiliárias que, provavelmente em meados dos anos 1930, aportaram no local dizendo-se proprietárias das terras e exigindo o pagamento do aluguel do chão das casas. Esses moradores que contestam o relato das imobiliárias, o fazem fundamentados em relatos orais de memória que se construíram predominantemente a partir da tradição familiar. Foi essa tradição oral e a história que ela relata sobre as terras do Alto José do Pinho e de localidades vizinhas que, na década de 1970, incorporou-se a teia discursiva do movimento reivindicativo Terras de Ninguém, contribuindo para a conquista da propriedade dos terrenos e das casas.

O controle da terra: processo de múltiplas faces

Em meados da década de 1970, ocorreu o vigoroso movimento social pela legalização fundiária das terras do Alto José do Pinho e de outros bairros localizados na região norte e noroeste do Recife. O movimento deflagrou uma intensa disputa pela memória e colocou em campos distintos os moradores dessas áreas, empresas imobiliárias e o Estado. Os moradores reivindicavam o fim do pagamento do aluguel de chão, a desapropriação das áreas onde estavam edificadas as suas moradias e denunciavam a inconsistência da versão dada a ler pelas empresas imobiliárias. As empresas imobiliárias defendiam o que diziam ser o seu direito de propriedade e reivindicavam continuar a cobrança dos aluguéis de chão e, se isso não fosse possível, a compra e o gerenciamento das terras pelo Estado. O Estado, forçado pelos interesses conflitantes, interveio no processo tentando dirimir uma questão social que se arrastava por várias décadas¹⁰¹.

¹⁰¹ Desde os anos de 1940, a imprensa vinha noticiando os ruídos na relação entre aqueles que se diziam proprietários das terras na região suburbana do Recife e a população dessas áreas. Essas notícias

Foi um momento em que os grupos conflitantes, tanto os moradores, como os denominados de proprietários, lançaram mão de aspectos distintos da memória construída, propagando diferentes construções sobre a história da propriedade das terras dos morros e córregos das zonas norte e noroeste do Recife. De um lado, os trabalhadores questionavam a ausência de documentação que comprovasse a propriedade das terras e também o fato de as empresas só terem vindo defender o que diziam ser suas propriedades depois de já existirem muitas moradias construídas. Além disso, os moradores assentavam sua defesa em histórias que teriam ouvido de seus familiares mais idosos. Segundo diversos entrevistados, nas histórias relatadas pelos mais velhos, as empresas imobiliárias não apareciam como proprietárias dos terrenos. As empresas imobiliárias¹⁰², por sua vez, se defendiam recorrendo à expressão *contínuo sucessório* e apresentando um histórico da propriedade, na qual se apresentavam como herdeiros legais das terras remanescentes do engenho São Pantaleão do Monteiro.

É nesse campo de intensa disputa, que uma das imobiliárias, a Imobiliária Pernambucana Ltda., divulga um documento que imaginamos ter sido construído com o propósito de legitimar a versão que a propagava como sendo a verdadeira proprietária de parte dos terrenos. Segundo o documento, as terras do Alto José do Pinho possuíam o registro cartorial em nome de herdeiros do proprietário do extinto engenho de açúcar, São Pantaleão do Monteiro¹⁰³.

Na história contada pela Imobiliária, na qual ela tenta apoiar o seu discurso sobre a titularidade da propriedade, as terras teriam sido cedidas pelo donatário da Capitania de Pernambuco a Pantaleão de Siqueira, constituindo uma relação de propriedade que era então denominada de sesmaria¹⁰⁴. O documento da Imobiliária

versavam sobre a exploração econômica dos chamados donos dos denominados mocambeiros e também em denúncias da “carestia” dos aluguéis, tanto das casas como do seu chão.

¹⁰² As imobiliárias que controlavam as terras no Alto José do Pinho eram em número de três: A imobiliária Pernambucana, A imobiliária Vieira da Cunha e os herdeiros do grupo comandado pela viúva do empresário Raul Cesário de Melo, de nome Isabel.

¹⁰³ Existente desde o século XVI, o Engenho de São Pantaleão do Monteiro situava-se na margem esquerda do Rio Capibaribe, lugar de origem do bairro do Monteiro. Pertencia a Manuel Vaz e sua mulher, Maria Rodrigues. Em 1606, tinha como proprietário Francisco Monteiro Bezerra, passando a ser conhecido como Engenho do Monteiro. No Largo Monteiro existem, até hoje, a coluna e a mureta, em ruínas. São os últimos resquícios do Engenho de São Pantaleão do Monteiro.

¹⁰⁴ Sesmaria foi um instituto jurídico português que normatizava a distribuição de terras destinadas à produção. O Estado, sem capacidade para organizar a produção de alimentos, decide legar a particulares

segue detalhando o histórico nominal das diversas pessoas que comandaram o engenho e relata eventos significados por ela como importantes, e, pode-se imaginar, que queriam também dizer “altruístas”, tais como a doação de terrenos ao poder público para a construção de cemitério, chafarizes, escolas e igrejas¹⁰⁵. O documento também marca, no século XVII, o momento em que o engenho São Pantaleão do Monteiro deixa de operar a fabricação de açúcar e o início da divisão das terras em sítios.

Na história narrada pela Imobiliária Pernambucana, a morte de Francisco Marinho e de sua esposa Josepha Francisca de Mello Marinho, ao final do século XIX, teria ensejado a abertura do inventário dos bens registrados em nome do casal. O inventariante designado morreu sem ter concluído o inventário, que ficou fechado até o ano de 1916, quando foi reaberto e concluído. A reabertura e conclusão do inventário ficaram a cargo de Alfredo Bartolomeu da Rosa Borges, proclamado inventariante, então casado com uma neta de Josepha e Francisco Marinho. A ascensão de Rosa Borges ao comando da propriedade e o crescimento do número de herdeiros são vistos, no documento dado a ler pela Imobiliária, como elementos que possibilitaram a criação da Empresa, no início dos anos de 1940. Segundo o documento,

Com os anos, multiplica-se o número de condôminos da Propriedade Marinho, que em 1942 já atingia a 33, o que dificultava, sobretudo, a administração da propriedade, por não ter direção unificada. Assim o condômino Alfredo Bartolomeu da Rosa Borges teve a nunca assas louvada ideia de organizar uma empresa comercial à qual os condôminos da Propriedade Marinho transferissem seus direitos, subscrevendo e integralizando suas cotas no capital da empresa, com as respectivas partes nas terras¹⁰⁶.

O crescimento do número de herdeiros e a redefinição do controle da propriedade das terras situadas ao norte do atual bairro de Casa Amarela são relatados pela urbanista Angela Souza, quando ela analisa o processo de formação das comunidades na zona norte, que teria deslanchado em meados século XX. Segundo a

essa função. Quando da conquista do território brasileiro, o Estado português decidiu utilizar o sistema sesmarial no além-mar, com algumas adaptações. Os denominados donatários, priorizam a distribuição de terras a sesmeiros, já que é a sesmaria que vai garantir a instalação da plantação de cana na colônia.

¹⁰⁵ Entre as doações que teriam sido realizadas pela empresa são citadas a de terrenos para: construção do “santuário” à Nossa Senhora da Conceição, no então chamado Outeiro da Bela Vista; construção do cemitério de Casa Amarela; e chafarizes e igreja no bairro de Nova Descoberta.

¹⁰⁶ Idem

pesquisadora, com o aumento dos herdeiros, o local foi “se dividindo em propriedades menores ou chácaras denominadas sítios”¹⁰⁷. A divisão da propriedade teria ocorrido para atender a processos de herança e saldar as dívidas constituídas pelo proprietário.

Entre os anos de 1937 e 1945, quando da campanha contra o mocambo, parte da população que teve suas casas derrubadas migrou para outros estados ou cidades¹⁰⁸, e também para os terrenos elevados das zonas norte e noroeste do Recife, que começavam a ser ocupados. Um deslocamento que é percebido por Isauro Sousa, quando ele estudou a regularização das Terras de Ninguém.

Na década de 1940, a política de combate aos mocambos provocou de um lado a recuperação da maioria dos terrenos alagados do centro do Recife e de outro, a transferência compulsória de grandes contingentes da população para morros e córregos. Desses morros, os de Casa Amarela – Alto Santa Izabel, Alto da Esperança, Morro da Conceição e Alto José do Pinho – foram os primeiros a serem ocupados.¹⁰⁹

Além dos processos migratórios campo-cidade e da expulsão dos habitantes dos mocambos das áreas centrais do Recife, existe outra construção do processo de ocupação que é feita por alguns moradores do local e de outros morros de Casa Amarela. Essa construção discursiva tem bases na oralidade e, em muitos pontos, confrontam aspectos da história difundida, quer seja com relação à invenção do lugar, quer seja com relação à propriedade da terra.

Será preciso, neste momento do trabalho, fazer uma inflexão até esses pontos que garantem a sustentação de outras versões sobre o processo de ocupação do bairro. Para isso, será necessário determo-nos mais especificamente nos discursos¹¹⁰

¹⁰⁷ SOUZA, M. Angela; LUMAMBO, Cátia W; NETO, Adayr Ribas. O processo de formação das favelas de Casa Amarela. MDU/UFPE. 1984.

¹⁰⁸ “Não tendo onde morar e sem poder esperar pela tão sonhada casinha do governo, muitos se dirigiram a São Paulo, e mesmo ao Norte do País”. In GOMINHO - Veneza americana e mucambópolis – PPGH/UFPE. 1997.

¹⁰⁹ SOUZA, Isauro. Obra Citada.

¹¹⁰ Definimos Discurso neste trabalho de acordo com os estudos de Michel Foucault (1996), que observam a sua formação e manutenção articulado à tensão do poder e do controle social. Para Foucault é o discurso que produz determinada verdade, que legitima determinado campo de enunciados e deslegitima outros. Assim, mais importante do que deter-se no conteúdo de um discurso será investigar o seu papel na ordenação do mundo e na produção de significados.

produzidos por um grupo de moradores que, através de um contra discurso, negam a versão difundida pelos ditos proprietários das terras. Proprietários aos quais os moradores pagavam foro de chão das suas moradias. São discursos cruzados, pedaços de relatos que se remendam a outros, formando um emaranhado de vozes. Uma polifonia que nos aparece por fendas e pelas quais se podem adentrar em fragmentos do vivido. Uma eclosão de vozes que informam como poderiam ter se instituído diferentes trincheiras discursivas utilizadas pelos grupos locais. Falas que deixam rastros de como, a partir desses discursos construídos, se inventaram diferentes versões das experiências vividas, que os grupos passam a propagar como *a verdade*, a sua verdade.

A história narrada pelos moradores apresenta diferentes aspectos da luta pela moradia e expõe contradições da versão dada a ler pelos denominados proprietários legais das terras. É outra história. A história da luta pela moradia e da negação da fala oficial sobre a ocupação e a propriedade. Arnaldo de Barros¹¹¹, o Colorau, desde o final da década de 1940, tem participado da política eleitoral e, também, do grupo que reivindica a memória das lutas acontecidas no período. Arnaldo relata que no início da década de 1980, quando ocorreu a regularização fundiária das terras do Alto, muitos dos terrenos, sobre os quais uma das empresas imobiliárias recebia pagamento de moradores pelo aluguel do chão, não tinham escritura alguma. A falta de registro e documentação que atestasse o regime de propriedade foi superada, segundo ele, com o estabelecimento de um acordo firmado entre o poder público e a liderança política dos moradores. Após a assinatura do acordo, que na prática instituiu uma terceira versão da propriedade, a Companhia de Habitação de Pernambuco – COHAB – e o Banco Nacional de Habitação – BNH¹¹² – usaram como estratégia legal para desapropriar esses terrenos a sua inclusão

¹¹¹ Arnaldo de Barros é vez por outra requisitado para contar “a história” do Alto José do Pinho e se orgulha de ser, segundo o seu próprio discurso, “o maior conhecedor da história do Alto”. Entre os moradores que procuramos para conversar, vários deles antes de qualquer conversa iam logo falando: “sabe quem vai lhe dizer isso, é Arnaldo”, “Arnaldo conta essa história toda daqui”, ou “procure Colorau”.

¹¹² A COHAB e o BNH eram os organismos responsáveis por operar a política nacional de habitação. O Banco Nacional da Habitação (BNH) foi um banco público brasileiro voltado ao financiamento e à produção de empreendimentos imobiliários. Criado em 1964, através da Lei 4.380, o BNH tinha por função a realização de operações de crédito — sobretudo de crédito imobiliário —, bem como a gestão do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). COHABs eram as companhias de habitações criadas nos estados, em 1965, para operar a construção de moradias populares, com financiamento do BNH. Com a extinção do BNH, em 1986, as COHABs também foram paulatinamente se extinguindo, em Pernambuco a COHAB foi extinta em 1998.

e o seu enquadramento jurídico nas denominadas Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS¹¹³.

Relatos de alguns moradores e um documento da própria companhia de habitação apontam o momento em que a Imobiliária Vieira da Cunha, que se apresentava como proprietária de parte das terras onde estão edificadas as moradias do Alto, é flagrada no meio de uma ação para transformar-se em proprietária das terras que ela dizia, desde algumas décadas, ser a dona. Essa prática da Imobiliária é vista por um grupo de antigos moradores como indício de que ela não seria a proprietária. Os moradores se consideram lesados pelas imobiliárias. *A família chegava aqui e construía à vontade, depois de muitos anos apareceu ele (o proprietário) e disse isso aqui é meu, passa meu aluguel*¹¹⁴.

Para Antônio Baraúna, aqueles que se diziam proprietários legais podiam não ser os donos das terras que diziam possuir no Alto José do Pinho. Na visão dele e de outros moradores, a Empresa se tornou proprietária das casas e dos terrenos por meio de transações de compra direta com os ocupantes dos terrenos e casebres. Como indicativo da estratégia da Empresa, os moradores denunciam que ela pagava ao morador pelo lugar de moradia, inclusive quando este não detinha a documentação legal da casa e do terreno.

Alguém compra uma compra, algum bem graúdo sem nota fiscal? A escritura é a nota fiscal da casa. É ou não é? Alguém compra uma coisa que já é sua? Nunca se viu disso, mas isso aconteceu aqui. Você queria sair ou tava devendo, aí vinha o cobrador e dizia eu compro, é tanto e lhe pagava. Teve muito aqui. Não se admite que a Vieira da Cunha (empresa imobiliária) ia comprar uma coisa que já era dela¹¹⁵.

Esse movimento de compra de terrenos (com casas) que a imobiliária apresentava como já sendo proprietária é relatado em documento pela própria Companhia de Habitação de Pernambuco, COHAB, quando esta, por meio de seus técnicos, fez um levantamento socioeconômico no bairro, no final dos anos 1970. O

¹¹³ A inclusão de uma área em uma ZEIS possibilita ao poder público desapropriá-la ou fazer benfeitorias, definindo essas intervenções como de interesse público e colocando esses interesses acima das questões de propriedade.

¹¹⁴ Entrevista concedida por Antônio Baraúna a Ricardo Leite, 20.10.2010.

¹¹⁵ Entrevista concedida pelo Sr. Júlio a Ricardo Leite, 14.08.2009.

objetivo do levantamento, feito pela Companhia, era planejar as futuras intervenções no bairro, para consolidar o processo de regularização fundiária, que ocorreria em meados dos anos de 1980:

Na segunda metade dos anos 50, a família Vieira da Cunha começou a investir em imóveis no Alto José do Pinho, comprando diversos terrenos e casas [...] um dos moradores mais antigos nos informou que essas compras e vendas de lotes e casas eram feitas sem nenhuma documentação legal. Isto é, a pessoa morava no lote, se dizia proprietária, não tinha nenhum documento e mesmo assim vendeu à família Vieira da Cunha, que por outro lado, aceitou este tipo de negócio, assumindo implicitamente os riscos de tal investimento.¹¹⁶

A Imobiliária Vieira da Cunha aceitou os riscos de comprar casas e terrenos sem escritura ou qualquer documentação, diz o documento produzido pela COHAB. Por que iria a imobiliária, querer comprar casas e terrenos no Alto, se ela já recebia foro de chão de várias casas, das quais dizia ser a proprietária legal? Talvez os donos da Imobiliária acreditassem que podiam vir, daquela maneira, a se tornar proprietários de uma área que se valorizava, sobretudo pela ocupação dos pobres. Talvez estivesse a Imobiliária querendo contornar uma zona de confronto com os moradores inadimplentes ou mesmo, resistentes em pagar o foro do terreno. Não se sabe. O que se deseja chamar a atenção é para a existência de diferentes discursos que estavam sendo produzidos pelos grupos sobre a propriedade das terras. Elementos discursivos que estavam sendo ditos para, a um só tempo, negar uma determinada construção discursiva e produzir outro sentido para o vivido. Ao se negar a reconhecer o discurso do proprietário, os moradores estão também desconstruindo-o. Desconstroem para poder construir, e também afirmar, um discurso capaz de pôr na cena a sua própria produção vivida, ou como escreve Antônio Montenegro, acerca da luta dos moradores de Casa Amarela,

Foi a memória ameaçada, que se colocou como elemento decisivo no confronto entre o passado e o presente, que busca apagar o passado. É a própria experiência dos primeiros moradores que reage à possibilidade de ser arquivada.¹¹⁷

¹¹⁶ Diagnóstico Social do Alto José do Pinho produzido por técnicos da extinta COHAB, com objetivo de balizar as intervenções do órgão no momento da regularização fundiária do bairro. O documento não está datado, presume-se que tenha sido produzido nos primeiros anos da década de 1980.

¹¹⁷ MONTENEGRO, Antônio Torres. História Oral e Memória: a cultura popular revisitada. São Paulo: Editora Contexto, 1992. p. 54.

Alguns moradores¹¹⁸ relatam a existência de outra estratégia que teria sido utilizada pela Imobiliária Vieira da Cunha¹¹⁹ para obter a posse das casas construídas sobre o que ela dizia serem seus terrenos. Essa estratégia da imobiliária teria se direcionado aos moradores inadimplentes e teve como objetivo a aquisição das suas casas. Naqueles casos em que o morador ficasse inadimplente, o cobrador do foro de chão, a mando da empresa imobiliária, forçava-o a trocar a casa pela dívida do aluguel do chão. Na fala de um morador,

Tinha muita gente deixando de pagar o chão das casas. Sempre tinha gente sem pagar o chão, as pessoas não iam deixar de comer para pagar aluguel. O cobrador descia a lenha, botava para fora mesmo. Agora também, se o cabra dono da casa não tivesse dinheiro do aluguel do chão, Vieira da Cunha fazia ele assinar um documento passando a posse da mesma para ela. Perdia tudo¹²⁰.

Em casos como esses, na prática, o morador perdia sua casa para a imobiliária em troca do débito que tinha acumulado por não efetuar o pagamento do aluguel do seu chão. De dono da casa, o morador tornava-se apenas inquilino. Alguns dos moradores entrevistados percebem essa postura como uma confirmação das suas suspeitas de que foram ludibriados. Esse grupo de moradores nega qualquer possibilidade dos denominados proprietários terem sido um dia donos das terras do Alto. Eles contrapõem à versão dos proprietários a memória dos seus familiares que, segundo esses moradores, teriam chegado para habitar o local no início do século XX.

Meu pai contava que nasceu em 1910. Aqui em cima, era um sítio que meu avô morava desde antes do meu pai nascer. Meu avô tinha vindo morar aqui porque no engenho onde estava não dava condição de viver. Chegou aqui só havia capoeira, plantava macaxeira, batata e inhame, criava galinha, bode, essas coisas. Ele disse que nunca viu esses proprietários por aqui, tinha muito sítio, cada sítio tinha um dono. Isso aqui é de muito tempo, eu não acredito nessa

¹¹⁸ João Grilo, ex-diretor do Bom Sucesso e Júlio Santana, membro da comissão de moradores que lutou e conseguiu a posse definitiva dos terrenos e das casas do Alto José do Pinho.

¹¹⁹ A Imobiliária Vieira da Cunha controlava uma das três partes em que se dividia o território espacial do Alto José do Pinho, parte sudoeste, localizada entre a atual Avenida Norte e a cimeira do outeiro, nas imediações da Rua Maragogi.

¹²⁰ Entrevista concedida por João Grilo, 04.10.2009.

história de dono de terra, meu pai me falou, ora, ele nasceu aqui em 1911, não tinha nada disso de alguém aparecer para cobrar terreno nesse tempo.¹²¹

O relato de Marco Simão sobre o processo de ocupação do Alto José do Pinho procura estabelecer um marco temporal anterior à entrada em cena das pessoas que controlavam a propriedade. Ao deslocar o movimento de ocupação para um período onde não havia se instituído a cobrança do foro de chão das moradias, ele desautoriza a fala dos ditos proprietários. Fazendo isso, desconstrói o direito que os proprietários da terra teriam de cobrar o chão e, ao mesmo tempo, os coloca na posição de usurpadores do direito das pessoas que ali estavam antes deles chegarem.

Nelson Preto é outro morador que também questiona o discurso das imobiliárias. Para ele, nascido em um sítio rural que se localizava onde hoje está edificado o vizinho bairro Bomba do Hemetério, a imobiliária apareceu para cobrar aluguel dos terrenos muito depois das moradias terem sido construídas.

Quando era menino olhava lá de baixo do sítio e via o alto com muitas casas. [...] Lá onde eu morava não tinha quase casa, tinha cinco ou seis. [...] Aí meu pai fez uma casa aqui em cima e nós viemos morar, eu ainda criança. É de muito depois, essa história de pagar terreno. Veja, depois que as casas estavam feitas, aparece dono. Meu pai teve que pagar aluguel, ele fez a casa para morar e era como se não fosse dele.¹²²

Nelson recorda suas imagens do Alto José do Pinho e das coisas por ele vivida. Ele é a criança que, do sítio onde morava, via admirado as luzes, as festas e as casas. Criança que, levada pelo pai, realizou o sonho de morar no lugar que lhe atraía o olhar, que por certo aguçava outros sentidos. Menino que, ao deixar o sítio e ter uma moradia construída pelo pai, depois de algum tempo, se confronta com “essa história de pagar terreno”. Imagina-se que certa decepção e um sentimento de injustiça devem ter se apossado daquele menino. É esse vivido, o tempo experiência¹²³, que possibilita a Nelson negar a história construída pelos que controlavam a propriedade. Assim como Marco Simão, ele vai assentar a sua negação da história contada pelos proprietários, na

¹²¹ Entrevista Marco Simão, 25.10.2010.

¹²² Entrevista de Nelson Santos, 10/2010.

¹²³ A expressão do tempo como experiência nos chega por meio das concepções de Walter Benjamin, que nos recomenda a necessidade de parar o tempo do fetiche da mercadoria. Segundo ele, o tempo presente deve ser o da experiência com o passado, do aprendizado e do desejo de transformação.

história de sua família. Mas diferentemente de Simão, que constrói sua narrativa a partir do que lhe foi contado pelo seu pai, Nelson vai fundar, na sua própria experiência de vida e percepções, os argumentos que lhe possibilitam questionar a história difundida sobre a propriedade da terra e, ao mesmo tempo, afirmar outra história sobre a ocupação. Na história narrada pelos moradores Simão e Nelson, a cobrança do foro de chão não passaria de um golpe da imobiliária.

Montenegro, em seu trabalho junto aos moradores do bairro de Casa Amarela¹²⁴, ouviu, apresentou e analisou diversos relatos de antigos moradores, em especial de lideranças políticas e comunitárias. Alguns desses relatos trazem à tona uma versão diferente da história que se escreveu sobre a propriedade das terras. Na história produzida pelos moradores, os ditos proprietários não podem ser assim considerados, já que aquelas são “terras de ninguém”. Em um desses relatos, apresentado e analisado pelo Professor Montenegro, um dos líderes do Movimento Terras de Ninguém, Arnaldo Rodrigues, constrói outra versão e confronta a história contada pela imobiliária, por autoridades e, até por documentos cartoriais existentes.

É o furto, a roubalheira, a ladroíce, que existe dentro da política, junto com juiz, advogado, não sei quantos diabos, que fizeram isso. Fizeram Rosa Borges ser dono daquilo que não era dele. (Apud Casa Amarela, memórias, lutas e sonhos, 1988:88).¹²⁵

Arnaldo Rodrigues faz do seu relato uma denúncia de como as relações de poder podem estar colocadas a serviço da produção e da consolidação de interesses econômicos e de uma determinada versão da história, dando a ela o efeito de verdade. O depoimento de Arnaldo pode ser lido como a materialização discursiva da luta de um grupo para confrontar a versão difundida pela referida imobiliária. De outro lado, ele se coloca como uma forma de dizer e propagar a sua versão da história. Para Arnaldo, a história por ele criticada é posta. Ela sustenta e defende os interesses da empresa responsável pela cobrança de foro de chão. Nessa transmissão oral, residiria outra versão que referendaria a Igreja Católica, através da irmandade Santa Casa de Misericórdia, como a proprietária das ditas Terras de Ninguém. Arnaldo rememora o conhecimento transmitido através de gerações. História surgindo dos subterrâneos da

¹²⁴ MONTENEGRO, Antônio Torres. História Oral e Memória, a cultura popular revisitada. São Paulo: Editora Contexto, 2003; História Metodologia Memória. São Paulo: Editora Contexto. 2010.

¹²⁵ Obra citada

memória para respaldar a ação política do grupo que lutava pela conquista da moradia e dos terrenos. O experiente militante, ao confrontar e desautorizar a história dada a ler pela Imobiliária Pernambucana, denuncia a parcialidade do arcabouço jurídico e, simultaneamente, constrói um discurso que se adéqua ao interesse do movimento reivindicativo do qual faz parte.

Analisando-se os relatos postos acima, parece provável que a ocupação da área teria se dado, num primeiro momento, sem um controle mais sistemático por parte dos grupos que detinham legalmente a propriedade da terra. O crescimento vertiginoso da população do Alto José do Pinho e de outras comunidades de Casa Amarela, a partir da década de 1930, vai valorizar as terras nas quais essas comunidades iam se estabelecendo e enseja uma reação controladora dos herdeiros do espólio do Engenho São Pantaleão do Monteiro. Os moradores que deslocam as práticas de ocupação territorial para as primeiras décadas do século XX, e aqueles que afirmam ser as mesmas “Terras de Ninguém”, operam um movimento de construção de sentido com objetivos de inibir a propagação da história dada a ler pelos que passaram a se dizer proprietários.

Os cobradores do foro de chão e a encenação da violência

Um dos personagens recorrentes nos relatos orais feitos pelos moradores do Alto José do Pinho são os denominados cobradores do aluguel de chão. Esses personagens tinham a tarefa de cobrar o foro de chão de cada casa edificada no Alto José do Pinho. Eles eram funcionários das referidas imobiliárias e sua ação se encontra associada ao exercício da violência física ou psíquica contra donos de casas inadimplentes e até contra outros moradores que, por qualquer motivo, se tornassem seu desafeto. As suas ações predominaram entre as décadas de 1930 e 1970, momento em que foi deflagrado pelo Estado o processo de regularização fundiária daquelas áreas. No Alto José do Pinho existiram, segundo relatos dos moradores entrevistados, várias pessoas encarregadas da cobrança do foro de chão: Antônio Davi, Antônio do Chafariz, Assis, Manoel Rodrigues, Aurino Pereira, Joaquim e Elpídio de França.

Antônio Davi era o responsável pela cobrança dos terrenos legalmente controlados pela Imobiliária Pernambucana Ltda., empresa pertencente à família Santos Marinho. Os terrenos sob o controle da Imobiliária Pernambucana ficavam localizados

na parte noroeste do bairro¹²⁶, na encosta entre a cimeira do Alto e o Córrego Bartolomeu e na divisa com o Morro da Conceição. Antônio do Chafariz e Manoel Rodrigues, este também dono de venda no Alto, foram, em períodos distintos, os cobradores responsáveis pelos terrenos controlados pela Imobiliária Vieira da Cunha. Esses terrenos ficavam localizados na parte sudoeste do bairro¹²⁷, numa encosta posicionada entre a Avenida Norte, a Estrada do Bartolomeu e a Rua Maragogi, esta situada na cimeira do Alto, nas imediações de onde hoje se localizam a Escola Maria Tereza e o posto médico Irmã Denize.

O cobrador Elpídio de França, conhecido como Pedinho, era responsável pelo recebimento da cobrança de aluguel de chão do local conhecido como “terras da baronesa”. As ditas terras, controladas pela viúva de Raul Cesário de Melo, se localizavam na parte leste do bairro, no limite deste com as comunidades Mangabeira e Bomba do Hemetério. Elas cobrem todo o morro da Munguba, denominação pela qual era conhecido o local até o final da década de 1940. Nessa parte do Alto José do Pinho, onde estão localizadas a Praça Quatro de Outubro e a Rua Severino Belarmino, o cobrador Elpídio de França encenou a violência contra os inadimplentes, construindo um certo poder e capitalizando recursos para si próprio e um grupo de amigos seus. Antes de Elpídio, o seu irmão Joaquim de França era o responsável pela cobrança do aluguel do chão das moradias.

¹²⁶ Esta parte do bairro, onde estão situadas as ruas União da Vitória, Macaíba, Beco do Wandercock, Largo da Macaíba e Subida do Vespasiano, é relatada como sendo um local em que não chegavam os benefícios sociais como serviços públicos, escadarias e também tida como um local rebelde que nas eleições votava contra os irmãos Clóvis e Fábio Corrêa. A forma como a maioria dos moradores conquistou a posse dos terrenos nesta área do Alto também é relatada como diferente. Segundo os moradores, a Imobiliária Pernambucana abriu uma negociação direta de compra e venda de terreno. Quem tivesse interesse de em adquirir um terreno para construir uma moradia, procurava a imobiliária e fazia a compra do local desejado.

¹²⁷ A área onde se situavam os terrenos cobrados pela Imobiliária Vieira da Cunha supostamente era a mesma onde residiu o homem cujo nome batizou o bairro, José do Pinho. Segundo relatos de alguns moradores, que teriam pago foro de chão a José do Pinho, ele passou suas terras para Vieira da Cunha para saldar uma dívida contraída. Segundo Arnaldo Colorau, na época em que José Pinho era o proprietário de terra no Alto, o cobrador era um homem chamado Seu Ventura, que passava semanalmente aos domingos gritando “olha o dinheeeei”. Essa versão de José do Pinho dono de terra é contestada veementemente pelo morador Marco Simão, que assegura que José do Pinho construía casas e era pintor de parede. Ainda Segundo Simão, José do Pinho se chamava José Melo e teria ficado conhecido por José do Pinho por ser um exímio tocador de violão, instrumento na época popularmente apelidado por pinho, numa referência à madeira com que era fabricado.

Do ponto de vista das práticas comerciais, esses cobradores eram representantes daqueles que se apresentavam como proprietários, sendo remunerados por comissão. Segundo Aurino Ferreira, que durante os anos de 1970, depois da morte de Elpídio, exerceu a função de cobrador das terras da baronesa, de cada chão recebido, os cobradores detinham um valor percentual em torno de “*vinte por cento do valor total cobrado pelo aluguel do terreno*”¹²⁸. Assim, quanto mais chão tivesse para cobrar, maior o rendimento do cobrador.

A crônica inadimplência dos moradores era um fator muito presente, sobretudo por ser uma área habitada por pessoas pobres em que predominava o subemprego e os biscates.

Aqui não tinha emprego não, o sujeito vivia de viração, vendia uma fruta, carregava água, fazia um bico. Biscateiros, fateiro (vendedor de miúdos), lavadeira, feirante, era isso que tinha aqui. Ou o sujeito era do Estado (funcionário público) ou não tinha aquilo certo no final do mês. Não era toda hora que aparecia um biscate, quando aparecia, eu mesmo muita vezes já tava no pendura (devendo), era pagar para poder comer, tinha que pagar, senão...¹²⁹

Tinha-se que pagar o débito contraído na venda para não entrar na lista dos maus pagadores da caderneta do fiado, mantida pelo dono da venda. Ter o dinheiro para pagar o aluguel de chão se apresentava como algo incerto, descontínuo. A inadimplência era como um fantasma a rondar a vida daquelas pessoas. A possibilidade da ação do cobrador e seus capangas armados era algo presente, e a perda da casa também. Pagar a comida ao dono da venda e pagar o aluguel de chão de sua moradia, não era uma escolha fácil de fazer. Um morador, diante de tal situação, teria de decidir no limite entre enfrentar a fome ou a violência do cobrador do chão. Sabia que, se não pagasse o foro, teria que acertar a conta com o cobrador e seus ajudantes, espécie local de capangas. Em muitos casos, sem alternativa melhor, acabava pedindo mais um prazo ao cobrador, de geralmente uma semana. Não podendo saldar o compromisso, o morador em boa parte das vezes, ficava à mercê da violência praticada pelo cobrador Eupídio.

Era gente grande, poderosa (os cobradores). Aqui o pessoal (os moradores) era tudo arraia miúda. O povo aqui não tinha emprego certo não. Muita gente vivia

¹²⁸ Entrevista de Aurino Pereira a Ricardo Leite, 26.11.2010.

¹²⁹ Entrevista de Heleno Santos, 20.10.2010.

de botar água de ganho, de vender fato (vísceras) ou qualquer outra coisa nas portas. O morador de muito pedir ao cobrador, podia ter aquele *prazozinho* a mais de pagar. Era pouco tempo, que o pagamento era de semana. Ainda tinha um apelo se fosse gente da simpatia dele (o cobrador) ou dos amigos, porque tinha gente dele, tinha amigos. Agora, se ele não fosse com a cara, não esperasse coisa boa não.¹³⁰

Na maior parte dos relatos feitos por moradores, que vivenciaram ou tomaram conhecimento da ação dos cobradores de aluguel do chão contra os inadimplentes, é recorrente a citação da existência da prática de violência. São práticas muitas vezes distintas, das quais os moradores recordam hoje, congelando determinadas versões do passado, apagando as suas possíveis contradições e diferenças. Os relatos sobre a recorrente violência dos cobradores do foro de chão ajudam a demarcar diferentes práticas de violência exercidas por eles.

A violência cometida por cobradores de chão, apesar estar presente na maioria dos relatos, e apesar de esse tipo de ação visar, na prática, a destruição, pela força, dos direitos dos moradores, em alguns casos, essa violência é vista e relatada, por parte dos entrevistados, como uma ação branda, naturalizada.

Nem o cobrador Antônio do Chafariz nem Vieira da Cunha maltratavam ou expulsavam alguém das terras por não ter dinheiro para pagar o aluguel, eram pessoas justas e humanas. Agora do lado das terras da baronesa havia aquela ignorância (violência) quando o povo não pagava. O pessoal tudo tinha medo dele (do cobrador) porque era homem de dinheiro. Todos aqui eram pobres tinham medo de falar e nunca foi tomada nenhuma providência contra ele (Maria do Carmo, Apud História do Alto, meados década de 1980; 06).¹³¹

O relato que Dona Maria do Carmo fez à jornalista Mariz, em meados dos anos 1980, ganha importância na medida em que ela pontua uma diferença que teria existido no modo de agir dos cobradores que atuavam naquelas áreas. Em que pese o seu relato naturalizar alguns aspectos da violência praticada pela imobiliária, ela narra a conduta do cobrador Antônio como *um homem justo e humano*. Para construí-lo assim,

¹³⁰ Entrevista de Josué Ferreira, 06.2008.

¹³¹ Relato retirado de entrevista de Maria do Carmo, concedida à jornalista Cecília Mariz, em 1986.

estabelece como parâmetro a ação, para ela violenta, dos irmãos Joaquim¹³² e Eupídio de França, pessoas violentas e poderosas, com várias *mortes nas costas*.

O modo de agir do cobrador Elpídio com os moradores inadimplentes, de certa maneira produz na memória de Dona Maria do Carmo uma referência negativa e desumana. Antônio do Chafariz, que além de cobrar o aluguel dos terrenos, administrava um chafariz que a imobiliária Vieira da Cunha mantinha na localidade, vai encarnar nas memórias de Dona Maria do Carmo e de alguns moradores, como *o outro* do cobrador Elpídio. Segundo ela, Antônio do Chafariz seria uma pessoa humana e justa, fazendo um contraponto, pela negociação, às cenas de violência factual, impingida aos inadimplentes ou a desafetos, pelo outro cobrador. Cenas que continuam alimentando a memória coletiva local.

O cobrador do foro chegava aqui de cavalo, andava todo vestido de branco. Armado de revólver e sempre com dois capangas, também armados, de lado. Você devia, ele dizia assim, vai pagar quando? Tal dia. Agora se não pagasse... Eu vi muitas vezes, todo mundo daqui viu isso, o senhor pode sair perguntando que todo mundo vai dizer a mesma coisa. Ele entrava de cavalo e tudo na casa e arrastava o morador lá de dentro, dava uma pisa e o pai de família ficava desmoralizado, ia embora sem nada. Era de uma família muito violenta daqui das bandas de Água Fria (bairro vizinho), antes dele quem cobrava era Seu Quinca, nem a polícia se metia com eles.¹³³

Josué Ferreira apresenta no relato acima uma passagem épica da memória coletiva do Alto José do Pinho. Ele reproduz nesse fragmento a cena talvez mais poderosa para a construção da imagem histórica do cobrador da imobiliária Vieira da Cunha. Pode-se afirmar que é assim que o cobrador Elpídio de França é representado na memória coletiva. No relato de Josué, aparecem tanto a forma de ação adotada pelo cobrador, como alguns elementos que informam sobre a força que eles detinham. Força que era exercida, seja pressionando e intimidando os inadimplentes, obrigando-os a

¹³² Joaquim de França, irmão de Elpídio, teria sido antes deste cobrador de foro de chão da terra controlada pela baronesa Cesário de Melo. Joaquim de França protagonizou um crime que ficou marcado na memória local. Ele teria, com a ajuda de capangas, cometido um duplo crime contra dois conhecidos valentões de Casa Amarela de nome Danela e Bumba. Conta-se que Danela se desentendeu com Joaquim numa festa em Casa Amarela e, como sabia que o cobrador apareceria no Alto José do Pinho para fazer a cobrança semanal do chão das casas, teria ido fazer um acerto de contas. Danela chegou a ferir Joaquim à faca, mas foi abatido a tiros pelos seus capangas. Bumba, outro valentão do bairro, tentou interceder em defesa de Danela e também foi morto a tiros.

¹³³ Entrevista de Josué Ferreira, em 06.2008.

assinar a transferência de propriedade em troca do débito de aluguel, seja expulsando de maneira sumária os devedores. Independentemente da forma de conduzir a ação de cobrança, os cobradores dos terrenos das casas do Alto José do Pinho construíram e consolidaram uma prática de relacionamento com a população que se manteve por pelo menos quatro décadas. Por meio das referidas práticas, eles foram importantes intermediadores, mantendo sem significativas mudanças, o exercício do domínio legal da propriedade por parte das empresas imobiliárias.

Do ponto de vista da população, observa-se que, em que pese ela fazer uma distinção entre as diferentes práticas de cobrança, esta não percebia determinadas práticas de poder e uso da força promovidas pela imobiliária Vieira da Cunha, como a institucionalização do arbítrio. Os relatos de alguns moradores possibilitam a reflexão sobre como a ação do cobrador, ao pressionar os inadimplentes à permuta de suas moradias por dívidas do aluguel de chão, não adquiriu o sentido de uma prática de violência e do uso abusivo do poder pela imobiliária. Talvez porque essas ações da Imobiliária Vieira da Cunha estivessem sendo contrapostas e vistas sob exercício de violência que era praticada pelo cobrador Elpídio de França, que, ao arrastar moradores de dentro de suas moradias montado a cavalo, consolidou-se na memória local como um ícone da violência praticada por aqueles que controlavam a propriedade das terras do Alto do Pinho. Portanto, o sentido do humano e do justo com que é identificado o cobrador Antônio do Chafariz é produzido em contraponto à violência direta praticada pelo cobrador das terras da baronesa, Elpídio de França.

Outra questão que requer atenção é o fato de que os cobradores exerciam suas atividades de cobrança com certo grau de autonomia de ação. Violentos ou negociadores, controladores ou sugestivos, os cobradores foram capazes de estabelecer uma prática que se colava à personalidade de cada um. De certa forma reproduziram uma prática de poder e controle que parecia atender a nenhum padrão jurídico legal.

O uso de armas e capangas e o fato de serem de famílias consideradas ricas e violentas eram elementos que contribuíam para manter muitos moradores do Alto em estado de terror. O próprio Elpídio, empoderado da condição de candidato a vereador do Recife, nas vezes que discursava para os moradores do Alto José do Pinho, costumava lembrar ameaçadoramente, que havia morto um soldado, na subida do Alto Pascoal. Fato que foi relatado por um morador.

Ele no comício dizia assim, se vangloriando, “Eu ia passando quieto no meu canto e o soldado lá do Alto Pascoal olhou feio assim para o meu lado, aí então não tive conversa, puxei meu revólver e dei um tiro no peito dele”. Veja se isso é coisa de dizer em um comício...¹³⁴

Assim o próprio Elpídio de França, cobrador das terras da baronesa, fornecia elementos para a construção da sua imagem de homem violento, que reverbera na memória de uma parcela dos moradores. Tal imagem se diferencia da construção que se tem de outros cobradores que atuaram na localidade, nas terras controladas pela Imobiliária Vieira da Cunha e pela Imobiliária Pernambucana Ltda.

Num dos fragmentos dos relatos apresentados anteriormente aparecem outros elementos da prática de cobrança dos terrenos que não se encontram situados, exclusivamente, no campo da violência. O morador, no relato apresentado por Josué Ferreira, em algumas situações, negociava um *prazozinho*. Nesse prazo, se conseguido, poderia o morador desenvolver alguma ação que lhe possibilitasse efetuar o pagamento, após obter um trabalho temporário ou empréstimo.

Do relato de Josué, em sua entrevista, apreendem-se práticas de intermediação e negociação que poderiam livrar um morador inadimplente do despejo imediato de sua moradia. De passagem, Josué cita dois outros aspectos que poderiam influenciar, provocando uma mudança na atitude do cobrador: uma deferência pessoal por camaradagem e simpatia e a intermediação de terceiros, os amigos em comum. No primeiro aspecto citado, pode-se imaginar que, sendo o cobrador uma figura que mantinha relações quase que cotidianas no bairro, poderia com a essa vivência, estabelecer relações para além do ato de cobrar. É possível que ele tenha estabelecido um círculo de convivência de mais proximidade com algumas pessoas. É possível também que, no caso em que um morador pertencente a esse círculo mais próximo tivesse alguma dificuldade momentânea, o cobrador abrandasse a sua forma de ação.

O outro aspecto que vem à tona através do relato de Josué é o da possível existência de pessoas que funcionavam como intermediadores entre os inadimplentes e o cobrador. Essas pessoas teriam, inclusive, o poder de influenciar a ação do cobrador. Josué narra no final do fragmento da sua entrevista, que, caso um morador inadimplente tivesse um amigo, que também fosse amigo do cobrador, poderia obter dele outro tipo

¹³⁴ Entrevista de Aurino Pereira, 2010.

de tratamento. Mas, quem seriam esses amigos, com tanta capacidade de influência sobre os cobradores? Essa é uma pergunta que abre a possibilidade de penetrar no universo das relações entre os cobradores do foro do chão das casas e um restrito grupo de moradores do local: *os chamados fazedores de casas*, pessoas que por conta dessa atividade laboral adquiriram e exercitaram prestígio e poder no Alto José do Pinho.

Os fazedores de casas e os cobradores de chão: uma aliança de poder

A partir dos anos de 1930, pessoas que tinham como ofício o fazer de moradias passam a ser bastante requisitados pela demanda crescente que insidia sobre a sua atividade laboral. Segundo Arnaldo Colorau, que diz ter sido filho de um fazedor de casas, as pessoas que trabalhavam na construção de moradias tinham uma atividade intensa, construindo suas próprias casas para alugar como também para terceiros.

Os fazedores de casa quando não estavam fazendo as casas dos outros, estavam fazendo casas ou correr de quartos para alugar. Aqui tinha tudo, barro, capim e muita vara na capoeira. Meu pai, Romeu Pereira de Barros, foi um dos homens que construiu as primeiras casas do Alto José do Pinho, morreu em 1940, faleceu. As primeiras casas daqui do Alto foram feitas pelo meu pai e o senhor Ginerino, era um homem que tinha aqui, muito antigo. E meu pai cobriu esses mocambos, que ele era cobridor de mocambo, fazia mocambo. Fez vinte e seis casas, somente aqui nessa rua do colégio Maria Tereza.¹³⁵

Arnaldo Colorau, ao contar o trabalho feito por seu pai, apresenta a sua memória da prática de construção de casas, a qual é trazida a partir de suas relações familiares. Desloca significados e informa sobre a relevância alcançada pelos fazedores de casas que, juntamente com os cobradores do foro de chão e os guardas civis, parecem ter construído e exercido uma importante instância de poder na localidade, que emergia sobre os sítios suburbanos existentes no Recife pós-1930. Vinte e seis casas em uma única rua, construídas sob a coordenação de único fazedor de casa é um dado que tem a força de informar sobre a existência de um intenso ritmo de trabalho.

Durante a década de 1940 essa atividade de construção parece ter adquirido significativo crescimento. Os relatos rememoram um intenso fluxo de pessoas chegando e fixando residência no Alto José do Pinho. Esses homens e mulheres que chegavam ao Alto tratavam de resolver a questão da moradia, fosse construindo-a, fosse alugando-a.

¹³⁵ Entrevista de Arnaldo Colorau a Ricardo Leite, em 03.2008.

Imagina-se que, nessa situação, procurassem aquelas pessoas habilitadas para a resolução do seu problema, os fazedores de casas, que se tornariam importante elo com que contavam os futuros moradores na sua chegada para a fixação de moradia na localidade. João Grande aparece nas entrevistas como um desses fazedores de casas.

Meu pai era de Carpina e trabalhava no corte de cana. Ele (João Grande) veio primeiro, em 1927, depois veio toda nossa família. Lá era trabalhar poucos meses e ficar o resto do ano parado. Pai era um homem engenhoso, tomava a frente das coisas. Sabia tudo de brincadeira de caboclinho, cavalo marinho, ciranda, chegou aqui foi fazendo de tudo, nos finais de semana brincava nos brinquedos e aprendeu, sabia construir casas, seu trabalho era fazer casa. Fez muita casa aqui nesse Alto. Sem mentira nenhuma, acho que minha família junta fez mais de cem casas.¹³⁶

O entrevistado José Meneses fala com propriedade de João Manoel Bezerra, o João Grande do Caboclinho, que é representado por parte dos moradores como o maior fazedor de casas do Alto José do Pinho, a partir dos anos 1930. Em uma determinada parte do seu relato, José Meneses pontua o trabalho de fazedor de casas que, segundo ele, não era só João Grande que fazia, já que *nossa família fez mais de cem casas aqui*. Outro irmão de João, Severino Bezerra, o comissário Biu Guarda, é citado por quatro dos entrevistados como intermediador entre o pretendente a morar no Alto e o cobrador dos aluguéis ou o fazedor de casas. Em um desses relatos, Arnaldo Colorau narra aspectos de como a autoridade policial se imiscuía na questão da moradia, intervindo para fixação ou não de um pretendente a morador que desejasse estabelecer moradia ali.

Olha, era assim. Se você fosse de fora, não conhecesse nada aqui, ou você viria morar aqui trazido por gente da família ou por algum conhecido. Você tinha que ter um apoio. Agora tinha também os interessados como o cobrador, os guardas, os fazedores de casebres e dos quartos para alugar. Se você chegasse e construísse, podia ter problemas depois, vinha o cobrador perguntar quem deu a ordem, que ali tinha dono... essas coisas. Mas se você conhecesse um fazedor de casa, alguém grande daqui, podia ser um dono de venda... chegava assim e fazia a casinha e tava acobertado, que existia muito lugar vago.¹³⁷

¹³⁶ Entrevista de José Meneses, 06.2008.

¹³⁷ Entrevista de Arnaldo Colorau, 20.06.2010.

Arnaldo Colorau traça uma pequena cartografia das maneiras e práticas correntes que se punham em movimento no momento da chegada de um novo morador. Ele apresenta diferentes formas que dispunha o morador para adentrar no território. As pessoas que desejavam se instalar no local precisavam ter acesso aos códigos locais para se tornarem moradoras, construindo ou mesmo alugando uma casa ou um quarto. São esses códigos locais que, a partir do fazer, iam empoderando as pessoas que desenvolviam as atividades de fazedores de moradias, de policiais e de cobradores do foro de chão. No período anterior à chegada das imobiliárias, a aproximação com o lugar se dava de forma mais simples, a partir da proximidade parental ou de conhecidos, conforme pode ser lido no relato abaixo.

Chegava e fazia. Esses morros foram sendo habitado tudo assim, sem controle. O trem¹³⁸ passava aqui embaixo, na linha, porque aí essa avenida era linha de trem, vinha muita gente. Meu pai era de Vicência, as pessoas vinham e construíam, sem pedir. Não tinha cobrança, isso foi já depois. Era muito terreno ainda vazio, era fácil fazer uma casinha aqui. Era uma capoeira e de repente foi vindo gente, encheu. Hoje é esse mundo de casa.¹³⁹

Antônio Baraúna, ainda pequeno, migrou junto com sua família para o Recife oriundo da cidade de Vicência. Sua fala apresenta um ambiente em que a construção de moradias ainda não precisava passar pelo crivo das imobiliárias. Um tempo em que a construção de casa de taipa e capim dependia em maior grau do voluntarismo do interessado, do que da intermediação de terceiros. Arnaldo, em outro momento de seu relato, informa e diferencia os dois estágios do processo de ocupação do Alto:

No tempo em que meu pai fez muita casa aqui ainda tinha muito mais mato do que casa. Um conhecido dizia pode vim que tem lugar para você fazer sua casa. Minha mãe disse que meu pai acertava com o interessado e metia a lenha a fazer casa. Com Vieira da Cunha era diferente, a pessoa tinha de conversar e de acertar com o cobrador. Aí já não podia chegar e ir construindo assim.¹⁴⁰

Percebe-se pela entrevista de Arnaldo que os primeiros ocupantes exercitaram uma certa autonomia de decisão para fazer suas casas. Tanto Arnaldo como Baraúna

¹³⁸ O trem vindo de Limoeiro passava “no pé da ladeira”, na atual Avenida Norte.

¹³⁹ Entrevista concedida por Antônio Baraúna a Ricardo Leite, em 13.11.2010.

¹⁴⁰ Entrevista Arnaldo Colorau, 20.06.2010.

representam o período anterior à chegada das imobiliárias como sendo de maior liberdade para a atividade de construção de casas. O movimento feito pelos herdeiros da família Santos Marinho, no início dos anos 1940, visando a constituir uma empresa para unificar a gestão da cobrança dos aluguéis dos terrenos, marca uma mudança nas relações entre a população que buscava construir uma moradia e as famílias que controlavam a propriedade. Até então, aquelas pessoas que realizavam as construções, o faziam de maneira espontânea, apenas escolhendo o local para construir.

Romeu de Barros, o pai de Colorau, que, segundo este, teria falecido no ano de 1940, não deve ter tido tempo para acompanhar e entender as mudanças que se processavam nas práticas de construção de moradias, nem para se adaptar ou resistir a elas. No tempo em que comandou a construção de “mais de vinte casas”, só na Rua do Bom Sucesso, Romeu de Barros não deve ter sofrido a pressão nem os benefícios que deve ter tido João Grande, o requisitado construtor de casas que se tornou pessoa influente no bairro, tanto com a atividade de construção e aluguel de casas e quartos, como com a de promotor e brincante de diversas manifestações culturais. Mais do que amigo e irmão de pessoas consideradas poderosas no Alto José do Pinho, João constituiu com elas relações que transbordavam a economia, associando ligações de parentescos e de amizades a ganhos econômicos, instituindo relações de poder.

Dentre as famílias que se constituíram ou vieram para morar no Alto José do Pinho, talvez seja a de sobrenome Bezerra a que mais tenha encarnado os benefícios advindos das relações que construíram. Os irmãos José Esteves, Elvira, Nuca, Biu Comissário e João Grande, formaram um núcleo parental que, a partir de práticas laborais e de lazer, foram sendo instituídos e se instituindo como pessoas importantes e nodais da história do Alto José do Pinho. Uma família que simboliza as relações do poder local. Um poder que ganhava corpo a partir do trabalho de construção de casas e da criação e vivência de agremiações culturais recreativas, o qual iria se consolidar com a ascensão de Biu Guarda ao posto de comissário do destacamento policial do Alto José do Pinho.

O empoderamento dos irmãos Bezerra, na sua primeira fase, recebeu importante contribuição do trabalho operado por João do Caboclinho. Desde sua chegada ao Alto, em 1927, dentre as atividades que João desenvolvia, a de construtor de moradias é a que vai lhe garantir a sustentabilidade econômica. Em que pese João Grande ser relatado por

seus filhos como “um homem que gostava de tomar a frente das coisas” e de “não ficar parado”, é na construção de casas que ele vai se estabelecer. As condições para isso eram dadas pela intensa demanda por moradias, ensejada pela chegada de um expressivo contingente de novos moradores ao lugar.

Com o aparecimento das imobiliárias entram em cena os cobradores do aluguel de chão. A partir da chegada do cobrador, embora o mercado de construção continuasse em intensa atividade e ainda existisse o interesse econômico do cobrador na construção de casas, as condições mudam, surgindo novas regras e mediações. Os fazedores de moradias passavam a ter que se relacionar com os cobradores de chão. Se antes eles podiam construir livremente, agora eles teriam de combinar a construção com o cobrador dos terrenos. O que poderia ser um empecilho para os fazedores de moradias, tornou-se, além de lucrativo, mais seguro. Segurança advinda do poder de coerção imposto à população pelo cobrador e seus capangas armados. Se antes o fazedor de casa tinha de se expor a difíceis situações para receber pelo trabalho feito, agora ele passava a ter a seu lado o cobrador, que poderia vir ao seu auxílio se as coisas não saíssem a contento.

Tinha uns moradores brabos, que não comia sugesta não. Não tinha dinheiro e não pagava a casa, não pagava. Uns ficavam enrolando, prometendo, prometendo e você contando aquele dinheiro e nada. Meu pai disse que um dia foi receber um dinheiro e foi recebido na peixeira, por isso ele preferia fazer para alugar.¹⁴¹

As dificuldades enfrentadas por João Grande, externadas no relato de seu filho, trazem para a pesquisa os riscos com que um fazedor de casa podia repentinamente se deparar em um ambiente em que as relações pessoais se misturavam às comerciais. Caso um morador não quisesse cumprir com o compromisso acordado, a possibilidade mais provável de desfecho era o conflito aberto e direto, sem a mediação de instrumentos legais. A aliança com o cobrador dos terrenos vai lhe trazer uma força adicional para enfrentar essas situações limites. Para o cobrador, o estreitamento de sua relação com as pessoas que, até a sua chegada, detinham as práticas mais valorizadas do lugar, possibilitava a construção de um espaço social por onde ele poderia estabelecer as regras de atuação e de controle do seu campo de ação.

¹⁴¹ Entrevista com José Meneses, 13.03.2009.

Nos relatos dos moradores aparecem os sinais da existência de uma relação que auferia rendimentos econômicos a ambas as partes e que transbordava para um processo de aquisição de poder. Um poder construído, em parte, a partir da capacidade de interlocução projetada pelo estratégico lugar social que ocupavam e que os fazia intermediários junto aos moradores e aos migrantes que se instalavam no Alto José do Pinho. Ao cobrador, interessava a construção de casas, porque a cada casa construída se agregava o valor por um aluguel de chão a ser cobrado. Ao fazedor de casa, interessava a construção de um número cada vez maior de casas, o que aumentava as suas possibilidades de rendimento. Depois de um determinado tempo, os fazedores de casas nem mais se preocupavam em construir a pedido de alguém, preferindo construir para fins de aluguel.

Era melhor fazer casa para alugar. Os sabidos daqui tinham “correr de quartos”¹⁴², tinham casa, todo dia era gente procurando. Saía um hoje, tinha três querendo. Quando os cobradores começaram a botar para fora quem devia, ele botava e já tinha um amigo para ocupar. Muitas vezes era um barraco aos pedaços, caindo, esses amigos acabavam de derrubar e logo construíam. Aqui de lado da minha casa era um correr de quartos que meu pai fez para alugar, era mais barato.¹⁴³

A prática de construir moradias para alugar, parece ter sido notória e intensa naquele Recife que “inchava”. A fala de Aurino Pereira informa marcas da existência de intensa demanda: *saía um, tinha três querendo*. No período pré-1960, era algo presente na imprensa matérias que apontavam as pessoas que construíam quartos e casas para alugar como um mal social. Na escrita da imprensa, essas pessoas foram nomeadas pejorativamente como “mocambeiros”. Os ditos mocambeiros passaram a ser acusados pelo governo e pela imprensa¹⁴⁴, como elementos nocivos, que exploravam os pobres,

¹⁴² Correr, corredor ou fileira de quartos, assim eram denominadas as construções com quartos enfileirados lado a lado, feitos especialmente para aluguel.

¹⁴³ Entrevista concedida por Aurino Pereira a Ricardo Leite em 10.11.2011.

¹⁴⁴ O jornal Folha da Manhã, de propriedade de Agamenon Magalhães, entre 1945 e 1950, publica diversas matérias nas quais condena o mocambo e a exploração dos mocambeiros: Matérias - “Campeia a exploração”, 08.07.1946; “Mocambo Hotel”, 09.07.1946; “Fundação projetada não passa de golpe contra o mocambo”, 26.10.1946. O próprio Agamenon Magalhães mantém uma coluna permanente na FM onde opina sobre o tema e doutrina sobre os malefícios do mocambo e a necessidade de sua erradicação, em um desses artigos, intitulado “Os males do mocambo”, ele define esse tipo de moradia como um mal social a ser extirpado e o relaciona ao atraso, ao desemprego e às doenças: Artigos de Agamenon na Folha

cobrando altos aluguéis por quartos de taipa e capim, sem luz elétrica, água e banheiro e, muitas vezes, de baixa reputação. No Alto José do Pinho, os fazedores de casas e quartos para aluguel poderiam até ser comparados com tais personagens, contudo, a memória construída sobre eles não os percebe como exploradores da pobreza.

Os fazedores de casas tinham os cobradores de aluguel do chão das casas como um suporte para suas ações e vice-versa. Essa sintonia das práticas entre os fazedores de casebres e o cobrador dos terrenos, no Alto José do Pinho, pode ser observada em algumas entrevistas, especialmente as feitas com Aurino Pereira e Josué Ferreira.

Se a pessoa chegasse e quisesse fazer uma casinha para morar tinha que ter conhecimento, conhecer alguém. O certo era ir ao cobrador, que era quem falava pelos donos da terra aqui. Mas ele não estava o tempo todo aqui, aí podia procurar alguma pessoa que fosse amigo dele, que soubesse fazer casa ou alguém de prestígio, o comissário, o comerciante. Alguém que garantisse ele ser gente boa, bom pagador, um pai de família precisado. Quer dizer, tinha que ter um apoio, porque tinha as pessoas que tomavam a frente.¹⁴⁵

Tinha lugar vazio ainda, você sabia de alguém e queria morar aqui, queria ter, fazer o seu barraco. Ou tinha contato com alguém daqui que fazia casa, ou procurava o cobrador dos terrenos, que às vezes não consentia assim logo não, botava dificuldade. Se ele não fosse com a sua cara, empatava construir, ele (o cobrador) não aceitava. Agora se tivesse uma fala maior por você, uma fala que combatesse a dele, você ia e fazia. Eu vi um caso que Pedinho (Elpídio França) disse tem lugar não e João Grande, junto com Biu Guarda resolveu e fez, a força maior combatia a menor.¹⁴⁶

Ao aparecimento de um espaço social criado a partir das práticas laborais dos cobradores de aluguel do chão e fazedores de casebres, no Alto José do Pinho, no segundo quarto do século vinte, no mesmo momento que define e nomeia competências, articula localmente um núcleo de exercício do poder, cuja capilaridade passa a ser sentida, temida e, imagina-se, reverenciada pela população que ali se instalava. Das

da Manhã – “Para os grandes males, os grandes remédios”, em 12.07.1939; “Os Males do mocambo”, em 13.07.1939.

¹⁴⁵ Entrevista concedida por Aurino Pereira a Ricardo Leite, 26.11.2010.

¹⁴⁶ Entrevista concedida por Josué Ferreira a Ricardo Leite, 06.2008.

necessidades de moradia da população e daquilo que ela precisava empreender para viver e morar, foram se construindo os espaços de poder e se instituindo mundos. O mundo que se instituía a partir das necessidades da população, instituía e colava-os a marca da diferenciação e da distinção a partir de práticas.

Os relatos chamam a atenção por pontuar a interferência de pessoas do próprio local na relação que se estabelecia entre o possível morador e o representante das empresas que controlavam legalmente a propriedade das terras. Ou seja, a existência de pessoas socialmente empoderadas para interferir e modificar tomadas de decisões que, a priori, se davam no domínio do privado. Não bastava mais apenas, como cita Aurino, “ter conhecimento, conhecer alguém”. A interferência passava a se dar por uma tipologia de empoderamento visibilizada localmente. Alguém que recebesse um “não” como resposta a sua demanda para construção de sua moradia e estabelecimento ali, poderia, a partir da interferência de algum tipo de empoderado local, como o dono de venda, o amigo do cobrador, o fazedor de casa ou o comissário, modificar a situação em seu favor.

O relato de Josué Ferreira volta a colocar na cena da ocupação e da construção de moradia, o comissário de polícia. Ele informa a atuação do comissário como elemento de poder na definição sobre quem pode residir no Alto José do Pinho. O momento em que o poderoso cobrador do aluguel dos terrenos passa a reconhecer o poder do comissário força-o a aceitar um morador que havia antes recusado. A figura do comissário aparece relativizando o poder exercido, até então, pelo cobrador do foro de chão. A intervenção operada pelos irmãos Bezerra, aponta para o instante em que emerge e se consolida o poder do comissário e da Guarda Civil, isto é, a presença local do Estado. Uma presença com a capacidade de impor limites à ação do representante das imobiliárias que controlavam a propriedade da terra no Alto José do Pinho.

O crescente poder do comissário e o seu empoderamento junto aos moradores, passam a ser cada vez mais sentidos pelos moradores. Em um relato colhido no limiar da década de 1980 e publicado no livro de depoimentos produzido pela Federação das Associações do Bairro de Casa Amarela⁸⁵, João Lopes, o Bubu do Maracatu, ao contar sobre a conquista de sua moradia, traz informações sobre o papel de mediador social que desempenhava os elementos da força pública policial, nas comunidades onde atuavam. No depoimento de Bubu, aparecem também algumas estratégias mantidas

pelos cobradores do aluguel de chão visando a atrair pessoas para construir suas moradias em locais ainda desabitados.

Cheguei aqui no Alto José do Pinho, arrumei um quarto [...] trabalhei [...] depois de duas semanas, fui no interior, trouxe a mulher, vim morar aqui. Foi quando depois de muito tempo [...] tava o Alto da Serrinha dando terreno, de graça. Eu digo, eu vou pra lá, aí seu, seu Biu Guarda [...] disse assim: pra onde é que tu vai João Lopes (nome de registro de Bubu)? Rapaz, aquilo ali é de graça, naquele tempo, os ladrões pra lá, Mané Camaço, Biu é ..., Mané Camaço, Biu da Peixeira, Zé Ezídio, tal e coisa, eu digo: vou pra lá meu filho, vou fazer uma casa pra mim, que eu não vou pagar aluguel de casa, aí fui para o Alto, quando cheguei lá arrumei um terreno, arrumei esse terreno o..., seu Davi disse: pode ir pra lá, e arruma lá, de graça, né, depois a gente, a gente faz a coisa e vocês ficam pagando aí. Aí eu digo, ta certo! (Bubu do Maracatu, apud Casa Amarela... 1988:122-123).¹⁴⁷

O depoimento de Bubu do Maracatu informa sobre a existência de uma certa disputa entre as pessoas que estavam à frente do negócio dos terrenos e moradias nos morros das zonas norte e noroeste do Recife. Ele informa sobre o interesse demonstrado pelo comissário acerca da sua permanência no Alto José do Pinho, mesmo pagando aluguel. Biu Guarda tenta dirimi-lo da ideia de mudança fazendo uma espécie de contra propaganda, alertando-o sobre os riscos de ter malfeitores como vizinhos. Em outras palavras, o comissário diz para Bubu algo como: *aqui tu tens proteção*. Quem assim falava estava ali para dar proteção à população. Mesmo assim Bubu do Maracatu optou por construir sua moradia no Alto da Serrinha e não mais pagar aluguel. Para isso contou com a intervenção de um certo Davi, que lhe ofereceu a gratuidade de permanência, mas só até a construção da sua moradia. *Depois a gente faz a coisa e vocês ficam pagando*, teria dito Davi, ou melhor, Antônio Davi, cobrador nas terras controladas pela Imobiliária Pernambucana Ltda., no território de Casa Amarela. Biu guarda, por sua vez, tinha destacada atuação no espaço territorial controlado pelas empresas Vieira da Cunha e da Baronesa Cesário de Melo, que disputavam moradores com a Imobiliária Pernambucana no rentável negócio de aluguel de chão das casas.

O aparecimento do comissário nos relatos sobre aspectos da empresa de construção de casas, não é algo fortuito. No período pós-1930, com o desmonte do

¹⁴⁷ Obra citada.

corpo privado de vigias, os ditos comissariados passariam a se constituir em núcleos de poder do Estado nas comunidades que surgiam, especialmente naquelas que se estabeleciam sobre os antigos sítios rurais existentes no espaço denominado Recife. Antônio Montenegro Torres, em seu trabalho sobre aspectos da cultura popular no bairro de Casa Amarela, observa que até 1930 havia predominância do corpo privado de vigia como elemento de manutenção da ordem. Depois de 1930, observa-se a lenta inserção do Estado nesse campo, *que até então se mantinha sob o caráter privado*¹⁴⁸.

Na informação trazida por Antônio Montenegro, essa passagem do predomínio do corpo privado de vigia para a estruturação pública dos órgãos de controle e repressão, vai auferir à força policial denominada pública uma visibilidade social positiva. A população que vivia sob o domínio exclusivo do controle e da violência privada, verá nos órgãos estatais de policiamento um elemento aliado para libertá-la do julgo dos donos de engenhos e das fábricas. O Estado, a Força Pública de Segurança e seus órgãos, passam a adquirir um sentido que lhe opõem ao corpo armado privado. Assim, os órgãos estatais de segurança passam a ser vistos como contraponto ao mandonismo privado, um agente de liberdade. Porém, isso não significa que eles tenham se constituído como agente de liberdade. Na prática, a força policial continuou exercendo o seu poder de repressão e controle social das ditas classes perigosas, dentro de um padrão assemelhado ao modelo predominante no período da denominada República Velha, continuando a ser um instrumento posto a serviço dos donos do poder, no campo e na cidade.

No Alto José do Pinho, as citações que incluem o comissário no centro do negócio da construção de moradias, apontam para as questões que envolvem e perpassam o aparecimento e ascensão do Estado, no contexto estudado pela pesquisa. O subcomissariado do Alto José do Pinho, a partir da sua instalação, em meados dos anos 1940, vai se constituir em um elemento importante para invenção de um determinado lugar. Sua prática vai se misturar ao conjunto de práticas sociais existentes e, diferentemente da imagem de defensor do povo, espalhar velhas novidades¹⁴⁹. O subcomissariado do Alto José do Pinho deve ser percebido como algo sobre o qual a

¹⁴⁸ Obra citada.

¹⁴⁹ O controle social, a repressão e o mandonismo policiais foram práticas que já existiam na relação da polícia com a população e que continuaram a ser exercidas pelo chamado comissariado de bairro.

população construiu uma representação diversa, em muitos aspectos, do papel que ele cumpria institucionalmente. Instalado no bairro para controlar e vigiar as ditas classes perigosas, ele vai se transformar em um ponto de apoio, talvez o único, para as múltiplas demandas da população local. Seus agentes policiais vão exercer outras funções, algumas delas mais aparentadas às desempenhadas pela Assistência Social. O Subcomissariado do Alto José do Pinho, seu papel social, seus personagens e suas práticas, no período que se seguiu a sua instalação, será o eixo de discussão e análise a ser focado no segundo capítulo da dissertação.

Figura 6: Comprovantes de pagamento do aluguel de chão feito por um morador ao cobrador das terras controladas pela família Cesário de Melo, no ano de 1958

**RECIBOS REFERENTES AOS
PAGAMENTOS DE ALUGUEL DOS
TERRENOS DO ALTO JOSE DO PINHO DA
PARTE DA MANGUBA COBRADOS PELO
CAPTAZ SEU PEDINHO.**

CRS <u>29</u>	SÉRIE <u>A</u>	Nº <u>36769</u>
Aluguel do terreno ocupado pela casa n.º <u>29</u>		
Sitio n.º <u>25</u>		
Proprietário <u>[assinatura]</u>		
Mês <u>19</u> Ano <u>58</u>		

CRS <u>59</u>	SÉRIE <u>C</u>	Nº <u>1332</u>
Aluguel do terreno ocupado pela casa n.º <u>59</u>		
Sitio n.º <u>[assinatura]</u>		
Proprietário <u>[assinatura]</u>		
Mês <u>[assinatura]</u> Ano <u>58</u>		

CRS <u>40</u>	SÉRIE <u>A</u>	Nº <u>4333</u>
Aluguel do terreno ocupado pela casa n.º <u>40</u>		
Sitio n.º <u>[assinatura]</u>		
Proprietário <u>[assinatura]</u>		
Mês <u>[assinatura]</u> Ano <u>58</u>		

Figura 7: Aspectos das moradias existentes no AJP em meados da década de 1950.



Figura 8: Os chafarizes: a primeira intervenção do Estado para solucionar o problema da falta d'água no AJP, no final dos anos 1950.



Figura 9: Fazedores de casas em ação no Alto José do Pinho nos anos 1950

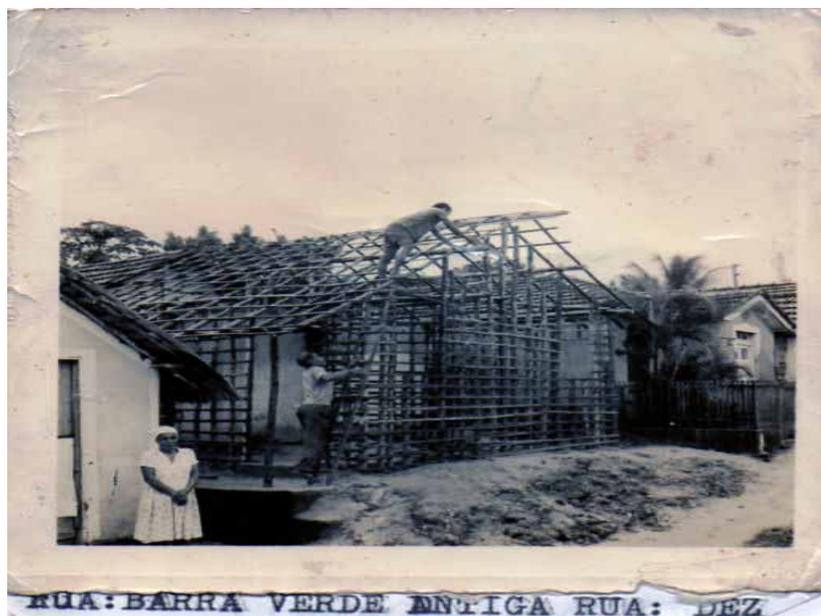


Figura 10: Casa de taipa em construção. Na parte posterior, ao longe observa-se parte da região da Tamarineira e Casa Amarela ainda com pouca densa de moradias.



Figura 11: Em dias de chuva, descer ou subir ladeiras no AJP podia ser perigoso.



Figura 12: Praça 04 de outubro, AJP, sendo preparada para festa em 1957.



Figura 13: Fotografia publicada pelo Diário da Noite em 1948, no contexto de uma reportagem sobre as condições de vida nos altos e córregos da zona norte.



SEGUNDO CAPÍTULO

MEMÓRIAS DA (DES)ORDEM: AS CLASSES PERIGOSAS NA MIRA DA LEI

O Comissariado de Polícia

Uma das instituições mais presentes nos relatos feitos pelos velhos moradores do Alto José do Pinho é o departamento da polícia. Denominado institucionalmente de subcomissariado, mas conhecido mais comumente pela população local como o Comissariado de Polícia, no do Alto José do Pinho era assim denominado por ser subordinado ao comissariado do bairro de Casa Amarela. Nos relatos, o comissariado do bairro aparece como elemento nodal do poder e da autoridade local. Os depoimentos colhidos dão a ler que o comissariado teria assumido representações mais amplas do que aquelas vinculadas ao seu estrito papel institucional de manutenção da ordem pública. Um elemento que deve ter contribuído para essa ampliação do papel do comissariado deve ter sido a vinculação da sua prática aos costumes e à cultura política predominante.

A partir da leitura de um relato produzido por um morador participante das lutas empreendidas entre os anos de 1940 e 1950 para conquista dos serviços públicos no bairro, é possível imaginar a força social que teria tido o encontro produzido entre os costumes e hábitos culturais daqueles primeiros moradores e a instituição policial. Este morador, posteriormente, atuaria como um importante cabo eleitoral do vereador eleitoralmente hegemônico no bairro, Clóvis Corrêa, assumindo o comando de uma entidade de assistência social no bairro, denominada Serviço Médico Social. Conta Josué Ferreira que:

Depois do comissariado melhorou as coisas para nós aqui. Você tinha um problema, não precisava mais descer para o córrego do Bartolomeu¹⁵⁰ ou para o comissariado de Casa Amarela. Tudo passou a ser no comissariado daqui mesmo. Briga de vizinho, uma

¹⁵⁰ O Córrego do Bartolomeu, um vale situado entre os altos José do Pinho e da Conceição, funcionava e ainda funciona como importante caminho de acesso a comunidades como Linha do Tiro, Beberibe, Nova Descoberta, Vasco da Gama e Alto Pascoal. Por ser um lugar utilizado como passagem, foi ocupado antes. Desde o início dos anos 1930, o lugar já contava com um comissariado, muitos bares e notável adensamento populacional.

cobrança, barulho de uma festa, uma passagem ou algo que se precisasse, se bebesse demais, uma licença pra funcionar um negócio, você ia ao comissariado e lá o comissário dava destino à questão. Tudo que podia ser resolvido ele resolvia. Um emprego, um hospital, um carro pra levar doente, muitas vezes eu vi acontecer isso aqui, no comissariado que era aqui, do lado da minha casa.¹⁵¹

Além de expor a diversidade de questões que eram levadas ao comissariado e de fazer referência a sua suposta capacidade de resolvê-las, Ferreira nos traz outros aspectos do trabalho do comissariado e informa parte das expectativas que tinha a população em relação à autoridade e ao poder. Uma autoridade que se assentava na capacidade demonstrada pela instituição policial para resolver ou dar destino a problemas trazidos até ela pela população local.

Outro aspecto decorrente dessa proximidade imediata da instituição policial com os moradores pode ser parcialmente avaliado, observando-se as características das questões que chegavam ao comissariado para serem resolvidas. Em que pese os jornais da época pesquisada descreverem o lugar como perigoso¹⁵², reportando-se aos seus moradores como elementos arruaceiros e violentos. A maior parte das queixas prestadas no comissariado diziam respeito a questões de convivência, de atritos entre vizinhos. Talvez seja por isso que nos relatos feitos por alguns dos policiais entrevistados, apareça a citação da prática do *prender de boca*¹⁵³. Esse modo de ação, que parece ter sido possível pela existência de determinado pacto de aceitação e de reconhecimento dos lugares sociais, funcionava como uma garantia e consolidação dos papéis sociais

¹⁵¹ Entrevista concedida por Josué Ferreira a Ricardo Leite em 06/2008.

¹⁵² No período pesquisado, os anos 1940-1950, são bastante comuns reportagens policiais na imprensa acerca do Alto José do Pinho. Nessas matérias, o local era visto como um local habitado por pessoas denominadas como ladrões, catimbozeiros, mundanas e viciados em jogos de azar. A polícia, nessas mesmas reportagens, é vista como o “lixeiro da sociedade”, limpando-a dos maus elementos e mantendo a ordem.

¹⁵³ Os guardas entrevistados falam com certo orgulho de que conheciam e chamavam o infrator da lei pelo nome. Sabiam quem eram seus pais e que nem precisavam de armas para prendê-los, citando os casos em que esses infratores eram presos *apenas de boca*, e no exemplo citado pelo ex-guarda aposentado Ferreira Guedes, simplesmente dizendo: você está preso, *vá agora ao comissariado que eu chego já*.

instituídos. Padrões de comportamentos que podem ser em parte lidos em outro fragmento da fala do ex-policial.

Todo mundo respeitava o comissário, inclusive os infratores da lei. Tudo se conhecia; ele a nós e nós a eles. Nós sabíamos quem eles eram e os tipos de delitos que praticavam. Nesse tempo, bandidos conhecidos eram presos de boca. Passava um deles assim na rua, o guarda chamava, ei fulano vem cá, passa agora no comissariado que vamos ter uma conversa sobre tal coisa. Eles iam, se tivesse responsabilidade com a investigação ficavam presos. Veja bem, eles se viam obrigados a passar no comissariado por um simples pedido do agente local, sem que fosse preciso escolta. Imagine isso.¹⁵⁴

Pelo que relata o ex-policial, pode-se imaginar a existência de um trânsito de informações entre os dois lados. No caso específico, o próprio acusado tentou, devendo ter ciência de que viria a ser responsabilizado, uma espécie de ação cautelar informal, se antecipando ao trabalho da polícia e tentando se livrar dos problemas que imaginava estar por vir. Ao mesmo tempo informa como era o exercício da autoridade policial na relação com os moradores.

Ao incorporar, às suas atribuições, as chamadas demandas assistenciais e políticas, o comissariado do Alto José do Pinho produzia, consolidava e ampliava a sua legitimidade junto aos moradores. Desse modo se deslocava da posição que o representava como um órgão secundário do sistema de segurança e passava a ser visto como uma instituição representante da estrutura do poder localmente instituído. O relato produzido por um guarda civil aposentado traz algumas memórias que reforçam a imagem de autoridade local, conquistada pelo comissariado e seus agentes.

Sempre chegava alguém a nos procurar para resolver coisas que muitas vezes não era nem de polícia. Gente com fome chegava e nos pedia. Tinha um bar, de Nita, que viveu de ajudar muita gente aqui em cima. Aí chegava assim e dizia: Nita bota alguma coisa para esse aí, pronto resolvia. Aí já vinha outro, bêbado, perturbando todo mundo, às vezes era trabalhador, nem era maloqueiro, aí seu Biu dizia deixa ele aí até amanhã e de manhã, ainda fazia limpeza do comissariado. A gente era de aconselhar, as pessoas nos respeitavam. Na ronda de dez horas da noite era para parar tudo, menino pra casa, acabava a zoada.¹⁵⁵

¹⁵⁴ Entrevista concedida por Antônio Dias, 20.11.2010.

¹⁵⁵ Entrevista do ex-guarda civil Severino Guedes em 18.12.2010.

O relato do policial aposentado reforça a visão que associa a legitimidade conquistada pelo comissariado à sua capacidade de resolução de questões. Uma prática social transformada em uma prática de poder, de classificação e de legitimação com recursos suficientes para garantir a sua aceitação por aqueles que sentem a violência e são forçados a negociar e aceitar uma determinada situação. O que faz emergir um acontecimento, uma forma social de poder, é o deslocamento das posições dos grupos em luta, ele é o parto da violência. A emergência do comissariado como instituição local do poder se estabelece a partir da sua consolidação como instrumento produtor de regras de conduta e punição. Regras que, segundo Foucault¹⁵⁶, não propiciam a suavização ou a extinção da violência, já que são essas mesmas regras que permitem consolidar e manter o jogo da dominação de grupos sobre grupos na história.

Do que Foucault nos fala é da capacidade que têm os grupos, por meio da força e da violência, de fabricar e impor submissão, por meio de regras socialmente legitimadas. A violência e o controle sobre as classes perigosas representados socialmente como ordem e como instrumento de defesa dos que sentem a força e a violência do Estado.

Nas relações entre a instituição policial e os moradores do Alto José do Pinho, o processo de aceitação e submissão é construído por meio de relações cordiais, projetadas nas ações do comissariado e dos guardas civis. Processo que adquire sentido pela disseminação de práticas de ação, marcadas por um volume considerável e pelas características das questões que eram levadas ao comissariado para resolução. Em alguns casos, o efetivo policial do comissariado, formado pelo comissário, escrivão, investigador e guardas civis, negociava de forma direta e imediata os conflitos. Às vezes, era o próprio guarda civil que construía formas de administrar os pequenos conflitos. O ex-guarda civil informa como se dava a resolução de alguns:

Às vezes era discussão de duas mulheres. [...] eu dizia, as duas já para casa, que isso é feio, duas mulheres batendo boca assim na rua. Muitas vezes eu socorri mulheres grávidas e gente doente. Ficavam esperando carro no comissariado e antes do carro chegar iniciavam o parto, eu chamava dona Nita, que era parteira [...] aqui ficando um lugar perigoso. Aquelas mulheres da vida chegavam [...] seu Ferreira, fulano saiu comigo e não quer me pagar, às vezes não era cabra errado não. Aí eu perguntava, rapaz porque você não pagou a

¹⁵⁶ FOUCAULT, Michel. Verdade e poder, In *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal. 6ª Ed. 1986.

mulher, ela vive disso. Não tenho dinheiro hoje, tal dia eu pago. Tudo que eu podia resolver eu resolvia ali.¹⁵⁷

O guarda civil Guedes traz importante mapeamento do conjunto de atividades que eram praticadas, cotidianamente, por aquele destacamento policial. Práticas miúdas, permanentes, que ao se multiplicarem transformam-se em cenas organizadoras da história, com capacidade, inclusive, de produzir uma memória positiva do comissariado, com a qual ele passará a ser representado no futuro. Mas, vale ressaltar que os relatos orais de memória são reconstruções do vivido. No caso do relato feito pelo ex-policial, ele possui uma ponderável carga de idealização da função do policial e do comissariado. De seu relato são retirados os elementos conflitantes, as resistências e as violências das situações vividas. Ferreira Guedes, ao discursar sobre o seu trabalho, também constrói uma imagem de si próprio e de como deseja ser visto.

A ampliação das funções do comissariado do Alto José do Pinho pode ser lida como um dos resultados da incorporação de demandas políticas e sociais, especialmente dos chamados “casos sociais”. Essa forma de atuação dos policiais e a importância que eles adquiriram junto à população, ainda é alvo de poucos estudos. Dentre os poucos trabalhos existentes sobre o tema, duas pesquisas chamam a atenção por estudar os aspectos informais da ação dos comissariados de polícia. O primeiro, intitulado *Sua Excelência o Comissário*¹⁵⁸, produzido por Luciano Oliveira nos anos 1980, e o segundo, nomeado *A polícia e os Pobres*¹⁵⁹, de Paula Poncioni Mota, publicado em meados dos anos 1990, despertam a atenção para as múltiplas funções que os comissariados desempenhavam na sua relação com os pobres.

O trabalho *Sua Excelência o Comissário*, investiga e dá a ler a prática usual do comissariado para a resolução de conflitos que, segundo o autor, funcionaria informalmente como uma Junta de Conciliação e Julgamento à revelia do seu papel institucional. Oliveira pesquisou as práticas e a tipologia de casos, vivenciados em seis comissariados de bairro no Recife. Observando as práticas do comissariado, Oliveira buscou entender como o poder da polícia se deslocava e assumia tarefas

¹⁵⁷ Entrevista do Ex-guarda civil Severino Ferreira Guedes em 18.12.2010.

¹⁵⁸ OLIVEIRA, Luciano. *Sua Excelência o Comissário*: Dissertação de Mestrado, PIMES/UFPE, Recife, 1984.

¹⁵⁹ MOTA, Paula Poncioni. *A polícia e os pobres: Negociação e conflito em delegacias do Rio de Janeiro*. Dissertação Mestrado da Escola de Serviço Social, UFRJ, 1995.

institucionalmente vinculadas ao aparelho judiciário. Ou seja, o autor constatou que os comissariados cotidianamente funcionavam como uma junta de conciliação e julgamento informal, recebendo o caso, analisando, julgando e apresentando uma solução para a questão ali mesmo, no departamento policial.

Já o trabalho de Paula Mota, ambientado na cidade do Rio de Janeiro, investiga a composição das questões policiais do comissariado, observando que a maioria delas não se relacionava a crimes. A pesquisadora constatou que, a maior parte das denúncias que eram trazidas pela população às delegacias de polícia se constituía dos, denominados por ela, *casos sociais*¹⁶⁰. Segundo a autora, depois de acompanhar e analisar o trabalho realizado em diversas delegacias de bairros do Rio de Janeiro, nem a estrutura policial seria adequada, nem os policiais lotados nelas estariam preparados para lidar com a crescente demanda dos casos sociais que lá chegavam. Ela vê a prática do comissariado crivada pela coexistência de ações marcadas pela formalidade e informalidade. Os elementos informais presentes invadem e modificam o campo institucional, deslocando-o. Um processo de negociação que Mota significa assim:

Neste processo de interação com o público, o policial desenvolve um processo de negociação da lei e da realidade, que lhe permite manter a ordem. A manutenção da ordem ocorre, portanto, através de práticas de controle social e de resolução de conflitos que, obedecendo às regras e normas reconstruídas pela cultura organizacional, lhe conferem o papel de intérprete da lei e árbitro, junto a uma gama variada de situações que não encontra lugar em qualquer outra instituição da sociedade.¹⁶¹

Os dois trabalhos citados chamam atenção para como a ausência do Estado e suas instituições especializadas contribuiriam para mudança de função do comissariado de polícia. Tanto o trabalho de Mota (1995) como o de Oliveira (1984) cobrem um período de tempo posterior ao do recorte temporal a que se detém este trabalho. Contudo, algumas características apontadas nos dois textos, aparecem citadas nos relatos dos guardas civis e moradores entrevistados como práticas presentes na atuação do comissariado do Alto José do Pinho, nas décadas de 1940 e 1950.

¹⁶⁰ Segundo Mota, “casos sociais”, definição que este trabalho incorpora, seriam aqueles casos que chegavam cotidianamente ao comissariado e que não eram tipificados como crimes, tais como agressão, roubo e mortes. Assim, essa nomenclatura designava os problemas de cunho não-criminológico que chegam à delegacia predominantemente através da população pobre, que por sua própria condição sócio-econômica não tem acesso a outra instituição que responda a sua demanda.

¹⁶¹ MOTA, Paula P. A polícia e os pobres: Negociação e conflito em delegacias do Rio de Janeiro p. 6

O acesso e a consulta a livros de queixas de comissariados e de delegacias de polícia, no período abarcado pela pesquisa, e também relatos dos antigos moradores, podem dar uma ideia dos tipos de questões¹⁶² que chegavam buscando solução junto ao comissariado. Nestes livros de queixa existia um espaço reservado para que o policial escrivão colocasse a resolução do problema alguns dias depois. Pode-se dizer que eram questões que não chegavam a se transformar em processos. Um ex-guarda civil fez um relato em que informa sobre a prática informal de autoridade.

Quando a gente andava na rua e ouvia qualquer coisa estranha, porque sempre havia aquelas desavenças, aquelas coisas miudinhas de desentendimento, a gente passava olhava e falava: o que está havendo aí. A pessoa do caso vinha naquela algazarra de foi ele, foi não, foi ele. A gente era duro com aquilo, dizia não quero saber quem foi e terminava a questão ali mesmo. Depois, aquelas próprias pessoas da briga vinham nos agradecer. Muitas vezes nem precisava ir ao comissariado resolver, de ser chamado lá.¹⁶³

Na lembrança do ex-guarda Severino, também conhecido por Sibiu, o seu passado na atividade como policial é rememorado misturado ao poder que detinha e exercia na instituição a que ele pertencia. A frase *naquele tempo polícia era polícia* aparece em vários outros depoimentos feitos por antigos moradores. Ela parece marcar a passagem do tempo, contrapondo as múltiplas funções e atribuições exercidas no passado pelo comissariado, com o restrito papel desempenhado pelo atual Posto Policial

¹⁶² Tipologia das queixas feitas pela população junto a um subcomissariado do bairro de Casa Amarela, no ano de 1947: Portador de uma dívida queixa-se de credor que se apossou de objetos seus por ele não ter dinheiro no dia previsto para sanar a dívida; mulher faz queixa de “mundana” que vem lhe agredindo com palavras de baixo calão; queixa de sabotagem em relações comerciais; irmão faz queixa contra menor de 17 anos que teria ido morar com uma “mundana” iludida que foi por homem; homem faz queixa contra seu agressor cuja agressão foi causada porque o seu cavalo teria fugido para manter relações com a égua de propriedade do agressor; homem faz queixa denunciando o aparecimento de uma menor em sua residência, que alega estar sendo constantemente espancada por sua mãe, posteriormente o destacamento intimou a dita mãe, advertiu-a e entregou-lhe a criança; mulher faz queixa de ter sido agredida pela companheira por motivo de ciúmes; homem queixa ser agredido verbalmente por vizinho que lhe abateu a moral; mulher queixa-se de operário da fábrica da Macaxeira que a agrediu moralmente; homem queixa-se de indivíduo que faltou com respeito às famílias do local; menor acusa garçom de agressão física por motivo fútil em um barracão da Avenida Norte; homem acusa outro de praticar agressão por motivo de trabalho, fato que, segundo a visão policial, não teria acontecido; dona de um quarto reclama que foi posta para fora do mesmo por seu amante, que nele ficou morando. (caso foi resolvido com a devolução do quarto, feita pelo mesmo após intervenção do comissariado); mulher agredida por companheira presta queixa; homem queixa-se de ex-amante de traição e pede providências do comissariado para reaver bens que estavam em poder da mesma.

¹⁶³ Entrevista de Severino Sibiu, 18.12.2010.

existente. Uma visão que é compartilhada por outros moradores do bairro como Nelson Preto.

Quem era doido desrespeitar um guarda daquele? Era xilindró, surra de cipó de boi e banho de água fria. Não tinha quem não respeitasse. Os ladrões daqui conhecidos eram Viuvinha e Sales, se fizessem qualquer coisa, o Comissário mandava buscar eles em casa e eles vinham andando a pé pelo meio da rua, escoltados por dois guardas civis, de um lado e do outro. [...] Eu mesmo quando bebia e aprontava, era recolhido e tratado bem, nunca tocaram num fio de cabelo. [...] No outro dia, Biu Guarda olhava assim, já sorrindo e dizia: de novo rapaz, você gosta daqui mesmo, né? Vai lavar o xadrez antes de sair.¹⁶⁴

Nelson nos traz aspectos do cotidiano, tanto da ação policial como da flexibilidade das regras. Relata como parte dos usuários se relacionava com a polícia. Mesmo na condição de preso, ao relatar fatos que devem ter sido desagradáveis de ser vividos por ele, Nelson faz o relato da sua prisão como um momento de certa cumplicidade com o comissário. Uma cumplicidade entre vizinhos e que o aproxima, um simples morador, do poderoso comissário, que parece fazer “vista grossa” ao delito praticado. Mas é importante compreender que o relato de Nelson constitui-se por memórias reelaboradas a partir do presente e que incorpora as representações atuais que a memória coletiva atribui ao comissariado. O comissariado, com suas práticas diretas e imediatas, construía um determinado modelo de sociabilidade e efetivava um modelo de controle social que nada tinha de docilidade. Ao produzir o espetáculo da prisão dos supostos infratores da Lei por meio de cortejo público, ou ao doutrinar o morador que passou da conta com o álcool, o comissário o fazia também como exemplo, demonstrando com quem estava o poder. Esses rituais exemplares promovidos pela polícia tinham o poder de efetivar a dominação simbólica¹⁶⁵ e a submissão do conjunto dos moradores.

Nas organizações¹⁶⁶, práticas informais convivem com as rotinas estabelecidas no âmbito formal e legal, enquanto que, na estrutura formal, a autoridade baseia-se em

¹⁶⁴ Entrevista com Heleno dos Santos, 10/2011.

¹⁶⁵ Chartier fala em dominação simbólica para definir “o processo pelo qual os dominados aceitam ou rejeitam as identidades impostas que visam assegurar e perpetuar seu assujeitamento”. (In *À beira da falésia*. p. 11).

¹⁶⁶ MOTA, Claudia Ponciani. A polícia e os pobres: negociação e conflito em delegacias de polícia do Rio de Janeiro. p. 3

elementos planejados estipulados em normas, hierarquias, cargos e regulamentos. Na estrutura informal, a autoridade se institui a partir da normatização de condutas baseadas, em sua grande parte, num conjunto de usos e costumes, alguns instituídos através de diferentes gerações, que orientam as ações individuais e coletivas, reproduzindo em escala menor o padrão social existente. Essa compreensão da existência e convivência dos espaços formais e informais dentro de uma organização nos será útil para análise e entendimento da ação do comissariado do Alto José do Pinho, no tempo abarcado pela pesquisa.

Na memória coletiva do bairro acerca do comissariado, predomina um discurso de que ele foi *a verdadeira integração entre a polícia e a comunidade*¹⁶⁷. A representação feita do comissariado o constrói como uma instituição cuja prática cumpria a função de ser a instância estatal do poder na localidade. A prática exercida pelo comissariado pode ser significada como um fluxo cotidiano de distribuição e recepção de poder.

No período anterior à instalação do comissariado do Alto José do Pinho, as questões que se quisesse fazer chegar ao aparelho policial teriam de ser levadas pelos moradores em conflitos para a Delegacia de Casa Amarela ou para o subcomissariado existente no Córrego do Bartolomeu¹⁶⁸. A forma rápida como se efetuou a ocupação do bairro, as demandas por segurança que passaram a existir com o crescimento populacional que ali se dava e o interesse de grupos políticos, estão entre os fatores que contribuíram para a instalação do Subcomissariado do Alto José do Pinho, em 1946. Até então, a inexistência de policiamento no local era atendida por incursões da Guarda Noturna¹⁶⁹ e das rondas efetuadas por guardas civis lotados no Terceiro Distrito Policial de Casa Amarela e também na Delegacia de Costumes da capital. Os relatos de

¹⁶⁷ Entrevista com Davi Pessoa, 05/2008.

¹⁶⁸ Desde o início da década de 1930 existia o subcomissariado instalado na estrada do Bartholomeu. Documento do acervo da polícia civil marca no ano de 1931 a assinatura de um contrato de aluguel de uma casa com a finalidade de funcionar como comissariado do bairro.

¹⁶⁹ A Guarda Noturna era uma organização privada e remunerada pelos moradores e comerciantes das comunidades. Em pelo menos uma matéria de Jornal ela aparece citada como sendo uma organização degradada e seus membros relatados como maltrapilhos e famintos. Havia uma tendência dos guardas noturnos serem absorvidos pela Guarda Civil, eles almejavam a guarda civil por conta do apoio do Estado e pela remuneração fixa.

moradores sobre o período anterior à instalação do comissariado, falam de um lugar perigoso.

Esses morros aqui era um lugar assim de muita briga, muitas casas com danças, sambas direto, tinha aquelas confusões. Não tinha segurança. De longe se via as brincadeiras daqui, muitas brincadeiras, de todo tipo que imaginar. Não existia comissariado nem delegacia aqui. Resolvia-se uma questão na base da peixeira ou da munheca mesmo. Se o outro tinha uma desavença grande com você, podia ter cuidado. Você ia andando e de repente saía um sujeito de dentro do capim e metia-lhe a faca. Conhece o beco da facada? Foi por isso o nome. Furava e sumia no meio do mundo, ninguém nunca mais via rastro.¹⁷⁰

No relato do ex-garçom Jaime Abreu, percebe-se uma intenção de construir um quadro de necessidade, no mesmo instante em que procura criar as condições para que, a partir delas, se pudesse referendar a instalação do comissariado no bairro. Para Jaime Abreu, alguns “brabos” do Alto vez por outra enfrentavam a polícia, que *quando se instalou o comissariado e os irmãos Corrêa apareceram, as coisas começaram a melhorar*. Jaime expressa uma vontade de segurança institucional, uma vontade que é também descrita na fala por David Pessoa, escritor aposentado e morador do bairro.

Foi uma época que se começou a botar comissariado nas comunidades. Está perigoso, botava um comissariado, vinha uma ordem. Alugava-se uma casa. Em cada bairro do Recife, principalmente em altos e favelas, tinha um posto policial que era chefiado por um comissário ou um investigador, da inteira confiança do Secretário de Segurança Pública e indicado pelo Delegado do Distrito. Esses comissariados tinham xadrez, livros de ocorrência, livro de queixas, livro de pessoas detidas para averiguações. Era praticamente uma delegacia no bairro. Assim a Secretaria de Segurança Pública era conhecedora de tudo que se passava em cada bairro. A violência era controlada porque nos bairros tinham os policiais civis agindo com rapidez, ora prendendo, ora aconselhando, ora salvando vidas¹⁷¹.

Davi Pessoa constrói uma narrativa de defesa intransigente dos comissariados e dos policiais civis. Ele viveu a disputa que ocorreu pela hegemonia da Secretaria de Segurança Pública, que teve como um dos seus desdobramentos a perda de espaço pelos policiais civis e a ascensão dos delegados de polícia, superando hierarquicamente os

¹⁷⁰ Entrevista concedida por Jaime Abreu 13.11.2010.

¹⁷¹ Entrevista concedida por David Pessoa em 2008.

comissários¹⁷². Mas, o que se deseja focar na análise do relato feito por Davi Pessoa são alguns elementos que ele traz e que podem servir de indícios para a compreensão do papel exercido pelo comissariado e seu destacamento policial no bairro.

A semelhança dos discursos do ex-escrivão e do ex-garçom indica como esses discursos proferidos a partir do contexto da instituição policial, transbordam dela e são incorporados pelo grupo social onde a instituição se insere. Em certo sentido, o relato produzido por Jaime, que fala de um lugar social externo à polícia, assume a identidade que representa a instituição policial, um discurso que produz uma sintonia com a fala do ex-policial defensor do modelo de polícia produzido pelos comissariados de bairro.

Nas memórias reconstruídas, o comissariado é descrito, na maior parte dos relatos, como modelo ideal de polícia ou como a presença necessária e benéfica para manutenção da ordem. Porém, observando-se mais detidamente a fala de alguns entrevistados, em relatos entremeados de reticências e silêncios, é possível perceber críticas à ação da polícia. Críticas que expõem abuso de poder, uso de influências e distribuição de privilégios a amigos. O comissário e os guardas civis são vistos como pessoas que estavam ali para dirimir conflitos e encaminhar soluções, mas que, aproveitando-se do cargo, o usavam em benefício próprio e de amigos.

Alguns dos moradores entrevistados fazem a crítica por entenderem que existia uma forte ligação entre o exercício do poder de polícia e o recebimento de recompensas sociais e econômicas por parte dos integrantes do comissariado. Baruque critica o comissariado porque, segundo ele, o comissariado era controlado politicamente e usado para, nas eleições, perseguir quem fazia oposição a Clóvis Corrêa. Para ele, depois das eleições, os policiais empregavam seus familiares em funções no serviço público.

Eles faziam as coisas ali dentro em proveito próprio, obtendo ganhos pessoais. Quem fosse contra eles perseguiam, não arranjava nada. Isso era a política daqui e o comissário e os guardas é que comandavam. Às vezes a perseguição era tanta que a pessoa perseguida se mudava daqui. Tinha um candidato¹⁷³ aqui

¹⁷² É importante citar que os comissários de polícia estavam hierarquicamente, até a reforma ocorrida na década de 1970, equiparados aos atuais delegados de polícia.

¹⁷³ Segundo contam alguns moradores, Petrus Dornelas Câmara, vereador do Recife eleito pelo Partido Trabalhista Brasileiro, tentou medir força com Clóvis Corrêa. Numa dessas tentativas iniciou a exibição de filmes ao ar livre. Sentido-se incomodado Clóvis invadiu a exibição montado à cavalo, o que teria motivado o fim das exibições de filmes na praça.

que bateu de frente com Clóvis Corrêa, que invadiu a projeção de um filme na praça e quebrou o projetor. O comissário acoitou o erro e ainda ameaçou.¹⁷⁴

No relato feito por Baruque o comissariado e os seus agentes apresentam-se desnudos de certa mística que recobrem a sua representação socialmente construída. Não é mais o comissariado bem feitor, não é mais a instância de resolução imparcial dos problemas dos moradores. Baruque apresenta o comissariado com parte do conflito, que não titubeia em assumir uma posição em prol do chefe político. Ele informa a existência de um espaço tido como uma instituição pública, que está a serviço dos interesses de um grupo e acusa a subordinação do comissariado à estrutura de poder político. Esse processo em que a instituição tutelada por um grupo assume o sentido pertencimento a todos os moradores só é possível com a construção de uma teia discursiva adequada a uma determinada representação. Uma representação que assume o lugar do objeto parcial, dando-lhe um sentido coletivo e agregador.

Comissariado e Política: uma proximidade explosiva

Os denominados comissariados de polícia eram organismos policiais com funções similares às atuais delegacias de polícia, responsáveis pela segurança pública e demais demandas policiais existentes em uma determinada jurisdição político-administrativa. Parte da força institucional do comissariado de bairro parece ter a contribuição das relações que a instituição mantinha com o campo político. Relações que transformavam o comissariado em um instrumento da política partidária.

Como parte da estrutura policial do Estado, o comissariado no seu funcionamento cotidiano mantinha um destacamento composto pelo comissário e por guardas civis que, na maioria das vezes, eram recrutados entre os pobres, por intermédio do chefe político da localidade. Essa forma predominante de recrutamento, que prevaleceu até a década de 1980¹⁷⁵, funcionava como uma porta por onde entravam cabos eleitorais e “brabos” de muitas espécies na extinta Guarda Civil¹⁷⁶, e depois na

¹⁷⁴ Entrevista concedida por Baruque a Ricardo Leite em 26.10.2010.

¹⁷⁵ Na década de 1980, estabeleceu-se a obrigatoriedade do concurso público para ingresso no serviço público, a partir de então as unidades federativas adotaram essa forma de ingresso no aparelho policial.

¹⁷⁶ Segundo Carlos Bezerra Cavalcanti, no seu livro *Polícia Civil de Pernambuco (origem e evolução histórica)*, “a Guarda Civil de Pernambuco foi instituída legalmente por meio do Ato 103, de 7 de fevereiro de 1920 e foi regulamentada, também por meio do Ato 61, de 14 de maio de 1925”. O Ato que regulamentou a Guarda Civil previa para seu funcionamento a existência de um efetivo de 174 pessoas,

Polícia Civil, que a sucedeu. Em que pese o comissariado ser parte da estrutura da Guarda Civil e de ser definido legalmente como um departamento policial, as definições para a sua instalação, composição e funcionamento atendiam demandas do jogo político, articuladas ao processo da política eleitoral. Como sentenciou um dos entrevistados: *era tudo misturado, o político indicava os guardas, mandava no comissariado e nos guardas, que faziam o jogo do político dele.*¹⁷⁷

A fala de Baruque, um dos poucos moradores entrevistados que externa uma crítica ao domínio político de Fábio e Clóvis Corrêa na esfera política do bairro, se coloca diante da interferência do eleitoral-partidário na vida da comunidade e, também, diante de aspectos de como se instituiu o controle sobre a população nos bairros. Em muitos casos, a instalação desses organismos da polícia se articulava à disputa eleitoral. No caso dos comissariados instalados a partir de meados dos anos 1940 no Recife, a vinculação entre a sua implantação e a disputa política pode ser lida a partir dos interesses do Partido Social Democrático, o PSD de Agamenon Magalhães. Havia interesses em disputar, manter e, se possível, ampliar o campo de influência pessedista após a saída de Agamenon Magalhães do mais importante cargo político do Estado, fato ocorrido com fim do Estado Novo, em 1945, do qual ele era o interventor.

Ao término deste período, armou-se uma batalha entre as principais facções políticas existentes em Pernambuco. Uma guerra pelo controle político do Estado que posicionou, de um lado, Agamenon Magalhães e seus seguidores, e do outro, todas as facções que não desejavam a sua volta ao poder. Um embate no qual se disputava cada notícia, cada cargo e cada peça ou personagem do jogo político. Um jogo político em que, na maioria das vezes, o boato, o ataque pessoal, a invenção e distorção de fatos, foram as armas mais usuais. Aspectos dessa batalha podem ser encontrados em notícias

sendo: 1 Inspetor, 1 Sub-Inspetor, 1 chefe de expediente, 1 almoxarife, 63 guardas de 1ª classe e 100 guardas de 2ª classe. Ainda segundo Cavalcanti, além do policiamento ostensivo, a Guarda Civil mantinha a Seção de Veículos desempenhando as atribuições que viriam no futuro ser operadas pelo Departamento Estadual de Trânsito, DETRAN. A área de atuação da Guarda Civil era o município do Recife e muitas das suas ações viriam a ser encampadas posteriormente pela Polícia Militar.

¹⁷⁷ Entrevista de Baruque, 06/2008.

e editoriais publicados em jornais¹⁷⁸ que circulavam na época em Pernambuco, especialmente, na cidade do Recife.

O trabalho elaborado pela pesquisadora Dulce Pandolfi¹⁷⁹, analisando a construção e crise da hegemonia política do PSD em Pernambuco, esquadrinha a movimentação das forças políticas entre 1945 e 1950 e expõe aspectos de um período muito conturbado politicamente. Período em que se forjaram e se romperam muitas alianças políticas e eleitorais, e que culminou com a volta de Agamenon Magalhães ao governo do Estado nas eleições de 1950¹⁸⁰.

O regime caiu, mas Agamenon continuou como um dos mais influentes políticos de Pernambuco e, também, mantendo destacada atuação no cenário político do país. Ainda em 1945, é eleito Deputado Federal nas eleições que iniciam a redemocratização e se torna um importante articulador do Governo Federal na Câmara dos Deputados, sendo responsável pela construção da Legislação Partidária e Eleitoral e de defesa da nacionalização da indústria. No âmbito estadual, Agamenon passa a articular a implantação e consolidação do Partido Social Democrático-PSD, como também a sua volta ao cargo maior da política em Pernambuco, o que aconteceria nas eleições estaduais ocorridas em 1950. Antes disso, em 1947, consegue eleger Barbosa Lima Sobrinho governador de Pernambuco¹⁸¹.

O Partido Social Democrático desempenhou um papel importante no processo de redemocratização pós-1945. Parte da historiografia política do país o considera como o ponto de equilíbrio no qual se sustentava o governo nacional, ante os ataques à estabilidade institucional, que teria a União Democrática Nacional, UDN, como elemento propulsor. A historiadora Lucia Hipólito, estudando as atividades e os quadros

¹⁷⁸ Folha da Manhã, Diário da Manhã, Jornal do Comércio, Diário da Noite, Diário de Pernambuco e Folha do Povo.

¹⁷⁹ Pandolfi, Dulce. Pernambuco de Agamenon Magalhães. Consolidação e crise de uma elite política. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana. 1984.

¹⁸⁰ Nas eleições governamentais de 1950, Agamenon Magalhães rompeu com Getúlio Vargas, que, candidato do PTB, apoiou o usineiro, candidato da UDN, João Cleofas. Agamenon perdeu o pleito no Recife e teve expressiva vitória no interior, na contagem geral dos votos, ele teve 10.000 votos a mais que João Cleofas.

¹⁸¹ Pandolfi, Dulce. Pernambuco de Agamenon Magalhães. Consolidação e crise de uma elite política. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana. 1984.

políticos do PSD no período¹⁸², considera-o como o principal fiador da ordem democrática vigente e da governabilidade. Para ela, o PSD assume o papel de guardião da estabilidade do regime num sistema partidário pluralista, que se mantém equilibrado até o final da década de 1950. Ainda segundo Hipólito, enquanto o PSD de então personifica o centro, forte e por todos reconhecido, atuando ou omitindo para preservar-se como principal negociador, a UDN esperneia e o PTB aglutina setores urbanos, porém, não adquire força suficiente para comandar o campo institucional e parlamentar.

Para os adversários do PSD, a sua força eleitoral e partidária se alicerçava no mandonismo¹⁸³ político vicejante nas cidades do interior, comandadas por um chefe político ligado ao Partido. O mandonismo entendido como foi definido por José Murilo de Carvalho, isto é, como uma característica da política brasileira ligada ao controle da população por meio do controle de algum recurso estratégico.

O mandão, o potentado, o chefe, ou mesmo o coronel como indivíduo, é aquele que em função do controle de algum recurso estratégico, em geral a posse de terra, exerce sobre a população um domínio pessoal e arbitrário que a impede de ter livre acesso ao mercado e à sociedade política.¹⁸⁴

No caso do poder mantido pelo grupo político comandado em Pernambuco por Agamenon Magalhães, o controle desses recursos passava pelo domínio da estrutura e dos serviços sustentados pelo Estado nos municípios nas áreas de Saúde, Educação, Fazenda e Segurança. Ou seja, passava, também pela formação de uma clientela, que emerge da prática do clientelismo político, aqui visto como uma relação entre atores políticos que envolve concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, benefícios fiscais, isenções, em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto. No caso do controle político exercido pelo PSD, é provável que o mandonismo e o clientelismo político tenham se articulado enquanto prática social para possibilitar o predomínio político eleitoral do grupo comandado por Agamenon Magalhães.

O clientelismo político era alimentado pelo uso da estrutura do Estado. Na Secretaria de Educação, com a indicação por critérios predominantemente políticos, de

¹⁸² HIPÓLITO, Lucia. PSD de raposas e reformistas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

¹⁸³ Mandonismo se caracteriza por ser o conceito dado à prática do exercício do poder de mando de forma impositiva e, muitas vezes, violenta, sem espaço para diálogo e tendo o chefe político funcionando como “legislador e juiz”.

¹⁸⁴ CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. Rio de Janeiro: Revista Dados. Volume 40, Nº 2. 1997.

professoras e diretoras dos grupos escolares; na Secretaria de Saúde, também com indicação política das chefias, enfermeiras e parteiras; na Receita estadual por meio da perseguição fazendária aos opositores; e, especialmente, na Secretaria de Segurança Pública, através da polícia civil com seus delegados e comissários influentes, a fazer das delegacias e comissariados postos avançados do PSD nas comunidades.

No livro de memórias *O caso eu conto como o caso foi*, o ex-deputado Paulo Cavalcanti, faz um relato sobre a atuação da denominada máquina eleitoral do PSD, no período de 1945 a 1952. O militante comunista pontua a importância do sistema de segurança estadual para a sustentação da estratégia política pessedista, no instante histórico que marca a retomada da democracia no Brasil.

O PSD, majoritário na Assembléia e com seus “currais eleitorais” intocáveis no interior, abiscoitou, entre outras, a Secretaria de Segurança Pública, através da qual costumava fazer política em todo Estado, coagindo adversários, assustando eleitores, prendendo desafetos e contestadores do governo. As delegacias na capital, dentro dessas tradições, eram as ante-salas dos parlamentos. As fraudes nos pleitos sucessórios começavam, em regra, nos corredores dos comissariados e sub-comissariados do interior, terminando nos amplos salões da própria Secretaria de Segurança pública. [...] O peso maior do PSD, conseqüentemente, recaía sobre essa máquina de fazer votos, manipulada desde os tempos do Estado Novo pelos agentes de segurança. A essa polícia essencialmente político-partidária, o jornalista Aníbal Fernandes apelidava de a “Sorbonne da Rua da Aurora”, de que eram catedráticos homens como Etelvino Lins, João Roma, Fábio Corrêa, José Francisco de Melo Cavalcanti, Edson Moury Fernandes, Moacir Sales, Paulo Guerra, Álvaro Costa Lima, Eudes Costa, de largo tirocínio na ciência da pancadaria, da fraude eleitoral e do arbítrio.¹⁸⁵

O relato feito pelo ex-deputado comunista Paulo Cavalcanti ao trazer para o centro da análise da estrutura política partidária a Secretaria de Segurança Pública e os seus empoderados delegados, coloca na cena da pesquisa o papel desempenhado pelos comissariados de polícia como parte importante desse poder. Pode-se afirmar que os comissariados, muitos deles instalados a partir dos anos 1940, eram estruturas de organização e ação do poder político. Dos delegados citados no fragmento do relato acima, a maioria iria galgar a carreira política, e dois deles, Etelvino Lins e Paulo

¹⁸⁵ Cavalcanti, Obra citada, p. 120-121.

Guerra, viriam a ocupar o cargo de governador do estado de Pernambuco¹⁸⁶. Neste contexto, são instalados nas comunidades antes de qualquer outro órgão estatal, e são acusados, no pós-1945, de fazer a política do PSD, especialmente de Etelvino Lins e de João Roma, influentes delegados e políticos do período.

Os comissariados em épocas pré-eleitorais se transformavam em comitês eleitorais do distrito. Neles se davam o alistamento de eleitores e se tiravam cédulas de identidade. Era prática comum o recrutamento de comissários e guardas civis entre os seguidores do político majoritário na comunidade. Os mais habilidosos usualmente ocupavam os cargos de comissário, escrivão e investigador. Os de temperamento mais violento tinham grande chance de serem indicados para a função de guarda civil. Em qualquer dos cargos, violentos ou habilidosos, serviam e seguiam fielmente ao seu chefe político.

A população parece compreender essa associação entre polícia e política. No Alto José do Pinho, comandado politicamente por Fábio Corrêa, essa vinculação aparece na ação cotidiana do comissariado. Uma ligação entre o comissariado e o partido, que parte dos moradores entrevistados consegue detectar e apresentar um relato sobre ela:

O comissariado era um órgão da polícia responsável de manter a ordem no distrito, mas é claro que ele fazia política também. Aqui era tudo junto, diretório distrital do PSD, o Serviço Médico Social e o Comissariado, comandado pelos Corrêa. O comissário era do lado da gente e só quem botava o comissário era o lado da política da gente, da política de doutor Clóvis e ele tinha que ser do time, se ele não fosse ele saía. Isso fez o Alto uma oligarquia, ninguém tinha coragem de fazer política aqui, porque perdia. A família Corrêa era quem mandava aqui. Eu estou confessando isso a você, tirei meu título com 14 anos, aumentei minha idade para votar neles.¹⁸⁷

Algumas questões apresentadas pelo relato de Arnaldo Colorau quando interpretadas, confirmam aspectos do relato feito por Paulo Cavalcanti. Os depoimentos devem ser colocados e vistos na rede em que se articulavam, e devem ser entendidos a partir do lugar de onde discursam os dois moradores. Segundo um morador

¹⁸⁶ Etelvino Lins foi eleito governador após a morte de Agamenon Magalhães; Paulo Guerra assume o cargo com a deposição de Miguel Arraes pelos militares, em 1963.

¹⁸⁷ Entrevista de Arnaldo Colorau em 10/2010.

entrevistado, *se um guarda civil aparecesse cheio de direito, fosse amostrado ou metido a brabo, era porque tinha costa quente na política*¹⁸⁸.

Muitos dos componentes da Guarda Civil eram relatados na imprensa como *policiais policiáveis*. Eram definidos como elementos que, apesar de estarem no lugar social cujo objetivo era garantir a lei e a ordem pública, infringiam ambas. Os guardas civis são denunciados por cometerem desvios de função e de conduta¹⁸⁹, tais como faltar ao serviço, cometer furtos, provocar confusões de rua e envolver-se em bebedeiras e brigas com vizinhos, militares e prostitutas. Há relatos de guardas civis que seriam proprietários de gafeira¹⁹⁰ e de locais de jogos denominados *jogos de azar*¹⁹¹. Esses aspectos da conduta dos guardas civis acabavam por alimentar na população a ideia de um poder privatizado, que era exercido nos velhos moldes do corpo privado de vigias. Um exercício de poder que contribuía para a manutenção de uma estrutura formada com base no mando e na obediência e com pouco espaço para questionamentos.

Entre os anos de 1946 e 1950, comportamento e práticas dessa polícia vão ser apresentados nas páginas dos principais jornais que circulam no Recife. As matérias¹⁹² informam sobre a ação da polícia e, também, sobre a conduta de guardas civis. Três dessas matérias são representativas dos conflitos existentes no aparelho policial. Elas apresentam denúncias contra o comando e os agentes da SSP e também informam sobre a interferência do embate político-eleitoral no sistema de segurança.

No dia 27 de janeiro de 1946, matéria publicada pelo jornal Folha da Manhã, de propriedade de Agamenon Magalhães, expõe a situação dos comissariados de polícia

¹⁸⁸ Entrevista de Aurino Pereira em 11/2010.

¹⁸⁹ Matéria publicada no Diário da Manhã anuncia a punição de policiais pelo DOPS, por arruaças e condutas indevidas. Aurino de Oliveira é punido por, embriagado, agredir um popular; Antônio Luiz, embriagado, agrediu um menor querendo obter favores sexuais; Valdemar Reis é punido por apreender armas e usá-la em proveito pessoal; e o policial Antônio Maria, por ornar-se violento quando estava embriagado.

¹⁹⁰ O Diário da Noite, de 16.02.1950, denuncia os abusos que estariam sendo praticados com o funcionamento de uma gafeira, no córrego Bartolomeu, comandada por dois soldados. Segundo a matéria, a gafeira tem jogatina e dança e conta com a frequência dos guardas civis do Alto José do Pinho.

¹⁹¹ No dia 14.11.1946, o jornal Folha da Manhã publica matéria denunciando um relancinho na casa de um guarda civil.

¹⁹² Matérias: Folha da Manhã, dias 27.07.1946, 18.01.1947 e 17.06.1947 e Diário da Manhã, 01.03.1947.

nos bairros, denunciando que eles funcionavam precariamente em taperas, sem mobiliários e sem higiene. Ainda segundo a matéria, o efetivo policial trabalhava de forma inapropriada na medida em que alguns fiscais e investigadores lotados nos comissariados encontravam-se ocupando a função de comissário. Para finalizar, a matéria, traz uma crítica contra o Secretário de Segurança Pública, Cândido Marinho, acusando-o de somente ter se preocupação com a política. Outra matéria, publicada no mesmo ano pelo jornal Diário da Manhã, de propriedade do ex-governador Carlos de Lima Cavalcanti e porta voz da dissidência pernambucana do PSD, sai em defesa do então comissário da localidade de Água Fria, Pedro Monteiro. Com o título, *Barbosistas cometem desordens – investigadores e guardas civis queremistas ofendem a moral e agridem a um comissário*¹⁹³, a matéria traz uma acusação contra guardas civis que seriam ligados a Etelvino Lins de promover arruaças com mulheres e de agredir o comissário Pedro Monteiro. O comissário Pedro Monteiro, que na matéria do Diário da Manhã é relatado como uma vítima de perseguição cometida pela polícia do então governador Barbosa Lima Sobrinho, surge em outra notícia, dessa vez no jornal de Agamenon Magalhães, na posição de infrator da legislação eleitoral. Na matéria intitulada *Comissário de Água Fria distribui chapas e faz propaganda política*¹⁹⁴, Pedro Monteiro é denunciado, juntamente com dois auxiliares, de colar cartazes de propaganda eleitoral e de manter, no comissariado, um posto de apoio e divulgação dos candidatos por ele apoiados.

Importante perceber o modo como os comissariados agiam na esfera política e como os seus efetivos policiais estavam à mercê dos grupos políticos. Alguns moradores do Alto José do Pinho, em seus relatos, apresentam aspectos do uso partidário do comissariado¹⁹⁵. O caso do comissário Pedro Monteiro, que fazia oposição política ao grupo de Agamenon, parece ter sido um momento de acirramento da disputa entre os grupos que se digladiavam no interior do PSD. As notícias sobre o comissário de Água Fria, publicadas nos jornais de Agamenon Magalhães e de Lima Cavalcanti,

¹⁹³ Diário da Manhã, 01.03.1947. p.6.

¹⁹⁴ Folha da Manhã, 18.01.1947. p. 2.

¹⁹⁵ Os relatos produzidos por Arnaldo Colorau, Baruque, Jaime Abreu e Evandro Correia abordam a questão da ação partidária dos guardas e comissários. Em uma parte do seu relato, Arnaldo Colorau diz textualmente: “é claro que se fazia política, era a gente que botava o comissário e ele tinha que jogar no nosso time”.

ocorreram em um momento em que existia uma inconsistência no comando político do Estado, momento em que acontecia uma disputa jurídica que impedia o candidato eleito, Barbosa Lima, de assumir o cargo de governador de Pernambuco. Nenhum dos dois grupos, que conflitavam dentro do PSD detinha o controle da máquina estatal, o que propiciava que casos como o de Pedro Monteiro fossem repercutidos na imprensa, com objetivo de chocar os leitores e ensejar uma solução. Pode ter sido esse um dos motivos que levaram o comissário Pedro às páginas dos jornais.

Em meados de 1947, outra notícia publicada no jornal Folha da Manhã, informa que Pedro não é mais o titular do comissariado de Água Fria. Nesse período, a política no âmbito estadual começava a se definir em favor das forças pró-Agamenon e a eleição de Barbosa Lima já se consolidara, depois de extensa luta jurídica. O apoio que Pedro Monteiro detinha do grupo comandado por Lima Cavalcanti deve ter perdido força no momento em que Barbosa Lima assume o governo do Estado. A existência de um sistema de proteção do qual podiam se utilizar os policiais no momento em precisassem, foi observada funcionando junto aos guardas no Alto José do Pinho.

O ex-garçom Jaime Abreu relata que os guardas civis tinham proteção de pessoas influentes na política e na segurança pública. Além disso, observa que essas pessoas, que eram autoridades na área da segurança, faziam as indicações por critérios de apadrinhamento político.

Os guardas civis eram muito protegidos, tinha sempre alguém que dava cobertura a eles na política. Naquela época, quem mandava era o povo daquele negócio do Brasil Novo, era Etelvino Lins, era Fábio Corrêa, era Wandercock, era João Roma. Eles todos tinham seus protegidos e podiam indicar para ser guarda quem eles quisessem.¹⁹⁶

A proteção de um político influente e o acobertamento de falhas cometidas pelos guardas civis por estes, associados a uma conduta muitas vezes inadequada e truculenta, devem ter contribuído para que o ex-garçom Jaime Abreu externasse em seu relato uma lembrança, até certo ponto, fatalista da atuação da guarda civil e das relações que se estabeleciam entre a política e a polícia. Em sua fala, o ex-garçom parece querer dizer que *as coisas são assim porque são assim* e que na conjuntura em análise existiam os que mandavam e os que sofriam as consequências desse mando. O poder como descrito

¹⁹⁶ Entrevista de Jaime Abreu, 13.11.2010.

por Jaime parece carregar um forte padrão de invariabilidade, a favor dos poderosos, e de repressão em relação aos pobres. Do lugar de onde fala, o ex-garçom cita o nome de pessoas influentes da época, como João Roma, Fábio Corrêa e Etelvino Lins, que posteriormente viriam a comandar a SSP e galgar os cargos eletivos, nas diversas eleições acontecidas a partir de 1945 no estado de Pernambuco.

Na parte final do seu relato, Jaime Abreu aponta outro elemento muito presente na prática da Guarda Civil: o recrutamento de pessoal atrelado à indicação política. Políticos e delegados recrutavam os futuros guardas da corporação entre seus afilhados e cabos eleitorais. Boa parte dos componentes da Guarda Civil era constituída de analfabetos e muitos dos guardas não possuíam sequer documentos¹⁹⁷. A forma de recrutamento que vincula a admissão funcional ao interesse do chefe político contribuirá para que os efetivos policiais dos comissariados e delegacias adquiram um perfil próximo de auxiliares e cabos eleitorais dos representantes políticos com atuação na localidade. Por outro lado, os critérios utilizados para a admissão dos guardas e comissários e o perfil dos recrutados contribuem para o envolvimento da polícia, como noticiavam os jornais, em conflitos e brigas de rua. Em certo sentido, os policiais brigões faziam o que estavam acostumados a praticar antes de serem recrutados para a polícia. A diferença era que, quando investidos no posto de guarda ou comissário, a sua prática de violências e brigas deixava de ser algo pessoal, passando o policial delinquente a ter a proteção do cargo que ocupava e da corporação da qual fazia parte.

A figura do chefe político, que aparece articulando o uso político do comissariado por meio do trabalho do efetivo policial da localidade e, também, pelo controle de outros mecanismos de negociação de recompensas e poder, contribui para a consolidação de práticas assistenciais e clientelistas no Alto José do Pinho. Práticas que faziam do aparelho de Estado e suas instituições patrimônio do político e do grupo dominante, transformando o político majoritário do local em quase dono dos órgãos públicos e verbas de subvenção social. Paulo Cavalcanti, em suas memórias políticas, observa aspectos dessa prática de assalto ao Estado feita por parte dos vereadores do Recife:

¹⁹⁷ Em alguns documentos depositados no APEJE, os quais os guardas precisavam assinar, aparece a impressão digital no lugar da assinatura, indicando o analfabetismo do guarda. Também alguns livros que registravam o movimento nas delegacias acusavam que muitos guardas necessitavam tirar carteira de identidade, sob pena de sofrer represálias pela direção da corporação.

Controlados pelos latifundiários do voto os subúrbios da capital divididos como capitânicas hereditárias [...] as suas máquinas de fazer votos eram as subvenções da Prefeitura do Recife. [...] Na época de carnaval [...] cada vereador beneficiando-se do bolo das subvenções destinadas “à defesa” das tradicionais dos dias de Momo, fazendo a sua comemoração à parte, os bairros do Recife geopoliticamente compartimentados: o Carnaval de Aristófanes de Andrade, em Água Fria, o Carnaval de Ramos Pedrosa, na Encruzilhada, o Carnaval de Rubem Gamboa, em Santo Amaro, o Carnaval de Sérgio Godói, em Casa Amarela, o Carnaval de Clóvis Corrêa, no Alto José do Pinho [...] Em cada Bairro da capital funcionava uma “policlínica”, um “posto de saúde”, um “gabinete dentário”, um “berçário”, um “ambulatório”, uma “associação de proteção a velhice desamparada”, outra ao “menor abandonado” – arapucas da velhacaria, mantidas pelas burras do tesouro, o irmão do vereador como presidente, a esposa, tesoureira, o cabo eleitoral, secretário, para facilitar o manuseio das subvenções.¹⁹⁸

Paulo Cavalcanti, ao descrever aspectos da prática política existente na relação que se estabelecia entre os vereadores, o poder executivo e as comunidades, corrobora os relatos de memórias produzidos por moradores do Alto José do Pinho, como Arnaldo Colorau e Jaime Abreu. Tanto um como outro informam sobre a existência de ligações entre a política e o aparelho policial nos bairros, no período estudado, uma das estruturas do poder político.

A história narrada pelo advogado e ex-deputado comunista, após ter se referido ao uso político da Secretaria de Segurança Pública, coloca a Prefeitura e os vereadores como sendo um dos pilares de sustentação do poder político-eleitoral do grupo político comandado por Agamenon Magalhães. Assim como Paulo Cavalcanti, a oposição ao comando do PSD fazia uma análise semelhante do momento político do final dos anos 1940 em Pernambuco. Tal oposição, comandada no período pelo representante dos proprietários de usina, João Cleofas, considerava necessário destruir o poder de Agamenon Magalhães, retirando seus aliados dos cargos importantes que continuavam a ocupar. Em contrapartida, os aliados de Agamenon continuavam a ocupar a maioria dos cargos existentes em todo âmbito estatal¹⁹⁹, e, no Recife, a Secretaria de Segurança

¹⁹⁸ CAVALCANTI, Paulo. Obra citada, 1980. p. 206-207.

¹⁹⁹ LIMA FILHO, Andrade. O china gordo, Agamenon Magalhães e sua época. Recife: Universitária. 1976; PANDOLFI, Dulce. Pernambuco de Agamenon Magalhães. Consolidação e crise de uma elite política. Recife: Massangana. 1984; CAVALCANTI, Paulo. Memórias Políticas. 2 volumes. Recife: Guararapes. 1980.

Pública, por meio da Guarda Civil, passa a ser um dos organismos mais importantes da chamada máquina de voto pessedista. Os opositores se impacientavam com a continuidade do poder agamenonista na SSP e recrudesciam suas críticas, fazendo denúncias sobre a ação de comissários e guardas civis²⁰⁰.

No centro de disputas entre os principais grupos políticos do estado, estão os comissários e os guardas civis. Denunciados pelo seu atrelamento político-eleitoral, os comissariados seguem combatidos e apoiados por todo o tempo que vai do final da ditadura getulista até o início dos anos 1950. Nem mesmo o abalo provocado pelo período da interventoria de Demerval Peixoto²⁰¹, no qual houve uma maior disputa por cargos, foi capaz de impedir que o grupo comandado por Agamenon Magalhães mantivesse o controle do aparelho de segurança. Durante o período de 1945 a 1950, os guardas civis continuaram praticando violências contra a população, pelas quais eram alvo de denúncias de abuso de autoridade, de conduta imprópria e violenta.

O Comissário do Alto José do Pinho e as classes perigosas

Nos parágrafos finais do primeiro capítulo, os relatos dos moradores, sobre práticas que aconteciam no contexto da luta pela moradia, no Alto José do Pinho, trouxeram para o centro da cena o comissário de polícia. A presença desse personagem é dada a ler como tendo ele papel social e práticas cotidianas que iam além da repressão da criminalidade. Alguns relatos orais de memória descrevem o comissário do Alto José do Pinho, Bui Guarda, como uma pessoa que tinha poder de decisão na questão da moradia. Ao comissário cabia a decisão se um morador poderia ou não construir um casebre, se poderia ou não morar na localidade. O comissário foi relatado por um ex-residente do bairro como uma das pessoas que teria tentado demovê-lo da ideia de transferir seu endereço para outro local. Essa interferência do comissário na questão da moradia informa sobre aspectos do poder que ele passava a deter na localidade,

²⁰⁰ Diário da Noite, de 1946-1950; Diário da Manhã, de 1946-1950; Folha do Povo, de 1945-1950.

²⁰¹ Demerval Peixoto, general, foi interventor federal em Pernambuco, no período que antecedeu a eleição de Barbosa Lima. Com o discurso de que seria imparcial na condução do processo eleitoral, entrou em rota de colisão com Agamenon Magalhães, que não perdoou a substituição de seus correligionários políticos. Antônio Lavareda, no seu livro “Partidos no pós-guerra: primeiras eleições em Pernambuco 1945-1947”, escreve que “o general Demerval Peixoto mobiliza toda máquina oficial contra a candidatura pessedista. Promove um clima de atemorização em todo Estado contra seus correligionários, indo ao encontro dos interesses coligacionistas [...] A coligação pernambucana era de fato comandada pela UDN. Pio Guerra, o articulador da campanha, era lugar tenente de João Cleofas”. p. 75.

superando o principal agente local de poder do período anterior à instalação do comissariado: o cobrador do foro de chão.

Se a presença do comissário, investido de poder de decisão na questão da moradia já o colocaria como pessoa importante e poderosa na localidade, a sua participação em outros episódios o informam como uma das figuras políticas centrais do Alto José do Pinho. Aurino Pereira, que parece alimentar um misto de saudade e contestação quando fala sobre o chefe do comissariado do Alto José do Pinho, constrói um relato, que possibilita fazer uma ideia das ações do comissário.

Tudo no Alto José do Pinho tinha que passar por Biu Guarda. Ele determinava se uma coisa aqui podia ou não ser feita, se uma brincadeira podia acontecer ou não, se continuava naquele horário ou parava, no catimbó, horário de catimbó, de dança, de mulher ficar na rua, de fichar mulher, hora de menino na rua. Biu botava ordem em tudo, era um cara respeitado aqui. Ele ia nas danças, pegava um bêbado abusando demais, prendia e no outro dia aquele bêbado... ele dava ordem para limpar o comissariado antes de ser solto.²⁰²

Uma das coisas que chama atenção no relato feito por Aurino é a quantidade e diversidade de questões em que se envolvia o comissário. Aurino, em seu relato, observa a atuação do comissário no âmbito dos costumes, investido do papel de regulador das atividades de diversão e lazer. Esse papel de regulador da vida social estava institucionalmente a cargo do Delegado de Vigilância e Costumes²⁰³. Estando na posição de um agente regulador da vida social, Biu Guarda definia, a partir do exercício do cargo que ocupava, a forma que a comunidade devia ou não se comportar. O certo e o errado. Esse aspecto da atuação do comissariado adquire importância no contexto da pesquisa porque o Alto José do Pinho possuía uma movimentada vida noturna. Uma vida noturna que as memórias do morador Nelson Preto reconstroem e informam.

Olhe bem isso aqui, vinha gente de todo lugar brincar aqui, Daqui dessa praça (04 de outubro) até a sede do Pinheirense, ali na esquina onde fica o colégio das freiras (Centro Social Dom João da Costa), você escolhia a dança que você ia dançar. Tinha os Caducos e o Bom Sucesso, tinha o Pato Morto, o

²⁰² Entrevista de Aurino Ferreira, 13.11.2010.

²⁰³ A Delegacia de Vigilância e Costumes era institucionalmente encarregada de lidar com a chamada vida mundana e a vadiagem, policiava o funcionamento de bares e boates e ordenava horários de funcionamento. Também cabia à DVC acompanhar as questões ligadas aos jogos e ao acompanhamento do processo de fichamento que sofriam as prostitutas e os delinquentes.

Pinheirense, a dança do soldado, você escolhia. Aqui mesmo na praça tinha o bar de Barbosa, o beco do cuscuz, o bar de Nita, o de Maria e ainda tinha o cinema guarani e o bilhar de seu Horácio, que também às vezes botava brinquedo. Era muita diversão que tinha aqui em cima (no Alto). As mulheres que faziam vida aqui ficavam zanzando por esses bares, caçando. Algumas delas já tinham seus preferidos, a gente não podia se meter com elas não. Mas elas tinham a hora de ficar na rua, só depois de 10 horas da noite podiam fazer a vida. Tinha aquelas mulheres dos casacudos, dos estivadores, dos policiais daqui. Vai um se engraçar para o lado delas... confusão.²⁰⁴

Nelson Preto, segundo ele próprio, uma pessoa que sempre foi “farrista”, parece ter um olhar clínico direcionado para os rituais festivos. Essa vivência em meio a festas deve ter direcionado as suas impressões para os aspectos relacionados à vida boêmia e aos lugares onde ela ocorria. A relação de Nelson com o universo das diversões o possibilita construir um relato rico em detalhes e que apresenta o Alto como um lugar de muitas possibilidades de diversão. Um lugar onde existiam muito atrativos, mas atrativos que se tornavam perigosos sob o ponto de vista da polícia. Lugar movimentado com danças, cinema e brinquedos diversos, *com bares funcionando a noite inteira, com aquelas mulheres*. Boa parte do relato de Nelson traz referências às mulheres. Mulheres que, segundo ele, faziam vida e ficavam caçando, mas que podia ser perigoso para um biscateiro como ele dirigir-lhe alguma saliência, principalmente se elas fossem preferidas de um estivador ou policial, dois tipos humanos que eram temidos, fosse pela força física, fosse pelo poder que representavam. Mas, se não ficou claro o que Nelson quis dizer sobre bares e mulheres, ele faz questão de deixar claro:

As zonas (de prostituição) mais afamadas desses morros todos eram a daqui, a do Alto Santa Isabel e a zona do Alto Pascoal. Vinha gente de todo lugar para esses bares daqui, aí o senhor sabe, era alegria, mas também existia briga. Juntava os brabos daqui do Alto com os brabos que vinham de fora e o pau comia no centro.²⁰⁵

Lugar atraente e perigoso, com muita movimentação de pessoas oriundas de outros lugares, onde a diversão e a festa aconteciam com intensidade, e as brigas e mortes também. Era nesse universo de intensa movimentação, de bares, de danças e *daquelas mulheres*, que o comissariado do Alto José do Pinho exercia o seu trabalho de

²⁰⁴ Entrevista Nelson Preto, 13.11.2010.

²⁰⁵ Entrevista de Nelson Preto, 13.11.2010.

policciamento e repressão aos excessos porventura praticados por seus frequentadores. Talvez seja por isso, que ele se confundia nas atribuições institucionais, envolvendo-se em ações tipificadas como sendo de responsabilidade da Delegacia de Vigilância e Costumes. Além disso, pesava sobre o bairro o estigma e o preconceito que são impingidos aos locais que são habitados, ou frequentados, por pobres.

O Alto José do Pinho, no período da pesquisa, pode ser pensado tendo como base o conceito de *classe perigosa*, já que era visto pela imprensa e, inclusive, por alguns dos moradores entrevistados, como um lugar perigoso. Um lugar onde ocorriam mortes por peixeira, aconteciam brigas de rua e onde proliferavam os ditos jogos de azar e bares de baixa reputação²⁰⁶. Além disso, ainda existiam algumas casas em que se praticavam o candomblé e suas variantes abertamente. Todas estas questões eram notícias nas páginas policiais dos jornais²⁰⁷, instigando o preconceito contra o bairro, o qual é incorporado por um morador em seu relato:

Aqui era um lugar de gente sem personalidade nenhuma. Tinha muito correr de quarto, que moravam aquelas pessoas baixa, em todo lugar tinha correr de quarto, tinha aquelas pessoas que faziam baderna, bebiam e faziam baderna. Isso aqui não era bom não, era ao deus dará. Quem morasse aqui não podia dizer que era do Alto, se dissesse não arrumava emprego. Assim, é de onde? Do Alto José do Pinho? Tem emprego não. Tinha que dizer que morava em Casa Amarela ou noutra lugar.²⁰⁸

O relato produzido pelo ex-garçom Jaime Abreu é extremamente diverso das impressões que Nelson Preto produziu sobre o Alto. Enquanto Nelson, biscateiro e boêmio, está preocupado em detalhar a intensidade dos rituais festivos, Jaime Abreu, ex-garçom do Bom Sucesso Esporte Clube e pessoa próxima do núcleo de poder, faz um relato que classifica os grupos locais. Jaime discursa fazendo uma crítica aos grupos que não eram considerados como de boa família. Em alguns aspectos, o relato do ex-

²⁰⁶ Bares de baixa reputação eram estabelecimentos que funcionavam como bar durante o dia e a noite liberava o acesso para mulheres *fazer a vida*. No Alto José do Pinho, a maioria desses bares funcionavam nas imediações da praça quatro de outubro, os mais frequentados eram o bar do Barbosa e o de Maria do Bar.

²⁰⁷ No período de 1945 a 1955, diversas matérias publicadas nos jornais Diário da Manhã, Folha da Manhã e Diário da Noite, nas páginas destinadas ao noticiário policial, relatam ocorrências policiais acontecidas em bares e prostíbulos localizados no Alto José do Pinho.

²⁰⁸ Entrevista de Jaime Abreu, 01/2011.

garçom incorpora a visão que os jornais projetam do Alto, como lugar perigoso e socialmente discriminado.

O relato de Jaime em muitos pontos se assemelha com o discurso produzido, no período, pelo Estado, que significa *um período em que os pobres foram vistos como uma ameaça à sociedade*. Um tempo em que os governos faziam uma condenação do liberalismo e da fragmentação presentes na denominada República Velha²⁰⁹ e advogavam um Estado forte. Um Estado que superasse a fragmentação política e funcionasse como um corpo único, de pulso firme no combate ao atraso e as ditas ideologias dissolventes²¹⁰. É nesse contexto que vai se dar o combate a tudo que parecesse atrasado. Maria das Graças Ataíde, em seu trabalho sobre a construção do discurso autoritário do Estado Novo, defende que o que o Estado tentava mostrar como o novo, ganhava sentido a partir do combate que ele promovia a uma determinada ideia de atraso:

Criar o novo acionando signos que colaboravam para a construção de um imaginário em que a ideia de progresso se apresentava como antônimo do provinciano, do atraso, do feio, do repugnante, que deveria ser erradicado [...] a proposta de modernização do Estado Novo para o Recife trazia a ideia de sanear, higienizar, embelezar, extirpando a miséria que expressava a feiúra da cidade [...] O que o interventor queria eliminar eram os modos do Pernambuco agrário dos engenhos que infestavam a cidade, trazidos e vividos por retirantes dos engenhos, aqui aportados.²¹¹

Com base numa ideologia modernizante, higienista e autoritária, o Estado combatia o modo de vida e os costumes dos pobres, que continuaram sendo vistos como sinônimo de perigo. Os pobres e seus costumes tornaram-se o alvo de um combate feroz

²⁰⁹ “O liberalismo (do Estado na República Velha) predispôs as partes da sociedade em situação de permanente conflito e condenara o indivíduo à solidão de sua abstração, à deriva e mercê dos interesses politiquieiros”. (LENHARO, Alcir. Obra citada. p.35).

²¹⁰ Eram nominadas ideologias dissolventes pelo Estado Novo os discursos de grupos (comunistas, integralista, intelectuais, umbandistas, delinquentes, prostitutas) que se posicionassem contra as posições políticas adotadas pelo regime e promovesse alguma ação com objetivos de contestar o poder instituído e os costumes, ou mesmo criticar os costumes e valores defendidos pelo Estado. Mas, são os comunistas que sofrem mais intensamente com as ações materiais e discursivas dos próceres do regime. São os comunistas e sua pregação socialista o alvo maior a combater e a discursar como promotores da ideologia dissolvente.

²¹¹ ALMEIDA, Maria das Graças Andrade Ataíde de. A construção da verdade autoritária. São Paulo: USP. 2001. p. 125.

e da ação denominada de saneadora por parte do aparelho de Estado, que os comunicava como elementos que impossibilitavam o desenvolvimento pleno da nação, como classes perigosas. Na sua vontade de instituir um novo Brasil – e aqui um novo Recife –, o regime comandado por Vargas e Agamenon intensificava o combate do que nomeou de manifestações sociais do atraso, encontradas no meio da maior parte da população.

Os denominados pelo regime de *rebotalhos de homens e mulheres*, deviam ser transformados em trabalhadores saudáveis. Era importante cuidar do físico, cumprir regras e doutrinar-se para o trabalho²¹². O tipo de moradia predominante entre os pobres, denominado de mocambo, foi pinçado à categoria de inimigo público, disseminador de doenças e da acomodação de seus moradores a uma vida indigna. Um “mal social e célula de descontentamento aberta a todas as infiltrações que provocariam explosões sociais”. Doutrinava Agamenon no jornal Folha da Manhã do dia 13 de julho de 1939, no artigo “Os males do mocambo”²¹³: Os trapos remendados que usavam como vestimentas, os pés “espragatados” no chão ou sobre tamancos, em vez de sapato, cheiravam à África, numa Recife que queria ser européia. Bebedeiras, peixeiras, sambas, maracatus, catimbó, baixo espiritismo e despachos nas encruzilhadas se contrapunham aos aspectos de modernidade²¹⁴ e desenvolvimento social, que o Estado desejava ver prevalecer. Engraxates, ambulantes, vendedores de quinquilharias e mendigos ofuscavam e afrontavam, nas ruas centrais da cidade, a juventude saudável, desportista e dourada²¹⁵. Classes pobres viraram sinônimo de classes perigosas²¹⁶.

²¹² Para Michel Foucault (1983), o submetimento e o contínuo uso do indivíduo e do corpo passam a ser um mecanismo poderoso de controle social de que lança mão o poder instituído. Segundo ele, o corpo é marcado pelo poder que o investem, o marcam, o supliciam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, a gestos, exigem-lhe sinais. Para Foucault, o corpo só se torna útil se é ao mesmo tempo produtivo e submisso.

²¹³ MAGALHÃES, Agamenon. Os Males do Mocambo, in Jornal Folha da Manhã. Recife. 13/07/1939.

²¹⁴ Antônio Paulo Resende nos relata sobre a existência no Recife de uma atmosfera de medos e desejos. No Recife, o contexto político do Estado Novo é entendido como um elemento a mais para a compreensão da modernidade em desenvolvimento, uma vez que o moderno foi instrumento de difusão dos ideais governistas. O imaginário moderno estava presente tanto no espaço público com no cotidiano doméstico. Entre o passado e o futuro a cidade angustiava-se, tomando a tradição como uma variante nas negociações entre uma modernidade que deseja o futuro e um presente que tem sua referência no passado. (REZENDE, Antônio Paulo. (Des)encantos Modernos: história da cidade do Recife na década de vinte. Recife: FUNDARPE, 1997).

²¹⁵ O culto ao físico e à beleza foi estimulado pelo Estado Novo como um elemento importante para a construção do “novo homem”. O trabalho de Lenharo faz referência às implicações que a disseminação

As autoridades viam nos grupos populares uma propensão para a transgressão, decorrente da falta de instrução e da disseminação de hábitos considerados incivilizados, tais como: embriaguês, o uso generalizado de armas brancas e de fogo, etc. miséria, ignorância e prostituição.²¹⁷

O conceito *classes perigosas* foi inicialmente utilizado pela escritora inglesa Mary Carpenter em um estudo sobre a criminalidade na infância²¹⁸. Por classe perigosa a autora desejava definir um grupo específico de pessoas que, ao sair do que ela denominava primeira infância, haviam cometido o seu primeiro delito. Neste trabalho, tal conceito dialoga com os estudos feitos, e como ele vem sendo trabalhado, por Sidney Chalhoub²¹⁹. Segundo este autor, o conceito teria sofrido uma resignificação no seu uso e aplicação no Brasil. Chalhoub chega a essa conclusão analisando documentos e discursos de políticos da Câmara e do Senado, no período que se sucedeu ao fim da escravidão. Ainda segundo Chalhoub, Carpenter aplica o conceito *classes perigosas* de forma restrita e, referindo-se apenas a indivíduos que já haviam escolhido uma estratégia de sobrevivência que os colocava à margem da Lei. Para ele, no Brasil, a aplicação do conceito *classes perigosas*, passa a significar o mesmo que *classes pobres*. Olhando para espaço social em que foi forjado o conceito no Brasil, nos debates sobre a Lei de repressão à ociosidade discutida logo após o fim da escravatura, o pesquisador diz perceber que a formulação do conceito é uma expressão do medo das elites com as consequências da abolição.

As classes pobres e viciosas sempre foram e hão de ser sempre mais abundante causa de todas as sortes de malfeitores. São elas que se designam mais propriamente sob o título de – classes perigosas –; pois quando mesmo o vício

desse culto ao físico produziu no contexto da propaganda ideológica junto à sociedade brasileira: “as teses que circulam [...] enfatizam os três pontos arrolados, a saber: a moralização do corpo pelo exercício físico; o aprimoramento eugênico incorporado à raça; a ação do Estado sobre o preparo físico e suas repercussões no mundo do trabalho” (p. 77-78).

²¹⁶ In CARVALHO, Os bestializados. Cia das Letras. SP. 1987; CHALHOUB. A cidade febril. Cia das Letras SP 2001; e GUIMARÃES, As classes perigosas: banditismo urbano e rural. Graal. RJ. 1981.

²¹⁷ MORAIS, Edilene. Obra Citada, p.47.

²¹⁸ A expressão criada por Mary Carpenter (século XIX) em um estudo sobre criminalidade, reformulada por Frégier (1840) que alia de forma indissociável a pobreza ao vício e ao crime, consequentemente o pobre como um justo motivo de terror da sociedade.

²¹⁹ SIDNEY, Chalhoub. A Cidade Febril. Cortiços e Epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Editora Cia das Letras. 2006.

não é acompanhado pelo crime, só o fato de aliar-se à pobreza no mesmo indivíduo constitui um justo motivo de terror para a sociedade. O perigo social cresce e torna-se de mais a mais ameaçador, à medida que o pobre deteriora a sua condição pelo vício e, que é pior pela ociosidade.²²⁰

A associação direta entre pobreza e perigo vai ser uma marca recorrente no Recife do tempo de Agamenon Magalhães. A instalação do comissariado do Alto José do Pinho em 1946, quando ainda não existia qualquer outro serviço prestado costumeiramente pelo Estado, pode ser significada como uma tentativa de controlar e vigiar as ditas classes perigosas. A instalação do comissariado parece ter se dado mais pelo medo daquilo que os pobres podiam fazer de mal às elites, do que pelas necessidades sociais presentes no cotidiano da população pobre da cidade.

Uma crise no sistema de segurança

As festas juninas²²¹ do ano de 1950, no Alto José do Pinho, são o ponto de entrada para os acontecimentos que passaremos a narrar. Pela descrição do ambiente festeiro, produzida anteriormente por Nelson Preto e pelo momento peculiar que vivia a população do Alto, podemos imaginar que uma grande festa poderia ter acontecido naquele ano no Alto José do Pinho, *o bairro mais cultural do Recife*²²². Tudo parecia corroborar para que aquela festa ocorresse com alegria e que fosse intensa e marcante. No plano social, o bairro tinha conquistado as primeiras intervenções do poder público com a recém instalada iluminação pública, abrangendo seis ruas, e a execução do serviço de terraplanagem das suas principais vias de acesso. Além disso, a prefeitura do Recife, a pedido da recém criada Associação da Juventude²²³, tinha instalado um palanque e um serviço de som com duas cornetas, especialmente para abrilhantar as festas de São João e São Pedro. Desde o mês de julho de 1949, o jornal Folha do Povo,

²²⁰ CHALHOUB, Sidney. *Obra Citada* (apud CHALHOUB, 2001: 21).

²²¹ As festas juninas são celebrações profanas dentro de um calendário de celebrações aos santos católicos João, celebrado a cada dia 23 de junho, e Pedro, celebrado a cada 28 de junho. No nordeste do Brasil, elas ganham intensidade e abrangência, com a incorporação de danças regionais e da culinária à base de milho, cuja safra atinge o ápice no período.

²²² Vez por outra, conversando com moradores, escutamos essa expressão, que no sentido empregado pelos moradores queria dizer que o bairro possui muita atividade cultural.

²²³ A Associação beneficente do Alto Munguba foi criada por Aureliano Rodrigues e Josué Ferreira, em 1949, com o objetivo de lutar por melhores condições de vida na localidade.

vinculado ao Partido Comunista, vinha publicando matérias²²⁴ nas quais o Alto do Pinho era citado, colocando a Associação da Juventude do Alto como exemplo a ser seguido e como modelo de organização do povo para conquistas de direitos.

Aquele limiar dos anos 1950 parece ter sido o momento em que o Alto José do Pinho, foi incorporado à dimensão urbana e administrativa da cidade, com a chegada dos primeiros serviços públicos. Os moradores falam de uma vida noturna intensa e de *bares abertos a noite inteira com aquelas mulheres*. Nesse período, foi instalado o cinema Guarani, até então, uma experiência única nos morros do Recife. Os donos de vendas começavam a investir em certas modernizações como vitrolas, geladeiras de raspa-raspa, gambiarra²²⁵ e bandeiras nos terreiros e sinuca, em um ambiente em que predominavam até então jogos de relancinho e dados²²⁶; luz de candeeiro; aguardente de cabeça; e gêneros alimentícios²²⁷ acessíveis aos pobres da época, como carne charqueada, fígado alemão, banha, toucinho, bagre salgado, fubá, feijão e farinha.

No período, a política eleitoral passa a fazer parte de forma mais efetiva da vida dos moradores. Por reportagens publicadas pelo jornal Folha do Povo, pode-se fazer uma ideia da intensidade da disputa entre os candidatos e algumas estratégias que utilizavam. Naquela época, o PCB articula uma estratégia de atuação junto às comunidades que se consolidavam nos morros e córregos do Recife. A estratégia dos comunistas reside em apoiar a formação de grupos de estudos e associações para reivindicar serviços públicos. Também com objetivo de mobilização comunitária, o jornal Folha do Povo inicia uma série de reportagens itinerantes pelos morros e córregos da cidade. O resultado das visitas e reportagens é estampado em matérias publicadas, as quais trazem denúncias sobre as péssimas condições de vida da população dos morros.

²²⁴ Matérias do Jornal Folha do Povo publicadas nos dias 13.12.1949, 14.12.1949, 23.12.1949.

²²⁵ Gambiarra é artefato composto de fios e lâmpadas instalados nas ruas e praças para remediar ausência de postes de eletricidade com lâmpadas ou para tornar mais iluminados locais e ruas nas ocasiões das chamadas festas de ruas, religiosas e profanas.

²²⁶ Os chamados jogos de azar eram algo muito presente no Alto José do Pinho, principalmente aqueles conhecidos como caipira, que funciona por meio de apostas com dados ou bozó. Relancinho, um jogo também muito usual, nas comunidades e nas festas de rua, é um jogo de cartas onde as apostas são feitas e o jogador, para se tornar vitorioso, precisa formar três trincas de cartas.

²²⁷ Matéria do jornal folha do Povo, em 25.01.1949.

Mesmo com o PCB na clandestinidade, os políticos eleitos pela legenda comunista em 1947, continuavam exercendo seus mandatos²²⁸. O Jornal Folha do Povo, apesar ter sido impedido de circular em alguns momentos, continuou sendo um importante meio de articulação e divulgação das ações do partido, no período. Assim, no seu esforço de mobilizar alguns setores da sociedade, o jornal passa a promover campeonatos de futebol amador e concursos diversos como o do time de futebol mais querido dos subúrbios, do craque do futebol amador e da mais bonita operária. A promoção desses eventos aproximava os políticos do PCB da população pobre e do operariado. No plano de divulgação ideológica, o jornal promovia encontros aos quais denominava de *conferências*²²⁹, em defesa do petróleo e/ou da paz, e apoiava a criação de associações para lutar pela conquista de serviços públicos.

No Alto José do Pinho, as atividades promovidas pelos comunistas se davam em apoio à luta por serviços públicos, através da Associação Beneficente do Munguba e em defesa do petróleo, articulada por um Centro de Estudos e Defesa do Petróleo, existente no bairro. Algumas matérias, datadas do ano de 1949, informam sobre esses eventos. A matéria *Em defesa do nosso ouro negro: conferência hoje, no Centro do Petróleo do Alto José do Pinho*²³⁰, informa que o Centro do Petróleo *prossegue sua campanha contra o entreguismo* e convida todos os moradores para a dita conferência e para um animado festival dançante, que ocorreria no seu encerramento.

Tais conferências poderiam até terminar animadamente, contudo, às vezes, poderiam acabar de outra forma. Poderia aparecer um *empata samba*, como aconteceu na ocasião desta conferência noticiada. O jornal comunista deu a sua versão do ocorrido na matéria *Polícia perturbou uma festa de um centro do petróleo*.

No domingo, quando se realizava um festival no Alto José do Pinho, à Rua 20, nº 75, a polícia de Barbosa Lima, pelo comissário do distrito, Sr. Aquilino

²²⁸ Os parlamentares que tinham sido eleitos pela legenda do PCB, em 1947, perderam o mandato em meados de 1950, quando foram cassados.

²²⁹ Essas “conferências” aconteciam no bojo da campanha que setores nacionalistas desenvolviam no Brasil, denominada de “o petróleo é nosso”, as quais são tidas como um embrião da criação da Petrobrás e da nacionalização do petróleo, no período constitucional do governo de Getúlio Vargas.

²³⁰ Jornal Folha do Povo, matéria do dia 16.07.1949.

Alves dos Santos, tentou perturbar as festividades. Já no fim do festival ele invadiu a casa exigindo dos diretores uma ordem por escrito.²³¹

Alguns elementos chamam a atenção no movimento que resultou na aproximação da política eleitoral com a população local. Uns, em certo sentido, poderiam ser tomados como curiosos, como a existência de um Centro de Estudos e Defesa do Petróleo em um lugar onde ainda não existia abastecimento público de água, luz elétrica, pavimentação e escola para os moradores. Como estratégia, os comunistas aproveitavam a luta em defesa da nacionalização do petróleo para discutir outros problemas e fazer a propaganda de seus candidatos para a eleição de 1950. Talvez por isso a polícia tenha seguido de perto a movimentação do PCB e seu Centro de Defesa de Petróleo, no Alto José do Pinho.

Outra análise que pode ser observada sobre a aproximação dos comunistas da população dos morros, informa sobre a importância que as festas possuíam como um elemento de invenção de espaço social. A festa parece ter funcionado como um recurso de entrosamento e mobilização da população. Alba Zaluar, em trabalho ambientado na cidade do Rio de Janeiro, no qual discute, entre outras coisas, a vida social, a invenção do espaço e as inovações promovidas pelas práticas dos trabalhadores em uma comunidade habitada pelos pobres, chama a atenção para a invenção do cotidiano e da sociabilidade nos mais diversos espaços.

É no local de moradia, nas associações reivindicativas e agremiações recreativas, nas praças, esquinas e bares, na rua e na casa, que transcorre este vasto processo dinâmico de formação cultural, tornando o mundo denso de significados nem fixos, nem finais, nem únicos. Sempre renovados, esses significados são inventados ou reinterpretados apelando-se para novas experiências ou para antigas tradições.²³²

O chamamento à festa aparece como uma marca das mobilizações feitas pelo jornal comunista para os eventos promovidos pela máquina pecebista do Recife, naquele período. A festa é utilizada como mecanismo de produção de espaços de discussão política. Na estratégia partidária, a cultura popular contribui para promover a inserção dos comunistas no contexto comunitário. De outro lado, a ação do comissariado,

²³¹ Jornal Folha do Povo, matéria do dia, 23.07.1949.

²³² ZALUAR, Alba. A máquina e a Revolta. São Paulo: Brasiliense, 2000.

tentando impedir a realização do evento, o coloca outra vez no papel de um organismo tutelado politicamente e sempre disposto a sair em defesa dos interesses políticos dominantes. O próprio jornal comunista já havia anteriormente denunciado a face político-partidária do organismo policial de bairro. Para o jornal, o governo Barbosa Lima instalava os comissariados de bairro *para perseguir e prender os democratas que lutam pela conquista das reivindicações das massas trabalhadora*²³³. Os comunistas defendiam a instalação de outro tipo de serviços nas comunidades. Em janeiro de 1949, o jornal noticiava e se posicionava contrário ao proprietário de uma salgadeira²³⁴, que desejava instalar no bairro um comissariado. Segundo o jornal, os moradores foram ouvidos e disseram que desejavam, ao invés do comissariado, a instalação de posto médico, chafariz, maternidade, luz elétrica e escola. O jornal volta a bater na tecla de que o comissariado só teria serventia para perseguir os comunistas e contribuir para explorar os trabalhadores.

As denúncias feitas pelo jornal Folha do Povo informam que os comunistas percebiam o uso político que estava se fazendo do aparelho policial, colocando-o a serviço do PSD, dos delegados da SSP e, principalmente, do então secretário de Segurança Pública, João Roma. A oposição percebia, de forma semelhante aos comunistas, a instalação dos comissariados nos bairros, e se esforçava para desalojar João Roma e Etelvino Lins do comando político da SSP. Um esforço que ganhou novo alento a partir de 1947, com a dissidência que se abre no PSD. Uma dissidência que se fortalece com as saídas do ex-prefeito e então senador Antônio Novaes Filho e dos deputados Oswaldo Lima e Arruda Câmara, que deixam a base aliada do grupo político de Agamenon Magalhães²³⁵.

Essa disputa política no interior do pessedismo, que se intensifica pela dinâmica eleitoral e pelas pretensões políticas dos dissidentes, leva para o centro da disputa a

²³³ Idem, em 14.07.1949.

²³⁴ Salgadeira é uma empresa de salgar carnes e peixes. No caso da Salgadeira da Campina do Barreto, citada pela Folha do Povo, ela salgava predominantemente carnes oriundas do Matadouro de Peixinhos, bairro limite entre Olinda e Recife.

²³⁵ Antônio Novaes Filho, ex-prefeito do Recife durante todo o período ditatorial do Estado Novo, rompe com Agamenon em 1947, passando a integrar a chamada dissidência pernambucana do PSD; Arruda Câmara e Oswaldo Lima, no período pré-eleitoral de 1950, sentem-se preteridos da chapa majoritária que disputaria aquele pleito.

Guarda Civil e os Comissariados. Os jornais, porta vozes dos grupos políticos²³⁶ em confronto, passam a noticiar, entre outras coisas, as condutas inapropriadas dos guardas civis, a corrupção na Secretaria de Segurança Pública, a partidarização da polícia com o uso sua estrutura nos bairros e o funcionamento dos comissariados e subcomissariados *como verdadeiros comitês de cadastramento de eleitores e de propaganda dos candidatos do PSD*. De uma vez por todas, o comissariado passava a ser visto e dito como parte da *máquina eleitoral e partidária* e a guerra pelo seu controle, mesmo que involuntariamente, seria sentida nas festas juninas de 1950 pelos moradores do Alto José do Pinho.

A partir de 1949, são recorrentes nos jornais as notícias que apresentam alguns guardas civis do distrito de Casa Amarela como *policiais policiáveis*, ou seja, policiais que cometiam desvio de conduta e que por isso precisavam de polícia. Alguns desses guardas são denunciados por cometerem roubos, espancamento, abuso de autoridade e morte. O Alto José do Pinho é alvo de muita notícia que informam os guardas civis como protagonistas desses delitos, contudo, as denúncias atingem boa parte dos comissariados existentes na cidade. Tais notícias denunciam e também apresentam uma dura disputa que travam os grupos políticos pelo comando da SSP. Criticar publicamente práticas históricas da Guarda Civil era, naquele momento, enfraquecer politicamente João Roma e Etelvino Lins e, no Alto José do Pinho, o delegado Fábio Corrêa. O delegado Corrêa que, naquele momento, se encontrava em plena campanha para o pleito de 1950, eleição de que sairia vitorioso, assumindo uma das cadeiras da Assembleia estadual e galgando a posição de político eleitoralmente majoritário no Alto.

As comemorações juninas dos dias 23 e 24 de junho, transcorreram dentro do esperado no Alto José do Pinho. Os moradores devem ter imaginado que aqueles festejos iriam manter a tradição de alegria e conagração. Se alguma coisa não corresse como o esperado, o máximo que podiam imaginar eram as também tradicionais

²³⁶ Jornais que se digladiavam no período eram: Folha do Povo, ligado ao Partido Comunista; Diário de Pernambuco, pertencente ao grupo dos Diários Associados, comandado pelo jornalista Assis Chateaubriand; Jornal do Comércio e Diário da Noite, do grupo comandado pelo Senador Pessoa de Queiróz; o Diário da Manhã de propriedade do ex-governador Carlos de Lima Cavalcanti; e o jornal Folha da Manhã, de propriedade do interventor Agamenon Magalhães.

arruaças de bêbedos e de algum vizinho, intolerante com a alegria alheia. Os moradores esperavam uma festa e ela transcorreu dentro do que se esperava. Mas, em um dos outeiros de Casa Amarela, atualmente denominado Alto Santa Isabel, na madrugada do dia 23 para o dia 24, um acontecimento corriqueiro e presente na crônica policial, tendo como protagonista um certo Sandoval, fraturou o curso do tempo no Alto do Pinho, provocando um São Pedro inesperado para a maioria dos moradores.

Segundo informou um dos personagens que acompanhou aqueles festejos juninos, *a festa de São Pedro até que começou bem*. Nem o trágico incêndio ocorrido um dia antes, na rua oito, no qual foram destruídos cinco casebres²³⁷, tinha ofuscado os festejos juninos. Talvez porque os incêndios fossem algo muito frequente naquele tempo em que a maioria das casas do Alto possuíam cobertura de capim e fogão à lenha. O que viria a acontecer no dia seguinte ao incêndio dos casebres, segundo o ex-garçom Jaime Abreu, *pegou todo mundo de surpresa*.

As pessoas estavam se divertindo, toda essa rua (rua 6, atual Maragogi) era uma festa só, nas casas, no Bom Sucesso, nas vendas, nas danças, tava iluminado, porque a prefeitura botou uma gambiarra. Aqui, quando tinha festa era movimento de gente de outros lugares também, não era só gente daqui não. Chegou de repente aquele bando de gente arrasando tudo. Eram pessoas armadas de tudo, apareceu de repente quebrando tudo, batendo nas pessoas e ninguém sabia de nada. Muita gente que não tinha nada a ver, apanhou, ficou quebrado, teve até tiro, gente baleada. Eu era rapazinho, corri logo para casa, eu lembro disso.²³⁸

O relato de Jaime, além de apresentar a tradicional imagem do espírito festeiro e animado do Alto José do Pinho, expõe alguns aspectos das impressões que teve um menino de 14 anos e a dificuldade que deve ter tido de entender a cena que lhe saltava aos olhos. Ele também narra o que deve ter sabido posteriormente, já que, segundo ele mesmo diz, foi logo para sua casa. A capacidade que tem a memória de encarnar no indivíduo as informações da memória coletiva pode ser lida nos estudos feitos por Maurice Halbwachs. Para ele, a memória individual se sustenta na memória do grupo: *o*

²³⁷ No dia 27.06.1950, segundo versão publicada na imprensa escrita, por volta das treze horas, iniciou-se um incêndio de grande proporções que atingiu cinco casebres, na esquina da Rua Oito, atual Beco do Amaro Lopes com a atual Rua Horácio Silva. Segundo os jornais, o fogo teria sido provocado por um fogo de artifício jogado inadvertidamente por uma criança.

²³⁸ Entrevista com Jaime Abreu, 13.11.2010.

*homem para evocar seu passado necessita de apelar para as lembranças dos outros, reportando a referências fixadas pela sociedade*²³⁹. A experiência rememorativa de Jaime parece ser constituída em boa parte de elementos existentes na memória coletiva. Jaime Abreu foi o único morador que, ao ser entrevistado, lembrou, sem que lhe fosse perguntado, do episódio. O episódio de violência que teve como palco o Alto José do Pinho na *noite de São Pedro*, não é um tema presente nos relatos de memória que fazem os velhos moradores do lugar.

Ao pesquisador pode parecer estranho que um fato, que se imagina ter sido intensamente vivido e que durante vários dias foi noticiado na imprensa escrita e debatido na Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, seja tão pouco lembrado pelos moradores. Talvez o Alto José do Pinho tenha precisado esquecer os acontecimentos de junho de 1950 para dar sentido à representação que construiu de si.

Naquela festa de São Pedro, não sabiam os moradores do Alto José do Pinho que ali perto, no outeiro Santa Isabel, na Rua Carolinas, local na época conhecido como lugar de prostituição, um grupo de homens armados estava causando pânico aos moradores. Mas, o grupo promotor da violência estava apenas de passagem pelo outeiro. O seu destino era o Alto José do Pinho. Quando aqueles homens armados chegaram ao bairro, na noite de 28 de junho, as ações praticadas por eles adquiriram, segundo manchete do Diário da Noite, a proporção de um *verdadeiro massacre*²⁴⁰.

As matérias dos jornais nos dias que se seguiram ao acontecimento divergiram sobre a quantidade de componentes do grupo que praticara as violências contra a população dos morros de Casa Amarela. Segundo os jornais, a quantidade variava entre 40 e 70 homens. Nota lançada pela Secretaria de Segurança Pública do Estado, condenando o fato e anunciando providências, tentou minimizar o ocorrido, reduzindo o número de participantes daqueles atos de vandalismo a pouco mais de uma dezena de pessoas. O grupo de homens armados, foi descrito como vindo do Alto Santa Isabel, em seguida teria cruzado o córrego do Bartolomeu e tomado a subida da antiga Rua 1, atual

²³⁹ HALBWACHS, Maurice. A memória Coletiva. Editora Vértice, revista dos tribunais. 1990.

²⁴⁰ Verdadeiro Massacre no Alto José do Pinho. Matéria publicada no Diário da Noite, em 01.07.2010; Reprovação formal às ocorrências de Casa Amarela. Folha da Manhã; Grave conflito entre as polícias civil e militar. Folha do Povo; Graves ocorrências verificaram-se esta madrugada em Casa Amarela. Diário de Pernambuco.

Vareliano Lobo, quando alcançou o Alto José do Pinho. O sinistro cortejo teria invadido uma dança que acontecia no clube social Bom Sucesso e espancado os presentes, além de ter destruído instrumentos musicais e alto-falantes. Seguindo depois para o bilhar de Horácio Silva, onde quebraram vários objetos e espancaram as pessoas. Continuando a sessão de violência, o grupo seguiu espancando homens, mulheres, crianças e idosos que participavam de festas familiares, destruindo também os objetos dessas festas, como mesas, cadeiras, garrafas e copos. As barracas armadas na rua, especialmente para a festa, também sofreram com a violência. Levino Sena, vendedor de peixe frito, instalado próximo à única praça do bairro, teve sua barraca e seus pertences completamente destruídos. Sem ter a quem recorrer, Levino acompanhou o grupo de moradores que, dois dias após o ocorrido, foi à Assembleia Legislativa e às sedes dos principais jornais, denunciar o fato.

Ao que parece, o grupo promotor da violência não fazia questão de ficar no anonimato. Quando o grupo chegou à localidade se dividiu, e parte dele teria seguido em direção à casa onde funcionava o subcomissariado do Alto José do Pinho. Lá estando, destruiu boa parte da sede daquele órgão policial e libertou os presos existentes. Na ação teriam também rasgado os livros e danificados os arquivos. Segundo o jornal *Folha do Povo*²⁴¹, todo o destacamento, que naquela noite trabalhava no subcomissariado, fugiu antes da chegada do grupo, se alojando e pedindo proteção, no posto policial de Casa Amarela. E mais: o grupo invadiu uma casa onde funcionava um comitê eleitoral e acabaram com uma reunião festiva que ali acontecia. Como detalhe que não se deve esquecer, o comitê pertencia a um candidato a deputado aliado do ex-interventor Agamenon Magalhães, então em campanha eleitoral.

Lendo os jornais daquele tempo, pode-se imaginar uma ação de grandes riscos e proporções. O jornal *Diário da Noite*, do dia 01 de julho de 1950, publica em primeira página uma fotografia em que aparecem em primeiro plano quatorze moradores do Alto. Parte das pessoas fotografadas apresenta ferimentos, alguns parecem literalmente quebrados, trazendo à mostra braços enfaixados, tipóias e curativos em diversas partes do corpo, alguns deles na cabeça. O jornal fala em vinte e cinco pessoas, vítimas do grupo armado. Os moradores foram à redação dos principais jornais para fazer a

²⁴¹ Matéria citada, 01.07.1950.

denúncia do ataque sofrido. Os jornais, Diário da Noite e Folha do Povo, inclusive, os cita nominalmente²⁴².

No mesmo dia, o jornal Diário de Pernambuco noticia a ida das vítimas à Assembléia Legislativa para denunciar a agressão. Na sessão legislativa do dia 30 de junho daquele ano, o debate do grande expediente pôs em foco os acontecimentos de Casa Amarela e, de quebra, expôs aspectos até então encobertos da rede a que eles se encontravam ligados. O debate legislativo expõe a crise por que passava o sistema de segurança. Pode-se imaginar que os acontecimentos que culminaram com a violenta invasão do Alto José do Pinho, teriam ocorrido potencializados por disputas pelo controle do sistema de segurança público e pelo processo eleitoral em curso.

Um detalhe chamaria a atenção de um observador mais atento. Detalhe que em primeiro momento poderia ter confundido a população atacada, impedindo-a de defender-se. Parte dos agressores usava uma vestimenta bastante conhecida pelos moradores da cidade: a farda da força policial militar do Estado. O grupo de aproximadamente meia centena de homens que promoveu o violento ataque quando a população festejava São Pedro no Alto José do Pinho, era composto por policiais militares. Segundo as primeiras notícias divulgadas, os militares estariam tentando vingar a morte de um companheiro de farda ocorrida na noite de 23 para 24, no São João, no outeiro vizinho. Mas, será que a morte de um companheiro de farda seria suficiente para desencadear tantas agressões e mobilizar a participação de tantos policiais na ação?

Desde meados de outubro de 1949, os jornais, especialmente os de oposição²⁴³, vinham publicando a existência de vários confrontos entre policiais civis e militares. Esses mesmos jornais publicavam matérias sobre crimes que tinham como acusado um guarda civil. Em um desses confrontos, segundo o jornal Folha da Manhã, no Alto José do Pinho, o morador João Avelino, com a colaboração de um guarda civil, enfrentou e

²⁴² Ana Maria Batista, Severino Gomes, Severino Pereira, Cleodon Sebastião, José Eurilo, Assis Dias Melo, Levino de Sena, José de Carvalho, Osvaldo Neri, Aureliano Rodrigues, Luiz Simplício, João José, Amaro José, Joaquim Ferreira, Francisco Estevão, José Alves, Antônio Bandeira, Manoel Leite, Raimundo Rodrigues, José Pinho, José Rodrigues, Arquimedes Leite, Antônio Venâncio, Moacir Carneiro e Raimundo de Tal. (In matérias citadas, 01.07.1950, publicadas nos Jornais Folha do Povo e Diário da Noite).

²⁴³ Diário da Manhã, Diário de Pernambuco, Jornal do Comércio e Diário da Noite.

feriu um soldado da Rádio Patrulha. Noutra notícia, o guarda civil Evangelista, *elemento causador de desordens*, é denunciado como assassino do civil e morador Amaro de Santana. Ainda segundo o jornal, Evangelista já teria sido preso duas vezes por assalto à mão armada, e a sua última prisão teria como causa a prática de assaltos contra várias pessoas no Alto José do Pinho. No período, o jornal Diário da Manhã, que na época apoiava a candidatura de João Cleofas ao Governo do Estado, parece fazer questão de noticiar todas as ocorrências em que estivessem envolvidos guardas civis. Os títulos²⁴⁴ das matérias publicadas informam que a Guarda Civil tinha se transformado, para os opositores, numa importante chave para desconstruir a influência de Etelvino Lins²⁴⁵ no comando da Secretaria de Segurança Pública. O ataque a Etelvino parece estar ligado à briga para indicação do Secretário deste órgão, o qual iria ficar vago em meados de 1950, devido à desincompatibilização de João Roma, que deixa o cargo para disputar uma vaga de Deputado Estadual.

Quando João Roma deixa o comando da Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco, desincompatibilizando-se para disputar um mandato legislativo²⁴⁶, dá-se uma disputa entre importantes figuras que apoiavam o governo de Barbosa Lima para indicação do novo secretário. Etelvino e o próprio Roma manobram tentando indicar o novo secretário. Enquanto João Roma fez tentativas para indicar nomes como os

²⁴⁴ Alguns títulos de matérias publicadas nos jornais da oposição ao PSD de Agamenon: Apanhou até deitar sangue, outra vítima dos excessos policiais no comissariado, DN em 01.12.1949; Espancado estupidamente pelo subcomissário, DN, em 05.12.1949; Ajudado por um soldado reagiu ao RP-2, DN, em 13.05.1950; Inquérito sobre desvio de valores da Guarda Civil, DN, 01.08.1950; Irregularidades na Guarda Civil, DN, em 02.08.1950; Abusos cometidos por um guarda civil, DM, em 17.05.1950; Assassinado pelo guarda civil, DN, em 06.06.1950; Mais uma desordem praticada por um guarda civil, DM, em 07.06.1950; (Guarda civil) Assassinou o adversário às 5 da manhã, DM, em 27.06.1950; Escândalo na SSP, nas últimas semanas 10 homicídios praticados por gente da polícia, DM, em 06.07.1950; Graves irregularidades estariam se verificando na Guarda Civil, DM, em 01.08.1950; Arruaças praticadas por policiais, DP, em 04.07.1950.

²⁴⁵ Etelvino Lins, mesmo tendo deixado o comando da SSP desde 1945, quando substituiu interinamente a interventoria federal em Pernambuco e foi eleito senador constituinte em 1946, continuou comandando a SSP, através de um grupo de delegados que agiam pelo seu comando. Como era um político cada vez mais influente no Estado e principal aliado de Agamenon, passou a ser um dos alvos prediletos da oposição.

²⁴⁶ João Roma deixou a SSP seis meses antes do pleito de 1950, candidatou-se e ganhou, sendo eleito deputado estadual naquela eleição.

advogados Leucio Lemos ou Arnaldo Valença, Etelvino tenta indicar Otávio Correia, um político ligado a Agamenon. Entretanto, nem João nem Etelvino lograram êxito²⁴⁷.

Para Paulo Cavalcanti²⁴⁸, o governador Barbosa Lima, ao assumir o poder e *indicar Roma para o comando da SSP, tinha tornado-se refém do sistema policial do PSD*. Ainda segundo Cavalcanti, tentando reparar o que ele avalia como um erro, na condução do pleito sucessório, em 1950, o governador teria assumido um discurso de neutralidade, apresentando-se como magistrado e árbitro do processo eleitoral em curso. Essa postura de aparente não-envolvimento do governador Barbosa Lima, pode ter sido decisiva para que ele indicasse, para o comando da SSP, o coronel Osvaldo Viriato Passos de Medeiros, até então comandante da Polícia Militar, na época, um órgão subordinado à Secretaria de Segurança Pública.

Mesmo tentando apresentar-se como neutro e magistrado na condução do processo eleitoral, com a indicação do coronel Viriato de Medeiros para o comando da SSP, o governador Barbosa Lima Sobrinho interfere no processo eleitoral. A ida de Viriato para a Secretaria de Segurança Pública detona um processo de tentativas para desmontar a denominada máquina de votos do PSD e de mudanças nos comissariados. Mesmo dizendo-se neutro, a neutralidade de Barbosa Lima significou a tentativa de deslocar o poder existente na estrutura da SSP. Ao que parece, talvez pelo curto espaço de tempo que ficou no comando da SSP, Viriato Medeiros foi mais importante como máquina de propaganda da oposição do que como desmontador do poder da SSP.

Os grupos que faziam oposição à candidatura de Agamenon Magalhães, observaram a atitude do governador como uma derrota política, passando a apoiar abertamente Viriato Medeiros e produzindo matérias sobre sua gestão. Ao assumir, Medeiros investe contra a estrutura que até sua posse atendia as ordens de Etelvino e do seu grupo de delegados. A Guarda Civil, os Comissariados e os seus componentes entram no campo de conflito do general. O que os jornais oposicionistas vinham

²⁴⁷ Matéria do Diário da Manhã, do ex-governador Carlos de Lima Cavalcanti, em 06.07.1950, intitulada “Etelvino julga Barbosa um traidor”, joga lenha na fogueira ao comunicar que a substituição de João Roma por Viriato teria irritado Etelvino e Agamenon que, por isso, pressionavam para a renúncia de Barbosa Lima.

²⁴⁸ CAVALCANTI, Paulo. O caso eu conto como o caso foi, memórias políticas. Recife: Guararapes. 1980. p. 120.

noticiando sobre crimes cometidos por guardas civis preparavam o campo para a ação do novo secretário.

No início de julho, o Diário da Manhã, pertencente a Carlos de Lima Cavalcanti, adversário político de Agamenon Magalhães, publica uma matéria que anuncia o descontentamento que teriam tido Agamenon e Etelvino com a indicação de Viriato Medeiros para a SSP. A matéria de 06 de julho de 1950, cujo título é *Etelvino Julga Barbosa um traidor do partido*, pode ser lida como uma tentativa da dissidência do PSD para minar as relações entre o governador e Agamenon Magalhães.

A substituição de João Roma pelo general Viriato Medeiros irritou Etelvino Lins e Agamenon Magalhães, tudo porque Viriato toma medidas de substituir os delegados e fechar os comissariados viciados a máquina de poder de Agamenon. Agamenon agora pressiona o governador Barbosa Lima para que ele renuncie, pois se ele fizer isso até 03 de agosto, será substituído por Otávio Correia, que é ligado a Agamenon. Viriato Medeiros deseja pulverizar a máquina eleitoral de Agamenon e vai ao palácio discutir várias medidas que deseja implementar para destruir os esquemas existentes na SSP.²⁴⁹

Mais do que a matéria, contrariavam Agamenon Magalhães e seu grupo político, especialmente os delegados da SSP, o ataque do Secretário Viriato Medeiros aos comissariados de bairro e a repercussão na imprensa. As ações do novo Secretário de Segurança apareciam na imprensa, transformadas em contra-propaganda política em pleno período eleitoral. No dia 06 de junho, o Diário da Manhã publica a matéria *Escândalo na Secretaria de Segurança*, na qual acusa a existência de prática de distribuição de carteiras de identidade a malfeitores e informa que *nas últimas semanas 10 homicídios foram feitos por guardas civis*²⁵⁰. Continuando ao que parece ter sido uma ofensiva contra o antigo secretário da SSP e os focos remanescentes do seu poder, o Diário da Manhã culmina com a publicação de matéria em que denuncia *Graves irregularidades estariam se verificando na Guarda Civil*, em 01 de agosto de 1950. Nessa matéria um graduado funcionário é acusado de *manter mortos na folha regular de pagamento* e também é *anunciado o fechamento de vários comissariados*, entre eles, o comissariado do Alto José do Pinho.

²⁴⁹ Matéria publicada no Diário da Manhã em 06.07.1950. p. 1 e 2. “Etelvino julga Barbosa um traidor do Partido.

²⁵⁰ Diário da Manhã, 06.07.1950, “Escândalo na Secretaria de Segurança”.

Graves irregularidades estariam se verificando na guarda civil com a adulteração de folhas de pagamentos da corporação, sendo detido acusado, um funcionário graduado e aberto inquérito pelo Secretário de Segurança Pública Viriato Medeiros. Sub-comissariados – Viriato cogita fechar vários sub-comissariados da capital por julgá-los desnecessários, mandando instalar outros tantos em lugares onde haja realmente necessidade. Ontem o Secretário de Segurança, acompanhado do delegado Aluísio Paes, percorreu os sub-comissariados de Mustardinha, Jardim São Paulo, Cavaleiro, Alto José do Pinho e Alto Pascoal, comissariados de Areias, de Casa Amarela, Macaxeira e Beberibe e a delegacia de Jaboatão.²⁵¹

Se os jornais ligados aos grupos de oposição faziam sua parte, repercutindo as notícias sobre o desmonte e a mazelas da *máquina de voto pessedista*, o Secretário Viriato Medeiros dava demonstração de que não nutria simpatia pela parte civil da SSP. As medidas tomadas pelo secretário, contrárias aos interesses da Guarda Civil, elevam a tensão pré-existente entre policiais civis e militares. Ao mesmo tempo, as medidas tomadas por Viriato são recebidas com simpatia e apoio pelos policiais militares, até então colocados em segundo plano pelo comando anterior, provocando a ira dos guardas civis. Do apoio dos policiais militares e da ira dos guardas civis emergem os confrontos entre os grupos de policiais, civil e militar, nas ruas do Recife, em meados de 1950.

Entre as medidas tomadas por Viriato e repercutidas pelos jornais, encontrava-se o fechamento de comissariados – acusados de servirem como comitês de propaganda eleitoral – o combate aos crimes e ao espancamento praticados pelos guardas civis e a reprovação formal ao ataque feito pelos militares ao Alto José do Pinho. Em visita surpresa, o coronel Viriato anuncia o fechamento dos subcomissariados que, segundo ele, não cumpriam o papel para o qual foram criados. O jornal do senador Pessoa de Queiroz apoiava a atitude do coronel, na matéria *Foram fechados os comissariados*.

Fugindo a sua posição, esses departamentos de polícia alistavam eleitores – Surpreendidos na hora “h” pelo coronel Viriato de Medeiros – Determinada apreensão do material e intimados os sub-comissariados a prestar depoimento – Não mais voltariam a funcionar os sub-comissariados.²⁵²

²⁵¹ Matéria do Diário da Manhã, em 01.08.1950.

²⁵² Diário da Noite, 04.08.1950.

Surpreendidos na hora h: o jornal faz uma referência nada implícita ao slogan de campanha usado por Agamenon, cujo refrão de uma modinha de campanha repetia à exaustão o refrão *na hora h, h Agamenon*. Estava-se em plena campanha eleitoral e cada ato produzido pelo comandante da SSP contra o que diziam ser *a máquina de votos de Agamenon* era apoiado pelos jornais vinculados à oposição. Não foram suficientes as ações de Viriato Medeiros: na hora h, Agamenon venceu a eleição, voltando a comandar politicamente o Estado de Pernambuco.

Os acontecimentos do final de junho, ocorridos no Alto José do Pinho, podem ser lidos como um efeito involuntário da disputa política pelo comando do Estado, que provocou um deslocamento de proporções inéditas no comando da SSP. Quando dezenas de militares armados invadiram o bairro, eles estavam, a pretexto de vingar o companheiro morto, também informando mudanças à população e demonstrando sua insatisfação com a posição que ocupavam, em relação aos policiais civis, na hierarquia da SSP. Mas, a despeito de todos os fatos narrados e das implicações por eles causadas, o grupo que atacou a população do Alto José do Pinho, dizia estar à procura de um certo Sandoval. Sandoval Pessoa, um guarda civil e dito assassino do policial militar Severino Quintiliano. O pesquisador fica a imaginar quem seria esse tão procurado Sandoval.

Um policial policiável

Nos relatos do fato que teria sido a causa do violento ataque sofrido pela população do outeiro de Casa Amarela e do Alto José do Pinho, matérias publicadas na imprensa²⁵³ contam que na madrugada do dia 24 de junho de 1950, noite de São João, na Rua das Carolinas, o guarda civil Sandoval Pessoa de Araújo, lotado no subcomissariado do Alto José do Pinho, teria assassinado a tiros, o soldado da Polícia Militar do Estado, Severino Quintiliano da Silva. Depois do crime, o assassino teria fugido do local com proteção de companheiros de instituição, o que teria provocado a revolta de policiais militares e ensejado sua brutal reação na noite em que se

²⁵³ Notícias: 1. Assassinou o adversário, Diário da Manhã, 27.06.1950; 2. Verdadeiro massacre no Alto José do Pinho, Diário da Noite em 01.07.1950; 3. Reprovação formal às ocorrências de Casa Amarela, Folha da Manhã, 01.07.1950; 4. Inquérito contra o guarda civil Sandoval Pessoa, Diário da manhã, 07.06.1950; 5. Julgamento injusto, Folha da Manhã, 08.07.1950; 6. Grave conflito entre as policias civil e militar, Folha do Povo, 01.07.1950; 7. Considerados graves os acontecimentos do outeiro de Casa Amarela, Diário de Pernambuco, 01.07.1950; Faleceu o soldado da polícia militar em consequência de ferimentos recebidos, Jornal do Comércio, 27.06.1950; Exonerado o guarda autor do crime em Casa Amarela, Diário de Pernambuco, 28.06.1950.

comemorava a festa de São Pedro, quatro dias após. Essa versão do ocorrido é reconstruída pela memória de um morador do lugar.

Você sabe por que foi aquilo? Tinham matado um policial lá no morro, no bar de um sujeito chamado Barbosa, esse Barbosa que depois veio para cá e teve um bar ali na praça, que era uma zona²⁵⁴, um bar de mulheres, tinha até uma corneta. Quem matou o policial foi um guarda que eu conheci, aí os soldados vieram se vingar.²⁵⁵

Sobre o policial militar Severino, a pesquisa até agora não encontrou vestígios escritos, além do noticiário da imprensa. Os relatos orais dos moradores também não o citam, apenas o informam como sendo o soldado assassinado pelo guarda civil, em um bar de baixa reputação, no outeiro vizinho. Quanto ao guarda civil Sandoval, o assassino do policial, aspectos de sua vida vinham sendo apresentados na imprensa escrita. Sandoval, nos meses que antecederam aquele meio de ano turbulento em Casa Amarela, protagonizou pelo menos três matérias em sessões dedicadas às ocorrências policiais. Os relatos orais também constroem Sandoval como um homem arrogante e que às vezes fazia uso de violência. Um quadro que poderia ser observado com mais frequência em momentos públicos, nos quais o guarda Sandoval costumava demonstrar autoridade e poder.

Sandoval era daqui, era brabo. Gostava de empatar uma festa. Naquele tempo para se fazer qualquer coisa tinha que ter uma autorização do comissariado, ia lá e dizia que queria fazer qualquer coisa, assim uma dança. Chegava o guarda e empatava quem deu ordem, tem ordem de quem? Se não tinha ordem, tinha que fazer acordo com ele. Não só ele, muitos guardas fazia assim. Era um sujeito dessa grossurinha magro assim e bom de dedo, para atirar num, era num instante.²⁵⁶

Na fala de Arnaldo sobre o guarda Sandoval, chamam a atenção os aspectos que falam da sua personalidade conturbada e briguenta. Uma descrição que, de certa forma, apresenta sintonia com as notícias publicadas na imprensa sobre ele, durante quase todo

²⁵⁴ O bar do Barbosa, onde teria acontecido o assassinato do policial militar, funcionava como um prostíbulo e ficava localizado no atual Alto Santa Isabel. Na década de 1950, o Barbosa deixou o Alto Santa Isabel e instalou seu bar, na Praça 04 de Outubro, no Alto José do Pinho.

²⁵⁵ Entrevista de Arnaldo Colorau, em 10/2010.

²⁵⁶ Entrevista de Arnaldo Colorau, em 10.10.2010.

o ano que antecedeu ao fato que teria colocado o grupo de policiais militares a sua procura. Outro elemento do relato que pode ser considerado importante é a parte que narra sobre a necessidade de autorização por parte da polícia para a promoção de eventos públicos. Uma prática que parte dos guardas civis acabava usando para obter alguma vantagem financeira, tornando comum a ida a um evento ou a uma casa comercial para receber algum dinheiro. O ex-guarda civil Severino Sibiu relatou aspectos dessa prática, que alguns entrevistados denominaram de caixinha ou intera.

Nosso trabalho era manter a ordem, esse era o nosso ofício, agora tinha aqueles comerciantes que agradeciam, davam um agrado, outros não davam, mas nós não fazíamos cara feia, trabalhávamos do mesmo jeito. Aquilo para nós já era uma intera (complemento). Assim, um exemplo, tinha uma brincadeira, o próprio dono da brincadeira já vinha falar com a gente para passar um olho lá.²⁵⁷

Alguns promotores de festas e comerciantes, como relata o ex-guarda Sibiu, se negavam a pagar a *intera*²⁵⁸ dos guardas. Pode-se imaginar que se estabelecia um clima ruim entre os que se negavam a contribuir e os guardas acostumados à prática. Não se sabe se as confusões que envolviam o guarda civil Sandoval e a sua fama de *empata samba*²⁵⁹, tinham a ver com essa prática. Talvez nunca saibamos. Mas é fato que boa parte das ações por ele protagonizadas poderiam ser assim tipificadas nessa categoria. No depoimento de Arnaldo, tem-se a impressão de que ele quer construir uma relação entre o perfil “empata festa” do policial Sandoval e prática, alimentada por alguns policiais, de angariar algum recurso financeiro juntos aos comerciantes e aos promotores de festa. Os documentos analisados sobre a ação do guarda civil Sandoval não nos permitem fazer relações entre os conflitos em que ele tomava parte em eventos festivos e públicos e a ausência da “intera”.

²⁵⁷ Entrevista do ex-guarda civil Severino Sibiu, em 18.12.2010.

²⁵⁸ Intera é um termo que é usado em alguns grupos sociais para significar um complemento de algo ou valor que se tem a receber. No caso do uso feito pelo ex-guarda Severino, intera é uma prática comum entre os policiais que faziam ronda em festas, casas comerciais e bares.

²⁵⁹ Empata samba ou empata festa, eram denominadas aquelas pessoas (valentões, bêbedos e investidos de autoridade) que, a diferentes pretextos, faziam confusão em festas, tirando a alegria dos presentes e provocando o seu fim prematuro ou no melhor momento.

A presença do guarda civil Sandoval no noticiário policial da imprensa escrita²⁶⁰, no período anterior aos acontecimentos de junho, o coloca no lugar de infrator e envolvido em agressões e abuso de autoridade. Em fevereiro de 1949, o Diário da Noite, traz uma matéria em que pede uma polícia para Sandoval, guarda civil que responde pelo número 272, lotado no subcomissariado do Alto José do Pinho. O corpo da matéria fala de uma confusão provocada pelo guardas civis José Anacleto e Sandoval Pessoa, ocorrida durante um ensaio do Maracatu Rural Estrela da Tarde²⁶¹. Os guardas, segundo o jornal, teriam tentado impedir o cortejo carnavalesco de fazer seu ensaio pelas ruas do Alto. Alegavam que o maracatu não tinha ordem para desfilar e, irritados com as ponderações contrárias do presidente da agremiação, os “homens da lei” teriam disparado suas armas contra o cortejo, ferindo duas pessoas presentes naquele ensaio.

Quem fez as ponderações sobre a necessidade do ensaio do maracatu foi o padeiro Cassimiro de França, presidente da agremiação. Os relatos de alguns moradores contam que ele era, quando moço, um homem de notável coragem pessoal. O padeiro Cassimiro de França falava do lugar da autoridade de artista e do comando de uma afamada agremiação carnavalesca do Recife²⁶².

O Maracatu Estrela da Tarde²⁶³ foi uma agremiação que marcou um lugar na memória do Alto José do Pinho, e o padeiro Cassimiro, nascido em 1914 no município de Vicência, está presente na memória coletiva como tendo sido um notável brincante e mediador cultural. No período que vai da década de 1940, ao início dos anos de 1980, *Seu Cassimiro* foi figura presente em boa parte das manifestações culturais vivenciadas no bairro. Quase no crepúsculo de sua existência, o Maracatu Estrela da Tarde teve importante participação política durante a luta pela desapropriação das casas e dos terrenos controlados pela imobiliária Vieira da Cunha, na década de 1980. A

²⁶⁰ Matérias: Uma polícia para a polícia, Diário da Noite, 02.02.1949; Guarda Civil fecha comércio em Casa Amarela, Diário da Noite, 28.03.1949; Assassinou o adversário às 5 horas da manhã, Diário da Manhã, 27.06.1950.

²⁶¹ “Uma polícia para polícia”, matéria publicada no Diário da Noite do dia 02.02.1949.

²⁶² O maracatu Estrela da Tarde, do AJP, foi campeão por dezenas de vezes – Marco Simão e Colorau falam em 31 vitórias – do concurso carnavalesco promovido pela Federação Carnavalesca de Pernambuco.

²⁶³ O Estrela da Tarde, fundado no ano de 1943, teve como seu primeiro presidente o mestre Manoel Renovato, preso em 1938 pela polícia do Estado Novo, acusado de prática de catimbó.

participação do Estrela da Tarde, nesta luta possui uma grande carga simbólica. A agremiação, que iniciou as atividades no início da década de 40, que foi reverenciada como uma grande campeã dos carnavais do Recife e que sustentou um brinqueado de tradição rural na cidade, dava seus últimos passos como um dos artífices da maior luta travada pelos moradores do Alto José do Pinho. O Mestre Cassimiro deixou o Maracatu Estrela da Tarde, pouco depois do movimento pela posse dos terrenos e das casas. Foi esse homem de notável coragem pessoal e de reconhecida importância para a cultura do Alto José do Pinho que enfrentou o guarda Sandoval Pessoa, no dia em que o maracatu Estrela da Tarde virou notícia policial.

Teria o guarda civil Sandoval exigido alguma *intera* e teria o mestre Cassimiro recusado a lhe conceder? Ou teria o guarda civil Sandoval apenas cumprido o papel que o cargo lhe proporcionava e exigido a apresentação da ordem policial autorizando o desfile do maracatu? Ou ainda, será que o envolvimento do policial Sandoval, no caso do desfile do maracatu, teria se dado por pura vontade de demonstrar autoridade ou mesmo por uma exacerbação provocada por um devaneio alcoólico? Não se sabe e talvez não se venha nunca a saber. O fato relatado é que, no ensaio do maracatu, o guarda Sandoval Pessoa funcionou como um *empata samba*, foi enfrentado pelo mestre Cassimiro e desse enfrentamento duas pessoas foram feridas à bala.

Vamos encontrar novamente o guarda Sandoval nos últimos dias de março de 1949. Notícia publicada no Diário da Noite apresenta o guarda Sandoval em meio a mais uma confusão. Desta vez, ele é dito como um *tranca rua* que, cometendo abuso de autoridade, é responsável pelo fechamento do comércio em Casa Amarela. O jornal Diário da Noite publica que as autoridades locais até teriam feito uma tentativa para enquadrar Sandoval. Segundo a matéria, depois do conflito, Sandoval teria sido preso pelo delito e recolhido à prisão na Secretaria de Segurança Pública. Mas, diz ainda a matéria, para surpresa dos comerciantes, algum tempo depois – num bate e volta típico de um sujeito que detinha certa proteção dentro da instituição – o policial consegue ser solto e *volta ao local para provocar nova arruaça*²⁶⁴. A matéria critica a rapidez com que ele foi posto em liberdade e pede providências contra o policial.

²⁶⁴ Diário da Noite, 28.03.1950: Guarda civil fecha comércio em Casa Amarela. p. 2

O campo de cobertura que teria tido o guarda civil Sandoval, em parte pode ser significado pelo entrelaçamento que existia entre a Guarda Civil e o comando político do Estado. Esse campo de cobertura pode ser observado à luz dos traços característicos existentes em boa parte do material humano que compunha os comissariados e das formas de recrutamento predominantes no período. Campo de cobertura que também deixa rastro quando se observa a maneira como surgem e se estabelecem nos morros da cidade as primeiras formas de intermediação entre os denominados *de dentro* – a população local – e os *de fora*, nesse caso, o aparelho de Estado.

Nos acontecimentos de junho, em que Sandoval é responsabilizado pela morte do policial militar Severino, os relatos informam que ele teria se evadido do local numa viatura da própria polícia. Durante um período imediatamente posterior ao fato, em meio a ações executadas e comunicadas pelo secretário Viriato de Medeiros, produzidas com objetivo de dar alguma satisfação à sociedade, Sandoval mantém-se escondido, enquanto os jornais falam em abertura de inquérito contra ele. O Diário de Pernambuco chega a comunicar, dias depois, a sua exoneração da Guarda Civil do Estado, fato que é negado por depoimentos de pessoas que o conheceram ou que com ele trabalharam.

Sandoval sumiu uns tempos quando matou o militar em Casa Amarela, mas voltou, continuou a trabalhar na polícia e até tornou-se comissário. Ele não foi expulso da polícia, nós trabalhamos depois juntos no comissariado de Casa Amarela. Fui, algumas vezes, à casa dele e tinha uma placa grande na porta escrita assim: comissário Sandoval.²⁶⁵

Apesar de o Diário de Pernambuco ter publicado notícia sobre uma suposta exoneração do policial Sandoval, outro relato produzido por Aurino Pereira, reforça a versão de que Sandoval continuou a trabalhar na Guarda Civil, e depois na Polícia Civil²⁶⁶, até aposentar-se. Segundo Aurino, pouco antes da morte de Sandoval, ele o encontrou na agência bancária onde ambos mantinham conta, tratando da sua aposentaria. A continuação de Sandoval na polícia pode indicar um processo de acomodação que viria a se estabelecer com a vitória de Agamenon no pleito de 1950. Com Agamenon, volta também o grupo de delegados comandados por Etelvino Lins.

²⁶⁵ Entrevista do ex-guarda civil Geraldo Sobral, contemporâneo de Sandoval no comissariado de Casa Amarela, em 11/2010.

²⁶⁶ Em 1961, no governo Miguel Arraes de Alencar, a Guarda Civil foi incorporada à polícia civil.

Se as mudanças promovidas quando da passagem de Viriato Medeiros pela SSP foram arrefecidas com a vitória de Agamenon Magalhães, as pretensões e o apetite dos militares continuariam presentes e se fortaleceriam enormemente após o golpe militar ocorrido em 1964. A ascensão da Polícia Militar e dos delegados de carreira e a perda de poder da Polícia Civil no comando do sistema estadual de segurança, são significadas pelos antigos guardas como sendo o momento de destruição da polícia comunitária e do comissariado de bairro. É sobre os escombros desse acontecimento, que eles datam no início da década de 1970²⁶⁷, que os guardas vão alicerçar as suas memórias e cimentar a imagem que alimentam na atualidade. Um processo que se forma diluindo as diferenças e apagando as marcas dos conflitos, fazendo emergir o Alto José do Pinho e o Comissariado das memórias reconstruídas dos velhos moradores.

²⁶⁷ Na versão do ex-investigador Davi Pessoa, entre 1970 e 1972, o então secretário de segurança pública, o coronel do exército Egmont Bastos, e seu chefe de gabinete John Fontenelle, com carta branca do governador Eraldo Gueiros, e querendo proteger afilhados políticos que estavam interinamente exercendo o cargo de confiança de delegado de polícia, criaram, sem concurso público, o cargo de delegado de polícia, aproveitando para nomear os ditos afilhados efetivamente como delegados, numa afronta aos delegados da polícia civil, que seriam os delegados de carreira.

Figura 14: Moradores do Alto José do Pinho denunciam ao Diário da Noite as violências cometidas por policiais militares durante as festas de São Pedro, em 28.06.1950,



Figura 15: Na foto, o então guarda civil Sebastião Thomaz, Paraíba, aparece em plena atividade. A farda azul com o distintivo escrito LEX, copiava o modelo divulgado pelos filmes norte-americanos.



Figura 16: O morador do AJP Miguel Cavalcanti posa ao lado do veículo conhecido como Tintureira, o qual dirigia. A Tintureira servia a SSP e outros órgãos do governo no transporte de presos, mendigos, loucos e doentes.

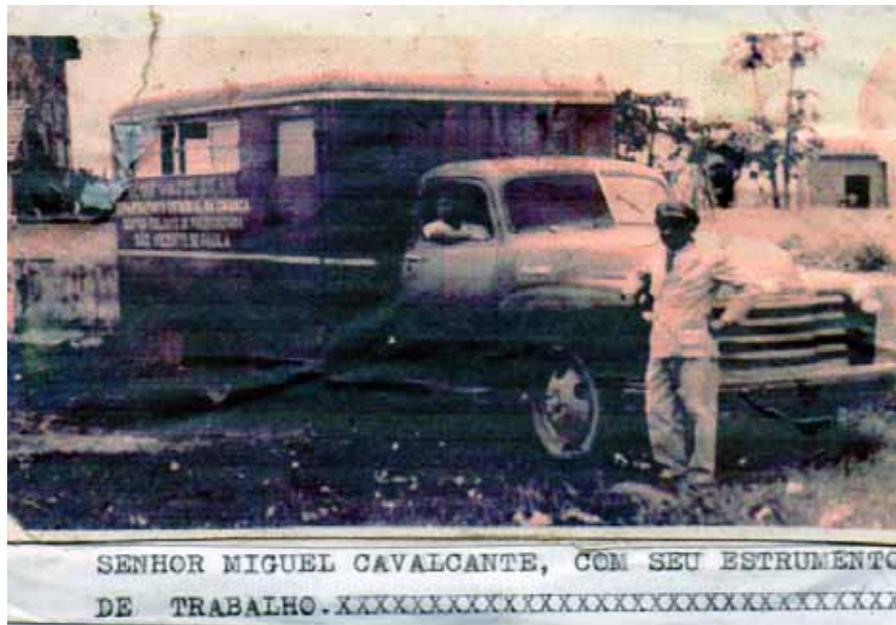


Figura 17: Vereador Clóvis Corrêa, político eleitoralmente majoritário no AJP.



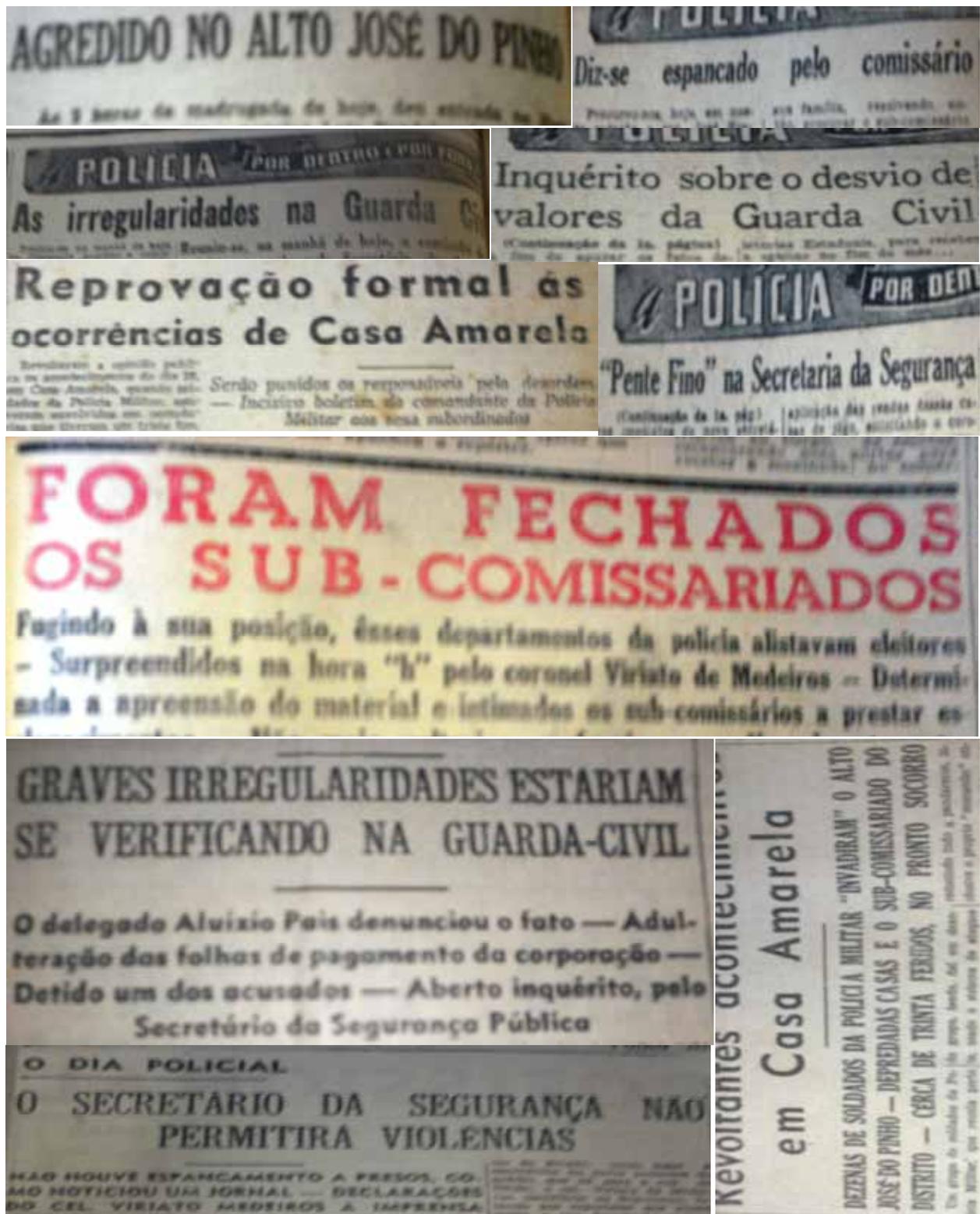
Figura 18: Em festa comemorativa na Associação dos Amigos do AJP, o ex-comissário Biu Guarda discursa ladeado por Evandro Correia e Arnaldo Colorau. Na mesa, em destaque, Antonio Omar.



Figura 19: Coronel Viriato de Medeiros, que comandava a SSP quando aconteceram os distúrbios entre policiais civis e militares no Alto José do Pinho em 1950.



Figura 20: Algumas manchetes publicadas nos jornais que circulavam no Recife no final dos anos 1940, colocando em evidência a crise existente na SSP por meio de denúncias envolvendo a polícia e os comissariados.



TERCEIRO CAPÍTULO

MEMÓRIAS DA FESTA E DA DIFERENÇA: A INVENÇÃO DO OUTRO

A fábrica de identidades

Dentre as imagens que representam o bairro do Alto José do Pinho na atualidade encontram-se aquelas que o identificam como um lugar que é, e se percebe, reconhecido por seus elementos culturais. Uma representação que adquire visibilidade pela existência, no passado e no presente, de uma diversidade desmedida de grupos culturais. Grupos de teatro e poesia, bandas de rock, agremiações e blocos carnavalescos e clubes sócio-desportivos. Uma imagem que é projetada do passado, fñcada principalmente na existência de uma intensa vida noturna, nas atividades das agremiações carnavalescas e de alguns clubes sócio-desportivos e, principalmente, na memória edificada sobre essas práticas. Essas instituições e suas práticas culturais dão a ler, no presente, a construção de múltiplas identidades que se cruzam e são vivenciadas no espaço social do bairro.

Para efeito de uma melhor compreensão do espaço-tempo em que se deu a invenção dessas instituições e suas práticas, pode-se ler a atuação e existência desses artefatos culturais em dois fluxos de tempos distintos. O primeiro período, de 1940 a 1970, pode ser lido como um período marcado pela invenção de um grupo de agremiações carnavalescas, como caboclinhos e maracatus, e pela criação das agremiações de futebol, tais como os rivais, a Associação Atlética Munguba e o Bom Sucesso Esporte Clube. É desse período também, os pastoris, as cirandas, o cavalo marinho e a implantação e funcionamento de uma profusão de casas de danças e de prostíbulos, no bairro.

O segundo momento, de meados dos anos 1980 em diante, pode ser caracterizado, do ponto de vista dos artefatos culturais, pelo aparecimento do denominado Grupo Cultural do Alto José do Pinho. Este Movimento congregou vários elementos culturais do Alto, tais como, os grupos de teatro, de poesia e de música, que passaram a produzir e se apresentar de forma conjunta, instituindo um evento anual denominado Gestos, Atitude e Rock n' Roll. Esse segundo momento não será ponto de investigação do trabalho, que terá como recorte a apresentação e discussão de aspectos

relacionados à construção de territórios de sociabilidade no Alto José do Pinho. Territórios que serão postos e compreendidos a partir do jogo de invenção e instituição de identidades, que se dá a ler a partir das práticas estabelecidas no contexto da atuação do clube social Bom Sucesso Esporte Clube e de outros espaços de lazer e convivência existentes no Alto, entre os anos 1940 e 1960.

Tomam-se as práticas realizadas no âmbito das festas e das instituições que as vivenciam e propagam como elementos nodais no fabrico das identidades. Nesse contexto, as atividades acontecidas e promovidas pelo Bom Sucesso irão demarcar o espaço em que uma parte dos moradores do Alto José do Pinho vai alicerçar suas identidades e construir-se como diferente perante aqueles moradores que constroem e frequentam outros territórios existentes no lugar. No Bom Sucesso, aspectos da vida social e da prática festiva das elites recifenses irão ser introduzidos e vivenciados, no contexto da denominada *vida em sociedade* do Alto, por meio do processo de circularidade cultural²⁶⁸, como parte do processo de aquisição e disseminação de hábitos, presentes no processo civilizador.²⁶⁹ Nesse campo de sociabilidade que emergem das práticas ocorridas e instituídas nas atividades do Bom Sucesso Esporte Clube e da sua relação com outros lugares e outras matrizes de práticas, dá-se a produção de diferenciações sociais que ensejam a construção de diferentes territórios, no Alto José do Pinho dos anos 1940 e 1950.

As instituições e os espaços nos quais as festas acontecem funcionam como um importante campo de produção simbólica e de construção de identidades para os grupos sociais que as vivenciam e produzem. Nos espaços de reunião, confraternização e encontros, se inventam e se consolidam relações que ajudam a demarcação de territórios. Assim, as festas, os espaços e os territórios culturais passam a ser um poderoso instrumento de civilização na medida em que propiciam o exercício de rituais grupais, a repetição de práticas e o surgimento de uma memória sobre essas práticas, ao

²⁶⁸ Ao falar em circularidade cultural, segue-se o modelo tomado de Carlos Ginzburg, no livro “O queijo e os vermes”, que observa a existência de uma influência recíproca entre a cultura das classes populares, denominadas subalternas, e a cultura das classes dominantes. (In GINZBURG, Carlo. O queijo e os vermes. São Paulo: Cia das Letras. 1987. p. 24).

²⁶⁹ Nobeit Elias observa que na aquisição de novos hábitos de civilidade ocorre uma mudança na conduta e sentimentos humanos rumo a uma direção muito específica da racionalização (apesar deste movimento não ser exatamente racional) da atividade humana, tida como um conjunto de comportamentos – tanto introjetados quanto exteriorizados socialmente pelos indivíduos.

mesmo tempo em que define um campo identitário entre os seus participantes e os outros.

Ao se transformar em prática, inventar identidades sociais e ensejar a edificação de uma memória, os rituais festivos e as instituições que articulam esses espaços passam a ser importantes elementos por onde os grupos sociais externam seu pensar, percebem e concebem seu ambiente e valorizam mais ou menos certos lugares. Esse processo de instituição de um lugar social a partir da invenção e vivências de rituais e práticas festivas, torna-se possível pela existência de seu outro: os espaços demarcados simbólica e materialmente como diferentes, estranhos, incorretos. Processo observado por Fernanda Sanchez em trabalho sobre as transformações das cidades:

A desqualificação do outro, sejam cidades ou regiões, parece ser uma ferramenta para a qualificação do *nós*, para a construção do sentido de pertinência. (...) Porém se por um lado, esta oposição binária entre *nós* e *outros*, reforça e define a identidade do lugar, por outro, simultaneamente, ordena a diferença complexa mediante uma simplificação, mais facilmente apropriada. As múltiplas identidades e diferentes formas de vida social, que co-existem na cidade, são simplificadas, depuradas numa única identidade que se pretende sintética.²⁷⁰

Nessa espécie de jogo de espelho, onde a construção de determinada identidade aparece como a negação de outros territórios, ganham importância os aspectos simbólicos para a emergência de um determinado território, que dessa forma adquire modelos, classificações e, também, as representações, com as quais este território será visto, lido e consumido. O espaço social compreendido como uma representação abstrata é dependente ainda de um trabalho específico de construção de estratégias simbólicas de manipulação de identidades, no qual o simbólico desenvolve um papel fundamental nas formas de classificação vinculadas ao reconhecimento dos agentes.²⁷¹

Os rituais festivos, as instituições e a memória construída sobre essas práticas criam um território para onde confluem diversas identidades sociais e suas representações no Alto José do Pinho. A festa é percebida e lida como uma prática

²⁷⁰ SÁNCHEZ, Fernanda. A Reinvenção das Cidades para um mercado mundial. Chapecó:Argos, 2003. p.120.

²⁷¹ BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand,1989, p.190.

cultural de determinado território e como um elemento capaz de fabricar outros tantos territórios quanto forem as afinidades e os interesses coletivos existentes. Territórios nos quais acontece uma intensa e variada produção simbólica e onde se processa permanente fluxo de manipulação e produção de identidades. As relações entre festa e território são compreendidas como o momento em que a repetição de um ritual festivo articula e projeta a instituição de um determinado território.

Um dos significados da festa reside no seu poder de mobilizar ou forçar a emergência das identidades em um território, já que seus significados, manifestações, discursos e mitos operam a fabricação e reprodução da unidade e a identidade social. No trabalho *Festa, trabalho e cotidiano*, Guarinello²⁷² observa que apesar da festa ser uma produção social geradora de diversos produtos, materiais, comunicativos ou, simplesmente, simbólicos, o mais crucial e mais geral desses produtos é a produção de uma determinada identidade.

A festa é uma produção do cotidiano, uma ação coletiva, que se dá num tempo e lugar definido e especial, implicando a concentração de afetos e emoções em torno de um objeto que é celebrado e comemorado e cujo produto principal é a simbolização da unidade dos participantes na esfera de uma determinada identidade. Festa é um ponto de confluência das ações sociais cujo fim é a própria reunião ativa de seus participantes.²⁷³

Essa dimensão da festa enquanto ponto de confluência de diversas identidades sociais que constituem o Alto José do Pinho é o campo de possibilidade que será utilizado para apresentar, compreender e analisar os rituais, as práticas culturais e as instituições que ali atuaram e se desenvolveram. Festas e rituais de sociabilidade que, ao serem praticados e ao se consolidarem como tradições, funcionaram como um importante elemento de construção das identidades coletivas, tanto quanto da demarcação de múltiplos territórios. Na mesma medida em que montaram consensos grupais e estabeleceram processos de identificação coletiva, esses rituais festivos e as

²⁷² GUARINELLO, N. L. Festa, trabalho e cotidiano. In: JANCSÓ, I & KANTOR, I (orgs). Festa cultura e sociabilidade na América Portuguesa. São Paulo: Ed. Hucitec./Edusp, 2001. Volume II.

²⁷³ GUARINELLO, N. L. Festa, trabalho e cotidiano. 2001, p.972.

instituições produziram regras, hierarquias e classificações e promoveram a exclusão de grupos e pessoas.

Bom Sucesso Esporte Clube do Alto José do Pinho e as boas famílias

O Bom Sucesso Esporte Clube tem sua sede localizada na esquina da Rua Maragogi, antiga Rua 6, com a Rua Principal. Parte integrante do espaço que se denomina de centro histórico e comercial do Alto José do Pinho, o prédio onde funciona a sede é próprio, ocupa uma área com cerca de 800 metros quadrados e possui em suas instalações salão de festas, sala de reunião, sala de jogos, vestiários, banheiros, bar, depósito, pátio interno e salas de direção e recepção. Antes de instalar-se definitivamente no local atual, o clube ocupou alguns pequenos quartos de taipa e capim, cedidos ou alugados²⁷⁴, nas proximidades da atual Maragogi. Segundo relata Arnaldo Colorau, o Bom Sucesso constrói sua sede na primeira metade da década de 1950, em terreno então controlado pela imobiliária Vieira da Cunha. No final dos anos 1950, a empresa imobiliária faz uma ofensiva para ampliar seus ganhos econômicos e, ao que parece, para intensificar o seu controle sobre o território, impetrando uma ação em que constava o combate à inadimplência, o aumento dos aluguéis dos terrenos e a retomada de imóveis para reajuste dos aluguéis. Ainda nas palavras de Arnaldo, teria havido então uma tentativa por parte da imobiliária para reajustar o aluguel do terreno sobre o qual estava construída a sede social do clube, com um aumento que seria exorbitante. A direção da agremiação teria lançado mão de sua influência junto ao então vereador do Recife, Clóvis Corrêa, que, por sua vez, negociou com a imobiliária a compra do terreno²⁷⁵ e o doou ao Bom Sucesso.

Criado para ser um time de futebol e, segundo relato de um dos seus fundadores, *sem recursos e sem sede*, tendo que se alojar de favor em um *quarto de taipa coberto de capim*²⁷⁶, o Bom Sucesso, em curto espaço de tempo, ampliou seu patrimônio e,

²⁷⁴ Os comerciantes Zé Vicente e Manoel Rodrigues cederam quartos para que o Bom Sucesso se instalasse antes da construção da sede. O Bom Sucesso também ocupou um quarto alugado a João Grande, que possuía quartos de aluguel no local em que viria a ser edificada a sede do clube.

²⁷⁵ Essa prática de lançar mão da influência política junto à representação política para ampliar o patrimônio vai se consolidar como uma marca da trajetória temporal do Bom Sucesso.

²⁷⁶ O Bom Sucesso construiu uma sede social que pode ser considerado, junto com as instalações do Centro Social Dom João da Costa, as maiores estruturas físicas prediais existentes no bairro. O Centro Social Dom João da Costa é uma instituição religiosa de caráter educacional, comandada pela ordem das

também, o seu campo de atuação, passando a desenvolver atividades de promoção de eventos festivos e mediação política entre os moradores e o campo de representação política. As práticas desenvolvidas a partir desses três campos, na medida em que consolidavam a instituição, faziam emergir um lugar social específico e estabeleciam um recorte identitário, demarcado socialmente pelo reconhecimento da diferença e da distinção social, de pessoas e grupos. De um lado, o Bom Sucesso e o grupo de pessoas que podia participar e frequentar o clube e, do outro, o grupo composto por instituições e por aquelas pessoas que, por diferentes motivos, encontravam-se excluídas do direito de frequentar ou participar das atividades promovidas por aquela instituição.

Na atualidade, o Bom Sucesso, como a maioria dos clubes suburbanos da cidade do Recife, perdeu muito da sua capacidade de atuação, extinguindo várias atividades antes desenvolvidas. O seu departamento de futebol foi desativado. Os eventos festivos, antes profusos, foram resumidos a promoção shows com artistas locais e ainda com pouca expressão midiática. Fora disso, anualmente, a cada dia 30 de abril, o clube promove um grande baile e uma sessão solene para comemorar o seu aniversário. Neste evento, o Bom Sucesso parece querer marcar e propagar uma força que já não possui. Lembra e vive o seu passado, tirando dele a força com a qual se projeta como uma recorrente referência cultural e institucional do bairro.

Se na atualidade o Bom Sucesso Esporte Clube sofre um esvaziamento de suas atividades, vê minguar a sua capacidade de intervir socialmente enquanto agente político-cultural, transformando-se em um *lugar de memória*, no passado era outra história. O Bom Sucesso desempenhou um importante papel no ordenamento do campo de sociabilidade local, com estabelecimento de rituais, regras e classificações, que na prática operaram a construção e consolidação de estratificações. Nesse sentido, o clube social e esportivo, funcionou como um vigoroso ordenador e produtor de regras e de lugares sociais, pontuando as diferenças existentes entre os grupos locais e os seus respectivos territórios. Uma ação que se dava tanto no campo das festas e eventos sociais que promovia ou dava guarida, como no campo da construção e coordenação de uma rede local de poder político-eleitoral. Em vários relatos feitos por velhos moradores, o Bom Sucesso é dito como um dos pilares no qual se sustentava o grupo

Irmãs Dorotéias, instalada no bairro em meados dos anos 1950. Entre os trabalhos que executa encontram-se o ensino fundamental, cursos profissionalizantes e ensino de ofícios artístico e religioso.

que comandava as ações políticas e eleitorais na localidade. Alguns desses aspectos da história do Bom Sucesso Esporte Clube do Alto José do Pinho como parte e instância do poder político articulado localmente, passo a apresentar agora.

Uma instância local de poder político

Assim como o Comissariado, o Bom Sucesso Esporte Clube surge na segunda metade dos anos 1940; constrói uma sólida relação com o campo político majoritário eleitoralmente no Alto José do Pinho; tem uma ativa participação na vida dos moradores; demarca um lugar social, o lugar de uma determinada elite local; e pontifica na memória coletiva como um importante signo identitário da localidade. Na sua trajetória, o Bom Sucesso constituiu-se em um modelo de organização perante os moradores, estabeleceu regras de conduta, qualificou e classificou pessoas, famílias e grupos em boas e ruins. A sua prática institucional emerge nas memórias do grupo de moradores, predominantemente, como bom exemplo de organização e como símbolo de um passado memorável da localidade, mas também em menor proporção, representando a separação entre os bons e os maus costumes e a distinção e a exclusão social.

Na versão dada por dois de seus fundadores, o Bom Sucesso foi inventado em abril de 1949, por um grupo de adolescentes que se encontrava descontente com a finalização das atividades de um antigo clube de futebol existente no bairro, o Palmeiras. Entre os jovens fundadores estavam Arnaldo Pereira de Barros e José Barbosa de Paula, conhecidos respectivamente como Colorau e Guaberinha. Arnaldo sairia das reuniões promovidas para fundação do clube como seu primeiro presidente. Guaberinha se transformou em uma espécie de faz tudo, ocupando várias funções no clube, tais como atleta, porteiro, roupeiro e diretor. É dele a primeira impressão colhida sobre o momento da criação do Bom Sucesso.

Aqui tava sem nada, a gente não concordava com isso, eu e outros rapazes, ali onde era a venda de Manoel Rodrigues, conversando. Era um casebre baixinho, que dava para ficar assim segurado no caibro e conversando. Aí um de nós disse, vamos fundar um time, os outros disseram bora. Seu Zé Vicente cedeu um quartinho que havia nos fundos da casa dele à gente, para ser a nossa sede, fizemos uma cota e compramos uma bola e começamos a treinar no campo que tinha ali na praça. Como o futebol aqui tava parado, todo mundo ajudou, fizemos rifa, pedimos ajuda aos comerciantes e ao pessoal que podia ajudar e compramos as camisas que tava faltando. Foi assim com muita dificuldade que

botamos o time, descalço. Não tinha esse negócio de se encostar não, todo mundo ajudava. Era em um quarto de capim e hoje nessa sede, foi um trabalho bonito.²⁷⁷

As impressões de Guaberinha trazem até a pesquisa, uma das formas de como eram criados usualmente os clubes de futebol ou associações de bairro. Elas traduzem um tipo de sistema cultural que prioriza a arte de fazer, de inventar. Uma invenção que exige que se tangencie a falta de recursos com voluntarismo e criatividade, em que o fazer é potencializado pela agregação de forças e desejos individuais que se associam para possibilitar a emergência de uma instituição e de um lugar social específico. Como Guaberinha próprio diz, de *se coser com as próprias linhas*. Linhas que, mesmo tendo o grupo de rapazes como a agulha condutora, ganhavam uma dimensão comunitária na tessitura da rede social, a partir dos apoios às atividades de produção de recursos, que se davam por meio da promoção dos sorteios, das festas e do recebimento de ajudas diversas. Em certo sentido, as impressões de Guaberinha se entrelaçam com o relato que Arnaldo Colorau faz daquele momento.

Éramos todos meninos ainda, eu tinha 14 pra 15 anos e fui o primeiro presidente, tenho a carteira de sócio número um do Bom Sucesso. O Palmeiras, um time antigo que tinha aqui, acabou-se e o Alto ficou sem futebol, aí na venda fundamos o Bom Sucesso. Zé Vicente, um velhinho que morava ali nessa mesma rua, nos deixou ficar em um quarto que tinha atrás de sua casa. Nós começamos a trabalhar, a jogar, fomos crescendo, trazendo muitos cantores e conjuntos de nome para se apresentar aqui, sendo duas vezes vice-campeão da segunda divisão e ainda construímos essa sede, que Rubem Moreira²⁷⁸ chamava de quartel general da segunda divisão.²⁷⁹

Chama a atenção a fala de Arnaldo, como ele reconstrói o momento da criação do Bom Sucesso, naturalizando a trajetória da agremiação, o seu crescimento e as suas maiores conquistas no campo esportivo. Arnaldo, como Guaberinha, representa o crescimento do clube como algo colado às ações e ao voluntarismo daquele grupo de jovens que o fundaram em 1949. Tanto no discurso de Guaberinha como no de Arnaldo

²⁷⁷ Entrevista concedida por José Barbosa de Paula, Guaberinha, em 26.11.2010.

²⁷⁸ Rubem Moreira foi por muito tempo Presidente da Federação Pernambucana de Futebol e o homem forte da extinta Confederação Brasileira de Desportes, a CBD, para o Nordeste.

²⁷⁹ Entrevista de Arnaldo Colorau em 05.2008.

prevalecem os elementos locais como detentores das condições que propiciaram a força expansionista do Bom Sucesso. Acontece que, após a criação do Bom Sucesso, ocorreram muitos outros fatos que vão propiciar o seu crescimento e lhe trazer força social. Muitos desses fatos estariam relacionados à aproximação do clube com a política eleitoral e partidária. O surgimento do Bom Sucesso Esporte Clube bem que poderia ter se dado dentro de uma articulação eleitoral, na medida em que a sua invenção acontece em 1949, já durante o processo eleitoral para escolha do governador e dos deputados estaduais e federais, que aconteceria em 1950. Uma disputa eleitoral que apresentava o bairro e seus moradores ao futuro deputado Fábio Corrêa e sua estratégia eleitoral.

Quanto à história do Alto, a gente começa quando subiu para o Alto José do Pinho um médico, por sinal já falecido, mas que está aí na história, o doutor Pedro Corrêa da Silva de Oliveira Andrade, que foi o primeiro médico do Alto José do Pinho. Esse médico era da família Corrêa, mas era um homem de esquerda e foi para o exílio já naquele tempo por determinação do presidente Getúlio Vargas e ele teve que fazer medicina para voltar ao Brasil. Também teve aqui o primeiro dentista naquele tempo, que foi o doutor Aníbal Corrêa. O povo daqui nunca tinha visto um dentista, ele e Dr. Pedro atendia numa salinha que Manoel Rodrigues²⁸⁰ cedeu para que ali se atendesse o povo. Foram eles dois que trouxeram aqui em 1950 o doutor Fábio Corrêa, candidato a deputado eleito em 1950. Doutor Fábio e Doutor Clóvis sempre ajudaram o Bom Sucesso, desde o início, no que podiam, aliás, eles sempre ajudaram muito o povo do Alto. Doutor Fábio e doutor Clóvis foram políticos que estão na história desse Alto aqui (batendo na mesa, toc, toc, toc), estão entendendo?²⁸¹

O aparecimento do médico e do dentista, o apoio *desde o início* ao Bom Sucesso, parece ter sido uma estratégia utilizada por Fábio Corrêa com objetivo de carrear votos para sua candidatura à Assembléia Legislativa. Em seu relato, Arnaldo tenta estabelecer Aníbal e Pedro como as pessoas que apresentaram Fábio Corrêa aos moradores do Alto. Entretanto, o mais provável é que Fábio, o candidato, tenha escalado os dois profissionais para ajudar a construir sua clientela político-eleitoral no Alto do Pinho. Nem Arnaldo, nem Guaberinha falam, mas é passível de se imaginar que o Bom Sucesso tenha dado os primeiros impulsos que flertaram com a estratégia

²⁸⁰ Manoel Rodrigues era comerciante, dono de venda, e cobrador dos terrenos controlados pela Imobiliária Vieira da Cunha, no Alto José do Pinho.

²⁸¹ Entrevista concedida por Arnaldo de Barros “Colorau”, em 04.10.2004, a um grupo de alunos da Escola Maria Tereza Corrêa.

eleitoral de Corrêa. Pois como sentenciou Arnaldo, denunciando uma proximidade sua com o então candidato: *nas eleições de 1950 eu aumentei a idade para votar em doutor Fábio.*

Outro fato que chama atenção, apontando a existência de uma simetria de ação entre o Bom Sucesso e a política é a destinação de subvenções sociais²⁸² para o clube desde a primeira metade dos anos 1950. Quando o mais comum era que as ditas subvenções sociais fossem destinadas a abrigos, hospitais e escolas e não a uma agremiação sócio-esportiva. O Alto José do Pinho entra no mapa municipal do recebimento de subvenções sociais em 1952, com a destinação de recursos para uma entidade denominada Serviço Médico Social. Em 1953, o clube Bom Sucesso passa receber com frequência anual subvenções do poder público municipal. Importante ressaltar que, tanto o Serviço Médico Social como o Bom Sucesso, faziam parte da estrutura político-eleitoral vinculada ao Partido Social Democrático, que comandava as administrações do Estado e do município, representado no Alto José do Pinho pelos irmãos Fábio e Clóvis Corrêa, que controlavam o diretório distrital.

Quando a gente fez o deputado estadual em 1950 e o vereador em 1952, que foi Dr. Clóvis (Corrêa), aí ele criou o Serviço Médico e Social do Alto José do Pinho. Já naquela época se fazia os cursos de corte e costura, corte de cabelo, de fazer bolos, doces. Minha irmã, por sinal, era professora de lá e também tinha médico, dentista e pediatra para atender as crianças tudo mantido por ele (Clóvis Corrêa).²⁸³

O Serviço Médico e Social é um espaço bastante lembrado pelos velhos moradores do Alto José do Pinho, que não conseguem fazer uma clara distinção se ele seria um órgão público ou uma instituição privada. Pelo que é possível se ler dos relatos, o Serviço Médico e Social rompia as fronteiras entre a esfera pública e privada, mantendo-se com recursos públicos e auferindo dividendos políticos e eleitorais aos representantes políticos hegemônicos e seu grupo na localidade. O próprio Arnaldo, em outro momento de sua entrevista, informa sobre o que parece ter sido prática cultural

²⁸² As subvenções sociais foram instituídas pelo Decreto Lei 527, de 01.07.1938, tendo como objetivo regular “a cooperação financeira da União com as entidades privadas por intermédio do Ministério da Educação e Saúde”. As subvenções sociais atenderiam a instituições culturais e de saúde e visavam a garantir repasses para abrigos, hospitais, casas e institutos de assistência a saúde, cultura e educação.

²⁸³ Entrevista concedida por Arnaldo Colorau a Ricardo Leite em 20.10.2010.

comum nas relações entre o Estado, representantes legislativos e os grupos locais, no período:

Se criava naquela época, na política tinha disso, o Serviço Médico e Social. Era uma entidade independente do Estado e da Prefeitura, quer dizer... independente no modo de dizer, né? Era uma prestação de serviço que sobrevivia do recebimento de subvenções do Estado ou da Prefeitura. E tinha que ter aquele político, político forte para garantir a subvenção. Doutor Fábio (Corrêa) trazia a subvenção para pagar médicos as professoras e comprar os materiais. Os equipamentos que tinha era também o governo que mandava.²⁸⁴

A criação de uma entidade assistencial e do seu controle por um chefe político poderia ser dado a ler como sendo a única possibilidade da população ter acesso a algum serviço de assistência social em uma localidade onde não havia serviço público de educação e saúde. Mas as subvenções sociais também podiam ter outras finalidades, como ser destinadas à promoção de festas no Bom Sucesso Esporte Clube.

O Bom Sucesso foi um segmento importante da política, lá se fazia as grandes festas, as comemorações. O São João era a coisa mais linda. O carnaval era o mais espetacular de toda Casa Amarela e nós passamos a receber subvenções para eventos culturais para essas festas. Tinha mesa de ping pong, na praça tinha um campo de vôlei que vereador vinha jogar com o povo. Nós começamos a receber subvenção por que fazíamos um trabalho muito bonito com o povo.²⁸⁵

Entre os diferentes sentidos que se podem construir de alguns relatos coletados, o Bom Sucesso funcionou como um dos elementos para construção e manutenção da estrutura de poder político que se montou no Alto José do Pinho, a partir da segunda metade da década de 1940. Esse caráter político-eleitoral é observado em outros relatos produzidos por outros moradores. Baruque e Evandro Correia fazem parte daquelas pessoas que, a partir do relato que produzem, informam sobre o papel político do Bom Sucesso e da ação das pessoas que comandavam o clube para construir e manter o poder político eleitoral do PSD na localidade. Segundo Baruque,

O pessoal que comandava o Bom Sucesso fazia tudo para manter-se no poder, sempre apoiando a família Corrêa, uma mão lavando a outra, os benefícios da

²⁸⁴ Entrevista concedida por Arnaldo Colorau a Ricardo Leite em 20.10.2010.

²⁸⁵ Entrevista concedida a Arnaldo Colorau a Ricardo Leite em 20.10.2010.

política só ia para quem apoiasse eles. Todas as melhorias e os empregos eram para aquelas ruas onde o povo do Bom Sucesso tinha influência. Essas ruas como Macaíba, União da Vitória e Ladeira Boi, demoraram a chegar melhoramentos porque o pessoal era contra a política dos Corrêa.²⁸⁶

Em seu relato, Baruque, além de procurar associar de forma contundente o Bom Sucesso à ação política de manutenção de poder, informa sobre o descontentamento, a tomada de posição e as possíveis retaliações sofridas por parte dos que se rebelavam pelo voto contra a situação imperante. Quem não aceitasse e votasse contra os candidatos apoiados pelo poder instituído, não teria acesso aos benefícios que podiam vir por meio de um melhoramento público ou de um posto de trabalho na máquina administrativa do Estado. Baruque fala de uma situação que ele sentiu coletivamente, da qual ele não era protagonista. Ele residia em um espaço geográfico do Alto José do Pinho ao qual não chegava eletricidade, calçamento ou chafariz, por conta de certa fama de rebeldia do lugar, que não seguia a condução política dos irmãos Corrêa.²⁸⁷

Outro relato, produzido pelo morador Evandro Correia, conhecido também como Rui Cabeção, informa sobre as práticas de poder que aconteciam em torno do Bom Sucesso por meio de suas principais lideranças e da vinculação destas com o PSD e os irmãos Fábio e Clóvis Corrêa. Evandro é na atualidade advogado e, junto com Marco Simão, coordena as atividades da Associação dos Amigos do Alto José do Pinho²⁸⁸, da qual fazem parte também pessoas como Arnaldo Colorau, Antônio Omar e Aureliano Rodrigues, historicamente ligados aos irmãos Corrêa. Também foi membro atuante da Associação, Severino Bezerra, o comissário Biu Guarda.

A Associação dos Amigos do Alto José Pinho tem se consolidado como um espaço de culto a uma determinada memória, propagando elementos da história do Alto que fazem parte e reforçam a memória coletiva construída. Discursando em uma festa

²⁸⁶ Entrevista concedida por Baruque a Ricardo Leite em 27.10.2010.

²⁸⁷ Segundo Baruque, as ruas Subida do Vespaziano, Macaíba e União da Vitória sofriam influência eleitoral dos médicos e políticos Mário Monteiro e Petrus Dornelas Câmara, que tentavam rivalizar com Clóvis e Fábio Corrêa, no Alto e comunidades vizinhas, tendo sua influência com base no atendimento profissional que faziam à população.

²⁸⁸ A Associação dos Amigos do Alto José foi criada na segunda metade da década de 1980 e tem por objetivo “preservar a memória e enaltecer os valores do Alto”. A associação é responsável pela promoção de uma festa anual, denominada “encontro de gerações”, na qual se rememora e se cultiva o passado vivido.

promovida pela Associação dos Amigos do Alto José do Pinho, assim disse Evandro Correia:

Aqui eu encontro os meus amigos, são essas pessoas que fazem nosso bairro ser o que é, uma grande família. Somos uma comunidade unida e que tem história. Não tem igual ao Alto José do Pinho, até aqueles que foram embora sentem vontade de voltar a morar aqui. Não se esquece os tempos bons que se viveu. Vejo nessa festa todo ano, amigos que moram na Várzea, Maranguape, Caetés, Rio Doce e outros lugares. Isso é o nosso Alto José do Pinho.²⁸⁹

O discurso de Evandro, proferido durante o *Encontro de Gerações* promovido pela Associação dos Amigos do AJP – evento que pode ser lido como uma *festa da memória* – aparece recheado de citações positivas sobre o bairro e os seus moradores. Nele Evandro ressalta o Alto como um lugar bom, habitado por *uma grande família*. O discurso de Evandro congela uma certa memória, cimentando pontes sobre as experiências ruins, esquecendo os embates do vivido. Como membro da Associação, Evandro defende e incorpora o discurso hegemônico propagado sobre o Alto, mas quando ele fala da ação do Bom Sucesso e das pessoas que o comandavam, o tom de sua fala é outro.

Isso aqui era uma espécie de curral dos Corrêa. Os benefícios só vinham para os amigos deles. O comissário, comandante do destacamento, e os guardas civis eram pau mandado de Clóvis Corrêa. Eles eram poderosos, muita gente aqui, famílias inteiras como a de Manoel Tiquinho²⁹⁰, hoje trabalha no Estado, indicada por Clóvis Corrêa. Tiquinho foi indicado para o cargo de policial sem ter competência legal para tal. Nas eleições quem tinha o chicote eram os cabos eleitorais da família Corrêa que manobravam com os fiscais os mesários e os votos. O Bom Sucesso, com Arnaldo, Tiquinho e Biu Guarda, comandava tudo isso aqui.²⁹¹

²⁸⁹ Discurso proferido por Evandro durante a festa comemorativa, em 15.06.2009, promovida pela Associação dos Amigos do Alto José do Pinho, festa ocorrida na Associação Damista Pedra de Ouro, antigo Clube do Bolinho.

²⁹⁰ Manoel Tiquinho, como era conhecido Manoel Pereira de Barros, irmão de Arnaldo Colorau, foi durante três décadas presidente do Bom Sucesso, ficando conhecido como “ditador” e “presidente de ferro”, foi empregado por Clóvis Corrêa como funcionário da Câmara Municipal e posteriormente trabalhou no Departamento de Ordem Política e Social como agente de repressão política.

²⁹¹ Entrevista concedida por Evandro Correia, a Rui Cabeção, a Ricardo Leite, em 05.2008.

Evandro Correia fez um relato que chama atenção pela fratura que ele apresenta. Um relato capaz de mostrar como a pressão do presente interfere na construção de uma determinada memória. Quando ele discursa sobre o Bom Sucesso e suas principais lideranças, sua fala assume um tom de extrema crítica.

Na entrevista concedida por Evandro, lembrei-me de Pirandello²⁹² e de quanto *são múltiplas as identidades*. Quem era Evandro? Ora me via conversando com o membro da Associação dos Amigos do Alto José do Pinho, que estava ali imbuído de propagar a memória das instituições e a ação das pessoas que as comandavam, dizendo-as como sendo a *verdadeira* história do Alto. Ora Evandro aparecia como um crítico ferrenho do grupo que comandava essas instituições, e do poder que se consolidou apoiado no trabalho feito por elas. A sua memória parecia trabalhar em dois movimentos. Um movimento de construção e consolidação de uma ideia de um determinado lugar, o Alto José do Pinho. Nesse movimento percebem-se rastros da busca pelo consenso e pela reconciliação. O seu esforço discursivo parece querer tangenciar a diferenciação, apagando as diferenças e os sinais da luta travada pelos grupos locais. Em seu discurso na *feira da memória*, Evandro produz uma prática discursiva marcada pelo silêncio e pelo esquecimento, que funciona como um importante elemento utilizado pela memória local na tentativa de consolidar a ideia de um Alto José do Pinho único. Uma representação do lugar que se assemelha à imagem projetada localmente e à versão propagada pela Associação dos Amigos do Alto. Uma imagem congelada do passado que dilui a diferenciação e a luta e instala o único, como se a memória da luta fosse atacada e vencida pela passagem do tempo.

Outra parte do relato feito por Evandro pode ser analisada a partir de uma investigação sobre o que se denomina aqui de a memória da derrota. O outro Evandro contesta a memória coletiva que circula. Uma contestação que surge do vivido e da luta. Da derrota e da adversidade. Um personagem que se afirma pela exclusão, por não fazer parte do grupo de pessoas que comandavam os negócios da política no Alto José do Pinho. Diante desse outro Evandro, lembrei-me de Marcel Proust e do seu ensinamento de que *só se aprende pela dor, pelo sofrimento*²⁹³. De que lugar discursava esse outro

²⁹² A multiplicidade das identidades e suas amarrações individuais e sociais são temas abordados pelo teatrólogo italiano Pirandello. (PIRANDELLO, Luigi. Um nenhum cem mil. São Paulo: Cosac & Naify. 2004).

²⁹³ PROUST, Marcel. O tempo redescoberto. São Paulo: Globo. 1995.

Evandro? Para entender melhor, será preciso puxar alguns fios da rede em que ele se encontra inserido. Essa rede nos leva ao pai de Evandro e a eventos dos quais participou em meados dos anos 1950. O pai de Evandro, Mizael Correia, foi comissário do Alto José do Pinho na primeira metade da década de 1950. Assumiu o cargo referendado pelos políticos que atuavam no Alto. Apoiava e era apoiado por Fábio e Clóvis Corrêa. Em parte dos relatos, Mizael é dito como um policial respeitado. Ele teria deixado o cargo por ter tido uma postura omissa durante uma confusão ocorrida em um comício. No evento eleitoral, uma pedra, que teria sido lançada das cercanias da sede do Comissariado do bairro, atingiu o palanque, ferindo um dos oradores. A pedra em questão, além de atingir um orador, cruzou o caminho do policial Mizael, provocando sua demissão do cargo.

Houve um comício aqui na praça. O caminhão palanque ficou ali perto do antigo comissariado, teve muita confusão nesse dia. Jogaram uma pedra, que dizem veio das bandas do comissariado. A pedra atingiu um orador, pararam o comício e Pelópidas (da Silveira), que era o prefeito, não falou. O comissário nesse tempo era Mizael, que ligou para o seu superior relatando o fato, mas o chefe de Mizael e os Corrêa estavam contra aquela política e disseram para ele não se envolver na briga, que ele não fizesse nada. Pelópidas disse que botava até um cachorro para ser comissário, mas mostrava que tirava Mizael da função. E tirou mesmo, Mizael saiu e entrou Biu Guarda.²⁹⁴

Se para o comissário Mizael, o estrago estava consumado com a perda do cargo, para o então vereador Clóvis Corrêa, restava o uso do seu poder de barganha como vereador da cidade para negociar outro nome para o cargo de comissário. Segundo Arnaldo Colorau, Clóvis, após entendimento com o prefeito do Recife, Pelópidas da Silveira, conseguiu indicar o novo comissário do Alto José do Pinho. A pedido do vereador, Pelópidas, teria concordado com a indicação de Severino Antônio Bezerra, o Biu Guarda.

A ascensão de Biu Guarda ao comando do comissariado, indicado por Clóvis Corrêa, foi um passo importante para a consolidação de um bloco de poder que pontificou no bairro por aproximadamente três décadas. Esse bloco de poder englobaria o comando das ações do Bom Sucesso, do Serviço Médico Social e do Comissariado. Na prática ela representou a quebra do poder de que desfrutava Mizael Correia.

²⁹⁴ Entrevista concedida por Arnaldo Colorau a Ricardo Leite em 10.10.2010.

Evandro, seu filho, vai crescer e se desenvolver sem os benefícios aderentes à função da qual Mizael foi destituído. Benefícios que passariam a ser colocados a partir de então à disposição das pessoas que comandavam as três instituições citadas, dos seus parentes e dos protegidos.

Diferentemente do discurso de Evandro na Associação dos Amigos do Alto José do Pinho, no qual se percebe um movimento discursivo que projeta unidade, o relato que ele traz sobre o Bom Sucesso carrega a marca da diferenciação. De alguém que se coloca à margem de um processo, de alguém que deve ter sofrido consequências pelo fato de ser filho de uma pessoa que foi deslocada de forma abrupta de um determinado lugar social. Um deslocamento, a perda de um cargo que representava prestígio e poder, que deve ter excluído os familiares de possíveis benefícios que teriam, caso o seu pai não tivesse deixado o núcleo de poder do qual era participante e um dos protagonistas. O fato de o vereador Clóvis Corrêa ter aceitado a sua substituição e o posterior desempenho de Biu Guarda na função deve ter tido consequências na atitude política assumida pela família de Evandro, que a partir de então passou a apoiar sistematicamente outros candidatos, concorrentes dos Corrêa.

A experiência do vivido foi capaz de deslocar Evandro para o lugar social que ele atualmente ocupa. A partir da sua experiência de vida ele articula um discurso que quebra com a versão predominante na memória local, a qual, em muitos aspectos, encampa. É a partir de uma experiência pessoal e familiar que os relatos feitos por Evandro Correia abrem fendas por onde se podem ver fragmentos da luta dos grupos pelo poder local. Na fala do filho de um derrotado, um evento histórico pode adquirir outros contornos, ganhando outra cartografia que nem a força homogeneizante da memória construída, e rememorada anualmente pela Associação dos amigos do Alto do Pinho, foi capaz de impedir de virem à tona.

A face político-eleitoral do Bom Sucesso pode ser melhor compreendida se pensada como sendo um dos fios da rede que liga processos comunitários e localizados a acontecimentos que se dão na conjuntura macro-política do Brasil no pós-1945. Com a organização sindical, que funcionava como desaguadouro das demandas do operariado urbano, mantida sob forte controle do Estado²⁹⁵, os partidos recém surgidos são

²⁹⁵ O Decreto Lei 9.070, 15 de março de 1946, que anuncia que “dispõe sobre a suspensão ou abandono coletivo do trabalho e dá outras providências”, na prática proíbe as greves e todas as manifestações não

provocados a encontrar meios de relacionar-se com a sociedade e construir alianças com os eleitores para conquistarem espaços no legislativo. Nesse contexto, os partidos articulam movimentos e operam deslocamentos, que os possibilitem disputar o voto não somente dos operários, mas, também, das massas urbanas. As lutas se deslocam, pelo menos momentaneamente, das questões político-ideológicas para o campo das demandas por melhores condições de moradia nos bairros. Em seu trabalho sobre o bairro da Mooca²⁹⁶, cidade de São Paulo, Adriano Luiz Duarte observa que no período da redemocratização os clubes de futebol vão ser amplamente utilizados por partidos como o Partido Social Progressista, PSP, comandado por Adhemar de Barros, e o Partido Comunista, como entidades de organização política da população e de reivindicação de melhorias das condições materiais de existência nos bairros populares da cidade de São Paulo.

As organizações esportivas e étnico-culturais, de modo geral, e os times de futebol, em particular tiveram um papel fundamental na sociabilidade dos bairros da periferia. [...] Os clubes de futebol eram mais do que simples referências de lazer, eles podiam ser uma espécie de central de reivindicações e da vida comunitária do bairro, principalmente quando não existisse uma organização com essa função específica. Estes clubes tinham atuação bastante diversificada, da organização das festas comunitárias e o auxílio nos momentos de dificuldades à organização cultural [...] passando pelas mais variadas atividades políticas.²⁹⁷

A aproximação entre os clubes de futebol e a atividade política é um elemento que pode ser encontrado no Recife pós-1945. Tanto pela já citada prática de recebimento de subvenções sociais a pedido de vereadores, como também pela prática de relações mantidas pelo jornal Folha do Povo, vinculado ao PCB, com alguns clubes suburbanos. Durante todo período em que circulou após o fim do Estado Novo, o jornal Folha do Povo teve como uma de suas estratégias manter uma página com notícias esportivas onde o foco era dar visibilidade ao campeonato suburbano e aos clubes que o

autorizadas, o que dificulta a luta sindical e força os partidos a propor novos meios de articulação com a sociedade.

²⁹⁶ DUARTE, Adriano Luiz. *Cultura popular e cultura política no após-guerra: redemocratização, populismo e desenvolvimentismo no bairro da Mooca, 1942-1973*. São Paulo: UNICAMP. Tese de Doutorado em História. 2002.

²⁹⁷ *Idem*. p. 101.

disputavam. Como mecanismo de aproximação, o jornal promovia concursos onde os leitores votavam na escolha do melhor jogador e no time suburbano mais querido. Os dirigentes desses clubes passavam a ser potenciais informantes das coisas do bairro e alguns deles articulavam reportagens do jornal no local onde moravam. Essas práticas não eram coisas pontuais, elas faziam parte da estratégia política do Partido Comunista definida para o período, e tinham como um de seus focos um direcionamento para o trabalho junto aos clubes esportivos e sociais. O trabalho de Duarte traz um relato do militante comunista Pedro Teodósio, radicado em São Paulo, que informa sobre a estratégia do comando partidário:

Então, o Prestes naquela época falou: precisamos fazer clubes esportivos em cada bairro para dialogar com os frequentadores. E logo de cara me nomearam presidente de um clube. Era o Clube Recreativo Sem Rival. [...] Lá nós dávamos bailes, tinha um professor de esportes, um professor de boxes [...] Os bailes eram todo sábado e domingo. E durante a semana o pessoal ia praticar esporte.²⁹⁸

Mais do que resultado de práticas localizadas, a utilização política dos clubes de futebol ocorria dentro de uma estratégia montada pelos partidos, que buscavam, no período de intensa disputa eleitoral, ocupar novos espaços ante o amordaçamento dos sindicatos e a repressão as atividades políticas dos comunistas. No Alto José do Pinho, o Partido Comunista se instalou na célula Jener de Sousa²⁹⁹ e montou nela uma dança, denominada xenhenhém, como foi visto. Se o PCB tinha o xenhenhém, o PSD dispunha do Bom Sucesso, que parece ter sido uma trincheira utilizada pelo PSD e seus representantes, na localidade, para experimentar essa aproximação do lazer e do esporte com a política eleitoral e partidária. Uma aproximação que não passou despercebida por parte dos entrevistados.

Aquele que disser que o Bom Sucesso não tinha política no meio não sabe da história. Porque ali era muita política, desde muito tempo, desde rapaz eu via. E eu digo ao senhor porque eu também acompanhava a política deles. Clóvis Corrêa era de dentro, tudo que se fazia era de apoio a ele, aquelas festas,

²⁹⁸ Entrevista concedida por Pedro Teodósio ao pesquisador Adriano Luiz Duarte, em 11 de janeiro de 1999. Apud. Duarte p. 101.

²⁹⁹ A célula comunista Jener de Sousa funcionou na Rua Severino Belarmino, nº 75, e além dança citada, promoveu bingos e conferências sobre assuntos constantes da pauta do PCB, no período pós-1945, tais como: a defesa do petróleo, a paz e a organização para conquista de melhoramentos públicos.

aquelas homenagens. Aquilo não era de graça, tudo que o pessoal daqui queria ele conseguia. E eu não achava isso errado não, pois eles faziam muito por aqui. Tudo que nós queríamos Corrêa atendia.³⁰⁰

O relato feito por Antônio Omar, em certo sentido, informa sobre como o Bom Sucesso atua no âmbito da política local. Indica como o clube, na medida em que se referenda como parte do poder, propicia fôlego político-eleitoral ao grupo que comandou durante décadas a estrutura de poder na localidade. Antônio Omar observa com impressionante praticidade, um mecanismo de produção e irradiação de poder político comumente utilizado nas relações entre os políticos e as classes populares, a saber, a troca de favores, em que o apoio *não era de graça não*. Tinha-se o serviço e o seu pagamento. Com pragmatismo, Omar conclui que não achava errado o procedimento de apoio mútuo, porque era ao político Corrêa a quem o Bom Sucesso recorria quando precisava de algo. Ou seja, os caminhos político-eleitorais trilhados pelo Bom Sucesso se davam e tinham força, tendo como suporte a cultura política existente. Suas atitudes e ações ganhavam força e sustentabilidade por fazerem parte do campo de expectativas existentes e da conduta socialmente legitimada e esperada da relação entre a população e a política.

Além da proximidade com o poder político, outro aspecto que marca a trajetória do Bom Sucesso é a sua recorrente prática de produzir determinados lugares sociais. Nesse movimento de produção de lugares, o clube distinguiu-se na localidade como uma organização modelar, que estabelecia regras, ditava comportamentos, juntava e separava pessoas. Ao praticar a distinção, o clube estabelece a separação entre os indivíduos que podiam participar da sua vida e os que não tinham esse direito. As festas comemorativas, o futebol e os eventos dançantes são os artefatos culturais utilizados para exercitar e referendar a distinção e a construção de territórios. Apesar de ainda promover alguns shows em sua sede, são as festas e os shows acontecidos na fase denominada áurea do clube, que ativam a memória dos velhos moradores: *as festas de agora só têm violência, não se compara com as de antigamente não*³⁰¹. Na prática, o Bom Sucesso vai se estabelecer como o espaço de festa e lazer cultuado por um grupo de famílias, que desejam ser vistas e se representam como a elite local.

³⁰⁰ Entrevista concedida por Antônio Omar a Ricardo Leite em 15.12.2010.

³⁰¹ Entrevista concedida por José Barbosa Guaberinha a Ricardo Leite, em 25.10.2010

Lugar de distinção: uma elite local

Quando das tumultuadas ocorrências protagonizadas pela força policial do Estado, que tiveram como vítimas moradores do Alto José do Pinho, nos festejos juninos de 1950, um dos locais atingidos foi a sede do Bom Sucesso Esporte Clube, onde se realizava uma dança³⁰². Na época, o Bom Sucesso ainda não tinha sede própria e ainda não tinha um corpo regular de associados, que viriam a ser os principais elementos da representação que o grupo social da localidade faz dele. José Barbosa, um dos membros fundadores, relata suas impressões do clube naquele período:

Nós não tínhamos uma sede, ficamos instalados em um quarto cedido, foi quando em 50 alugamos uma casinha e fizemos uma palhoça na frente para o são João. A nossa sede mesmo a gente teve depois, arranjamos um terreno e fizemos de taipa mesmo. Nesse tempo não tinha esse negócio de sócio não. A gente arrecadava as coisas que precisava, ou com dança ou cota dos jogadores ou pedindo ajuda aos comerciantes, políticos, essas coisas sem muita organização.³⁰³

Como tantos outros clubes suburbanos, o Bom Sucesso com apenas um ano de criação era um grupo de jovens que se cotizava para se divertir jogando futebol. José Barbosa captura o momento em que o clube ainda não possuía sede e vivia de apoios esporádicos. Podia até não ter ainda a organização desejada, mas já demonstrava um senso de iniciativa, uma vontade de fazer e, também, certa articulação local com comerciantes e políticos. Essa vontade de organização e, também, as articulações iniciais do Bom Sucesso, parece ter sido mais intensa nos períodos eleitorais. Pelo menos com relação ao crescimento do seu patrimônio e a profusão de festas, pode-se notar uma coincidência das datas de realização destas com os processos eleitorais acontecidos na década de 1950. Por exemplo, em 1950, o aluguel da casa, a construção da palhoça e o recebimento de apoio financeiro de Fábio Corrêa; em 1953, a construção da sede e a organização de um quadro de sócios e o recebimento de subvenção social; em 1958, a ampliação da sede, a aquisição do terreno e a implantação de uma ala feminina para acompanhar os atletas nos jogos do clube.

³⁰² “40 policiais armados de revólveres, facas, foices, porretes e canos, invadiram uma dança no lugar Bom Sucesso e bateram em dançarinos e assistentes”. Matéria do Diário da Noite, 01.07.1950. p. 1 e 2.

³⁰³ Entrevista concedida por José Barbosa Guaberna a Ricardo Leite, em 25.10.2010.

A conquista da sede própria, o recebimento de subvenção pública e a organização de um quadro de sócios são passos importantes para o clube fincar bases de sua longevidade e intervenção junto aos moradores do Alto José do Pinho. Arnaldo Pereira de Barros, o Arnaldo Colorau, faz um relato sobre este momento em que o Bom Sucesso firma-se como uma instituição importante na vida dos moradores do Alto.

Quando começamos não se imaginava que pudéssemos ir tão longe. Mas muita coisa aconteceu aqui e nós fomos bem orientados, nós víamos as coisas boas que tinha lá fora e copiávamos aqui. Quer dizer, não era a mesma coisa, mas se tinha sócios no Náutico, no Internacional, noutros clubes daqui de Casa Amarela como o Veneno e o Novo Horizonte, que já faziam isso, nós fazíamos nossos sócios aqui. Quando fizemos nossa sede tudo melhorou porque logo depois começamos a fazer mais festas e muita gente daqui se associou.³⁰⁴

Contudo, chegar à situação em que um time de futebol se transforma em um clube social não nos parece tão simples como pontua o relato feito por Arnaldo. Mesmo informando que não imaginava que pudesse ir tão longe, Arnaldo oferece pistas da existência de alguns elementos que, à moda do processo civilizatório, possibilitam a implantação de um modelo de organização social ainda inusitado na localidade. Um modelo que foi possível de ser implantado graças, segundo Arnaldo, à existência de uma orientação e também de uma observação de modelos existentes em outras instituições correlatas, duas delas³⁰⁵ frequentadas pela elite recifense. Pode-se imaginar que a orientação tenha partido dos políticos próximos ao Bom Sucesso, os mesmos que garantiram, por influência junto ao poder público municipal, a subvenção pública para a construção da sede³⁰⁶. Por último, o relato feito por Arnaldo informa sobre a implantação de uma política de festas, deixando no ar a vinculação entre o crescimento

³⁰⁴ Entrevista concedida por Arnaldo Colorau a Ricardo Leite em 10.10.2010.

³⁰⁵ O Clube Internacional e o Clube Náutico Capibaribe eram clubes frequentados pelas classes de maior poderio econômico. O Náutico, por muito tempo, até meados do século XX não aceitava negros entre seus sócios e frequentadores. O sucesso na prática futebolística e os bons atletas negros contribuíram para quebrar com a prática racista, mas até hoje o clube, vez por outra, é nominado na crônica esportiva de “o aristocrático da Avenida Rosa e Silva”.

³⁰⁶ Em entrevista concedida em maio de 2008, Josué Ferreira falou que o vereador Clóvis Corrêa em 1953, alocou duas subvenções para o Alto José do Pinho, conseguidas junto ao Prefeito José do Rêgo Maciel: Uma para o Serviço Médico Social e a outra para o Bom Sucesso, “que estava fazendo a sede”. Arnaldo Colorau, presidente do Bom Sucesso na época, diz que não lembra, mas os anais da Câmara Municipal, por meio da Lei Ordinária 2622, de 01.12.1953, indicam a destinação de subvenção de C\$ 24.000,00 para o Serviço Médico Social e C\$ 5.000,00 para o Bom Sucesso.

do número de associados e a promoção de festas, pelo clube. O relato não nos apresenta a tensão que parece ter existido no momento da criação do corpo de associados.

A criação do modelo de clube com quadro de sócios foi um momento ao qual os moradores opuseram resistência, não aceitando prontamente a ideia de pagar regularmente a taxa de sócio, como tenta fazer parecer Arnaldo. Após passar-se um período da implantação do quadro de sócios, operou-se uma mudança no comando do Bom Sucesso: Arnaldo Colorau deixou a presidência, cargo que vinha ocupando desde a criação do clube, sendo substituído por Manoel (*Tiquinho*) Pereira de Barros, seu irmão. Arnaldo nos relata que tudo se deu de comum acordo dos membros da diretoria. Segundo ele conta,

Eu me abusei com algumas coisas feitas por membros da direção, só eu fazia as coisas, ficava correndo para um canto e outro para arrumar jogo, tomar conta da arrecadação dos sócios, cuidar da sede, dos uniformes e ainda era criticado. Eu ainda não trabalhava, era de menor. Tiquinho já trabalhava na câmara com doutor Clóvis. Aqui ele já resolvia muitas coisas de pedido ao vereador. Então eu resolvi entregar para ele, era meu irmão, né?³⁰⁷

Alguns moradores entrevistados relatam o episódio de mudança da presidência do clube como tempestuoso, e dão a ele motivos diferentes dos apresentados por Arnaldo. Em que pese esses relatos citarem a pouca idade de Arnaldo, trazem também informações sobre certa vontade de poder de Manoel Tiquinho, que criticava o irmão dizendo que lhe faltava empenho e que ele só queria saber do time de futebol. Para o garçom aposentado Jaime Abreu, Manoel Tiquinho³⁰⁸ era mais próximo da esfera política e era uma pessoa que gostava de mandar e de impor regras.

Ele ficou conhecido aqui como o presidente ditador, foi presidente por mais de trinta anos, é ditador né? Quando ele assumiu as pessoas ficaram com raiva, teve família aqui que disse que não pisava os pés lá no Bom Sucesso porque ele começou exigir pagamento de sócio e barrar muita gente na entrada. Agora, ele era um cara mais vivo na política, isso ele era. Botava mais ordem.³⁰⁹

³⁰⁷ Entrevista concedida por Arnaldo Colorau a Ricardo Leite em 10.10.2010.

³⁰⁸ Manoel Pereira de Barros era conhecido por Manoel Tiquinho, por conta de ter um tipo físico mirrado, pequeno.

³⁰⁹ Entrevista concedida por Jaime Abreu a Ricardo Leite em 13.11.2010.

Em outro relato, José Barbosa informa sobre as mudanças que teriam ocorrido após a ascensão de Manoel Tiquinho a presidência do Bom Sucesso Esporte Clube. Segundo ele, existiam várias diferenças de personalidade entre os irmãos Pereira. Diferenças que apareciam nas formas de proceder e também nas atitudes que cometiam. Atitudes e procedimentos distintos que ensejavam distintas formas de atuar e se conduzir na presidência do clube. Além disso, alguns outros interesses contribuíram para a efetivação de uma mudança no comando do Bom Sucesso:

No começo, Manoel Tiquinho não quis ser nada, mas depois que o clube já tinha uma sede ele cresceu os olhos, porque viu que podia ser bom para ele. Arnaldo não se importava muito com as coisas, era mais da folia, já o irmão era mais esperto, viu que começou entrar dinheiro, viu a coisa crescer e tomou gosto. Tiquinho tomou a frente e caiu nas graças dos homens. Começou a botar regra, não entrava todo mundo, não entrava sem camisa. Quando era o dia da mensalidade ele ficava na porta cobrando, com uma caderneta anotando, quem pagou entrava brincava, jogava, dançava, quem não pagasse não entrava de jeito nenhum.³¹⁰

Ainda segundo Gauberinha, muitos se afastaram, *os mais fracos não podiam pagar e entraram em um acordo com os Corrêa, criando outro clube*³¹¹ com o nome de Munguba, a Associação Atlética Munguba, em 1954. No acordo, o Bom Sucesso cedeu parte do terreno onde estava edificada sua sede para a construção da sede do novo clube. Arnaldo não fala da imposição do acordo que traria problemas futuros para o seu clube, mas se lamenta até hoje, repetindo um mantra a cada entrevista: *veja só você, nós lhe demos guarida e eles se tornaram nosso maior rival*³¹². O episódio da criação do Munguba dá uma ideia do grau de interferência da família Corrêa nos negócios do Alto José do Pinho. Os diretores do Bom Sucesso até que tentaram resistir à ideia de ceder um pedaço do terreno para construção da sede da Associação Atlética Munguba, mas ao que parece, a pressão feita pelo vereador Clóvis Corrêa, que administrava sua reeleição para a Câmara de Vereadores, fez pender a decisão para o lado do novo clube. O Bom Sucesso iria ter problemas por isso. A Associação Atlética Munguba não teria vida f

³¹⁰ Entrevista concedida por José Barbosa Gauberinha a Ricardo Leite, em 25.10.2010.

³¹¹ Idem.

³¹² Entrevista concedida por Arnaldo Colorau a Ricardo Leite, 20.06.2010; 10.10.2010.

De clubes irmãos e vizinhos a rivais

A trajetória dos dois clubes vizinhos adquiriu aspectos de uma rivalidade inusitada. Enquanto o Bom Sucesso se consolidava como o recanto de uma determinada elite local, a Associação Atlética Munguba ia angariando simpatia daquele grupo de moradores que não se sentia parte do grupo de frequentadores do Bom Sucesso. Mesmo sendo um lugar onde havia uma tendência de pouco desnível socioeconômico entre os moradores, as classificações que passaram a existir com as regras impostas pelo Bom Sucesso e com o perfil de seus frequentadores, devem ter contribuído para que a Associação Atlética Munguba se tornasse o clube muito querido no Alto José do Pinho, superando aquele em número de torcedores.

A Associação da Munguba era o clube mais popular daqui do Alto, representava os mais pobres e como os mais pobres são a maioria, a maior torcida era do Munguba. No Bom Sucesso só entrava aquelas famílias melhores daqui, comerciantes, funcionários públicos, no Munguba entrava qualquer um. Agora no futebol a rivalidade era grande. O jogador que jogasse em um era barrado na sede do outro. Era tanta disputa que os dois clubes nunca jogaram uma partida de futebol entre si.³¹³

A explicação dada pelas partes para que durante mais de 30 anos, período em que os dois clubes mantiveram a prática futebolística, os dois clubes não tivessem se enfrentado em um único jogo são várias. A depender do momento, aquele clube que se encontrava em melhor fase queria fazer o enfrentamento e o outro não aceitava por receio de perder; o Bom Sucesso, segundo Baruque sempre se negou a jogar porque se achava em um melhor nível; existia uma vontade das pessoas que comandavam politicamente o Alto para que os dois clubes não se enfrentassem porque, segundo essas pessoas, poderia haver confusão. Essas pessoas eram o comissário Biu Guarda e o agente do DOPS Manoel Tiquinho, que também faziam parte do Bom Sucesso. O comissário Biu Guarda, algumas vezes, usava o poder do cargo que ocupava para evitar confrontos entre grupos que participavam de eventos culturais rivais, como agremiações carnavalescas e clubes de futebol. Em certo sentido, o comissário tentava manter intacta uma determinada ordem, mantendo os grupos nos lugares sociais onde eles se estabeleciam e evitando algum deslocamento que provocasse alguma margem de insegurança para o poder local.

³¹³ Entrevista concedida por Evandro Corrêa a Ricardo Leite.

Arnaldo Colorau defende um determinado *status quo* para justificar o fato de o Bom Sucesso não enfrentar a Associação Munguba. Para ele, existiam pessoas na Associação Munguba que não gostavam do Bom Sucesso e o invejavam pelo fato desse clube ser bem frequentado e ter regras, diferente do Munguba, que era desorganizado e *tinha muita confusão porque entrava todo tipo de gente*. Ainda segundo Arnaldo, se houvesse uma partida de futebol entre os dois clubes *podia até ter morte*, por isso as pessoas responsáveis evitavam o confronto. Durante boa parte do período em que a sede da Associação Munguba esteve localizada em terreno cedido pelo rival, o Bom Sucesso teria feito várias investidas para comprar a prédio vizinho, mas o Munguba exigia uma indenização que o clube se negava a pagar³¹⁴. Até as festas, para acontecer, dependiam de acerto prévio, não ocorriam ao mesmo tempo por conta da possibilidade de brigas e prejuízos.

Ao que deixam perceber os relatos sobre as relações do Bom Sucesso com a Associação Atlética Munguba, o Munguba pode ter sido criado para, sob controle do mesmo grupo político, ser aquilo que o Bom Sucesso não queria ser. O grupo liderado pelo vereador Clóvis Corrêa, na medida em que construiu regras e perfil de frequência para o Bom Sucesso à moda dos clubes de elite do Recife, inviabilizou a participação da maioria dos moradores do Alto José do Pinho. Nesse contexto, se instalaria uma tendência dos moradores que não fossem aceitos pelo Bom Sucesso ficarem inconformados e se rebelarem eleitoralmente contra o seu patrocinador. Imagina-se que tal fato, caso ocorresse, poderia quebrar com o domínio político-eleitoral da família Corrêa. Assim, a criação da Associação Atlética Munguba, também sob o patrocínio de Clóvis Corrêa, vai atender tanto aos desejos daquelas pessoas que buscavam constituir-se enquanto elite local, como daqueles grupos de pessoas que eram representados como o não-lugar dessa elite. Desse modo, pode-se construir a diferenciação social, mas sem maiores traumas para o poder local. A crescente popularidade da Associação Munguba é um efeito não-controlado da estratégia arriscada posta em prática pelo grupo comandado por Clóvis Corrêa.

³¹⁴ A questão teve um desfecho que contou com a participação decisiva de Clóvis Corrêa, que negociou, nos anos 1980, a troca da sede da Associação Atlética Munguba por um prédio do qual era proprietário e onde já tinha funcionado o diretório distrital do PSD e, em outra época, a entidade social Serviço Médico e Social. Não foi algo pacífico, segundo alguns moradores, houve briga no dia do acerto do negócio, sendo preciso intervenção da polícia. Segundo Marco Simão, o Bom Sucesso teria produzido uma ata em que pessoas da família de Arnaldo se apossaram do poder na Associação, possibilitando a troca, o que teria revoltado parte dos sócios dessa agremiação.

As festas e as regras

A proposta de entender os rituais festivos e os lugares onde esses rituais aconteciam, surge do entendimento de que para o território das festas convergiam diferentes identidades dadas a ler, no Alto José do Pinho, nas décadas de 1940 e 1950. Identidades fabricadas pela vivência e pelas classificações surgidas do vivido. As festas promovidas pelo Bom Sucesso Esporte Clube do Alto José do Pinho, a partir da década de 1950, são lembradas, por parte dos moradores entrevistados, como sendo o ponto de encontro mais frequentado pelas *boas famílias* da localidade. Festas onde se dava um alto grau de sociabilidade e onde se praticava a invenção de uma tradição. As atividades desenvolvidas pelo Bom Sucesso, mesmo que tenham sido comunicadas pelo clube por seus comandantes como elemento de união e conagração dos moradores do Alto, representavam a diferença e o conflito existentes entre grupos locais, em um momento de emergência.

As festas, assim como outras atividades promovidas pelo Bom Sucesso Esporte Clube, possibilitam a demarcação de fronteiras entre os diversos territórios, operando a distinção entre os lugares praticados e construindo a representação da diferença, que passava a ser reconhecida localmente. Assim, do mesmo modo que o Bom Sucesso vai emergir, no processo de construção das identidades locais, como o lugar dos *homens bons* e das *boas famílias*, outros espaços de sociabilidades surgem como locais perigosos, de reputação duvidosa. E os frequentadores desses espaços passarão a ser vistos como a *gente sem personalidade nenhuma*, a qual se referiu o garçom Jaime Abreu, que durante anos frequentou e trabalhou no clube Bom Sucesso. Os moradores entrevistados quando chamados a relatar suas memórias sobre os acontecimentos e as instituições do Alto José do Pinho, falam de forma positiva sobre o Bom Sucesso, mesmo quando discordam da sua condução política. Dentre aqueles aspectos mais elogiados nos relatos sobre o clube, estão a sua organização e suas regras, a atividade política, o time de futebol e as festas, de diferentes modalidades.

Um relato feito por Evandro Correia, ele próprio um crítico assumido das pessoas que comandavam o Bom Sucesso, pode ser lido como uma síntese da aceitação e da reverência que parece existir por parte dos moradores em relação àquela agremiação sócio-esportiva.

Pode falar o que for do Bom Sucesso, mas o que é importante dizer é que era muito organizado, tanto de futebol como nas suas festas, qualquer festa. A começar pelo pessoal que frequentava, que era um pessoal selecionado, as melhores famílias daqui. Eu mesmo tive problemas com eles, com o pessoal de lá, mas era o lugar aqui de ir com a família, com a namorada. Nas grandes festas do Bom Sucesso todas as famílias se encontravam numa bela confraternização.³¹⁵

Evandro Correia é membro de uma das famílias mais tradicionais do Alto José do Pinho. O seu pai, Mizael, foi o primeiro comissário da localidade, e, quando da criação do comissariado, em 1946, era ele um dos guardas civis nele lotado. A mãe de Evandro, conhecida como Dona Pinça, foi uma liderança religiosa local, com atuação no limite do sincretismo³¹⁶ entre o candomblé e o espiritismo. O relato de Evandro oferece elementos para compreender como a prática cultural que se vincula ao ritual da festa e do lazer desenvolve mecanismos de atração capazes de agregar ao seu território agentes que, por diversos motivos, poderiam estar fora dele. As lembranças que Evandro tem das festas, da organização do clube e dos seus frequentadores, constroem pontes sobre dissensos que o próprio narrador já havia exposto anteriormente³¹⁷. Ao mesmo tempo, informam como são fluidas as identidades. Um mesmo personagem pode se sentir em alguns aspectos pertencente a determinado território e noutros aspectos se colocar em outro campo identitário.

As regras e o modelo de organização social praticados pelo Bom Sucesso passam a ser um exemplo a ser seguido. Por meio das regras que impõe aos seus frequentadores, o clube se diferencia de outros espaços existentes na localidade. Em certo sentido, essas regras funcionaram como um prolongamento das regras e da organização familiar, moldando o comportamento das pessoas fora do âmbito das moradias. As práticas do Bom Sucesso adquirem um caráter civilizatório em um

³¹⁵ Entrevista concedida por Evandro Correia a Ricardo Leite, em maio de 2008.

³¹⁶ Segundo Evandro, Dona Pinça era adepta de um ritual religioso popularmente conhecido como *mesa branca*, mas moradores ligados à tribo de caboclinhos Tabajaras, disseram que Dona Pinça trabalhava com o santo (candomblé) que protegia o caboclinho Canindé, da comunidade vizinha Bomba do Hemetério. Os relatos sobre a atividade religiosa de Dona Pinça informam que ela só vai se revelar como intercessora no campo religioso após a morte de Mizael, já que ele era contra tal prática.

³¹⁷ Em parte do seu relato, Evandro critica o envolvimento político do Bom Sucesso e o controle que o clube exercia neste campo, detendo exclusividade na indicação de familiares e amigos para os cargos públicos e outros benefícios.

território em que eram ainda incipientes os processos de comportamentos coletivos socialmente moldados.

Antônio Omar, um morador que trabalhou durante os primeiros anos de funcionamento do clube como garçom, faz um relato que informa alguns aspectos de como as regras impostas pelo clube aos moradores, tornaram-se importantes para a instalação de certos hábitos tidos como civilizados.

Na primeira vez que teve uma festa assim, os homens de paletó e as mulheres e moças de vestido longo, foi no aniversário do clube, muita gente ficou reclamando porque não tinha roupa, isso de amostração. Ficou fora gente olhando os que entravam. Com o passar do tempo o pessoal foi acostumando, foi concordando com aquilo, virou tradição aqui, mas tinha gente que reclamava porque não podia participar das festas.³¹⁸

No relato pode-se perceber um processo de aprendizagem que se estabelece a partir da imposição de algumas regras, as quais propiciam a aquisição de novos hábitos. Processo que envolve aceitação e, também, resistências. O campo de aceitação dado a ler a partir da vontade do grupo que comandava o clube, de introduzir práticas, em âmbito local, semelhantes às que eram usadas em alguns clubes frequentados pela elite recifense. Práticas de distinção social, que naquele momento se coadunavam com o processo de instituição de diferenças, que acontecia no espaço social local e que era potencializado pelo desejo de destacar-se de parte dos moradores do Alto. Um movimento que se traduz pela introdução de alguns novos hábitos de sociabilidade, que a memória de Arnaldo Colorau lembra com expressiva positividade.

Quando nós fizemos o quadro de sócios, muita gente do próprio clube disse que não ia pra frente, alguns deixaram até de frequentar (o clube). Depois nós fizemos uma outra coisa que só podia entrar sócio e em algumas festas tinha que ser traje de gala. Não foi fácil, no início o pessoal reclamava, deixava de pagar um tempo, queria entrar com qualquer roupa, o clube não aceitava e eles ficavam chateados. Depois eles próprios entenderam que aquilo era melhor porque selecionava, assim o Bom Sucesso tornou-se o mais organizado clube de bairro de toda Casa Amarela.³¹⁹

³¹⁸ Entrevista concedida por José Barbosa em 26.11.2010.

³¹⁹ Entrevista concedida por Arnaldo Colorau a Ricardo Leite, em 10.10.2010.

As pessoas que passaram a frequentar o clube, segundo Arnaldo, entenderam que aquelas práticas operavam uma seletividade entre os moradores, considerada benéfica para as famílias. Com as regras estabelecidas, não era qualquer morador que poderia participar do clube, mas somente os moradores que se tornassem sócios e que nas festas se dispusessem a vestirem-se adequadamente à ocasião. Ser sócio do clube passava a ser ponto de distinção social. O morador que se tornava sócio e frequentava o clube, adquiria o status de pertença do grupo que se definia com a elite local. Uma elite que se auto-referenciava, também, excluindo do espaço por ela frequentado determinados grupos e pessoas com os quais não queria conviver socialmente.

Qual o pai e a mãe de família que quer ver sua filha frequentando um lugar onde tem gente sem bom proceder, mulher vulgar? No Bom Sucesso você tinha isso e as próprias famílias que frequentavam cobravam quando tinha desclassificado na festa. Aí foi feito uma ordem de que só podia entrar mulher casada com seus maridos. As moças só entravam se fosse acompanhada.³²⁰

O relato de José Barbosa, que informa sobre a preocupação das *boas famílias* em poder garantir um espaço livre das *más influências*, também mapeia, de passagem, quais seriam algumas dessas indesejadas presenças: *gente sem bom procedimento e um tipo vulgar de mulher*. Como gente sem bom procedimento poder-se-ia enquadrar toda espécie de *desclassificados*, como, por exemplo, os não-sócios, os inconvenientes brigões, os bêbedos e até os muito pobres.

Alguns entrevistados constroem um relato justificativo de sua exclusão do ambiente das *boas famílias*. Em parte desses relatos, o problema não residiria no processo de seleção imposto, mas na tentativa de alguns moradores de quebrar as regras estabelecidas pela agremiação. O relato produzido por Marco Simão sobre as regras praticadas pelo Bom Sucesso deixa pista como parte dos moradores elabora sentidos que justificam as regras excludentes do clube.

O povo fala do Bom Sucesso, esse negócio de que não podia entrar todo mundo. Não podia porque não podia, era a maneira deles ser. Ora, se eu sabia que só podia entrar sócio, porque o Bom Sucesso tinha isso, era um clube de sócios, só entrava sócio. Então, o que é eu ia fazer lá, eu nem ia, que eu não era

³²⁰ Entrevista concedida por José Barbosa de Paula a Ricardo Leite em 26.11.2010.

sócio. Agora, ficar falando do Bom Sucesso quando o errado era quem queria entrar sem ser sócio é a mesma coisa de querer mandar na casa dos outros.³²¹

O relato de Marco Simão sofre variações operadas pela passagem do tempo e se explica em parte pelo deslocamento que ele operou na sua trajetória de vida. Marco Simão é conhecido como sendo uma pessoa festeira e participante de grupos de jovens da localidade. Ser uma pessoa de grupo já lhe tinha trazido alguns problemas com o comissário Biu Guarda, que teria, segundo o próprio Simão, o acusado de formar *patotas* e de ser desocupado. Jovem, negro e desocupado, Marco Simão teria poucas chances de frequentar o clube por onde circulava a elite local. Esse Simão jovem foi substituído na atualidade por outro Marco Simão, identificado como um respeitável morador e presidente de uma associação que luta para preservar o passado e divulgar a memória coletiva do Alto José do Pinho. Ao deslocar-se da identidade de jovem negro e desocupado para a de guardião da memória, Marco Simão assume parte da memória coletiva, que significa o Bom Sucesso como importante lugar de memória. O que ele faz é reconstruir e reelaborar as suas lembranças, esquecendo parte dos acontecimentos que se associam à violência e à exclusão, que deve ter sofrido. Este Marco Simão defende as regras impostas pelo Bom Sucesso, porque, segundo ele, *não se pode misturar moça de família com mulher vulgar*.

Na condição de mulher vulgar, podem ser incluídas as mulheres sozinhas e as prostitutas. Essas mulheres terão muitos problemas com as boas famílias que frequentavam o Bom Sucesso. Elas eram fiscalizadas tanto pelo comissariado e pelo próprio clube, como pelas famílias, que não desejavam a sua presença. Algumas dessas mulheres até conseguiam entrar por facilidades do porteiro e/ou por estarem acompanhadas de moradores influentes na localidade, mas corriam o risco de ser denunciadas e expulsas da festa.

Se a mulher fosse falada não podia entrar no clube, era proibida. Entrava se por acaso a gente não soubesse dos passos delas. Ela até podia se passar por moça direita e ficar sem a gente saber, mas se descobrisse, sofria a decepção de ser colocada pra fora do clube. Eles tinham muita ordem nisso. Agora tinha

³²¹ Entrevista concedida por Marco Simão a Ricardo Leite em 26.11.2010.

aquelas conhecidas da *graudagem*, preferidas do povo de dinheiro, que entravam em hora mais avançada, isso também eu via.³²²

Um passo dado por caminhos não tolerados socialmente se apresentava bastante perigoso para uma mulher. A uma mulher que assim procedesse restaria manter-se no anonimato ou aceitar uma cartografia segregacionista de lugares, localmente imposta. Tomando-se por base o relato feito por Jaime, sabe-se que algumas mulheres não tidas na condição de *moça direita* poderiam até ter acesso ao clube, porém, se *não se soubesse os passos dela*. Porém, o mais provável de acontecer era a prevalência da imposição das regras que proibiam determinados moradores ou grupos, incluídas neles *aquelas mulheres*, de ter acesso ao Bom Sucesso. Mas, também pelo relato do ex-garçom, pode-se recuperar parte da dimensão conflituosa imbricada na questão. Jaime deixa espaço para se entender que existiam mulheres que não aceitavam passivamente o regramento e usavam de estratégias para livrar-se dos rótulos que limitavam o seu trânsito pelos espaços locais.

Entre as estratégias utilizadas pelas *mulheres sozinhas* encontrava-se, além da camuflagem de sua condição de mulher sozinha ou prostituta, o artifício da aproximação de pessoas que poderiam, pela sua distinção social, minimizar a ação proibitiva do clube. As mulheres que assim procediam demonstravam ter uma ideia de pertença e de território mais ampla do que as que desejavam impor à incipiente elite local sua condição. Elas, além de lutar para não sucumbir à cartografia do preconceito, apresentam-se ativas na produção do território ao quebrar regras que as excluía da participação nas festas do Bom Sucesso Esporte Clube, contra a vontade daqueles que o comandavam.

Outras mulheres preferiam conviver com a segregação e, de certa maneira, aceitavam a cartografia dos lugares pautada e praticada pela elite local, tendo o Bom Sucesso como a referência do *lugar dos homens bons*. O relato produzido por uma ex-prostituta, que morou e trabalhou durante mais de 40 anos no lugar conhecido como Coréia, informa como ela representa a cartografia promovida pelo poder local.

Dona Nicinha pode ser vista como uma das pessoas que vivenciam a sua pertença ao lugar pautada pela diferença dos lugares, localmente instituída.

³²² Entrevista concedida por Jaime Abreu a Ricardo Leite em 13.11.2010.

Quando eu sabia que não era bem vista num lugar, pra mim aquilo era um lugar morto. Era eles lá e eu aqui. Quando queria dançar, aqui tinha e fora também. Minha vida toda era aqui mesmo onde recebia as pessoas, dentro da minha casa, sem incomodar ninguém. Guedes (guarda civil) dizia: Nicinha, se todas fosse como você, não tinha problema.³²³

O relato de Dona Nicinha pode ser entendido como um caso limite, onde a pessoa produziu um lugar restrito ao âmbito de sua atividade cotidiana. Ela exclui do mapa onde circula os lugares dos quais é excluída. Como prostituta, Dona Nicinha, sabendo que não seria bem vinda ao Bom Sucesso, o faz lugar morto. Quando queria dançar, ela diz que ia a outros lugares, e, procurando não ser incômodo para a sociedade local, desempenhava sua atividade em sua própria casa, fato elogiado pelo policial, do qual disse ter sido amante. Diferentemente das mulheres que desenvolviam estratégias para pertencerem ao território que as renegava, Dona Nicinha prefere driblar a zona de conflito, na qual é elemento indesejado, praticando outro lugar, o outro do Bom Sucesso, que era tido e lido como *lugar de família*.

As regras estabelecidas para os rituais festivos e a sua imposição pelo Bom Sucesso, apresentadas e compreendidas a partir dos interesses de um grupo de moradores que se instituía e se representava como elite local, e dos grupos que se rebelavam contra as práticas excludentes, informam sobre a existência de outros lugares no Alto José do Pinho, nas décadas de 1940 e 1950. Lugares que, a despeito de serem vistos como sendo de um nível mais baixo na hierarquia local, faziam parte de um contexto bastante criativo e rico de sociabilidades. Lugares que foram capazes de projetar na memória coletiva as imagens que representam o Alto José do Pinho como *um lugar reconhecido por seus elementos festivos e culturais*³²⁴. Outros lugares, que emergem nos relatos das margens e que ganham sentido como contraponto do *lugar dos homens bons* e das *boas famílias*, tendo como fio condutor a memória rebelada de velhos moradores.

Outros lugares

Era muito pouco provável que o grupo de moradores que comandava os negócios da política e da economia e que estabelecia como modelo de instituição o Bom

³²³ Entrevista concedida por Dona Nicinha a Ricardo Leite em 26.11.2010.

³²⁴ Entrevista concedida por Jailson Leonardo a Ricardo Leite em 18.11.2009.

Sucesso Esporte Clube, não tivesse conhecimento do turbilhão de outros espaços de lazer e de práticas culturais que existiam no Alto José do Pinho. A localidade, já em meados da década de 1940, era conhecida por sua intensa vida noturna crivada em danças, bares e prostíbulos. Muitos dos chefes e filhos das *boas famílias* deviam frequentar esse atraente universo de festas e prazeres, que tornavam o Alto famoso e muito visitado por moradores de outras localidades. A maioria desses lugares era espaço proibido para crianças, jovens menores e mulheres das *boas famílias*. Era considerado perigoso frequentar os bares situados nos arredores da Praça 04 de Outubro, as danças da Rua Maragogi e Acaiaca e, principalmente, as zonas de prostituição Coréia e Come Breu, localizadas, respectivamente, nas ruas Avenca e Barra Verde³²⁵.

Mesmo sendo considerados locais perigosos e ofensivos *à moral e aos bons costumes das boas famílias* esses espaços, que se criavam às margens do lugar dos *homens bons*, estavam geograficamente próximos das residências das famílias que buscavam a distinção frequentando as festas do Bom Sucesso. Próximo ao clube existiram várias danças, cuja frequência podia ser colocada na cota da *gente sem responsabilidade*, à qual se referiu o ex-garçom Jaime Abreu. Essas danças atraíam, além dos moradores locais, pessoas de outras localidades, e faziam as noites do Alto José do Pinho mais atrativas e, também, mais vigiadas. Atrativos, perigosos e vigiados, uma tríade que marcava os espaços de festas e de lazer que se perfilavam lado a lado, se construía e se representavam como opostos às representações dadas a ler pelos lugares aceitos e frequentados socialmente pelas *boas famílias*.

Os bares

Do Alto José do Pinho lugar festivo, pode-se aproximar, predominantemente, pelos relatos orais de memórias, já que quase nada foi deixado de registros escritos. As atas e as fotos que informavam sobre o passado do Bom Sucesso e dos outros clubes da localidade, se perderam no descaso dos seus comandantes com a memória. Na imprensa escrita, apenas podem ser observados alguns rastros do que parece ter sido um intenso festejar. Mas, olhar as festas do Alto José do Pinho a partir do noticiário dos jornais, somente será possível por meio de uma operação que recodifique as editorias jornalísticas, que o representam como um lugar predominantemente perigoso e habitado

³²⁵ Nas décadas de 1940 e 1950, as ruas tinham outras denominações. A Rua Avenca denominava-se 21; a Rua Barra Verde tinha o nome de Rua 10; a Rua Acaiaca era Rua 11; e a Maragogi, Rua 6.

por uma gente desqualificada, que vivia a dar trabalho à polícia. Ao se reportar ao Alto José do Pinho, do período dos anos 1940 e 1950, os jornais o fazem pautado nas incursões da polícia. As notícias publicadas constroem uma cartografia desses lugares perigosos, que podem ser identificados pelos tipos de ocorrências policiais dadas a ler.

Nas matérias produzidas pelos jornais do Recife³²⁶ no período, o Alto é palco frequente de incursões da polícia de costumes³²⁷ e do próprio comissariado local. Essas rondas eram feitas em bares, danças, cultos africanos e casas de jogos de apostas, e aconteciam com mais assiduidade à noite e nas festas de final de semana. Em uma dessas matérias³²⁸, o Diário de Pernambuco noticia a prisão de José de Tal³²⁹, o qual teria esfaqueado o morador Júlio Francisco em uma dança, no Alto José do Pinho. Noutra matéria, também publicada pelo mesmo Diário, denuncia-se a ocorrência de um tiroteio em um “botequim”, na Mangabeira de cima³³⁰, local que o jornal denomina de *verdadeiro covil de ladrões e jogadores de dados, que perturbam o sossego público*³³¹. Algumas outras matérias relatam brigas e mortes em bares do Alto José do Pinho e Casa Amarela. Elas informam, além dos crimes e da violência cotidiana, sobre uma profusão de festejos, de muitos bares e sobre como parte da população se relacionava com esse universo atraente e perigoso. A existência de muitos bares e a atmosfera de alegria e violência que eles parecem conter, podem ser lidas nas memórias narradas por Aurino Pereira.

Tinha o bar de Barbosa aqui na praça, eu ainda meninote gostava de ir lá, tinha as mulheres Amara Caminhão, Zefa, Lurdes Pelada, eram as famosas daqui. Eu

³²⁶ Diário da Noite: “Ferido à peixeira pelo inimigo”, 13.06.1947; “Agredido no Alto José do Pinho”, 20.06.1947; “Ferido de faca”, 26.06.1947; “Combate à jogatina”, 12.01.1949; “Fechou o comércio do Alto José do Pinho”, 07.07.1949; “Apanhou até deitar sangue”, 01.12.1949; “Continua ameaçado pelo guarda civil”, 03.12.1949.

³²⁷ O policiamento dos bares, jogos, danças e prostíbulos, ficava a cargo da Delegacia de Vigilância e Costumes, mas em alguns casos, como estavam mais próximos, os guardas civis eram quase sempre os primeiros a chegar ao local, fazendo as primeiras averiguações do ocorrido.

³²⁸ Diário de Pernambuco, de 15.01.1946. p. 5. Matéria: “agressão no Alto José do Pinho”

³²⁹ Quando não se conhecia o sobrenome dos envolvidos em querelas policiais, estes recebiam o complemento de “de tal”.

³³⁰ Mangabeira de cima é hoje território do Alto José do Pinho, na época era a região conhecida como Munguba, onde se localizavam os prostíbulos Coréia e Come Breu.

³³¹ Diário de Pernambuco, dia 16.01.1946, p. 5. “Policiamento”.

sentava com os amigos e pedia uma música, que no bar tinha vitrola e corneta, mas tudo escondido, proibido de menor, o pessoal do *costume* chegava e mandava os de menor para correr dali. A gente que era jovem se entusiasmava com aquilo, mas de vez em quando era pau, briga, onde tem mulher e bêbedo, vai ter briga. No bar de Barbosa teve até morte. Morte tinha de vez em quando, até no bar de Nita, no cafuné, teve morte por faca. Por isso meu pai proibia eu e meus irmãos de ir nesses bares daqui, mas a gente aventurava e ia assim mesmo.³³²

O relato feito por Aurino é rico em detalhes sobre a movimentação dos bares nas noites do Alto José Pinho na primeira metade dos anos 1950. Pode-se imaginar que para um jovem, em plena idade de descobertas e de afirmação, aquela atmosfera carregada de possibilidades de novos prazeres devia se apresentar muito atraente. Uma atração mais forte do que os receios de envolver-se em alguma confusão. Aurino, ao relatar a proibição dos pais, informa sobre a cartografia dos lugares proibidos, indicando como as famílias tentavam proteger seus filhos daquela proximidade atrativa dos bares. Proximidade que, no caso de Aurino, era de pouco mais de cinquenta metros, a distância entre sua casa e a Praça 04 de Outubro, onde se localizava o bar de Barbosa, a vitrola e as mulheres. Aurino usa um termo para definir a sua relação com o local, que para sua família representava o perigo ou mesmo a perdição: aventura, que pode representar um misto de prazer, descoberta, perigo e incerteza.

Outro aspecto a se realçar no relato de Aurino sobre suas aventuras nos bares do Alto é o fato de que a polícia devia conhecer o seu pai. Aurino era filho de Severino Pereira, o Bió³³³, conhecido pai de santo do Alto, fato que poderia lhe trazer alguma proteção adicional quando ele, infelizmente, cruzasse com o pessoal do *costume*. O *pessoal do costume* a que ele se refere no seu relato é a Delegacia de Vigilância e Costumes, responsável pelo policiamento e regulamentação do funcionamento de bares, boates e casas de jogos e festas, em todo território da cidade do Recife. Além das relações familiares que lhes agregavam proteção, existia ainda a favor dos menores que se aventuravam pelos territórios a eles proibidos a ineficiência do serviço de vigilância,

³³² Entrevista concedida por Aurino Pereira a Ricardo Leite, em 26.11.2010.

³³³ Pai Bió, segundo Aurino, era amigo de policiais afamados nas circunvizinhanças de Casa Amarela e Água Fria, como os delegados Ladário de Souza e Wandercock Wanderley e também amigo de Joca Leão comerciante e proprietário de terra em Casa Amarela. Essas pessoas iam ao terreiro de Bió, pedir proteção ao santo.

que não conseguia estar em todos os lugares onde era necessária a sua presença, por conta do pequeno efetivo de guardas existente.

Sem capacidade operacional e de pessoal para estar em todos os lugares necessários, a Delegacia de Costumes priorizava a repressão, a violência e o acompanhamento das festas, das boates e suas mulheres, deixando um pouco de lado os meninos que vez por outra se aventuravam pelos bares da vida. Esse relaxamento no acompanhamento dos passos dos menores pelas casas de diversões ensejava críticas que ganhavam as páginas dos jornais, como a publicada no Diário da Noite. Com o título *Vigilância a menores*³³⁴, a notícia chama atenção para a pouca vigilância à permanência de menores nas casas de diversões e pede aumento de fiscalização por parte da polícia.

Mesmo existindo certo relaxamento e até tolerância à presença de menores nos bares e danças, no Alto José do Pinho havia também situações em que o controle contra a presença dos jovens nesses locais se intensificava, tanto por parte da família como da polícia. O aumento da restrição à presença de menores se dava pela característica da casa de diversão, pela ação dos guardas do comissariado local e, também, pelo perfil do jovem transgressor. Uma coisa era Aurino ser visto no bar de Barbosa, na praça, outra coisa era ele ser flagrado nos prostíbulos Coréia e Come Breu, locais onde havia batida regular e se fazia o controle até do horário de funcionamento. Por outro lado, a inoperância da polícia de costumes fazia com que o policiamento dos bares e casas de diversão ficasse a cargo dos guardas que, por serem mais presentes na comunidade, tinham maior ciência do funcionamento dos bares, das famílias e seus filhos, aumentando o controle sobre estes. Por fim, o maior conhecimento da dinâmica local, ajudava-os a ter uma visão mais apurada dos indivíduos mais problemáticos à chamada ordem pública. Esses indivíduos, se identificados pela polícia como *arruaceiros* ou *delinquentes*, passavam a ser distinguidos como potencial fonte de problemas e tinham seus passos seguidos mais de perto pelos guardas locais.

As danças

As danças, que aconteciam em terreiros, palhoças, salas e clubes, talvez tenham sido um dos aspectos mais marcantes dos rituais festivos existentes no Alto José do Pinho nas décadas de 1940 e 1950. Elas, além de marcar um território diverso ao

³³⁴ Diário da Noite, 06.09.1946. p. 3.

produzido no Bom Sucesso, tornam-se ponto de confluências de personagens que protagonizam a cartografia de espaços proibidos na localidade. Homens, mulheres e jovens que, por suas práticas heterodoxas, instituem outros espaços e afirmam a diferença. Em muitos casos, as danças, juntamente com os piqueniques, as praias e as festas religiosas, eram os elementos que impulsionavam a sociabilidade, de forma geral, e a amizade e o namoro, de forma particular. No principal corredor viário existente no Alto, localizado entre a atual Rua Severino Belarmino e a Rua Acaiaca, os relatos de memória são ricos na citação das muitas danças que ali se davam. Esses espaços de dança, na maioria das vezes, tinham vida curta e eram empreendimentos individuais dos chamados *donos de dança*³³⁵. As danças que adquiriram certa longevidade foram aquelas ligadas a clubes, tais como o Bom Sucesso e a Associação Atlética Munguba. Arnaldo Colorau em seu relato informa aspectos desses espaços que, pela quantidade e referência que lhe fazem os moradores, se constituíram em um importante artefato cultural da localidade.

Não tem como lembrar todas as danças que tinha aqui, tinha para você escolher, de cabaré à dança familiar. Tinha a dança de Manuel, de Aristóteles, do Soldado, de Cassimiro Lopes, Corumba. Só na Rua do Bom Sucesso você tinha o Bom Sucesso, os Caducos, Pato Morto, o Xenhenhém, o Palmeiras, o Pinheirense. Se você fosse procurar aquelas mais baixas, tinha a de Barbosa, de Zé Dedada, de Amaro Lopes e a zona do Come Breu. Isso aqui era cheio dessas danças. Também existiam aqueles donos de venda que botavam dança. Tocava de sanfona, as maiores podiam ter um *harmônico*³³⁶. Umas aconteciam na sexta, outras no sábado e outras no domingo e feriados.³³⁷

Arnaldo condensa em um tempo único, experiências vividas em algumas décadas. Imagina-se como sendo muito pouco provável que todas essas danças tenham se dado concomitantemente. Espaços como o Bom Sucesso, os Caducos, Pinheirense, Pato Morto, Come Breu, do Zé da Dedada e Bar do Barbosa foram instalados e se consolidaram como locais de danças e diversões durante a década de 1950. Danças

³³⁵ Eram popularmente denominados “donos de dança” aquelas pessoas que promoviam danças em suas residências.

³³⁶ Harmônico era um grupo musical composto de sanfona, violão, pandeiro e zabumba. Em ocasiões especiais podia ter um instrumento de sopro como trompete ou clarinete.

³³⁷ Entrevista Concedida por Arnaldo Colorau a Ricardo Leite em 10.10.2010.

como o Palmeiras, Amaro Lopes e Horácio Silva³³⁸, provavelmente se deram no período anterior aos anos 1950. A dança do Xenhenhém é uma experiência feita pelo Partido Comunista, de 1946 até 1950, período em que funcionou na localidade a célula Jener de Souza, como foi dito. Em 1950, a polícia do Governo Barbosa Lima, perseguiu e prendeu os comunistas, extinguindo o Xenhenhém³³⁹.

Se para os homens, além da diversão, essas danças podiam trazer alguns dissabores em forma de confusão, para as mulheres elas eram quase sempre objeto de desejo e um risco para a reputação, sua e da família. Nos relatos feitos por algumas moradoras, percebe-se como esses espaços de dança eram significados pelas famílias e como estas faziam um esforço para escondê-los de suas filhas. Dona Lenira relata aspectos da relação das mulheres e, especialmente, das moças do Alto José do Pinho com as danças:

Eu morria de vontade de ir, mas quem disse que meu pai deixava. Minha mãe me dizia, moça de dança não casa, você quer ficar falada? Um dia eu fui para a Igreja e a volta parei na dança e fiquei olhando, nem dancei, esqueci do tempo. Minha mãe veio me buscar, em casa meu pai me deu uma pisa. Eu nunca esqueci, passei meses sem poder ir à missa sozinha, sem sair para lugar nenhum. Moça de família os pais não deixava sair sozinha não.³⁴⁰

Dona Lenira contou também que outra vez, no carnaval, apanhou do pai porque seguiu um bloco. Ela disse que sempre gostou de festa e que seus pais a proibiam de brincar mesmo quando ela não via perigo porque *possuía comportamento de moça direita e sabia brincar*. Ainda segundo ela, havia algumas danças que ela tinha medo porque era mesmo perigoso para uma moça: *A dança da dedada eu tinha medo. Diziam que os homens de lá dava dedada nas mulheres para testar se era moça ou se gostava, se aceitava, né?* Dona Lenira informa com o seu relato como eram rígidas as regras para uma moça de família e como eram bem demarcados os campos de sociabilidade que pendulavam entre o poder e o não poder, entre o querer e o poder. Em outra parte do seu

³³⁸ O clube Palmeiras se extinguiu em 1949; Amaro Lopes morreu 1950. Segundo o morador Antônio Omar, Amaro Lopes promovia danças e alugava quartos a mulheres desde a década de 1940.

³³⁹ Segundo Arnaldo Colorau, o Xenhenhém era comandado por um músico da comunidade vizinha da Mangabeira e, quando a polícia prendeu os comunistas, a casa onde funcionava o Xenhenhém, ficou alguns anos fechada, sem ninguém ter interesse de ocupar,

³⁴⁰ Entrevista concedida por Dona Lenira a Ricardo Leite em 14.11.2010.

relato ela contou sobre o que era de bom tom para uma moça casadoira naquele Alto José do Pinho dos anos 1950:

Quando ia ter uma festa no Bom Sucesso, que o meu pai era sócio, a gente comprava roupa, sapato e ia se preparando todo mundo, ia a família inteira. Os homens todos de paletó e as mulheres bem vestidas. Era uma coisa linda, tudo organizado, com orquestra e tudo.³⁴¹

Ainda segundo Dona Lenira, num desses bailes ocorridos no Bom Sucesso, ela conheceu seu futuro marido, fato que daria razão à postura tomada pelos seus pais de proibi-la de frequentar certos ambientes quando solteira. Mas o que chama a atenção no relato feito por ela, além da emergência dos territórios que ela narra, é a sua postura diante das proibições impostas pelos pais. A Lenira que rememora é dócil e até enaltece a postura dos pais. No entanto, a Lenira jovem deixa transparecer a batalha que trava para conhecer outros territórios que aparecem proibidos. E mais, apresenta-se capaz de discernir em não ir a um lugar que poderia trazer grandes problemas a sua reputação, como a dança má afamada de Manuel da Dedada. De certa forma, Dona Lenira consegue mostrar que os perigos existem e que é o indivíduo quem pode decidir como vivê-los e superá-los por meio das escolhas que faz.

O relato de outra moradora reforça as trilhas de identidades que existiam e se formavam a partir do trânsito – ou do seu impedimento – entre diferentes territórios produzidos. Maria José de Souza, conhecida como Dona Zezé, informa do controle que os pais tentavam exercer sobre o comportamento dos filhos, especialmente das moças. Ela conta que seus pais não a deixavam ir à dança sozinha, que aquilo *não era coisa de moça que prestasse* e que ela só podia frequentar uma dança se fosse com alguma família conhecida.

Olhe, eu falo e ninguém acredita, eu ia com minha mãe pegar água no cacimbão que existia lá embaixo na rua do rio, tínhamos que passar na frente da Coréia. Toda vez que eu dobrava na Rua 21³⁴², minha mãe me parava e dizia: não olhe para aquele lado, é pecado, viu? Moça não pode ver essa falta de vergonha. Eu obedecia, nunca olhei para o lado da Coréia.³⁴³

³⁴¹ Entrevista concedida por Dona Lenira a Ricardo Leite em 14.11.2010.

³⁴² Rua 21 é denominada atualmente de Rua Avenca.

³⁴³ Entrevista concedida por Maria José de Souza a Ricardo Leite em maio de 2008.

Devia ser muito difícil para os pais a proximidade e a convivência com um espaço como a Coréia, o Come Breu ou o Recurso da Filó. Eram espaços malditos para as famílias, principalmente para algumas mães de família que disputavam o marido com as mulheres daqueles lugares de diversão. Para as moças e mulheres casadas, as zonas de prostituição eram locais de inaceitável convivência. Os pais, ao tentar esconder do olhar dos filhos as casas de diversão, estavam buscando livrá-los de perigos, reais ou imaginários, que muitas vezes estão ligados a preconceitos e a medos de que os filhos sejam atraídos para a vida em um espaço mal visto socialmente. Não olhar e muito menos cumprimentar as mulheres desses espaços eram recomendações comumente feitas pelos pais, muitas vezes em tom de ameaça e fundada na moral religiosa. As mulheres prostitutas eram segregadas da convivência com as outras mulheres. Uma segregação que aparece tanto no relato feito por uma ex-prostituta, como no da filha do proprietário da extinta Coréia.

Dona Nicinha, a ex-prostituta que preferia não frequentar lugares em que *não era bem vista*, relatou que *as mulheres baixavam a cabeça quando passavam por ela rua* e que os policiais orientavam para que ela procurasse manter-se no seu lugar para não dá motivo a reclamação contra si. Ela falou que podia ir à dança, mas somente após as 22 horas, quando a polícia liberava a função. Dolores, filha do dono da Coréia, que mesmo não sendo prostituta acompanhou na infância as atividades daquela casa de diversão, relatou que a polícia era presença constante no estabelecimento, fazendo reclamações contra as mulheres que ali residiam e trabalhavam. Segundo Dolores, as mulheres e o seu pai tinham que cumprir o regulamento da polícia de costumes.

As mulheres tinham uma ficha no comissariado, qualquer coisa que houvesse, elas eram chamadas lá. Podia ter a maior festa, a polícia chegava e acabava, dizia que era hora de terminar. Reclamavam a meu pai de mulheres na rua: olhe cuide de suas mulheres, eu vi fulana lá na rua da praça, na dança, no bar, cuidado senão isso vai fechar. A polícia não queria que as prostitutas saísse para a rua, elas tinham de ficar aqui nos seus quartos.³⁴⁴

Os relatos acima informam sobre a existência de um controle por parte do Estado que, na prática, efetivava uma segregação das prostitutas e dos locais onde moravam e trabalhavam. A polícia, por meio da Delegacia de Vigilância e Costumes e

³⁴⁴ Entrevista concedida por Dona Dolores a Ricardo Leite em 26.11.2010.

dos comissariados, acompanhava as atividades relacionadas à diversão e ao lazer. Os jornais traziam notícias alarmantes sobre a prostituição, a mendicância e o aumento da delinquência por roubos e assaltos. Em 1949, duas matérias publicadas no Diário da Noite tentam estimar, a partir de números fornecidos pela polícia, o número de prostitutas existentes no Recife. Numa destas matérias, o jornal denuncia a falta de fiscalização da atividade das prostitutas nos subúrbios da cidade.

Triste estatística – Na SSP existem 17.000 criminosos fichados pela prática de vários crimes, dentre eles 6.800 ladrões e 3.000 prostitutas [...] além [...] das meretrizes que existem na zona dos subúrbios, onde não necessitam de quitação policial.³⁴⁵

O Diário da Noite volta ao tema de forma alarmante, no dia 27.07.1949 com a matéria “Cresce a miséria e cresce a prostituição”. Na referida matéria, o jornal publica que o número de prostitutas fichadas aumentou de 940, em 1939, para 4.607, em 1949, e estima que existam *quase igual número das não fichadas*. A prática de fichamento de prostitutas se consolidou no Estado Novo a pretexto de melhoria das suas condições de higiene e saúde. Contudo, ela é apenas um item da política do Estado que visava manter o grupo em determinados locais, controlando-o e delimitando o campo de ação das prostitutas e a forma de funcionamento das casas de diversão onde essas mulheres trabalhavam. Antônio Dias, guarda civil aposentado, relata aspectos da ação do Estado na sua relação com as prostitutas:

Existia uma forma de funcionamento e todos tinham que seguir. As prostitutas só saíam para rua depois das 22 horas e tinham carteira de saúde. Se a polícia chegasse numa pensão e encontrasse alguma mulher trabalhando antes da hora prevista o proprietário ia para o xadrez, a zona era fechada e não tinha função naquele dia. Mensalmente a prostituta fichada era obrigada a passar na saúde pública para fazer exame.³⁴⁶

No Alto José do Pinho, as prostitutas eram fichadas no comissariado e adquiriam a sua carteira do serviço de saúde na maternidade do bairro da Encruzilhada. Mas, nem todas as mulheres eram fichadas. Algumas delas se livravam do fichamento por meio de amizade com os guardas civis ou por serem consideradas de *bom comportamento*.

³⁴⁵ Matéria “Ladroagem e Meretrício”, publicada no Diário da Noite em 06.05.1949. p. 1 e 5.

³⁴⁶ Entrevista concedida por Antônio Dias a Ricardo Leite em 13.11.2010.

Dona Nicinha contou que o comissário lhe dizia que ela não precisava ser fichada porque não dava trabalho e se comportava com correção. Segundo ela, o comissário lhe falava que só era preciso fichar as mulheres que arrumavam confusão. Em outro relato, uma moradora utiliza argumento semelhante se reportando ao comissário Bui Guarda. Amara Francisca, empregada doméstica e mãe solteira, relatou que o comissário fichava as mulheres sozinhas e que ele teria lhe dito que nunca a fichou porque a considerava uma mulher que não lhe dava problema.

A maneira como a polícia se relacionava com os moradores da localidade, pode ser uma chave para entender porque Amara e Nicinha não haviam sido fichadas pelo comissariado local. A semelhança da argumentação utilizada por Bui Guarda ao se reportar às duas mulheres pode ser compreendida como uma estratégia discursiva para mantê-las com o mesmo padrão de comportamento. Sem envolverem-se em problemas, as duas mulheres não criavam atritos para a polícia e o comissário administrava uma situação sem precisar indispor-se com elas. Contudo, em que pese o discurso “altruísta” do comissário, a situação de ambas não mudava. Elas continuavam segregadas e sofriam os preconceitos dirigidos às prostitutas e às mulheres sozinhas. Mulheres sozinhas muitas vezes tratadas tal qual as prostitutas, como potenciais destruidoras de lares. Dona Amara trabalhou a vida inteira, e ainda trabalha, como diarista e empregada doméstica. Em duas entrevistas ela produziu um relato que é uma síntese da discriminação e da segregação, assim como da luta contra ambas. Em um relato marcado por silêncios e resignação, Dona Amara nos levou a pedaços de passados de uma mulher negra, festeira e trabalhadora, que só pode contar com o próprio trabalho para manter-se durante toda sua vida. É o relato dessa anônima admirável, de vida épica, que pode nos levar a esconderijos que o ser humano constrói para inventar-se em territórios esquadrihados pela exclusão.

Dona Amara: a moça que gostava de dançar

O relato produzido por Amara Francisca tem a força de uma chave que abre mundos e contribui para entender a construção dos territórios no Alto José do Pinho. Ele nos informa sobre as práticas ajuntamento e apartação, sobre formas de construção da diferenciação e como este processo foi sentido e vivido por parte dos indivíduos. A trajetória de vida de Dona Amara ajuda a entender por dentro a emergência do território dos rituais festivos no Alto e como uma moradora se movimentou em meio ao

confronto de diferentes identidades, para situar-se em um determinado território. Ela conta sobre escolhas e imposições emergidas no limite entre a aceitação e resistências em uma conjuntura de múltiplas pressões. Indica como a memória reelabora as experiências, construindo sentidos para o vivido sob intensa pressão do presente.

Nascida em Porto Calvo, Alagoas, fugiu de casa depois de ser surrada pelo irmão, sendo trazida para o Recife por uma mulher para trabalhar em casa de família. Negra retinta, hoje beirando 82 anos de vida, trabalhou por seis anos em residência de um ministro da república³⁴⁷, no Recife e na antiga capital da república. Depois de trabalhar oito meses no Rio de Janeiro adoeceu de saudades e voltou. No Recife, continuou a trabalhar em casas de família, lavando roupa e botando água de ganho.

Aí eu fui pro Rio com o doutor Costa Porto, ministro da agricultura. Trabalhei seis anos na casa dele, oito meses e 15 dias passei no Rio. Só vivia chorando com saudade desse menino e vim embora. Ele (Costa Porto) pegou o avião, porque tem direito, eles tem direito de passagem de avião quando quiser, né?³⁴⁸

Em que pese dizer que *gostava muito da família* do ministro, Dona Amara demonstra capacidade para ler a diferença do lugar de onde fala. De repente não é mais ele, o ministro. Ela passa a se referir a eles, identificando um grupo, que não é o dela. A ex-empregada doméstica cola o rótulo daquelas pessoas numa determinada classe, que tem direito a *passagem de avião quando quiser*. Dona Amara voltou ao Recife depois de trabalhar seis anos na residência de um ministro de Estado, sem conquistar nenhuma das garantias trabalhistas instituídas pelo governo Getúlio Vargas. Quando não tinha trabalho nas residências, Dona Amara sobrevivia botando água de ganho para as residências do Alto. Água retirada de uma cacimba existente na rua do sapo, na Mangabeira. Também ganhou a vida lavando e passando roupa de ganho com ferro de engomar esquentado a carvão.

Eu nunca enjetei serviço, precisava trabalhar para cuidar dos meninos e me sustentar. Carreguei muita água do cacimbão para vender nas casas aqui do Alto. Depois comecei a lavar roupa de ganho. Até hoje lavo roupa.³⁴⁹

³⁴⁷ Costa Porto ocupou o cargo de Ministro da Agricultura no governo Café Filho – 1954/1955.

³⁴⁸ Entrevista concedida por Amara Francisca em maio de 2008.

³⁴⁹ Entrevista de Dona Amara a Ricardo Leite em 03.10.2010.

Dona Amara apresenta as dificuldades de se viver nos morros do Recife em meados do século XX. A falta d'água era um dos maiores problemas enfrentados pelos moradores do Alto José do Pinho. Até o início dos anos 1950, existiam apenas três chafarizes no Alto, um deles de propriedade da Imobiliária Vieira da Cunha³⁵⁰. No período, havia muita reclamação por parte da população por causa da falta d'água. Matérias publicadas na imprensa, denunciam o desabastecimento d'água nos morros, a movimentação dos proprietários de chafarizes e os altos preços cobrados pela água³⁵¹. Na festividade de inauguração da instalação de uma rede pública de eletricidade no Alto José do Pinho, o vereador do Recife Otávio Nascimento, ligado ao Partido Comunista, conclamou a população a *lutar pela desapropriação dos três chafarizes particulares existentes na localidade*.³⁵² A parte da população que tinha algum dinheiro acorria aos chafarizes, mas a parte mais despossuída economicamente tinha de recorrer às cacimbas e veios d'água existentes no Bartolomeu, Bomba do Hemetério e Mangabeira.

Dona Amara não casou e não teve filhos, mas acabou criando os quatro filhos de uma conhecida sua. Esses filhos adotivos são a sua família. A forma como ela os recebeu é o tema de uma história dramática vivida por ela. Disse Dona Amara que certo dia uma moça engravidou e por conta disso foi abandonada por seus pais e pelo namorado. Sozinha e sem apoio, a mulher grávida contou com a sua solidariedade.

Ela veio buchuda desse menino (aponta um senhor grisalho que passa na rua na hora da entrevista), o marido dela bebia muito, quando ela descansou ficou de camaradagem comigo. Eu saía de manhã e ela cuidava de minha roupa. Fui me pegando ao menino, muitas vezes ele dormia comigo.³⁵³

A fala de Dona Amara abre a possibilidade de entender a montagem de uma prática muito comum entre os seres, presente nas relações sociais que se estabelecem

³⁵⁰ O chafariz da Vieira da Cunha era administrado por Antônio do Chafariz, que também cobrava o aluguel dos terrenos pertencentes a Vieira da Cunha.

³⁵¹ **Diário da Noite**: “O problema dos Morros”, 28.05.1948; “Água para as favelas do Recife”, 22.09.1948; “Um drama na vida da lavadeira”, 10.01.1949; **Folhado Povo**: “Povo conquistou luz para o Alto José do Pinho”, 25.01.1949; “Moradores de Casa Amarela não tem direito a nada”, 26.01.1949; “CR\$ 0,70 uma lata d'água no Morro da Conceição”, 13.02.1949; “Inaugurada luz pública do alto da Munguba”, 15.02.1949.

³⁵² Matéria da Folha do Povo: Inaugurada luz pública do Alto da Munguba, 15.02.1949.

³⁵³ Entrevista de Dona Amara a Ricardo Leite em maio de 2008.

entre os pobres da cidade daquele tempo, ou seja, a construção da prática de troca de favores e a formação de famílias para além da formação genética³⁵⁴. Depois do nascimento do filho, a mãe dele continuou morando na casa de Dona Amara. Quando o menino completou quatro anos, ela foi para o Rio de Janeiro trabalhar, mas não suportando a saudade dele, resolveu voltar. A volta mudaria o curso de sua vida. A mulher que ela apoiou teve mais três filhos, adoeceu, morreu e Dona Amara assumiu a criação dos meninos.

Em todos os relatos que faz, Dona Amara realça o seu prazer em festejar, em frequentar brincadeiras, em dançar. Muito do que conhece da geografia da cidade, ela deve a sua vontade de festejar. E diz: *Eu varria esse Recife atrás de uma festa, tinha umas amigas que não enfeitava parada*. Um dos seus grandes orgulhos foi ter sido sócia, por dois anos, do clube carnavalesco Pão da Tarde, cuja sede localizava-se na Rua Imperial. Mas era nas danças que Dona Amara parece se encontrar, dançar era sua forma de diversão mais usual. Essa paixão tinha um custo, que no meio de outra fala apresenta alguns dos seus sinais:

Muita gente criticava, não falava comigo. As pessoas falavam porque eu ia nas danças, diziam que não era lugar de moça, viver nesses clubes dançando, que estava atrás de homem. Eu nem ia atrás de homem, que homem nenhum presta, eu gostava da farra, de sair.³⁵⁵

Era preciso enfrentar alguns preconceitos para viver da forma que vivia Dona Amara. A sociedade, por meio dos grupos religiosos e familiares, não via de bom grado uma moça/mulher sozinha que frequentasse danças. Em alguns casos, elas eram tratadas como prostitutas e proibidas de frequentar lugares onde costumavam ir denominadas famílias de bem. Contudo, o que interessa aprofundar é o fato dela gostar tanto de danças e não gostar de ir a danças no Alto José do Pinho.

Eram tantas as danças naquele Alto José do Pinho dos anos 1950, e Dona Amara parecia desdenhar de todas elas. Segundo ela, não gostava de frequentar as danças existentes na localidade porque se acostumou com as festas na cidade, desde o tempo da

³⁵⁴ “As estratégias familiares não podem ser compreendidas ao nível da família tradicionalmente vista como unidade residencial. Em Santena essas estratégias jogam com frentes familiares formadas por unidades que não residem juntas, mas unidas por laços de parentesco consanguíneo, por alianças ou relações de parentesco fictícias”. LEVI, Giovanni. A herança imaterial. p. 30.

³⁵⁵ Entrevista concedida por Dona Amara em maio de 2008.

sua chegada ao Recife, quando foi morar com uma família que residia nas imediações do Pátio do Terço, no bairro de São José.

Tinha muita dança aqui em cima, eu gostava de dançar, mas eu não gostava das danças daqui não, nunca gostei. Eu ia dançar no Prato Misterioso, no Pão da Tarde, nos Batutas³⁵⁶, lá por baixo, na cidade. Aqui eu não me interessava, não ia de jeito nenhum, eu não gostava mesmo.³⁵⁷

Uma pergunta pede para ser feita: Porque Dona Amara, adepta confessa de uma dança, renegava as danças no Alto, preferindo se aventurar pelas noites distantes dos bairros de Afogados e São José? Poderia ter ela consolidadas amizades no bairro de São José? Quem sabe ela estivesse evitando transitar nas danças existentes no Alto? Ela devia saber dos perigos que rondava a vida de uma moça sozinha, adepta de danças? Talvez quisesse evitar a censura presente em comentários de conhecidos e vizinhos. Talvez fugisse de problemas com a polícia. Mulheres sozinhas e mães solteiras frequentadoras de bares e danças corriam risco de fichamento pelo comissariado, como mundanas ou mesmo prostitutas.

Em outra passagem do seu relato, Dona Amara expõe parte dos seus receios e talvez dos motivos para não frequentar as danças existentes no Alto José do Pinho:

O comissário foi nesse beco, era Sr. Mizael, depois que ele saiu dali, aí veio Biu Guarda. Eles pegavam as mulheres sozinhas pra fichar. Fichava tudo. Eu tinha medo de ser fichada. Quando a tintureira³⁵⁸ subia a ladeira todo mundo corria para dentro de casa, se eles pegassem a gente na rua levava e fichava.³⁵⁹

O fichamento de mulheres às vezes se dava com base em uma negociação e, em alguns casos, era definido com base em interesses pessoais dos agentes policiais. Uma mulher que mantivesse boas relações com os policiais, tinha mais chance de escapar do fichamento. Imagina-se o peso de uma ficha dessas sobre a vida de uma mulher sem

³⁵⁶ Prato Misterioso, Pão da Tarde e Batutas de São José são blocos carnavalescos que promoviam em suas sedes festas dançantes em várias datas do ano, principalmente no período próximo aos festejos carnavalescos.

³⁵⁷ Entrevista concedida por Dona Amara a Ricardo Leite em maio de 2008.

³⁵⁸ Tintureira, ou Tintureiro, era um automóvel preto estilo baú, vinculado à Delegacia de Polícia Auxiliar, tinha múltiplas funções como recolher mendigos, loucos e presos diversos para os locais como asilos, hospitais, delegacias, casa de detenção ou sede da SSP.

³⁵⁹ Entrevista concedida por Dona Amara em maio de 2008.

marido e sem família influente, em meados do século XX. O ex-guarda Severino Guedes, relata que a polícia observava as mulheres sozinhas, no Alto.

Aqueles mulheres que viviam nos bares, nas bebedeiras e nas danças se fichava também. Porque sabe o que acontecia? Nos bares e nas danças existia confusão e a gente, para manter a ordem, tomava providência. Agora tem essa liberdade, no passado mulher direita não saía para dançar não. Só gente desclassificada.³⁶⁰

A polícia demarcava o território perigoso das festas, no Alto, onde *existia confusão*, tentando impedir o trânsito daquelas pessoas que julgava como sendo *gente desclassificada*. A mulher que frequentava danças e bares não era, na visão da polícia, da igreja e da família, uma mulher direita. Parece provável que Dona Amara não frequentasse danças e bares, no local onde residia para livrar-se da possibilidade de ser vista como uma *desclassificada*. Quando Biu Guarda lhe dizia em tom de elogio, que tinha fichado muitas mulheres do Alto e que nunca precisou fichá-la, ele estava exercitando a política da boa vizinhança. E Dona Amara, não indo a danças no Alto, demonstrava ter um conhecimento sobre os territórios existentes e seus limites. Ela parece saber que ser vista como frequentadora de danças lhe traria problemas tanto com a polícia como de convivência com vizinhos e de aceitação social na localidade.

Outra questão que chama atenção no relato de Dona Amara é quando ela se reporta aos cultos africanos. De forma semelhante aos discursos proferidos sobre as festas e danças, ela parece não levar muito a sério as implicações de se frequentar catimbós nos anos de 1940 e 1950. Segundo ela, ia aos cultos africanos só por diversão, minimizando a importância da sua ida àquelas práticas religiosas: *Eu ficava só assistindo, às vezes pegava no sono e nem via. Fui muitas vezes, minhas amigas passavam aqui e me chamavam.*

Ia só por festa. Essa frase não casa com *fui muitas vezes*. Dona Amara, que tanto zelo tentava demonstrar com sua reputação quando o caso eram as danças, parecia frequentar um ambiente ainda bastante visado e perseguido pelas autoridades policiais do Estado, relacionado a práticas que eram significadas socialmente como elementos culturais do atraso. Pode-se imaginar que, impedida de frequentar as danças na sua comunidade, pela diferenciação socialmente construída, Dona Amara tivesse um maior trânsito e fosse melhor aceita em um terreiro, onde ela deveria se sentir entre pares,

³⁶⁰ Entrevista concedida por Severino Guedes a Ricardo Leite em 18.12.2010.

entre gente como ela. Pessoas que poderiam fazer da prática do culto aos orixás uma possibilidade de estar entre iguais. Outra dúvida persistia: será mesmo que ela não tinha crença no santo? Será que ela frequentava mesmo o catimbó *só por festa*? Aquela fala era algo que destoava do seu contexto de vida. Era preciso voltar ao seu relato, talvez nele existisse alguma fenda para entrar na casamata onde poderiam estar guardados aspectos da religiosidade daquela mulher que frequentava o terreiro de Marieta, no Alto José do Pinho. Um fragmento da entrevista de Dona Amara, em meio a relatos sobre a morte da amiga que lhe deixou quatro filhos para criar, chama a atenção. Nele, ela faz a descrição de uma sessão onde teria tido contato com a falecida mãe dos meninos:

Logo assim quando a mãe desses meninos morreu, eu fui nessa sessão aí o espírito dela baixou, cheguei a sentir aquele negócio e disse para mim assim, olhe não dê o menino a ninguém. Você está fazendo o que mandei? Cuide dele, não dê ele a ninguém.³⁶¹

Não se pode afirmar que Dona Amara assumiu os filhos da amiga desaparecida por conta do episódio na sessão no xangô de Marieta ou se ela frequentava ou não as danças existentes no Alto José do Pinho. Importa mais buscar entender como a construção de determinada identidade acontece em um campo de luta onde o indivíduo se constrói e constrói o seu território de pertença. No caso específico e dado a ler no relato produzido por Amara Francisca, é possível perceber como ela jogava com os territórios existentes, ora assumindo-os, ora negando-os. Ao não frequentar as danças no lugar onde residia, ela, a um só tempo, reconhece os territórios da forma como eles eram socialmente lidos e da mesma forma que tenta manter-se fora do território constituído pelas pessoas que não representavam a elite local. Mantendo-se fora do perigoso território das danças e dos bares, Dona Amara minimizava os problemas que adviria se fosse reconhecida como uma partícipe dele.

Outro aspecto a pinçar no relato feito por Dona Amara é a forma como ela discursa sobre as suas práticas de vida. Coisas que devem ter se dado com uma grande carga de dramaticidade, são ditas por ela com um ar de pouco caso, de desimportância. Quando ela rememora e é confrontada sobre algo que a punha como discriminada ou que a deixasse culturalmente em cheque, Dona Amara encurtava a resposta usando frases do tipo *eu não gostava* ou *eu ia só por folia*. Ela não assumia certas posições

³⁶¹ Entrevista concedida por Dona Amara a Ricardo Leite em 25.10.2010.

tomadas e fardos carregados, negando-se a falar sobre temas como preconceito, violência ou discriminação sofrida.

Rememorando, Amara Francisca cimeta pontes sobre acontecimentos e crenças. O seu relato informa como a reconstrução da memória aparece pressionada pelos costumes e pela repressão que se faz, em determinado tempo, a certas práticas sociais. Esquecendo diferenças, ela estabelece um determinado sentido, um passado uniforme e inteligível para sua vida. Dona Amara, ao lembrar aspectos do seu passado, reelabora as suas experiências, descartando coisas que ofereceriam resistência às representações que construiu de si, assumindo-as como suas e daquilo que viveu. Conhecendo aspectos da vida dessa mulher admirável e vendo-a discursar sobre eles, no presente, tive a impressão de estar diante de outra pessoa. Outra vez Pirandello me surge lembrando como são múltiplas as identidades e eu outra vez estou a imaginar a distância que há entre uma pesquisa e uma vida.

Figura 21: Foto com os fundadores da Associação Atlética Munguba, clube social que se tornaria o principal rival do Bom Sucesso.



Figura 22: Desfile comemorativo ao dia da pátria, ocasião que é lembrada com bastante fervor pelos moradores. Em época de ditadura, a homenagem aos militares.



Figura 23: Evento festivo no AJP, em 1960, na foto aparecem os jovens Arnaldo Colorau e Antonio Omar.



Figura 24: Moradores do AJP em festa de Cosme e Damião, no qual é distribuído presentes e doces para as crianças participantes.



Figura 25: Time de futebol do Bom Sucesso Esporte Clube do Alto José do Pinho, duas vezes vice-campeão do campeonato da segunda divisão estadual nos anos 1960.



Figura 26: Bar e dança pertencente ao bloco carnavalesco Amante das Flores do AJP.



OUTRAS CONSIDERAÇÕES

As considerações aqui apresentadas não têm a pretensão de dizer a palavra final sobre os eixos temáticos que constituíram a pesquisa. Elas visam a informar sobre, à luz da investigação produzida, de que maneira eu percebi e reelaborei por meio da escrita narrativa processos, práticas e experiências que ensejaram a construção de diferentes lugares e territórios no bairro do Alto José do Pinho, no Recife. Práticas e processos que emergiram provocadas por inquietações, as quais eu apresentava e tentava responder por meio de variadas perguntas, tais como: Como se inventa um lugar, um bairro? Que práticas sociais, culturais, tipos de atividades laborais, competências, papéis sociais e atores se insinuam capazes de engendrar a abertura de trilhas para a emergência de territórios, do político, do privado e do público, e suas especificidades, as quais possibilitam a institucionalização de relações e de lugares que passam a ser vivenciados coletivamente? Como e em que condições foram produzidas as representações sobre aquelas práticas acontecidas e dadas a ler pelos moradores de determinado território? Como se construiu e se reelabora cotidianamente a memória das práticas e do vivido e como a memória coletiva articula e representa os diversos territórios existentes e os diferentes processos que possibilitaram a emergência do Alto José do Pinho “das memórias”, como um bairro coletivamente lido, vivido e partilhado? Ou, dizendo de outra forma, como os moradores do Alto José do Pinho viveram, significaram e significam as suas experiências de vida?

As memórias reconstruídas e partilhadas de maneira coletiva têm como uma de suas características a construção no presente de um vivido homogêneo, de um lugar unificado. Nesse contexto onde persiste um permanente trabalho de reelaboração da memória, o esquecimento é um elemento presente e necessário para a construção social de sentidos. O trabalho do historiador atua sobre esse sentido dado e produzido, na busca por vestígios, práticas, indícios e acontecidos, que possam trazer aspectos do passado, que a memória coletiva, por meio do seu movimento homogeneizante, tenha tornado subterrâneo, esquecido. Durante o desenvolvimento e a escrita desta pesquisa, procurei investigar, entender e significar, por meio da análise histórica, as diferenças, as disputas e as lutas que estavam presentes na instituição e formação de territórios, no Alto José do Pinho.

No primeiro capítulo, ao investigar o processo de ocupação e suas práticas, percebi que ele era predominantemente dado a ler de forma mais ou menos homogênea, tendo realce nos relatos: a livre construção de moradias, onde *quem quisesse podia chegar e fazer sua casa*, o aparecimento das imobiliárias com seus cobradores para cobrar foro de chão das casas e a conquista da moradia, na década de 1980. Diferentemente do que apresentava a memória coletiva, o processo de ocupação territorial do Alto constituiu-se de diferentes e múltiplas práticas. A partir da investigação produzida, emergiram como importantes temas da pesquisa, o processo migratório e os relatos da existência de habitantes antes da migração e das imobiliárias nos sítios rurais da localidade. Também o trabalho de pesquisa foi capaz de mostrar os diversos discursos existentes sobre a propriedade das terras, quando a memória coletiva realça predominantemente as figuras das imobiliárias e a luta dos moradores com a ajuda do Estado para a conquista definitiva das suas moradias. Por fim, na questão do funcionamento interno do *negócio dos alugueis do chão* das casas, enquanto predomina a figura dos *cobradores* como meros prepostos das imobiliárias, foi possível perceber que eles foram elementos importantes e que constituíram, juntamente com os *fazedores de casas*, um sistema local de poder. Um sistema de poder que articulava ganhos econômicos e que funcionava localmente com certo grau de autonomia para, inclusive, definir regras e exigir seu cumprimento utilizando-se da violência.

No segundo capítulo, estudando aspectos da prática do Comissariado de Polícia, procurei apresentar e dar a ler que máquina policial parece ter sido, e pode ser compreendida como, a primeira forma que o Estado assumiu nos morros e córregos das zonas norte e noroeste do Recife. Ela emerge como uma tentativa feita pelo poder institucionalizado para controlar as classes perigosas. Surge nos locais onde são instalados os comissariados, antes mesmo dos primeiros serviços públicos, já então reclamados pela população, tais como água, calçamento, luz elétrica e escolas. Como braço institucional do Estado fincado nas comunidades, o Comissariado de Polícia se projetou como um organismo híbrido com uma atuação disseminada, que ia da repressão policial, passava por ações de assistência social e comunitária e adquiria feições eminentemente político-partidárias. Denunciados pelo seu atrelamento político-eleitoral, os comissariados seguem combatidos e apoiados por todo período que vai do final da ditadura getulista até o início dos anos 1950. Nem mesmo os abalos provocados pela interventoria de Demerval Peixoto e da ascensão do Coronel Viriato de Medeiros

ao comando da SSP, foram capazes de impedir que o grupo político comandado por Agamenon Magalhães mantivesse o controle do aparelho de segurança.

O grupo de delegados que atuava em órgãos-chaves da Secretaria de Segurança Pública e, também, nos diversos comissariados nos subúrbios, ao estarem envolvidos e comprometidos, no pós-1945, com o grupo político do ex-interventor Agamenon Magalhães, transformava parte dos comissariados suburbanos em posto avançado do Partido Social Democrático. A intensa disputa política que se estabeleceu nas sucessivas eleições ocorridas entre 1946 e 1950, entre o grupo político comandado por Agamenon Magalhães e os seus opositores, incrementou o papel político-eleitoral dos comissariados e ensejou ataques da oposição àqueles departamentos.

O perfil social, o despreparo para a função e a forma predominante de entrada dos guardas e comissários na Guarda Civil, propiciaram a continuidade de práticas políticas assemelhadas à desenvolvida pelo corpo privado de vigias, que vigorou até o término da denominada República Velha. Assim, o aparelho do Estado continuou, por meio das práticas do sistema de segurança, sendo apropriado de forma privada pelos grupos que o controlavam. A oposição, ao atacar os comissariados, assim fazia, não para democratizá-los, mas para enfraquecer politicamente o grupo político que desde os anos 1930, controlava a SSP. O chefe político, que aparece articulando o uso político e o controle do comissariado por meio do trabalho dos guardas e comissários, contribuiu para a consolidação e manutenção de práticas assistenciais e clientelistas nas comunidades suburbanas, no período estudado. Práticas que faziam do aparelho de Estado e suas instituições um patrimônio do político do grupo dominante, transformando o político majoritário do local em quase dono dos órgãos públicos e dos recursos públicos que circulavam localmente.

A despeito das representações construídas sobre o Comissariado de Polícia do Alto José do Pinho, nas quais emerge como um modelo ideal de integração entre a polícia e os moradores, as práticas daquele organismo policial informam sobre a existência de um intenso controle e repressão do Estado sobre as denominadas classes perigosas. No Alto José do Pinho, o Comissariado de Polícia funciona como parte integrante do poder político colocado à disposição do PSD e, especialmente, dos políticos Fábio e Clóvis Corrêa. As ações cometidas pelo Comissariado por meio de seus agentes definiam a replicação do modelo de polícia predominante no período, em

que, por meio da repressão violenta, da regulação de atividades de diversão, da proibição do funcionamento de associações reivindicativas e da resolução de pequenas questões do cotidiano, materializavam o poder e o controle sobre as comunidades, onde se encontravam instalados. Essas atribuições, no mesmo instante em que instalavam e fortaleciam os mecanismos de controle e demarcavam diferenças e territórios, propiciavam a emergência de um campo de sociabilidade, no qual atuavam e se empoderavam política e socialmente as autoridades policiais da localidade.

No terceiro capítulo, investigando algumas instituições e manifestações culturais existentes no Alto José do Pinho, no período abarcado pela pesquisa, procurei dar a ler como a existência e práticas dessas instituições criam e consolidam variados territórios, localmente existentes. Observando as atividades, frequentadores e regras de funcionamento do clube sócio-esportivo Bom Sucesso Esporte Clube, da Associação Atlética da Munguba e de outros espaços utilizados para diversão, procurei investigar as relações entre as suas práticas, a construção de territórios e a emergência de diferenças localmente instituídas entre grupos e indivíduos. Também trabalhei tendo a preocupação de investigar como os moradores entrevistados constroem, se apropriam e representam os territórios, as instituições e as práticas estabelecidas, ou seja, como eles reelaboram suas memórias sobre determinados aspectos do vivido.

No período imediatamente após a ditadura do Estado Novo, se manteve a proibição de reunião com alguma conotação explicitamente política. Nesse período os clubes sociais e esportivos passam a ser utilizados com frequência pela sociedade política e reivindicativa como instrumentos de organização de demandas políticas. Os partidos formados após o fim do Estado Novo e os políticos, em busca de uma base para a disputa eleitoral, vão acorrer aos clubes sócio-esportivos procurando apoio para mobilização de eleitores. O Bom Sucesso Esporte Clube, no Alto José do Pinho, passa a se constituir em um instrumento do grupo eleitoralmente dominante.

Além de funcionar como um dos focos de poder local, o Bom Sucesso Esporte Clube do Alto José do Pinho, na sua trajetória, vai se estabelecer como uma das principais referências culturais do bairro, consolidando-se como o lugar frequentado pelas famílias mais conceituadas da localidade. O Clube, ao se estabelecer e ser lido como o lugar das *boas famílias*, instaura um território específico e demarca, pela exclusão de parte dos moradores, a existência de outros lugares, como outros clubes e

casas de diversão. A convivência e o afastamento produzidos pela existência desses diferentes territórios, afirmam o bairro como um campo de luta e projetam na cena local a emergência da diferenciação social entre os moradores, possibilitando a aparição de diferentes grupos. A investigação das atividades das organizações e espaços onde se davam os rituais festivos possibilitou-me compreender os territórios construídos como uma máquina de sentidos, na qual são produzidos diferentes interpretações do mundo e o local onde se engendraram múltiplas representações do real.

Um dos pontos que desejo realçar, dentre as experiências vivenciadas durante a pesquisa e a escrita desse trabalho, é a necessidade de continuar a se estudar a movimentação dos moradores na construção dos bairros populares. A história acontece no cotidiano e nas relações deste com as instituições e as grandes temáticas existentes na sociedade. O trabalho de pesquisa sobre o Alto José do Pinho me mostrou que, para além da ideia prevalecente de que comunidade pobre é tudo igual, a constituição dos bairros e comunidades são processos em que prevalecem a riqueza de disputas, territórios, grupos, narrativas e diferenciações. Portanto, por trás da imagem homogênea do nome existe uma gama infinita de vias, personagens, espaços e lutas, tecendo a história.

As localidades situadas nas zonas norte e noroeste do Recife têm sido alvo de poucos estudos pelos historiadores à despeito da importância que possuem na redefinição espacial da cidade. Nos começos, predominante habitadas pelos pobres e negros, se consolidam como o lugar perigoso que necessita da ação saneadora e vigilante por parte do Estado. Em muitos aspectos apresentam-se como um espaço rico em manifestações culturais, riqueza que, no período abarcado pela pesquisa, era observada com temor e desprezo pelas autoridades em um Recife que primava em emitir signos de modernização. A pesquisa de aspectos da ocupação, da institucionalização e das práticas culturais ocorridas no Alto José do Pinho abre a possibilidade para compreender e significar diferentes trajetórias produzidas pelos seus moradores, e a movimentação engendrada pelo Estado no sentido de trazer aquele território para o seu campo de influência e mando. Novas pesquisas poderão trazer à tona aspectos importantes da história do Recife ainda recobertos, ampliando o conhecimento sobre cidade e bairro e sobre as diversidades das práticas sócio-culturais e políticas que ali se deram.

BIBLIOGRAFIA

- ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In Fontes Históricas. Organização PINSKY, Carla B. Editora Contexto; São Paulo. 2008.
- AMADO, Janaína. O grande Mentiroso: Tradição, veracidade e imaginação em história oral. São Paulo: História. 1996
- ALMEIDA, Maria das G. A. Athaide de. A construção da verdade autoritária. São Paulo. USP. 2001.
- BALTAR, Antônio Bezerra. Diretrizes de um Plano Regional para o Recife. Recife. Tese de concurso para o provimento da cadeira de urbanismo e arquitetura paisagística na escola de Belas Artes da Universidade do Recife, 1951, p. 47.
- BERNARDES, Denis. Recife: o caranguejo e o viaduto. Recife, Editora UFPE, 1996.
- BEZERRA, Gregório. Memórias (1900-1969). Volumes 1e 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1979.
- BOSI, E. Memória e sociedade, lembranças e velhos. São Paulo: Companhia das letras, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand,1989
- BOUTIER, Jean. JULIA, Dominique & Et all. Passados Recompuestos: Campos e canteiros da história. Rio de Janeiro. UFRJ. 1998.
- CAMPOS, Zuleica Dantas P. O combate ao catimbó: Práticas repressivas as religiões afro-umbandistas nos anos trinta e quarenta. Recife. PPGH/UFPE. 2001.
- CASTRO, Josué de. Documentário do Nordeste. São Paulo. Brasiliense. 1978.
- CAVALCANTI, Carlos Bezerra Cavalcanti. Polícia Civil de Pernambuco (origem e evolução histórica). Recife: Edição do Autor. 2008.
- CAVALCANTI, Paulo. O Caso Eu conto como o caso foi – Memórias Políticas – 1º e 2º volumes. Editora Guararapes – Recife – 1980.
- CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. Rio de Janeiro: Revista Dados. Volume 40, Nº 2. 1997.
- CARVALHO, Os bestializados. Cia das Letras. SP. 1987.
- CHALHOUB. A cidade febril. Cia das Letras SP 2001
- CHARTIER, Roger. À Beira da Falésia: a História entre incertezas e inquietude. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS,2002.

- _____. A história cultural. Lisboa: Difel. 1990.
- COHN, Amélia. Planejamento e Crise Regional. São Paulo: Perspectivas. 1978.
- DE CERTEAU, Michel. A invenção do cotidiano 1. Artes de fazer. Petrópolis. Vozes. 1994.
- _____. A invenção do cotidiano 2. Morar e Cozinhar. Editora Vozes. Petrópolis, RJ. 1997.
- _____. A escrita da História. Forense Universitária. São Paulo. 2008.
- DELEUZE, Gilles. Conversações. Rio de Janeiro. Editora 34. 1992.
- FERRO, Marc. O filme: uma contra análise da sociedade. In Le Goff; J. Nora, P. (Orgs.). História: novos objetos . Rio de Janeiro. Francisco Alves . 1979.
- FIGUEIRA, Adriana Barata dos Santos. A grande mãe: um estudo sobre o imaginário do lugar: o Morro da Conceição. MDU/UFPE. 2000.
- FREYRE, Gilberto. Sobrados e Mucambos. Rio de Janeiro. José Olympio. 1995.
- _____. Guia prático, histórico e sentimental da cidade do Recife. Rio de Janeiro. José Olympio. 4ª Edição revista e aumentada. 1968.
- FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. 1969.
- _____. A microfísica do poder. Rio de Janeiro. Graal. 6ª Ed. 1986
- _____. Résumé des cours (1970-1982) Paris: Julliard. 1989. p. 99-100.
- GINZBURG, Carlo. O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. Cia das Letras. São Paulo. 1998.
- GOMINHO, Zélia. Veneza Americana e Mucambópolis. Recife: PPGH-UFPE. 1997.
- GUARINELLO, N. L. Festa, trabalho e cotidiano. In. JANCSÓ, I & KANTOR, I (orgs). Festa cultura e sociabilidade na América Portuguesa. São Paulo: Ed. Hucitec./Edusp, 2001. Volume
- GUIMARÃES, Alberto Passos. As classes perigosas: banditismo urbano e rural. Graal. RJ. 1981.
- GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Cidades da Mineração: memória e práticas culturais. Cuiaba/MT: Ed.UFMT. 2006.
- HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Editora Vértice, revista dos tribunais. 1990.
- HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A 1999.

- HIPÓLITO, Lucia. PSD de raposas e reformistas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- LAVAREDA, Antonio. Partidos pós-guerra, primeiras eleições em Pernambuco, 1945-1947. Editora UFPE. Recife. 2008.
- LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. (1984)
- LEITE, Ricardo. Aqui do Alto a história é outra: a narrativa dos moradores do Alto José do Pinho. Magis, Recife. 2009.
- LEITE, Rogério Proença. Contra usos da Cidade. São Paulo: UNICAMP. 2007.
- LENHARO, Alcir. A sacralização da Política. São Paulo: Editora Papirus. UNICAMP. 1986
- LEVI, Giovanni. A herança Imaterial: a trajetória de um exorcista do Piemonte do século XVII. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 2000.
- LIMA Filho, Andrade. O China Gordo, Agamenon Magalhães e sua época. Recife: Ed. Universitária, 1976.
- LOPES, Gustavo Acioli. A cruzada Modernizante e os infiéis no Recife, 1922-1926. Higienismo, vadiagem e repressão policial. Recife. PPGH/UFPE.
- LOPES, José Sergio Leite. A tecelagem dos conflitos de classes na cidade das chaminés. Brasília: Marco Zero/UnB. 1988.
- LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. In: Projeto História 17. São Paulo: PUC, 1998.
- MAGALHÃES, Agamenon. Idéias e Lutas. Recife, Raiz, 1985.
- MELO, Mário Lacerda de. Metropolização e subdesenvolvimento: o caso do Recife. Recife: Universidade Federal de PE/Dep. de Ciências Geográficas, 1978.
- MONTENEGRO, Antonio Torres. História Metodologia Memória. Editora Contexto. São Paulo. 2010.
- _____. História Oral e Memória: a cultura popular revisitada. São Paulo: Contexto, 1992.
- _____. Memórias, percursos e reflexões. Entrevista. In Revista de História SAECULUM 18. João Pessoa: UFPB.2008.
- _____. Casa Amarela, Memórias, Lutas e Sonhos. Séries 1 e 2. Recife. FEACA, 1988.
- MORAIS, Edlene M. Neri de. Sossega Leão: os significados do homicídio doloso na prática cotidiana da Justiça – Recife, 1939-1949. Recife PPGH/UFPE, 2009.

- MOTA, Paula Poncioni. A polícia e os pobres: Negociação e conflito em delegacias do Rio de Janeiro. Dissertação Mestrado da Escola de Serviço Social, UFRJ, 1995.
- MUMFORD, L. A cidade na história. Belo Horizonte: Itatiaia, 1965.
- NORA Pierre. Entre a memória e a história. Revista Projeto História 10, PUC. SP. 1993.
- OLIVEIRA, Luciano. Sua Excelência o Comissário: Dissertação de Mestrado, PIMES/UFPE, Recife, 1984.
- PANDOLFI, Dulce. Pernambuco de Agamenon Magalhães. Consolidação e crise de uma elite política. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana. 1984.
- PESAVENTO, Sandra. História & História Cultural. Autêntica, Belo Horizonte/MG. 2008.
- PINSKY, Carla Bassanezi, Et ali. Fontes históricas. São Paulo. 2ª Ed. Contexto. 2008
- PIRANDELLO, Luigi. Um nenhum cem mil. São Paulo: Cosac & Naify. 2004
- POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. Revista Tempos Históricos, Volume 2, Nº 3. CPDOC/FGV. Rio de Janeiro, 1989.
- PONTUAL, Virginia. Uma cidade e dois prefeitos: narrativas do Recife das décadas de 1930 e 1950. Recife: FUNDAJ, 2001
- PORTELLI, Alessandro. A mitologia e os fatos – Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. Revista Tempo Rio de Janeiro. Volume 1, nº 2. 1996.
- _____. Sonhos Ucrônicos – Memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. In Revista Projeto História 10, p. 41-58. PUC/SP. 1993.
- PROUST, Marcel. O tempo redescoberto. São Paulo: Globo. 1995.
- REIS, João José. Domingos Sodré, um sacerdote africano. São Paulo. Cia das Letras, 2008.
- REZENDE, Antonio Paulo. (Des) encantos Modernos: história da cidade do Recife na década de vinte. Recife: FUNDARPE, 1997.
- _____. Recife, espelhos do passado e labirintos do presente. In Relendo o Recife de Nassau, organizadores VERRI, Gilda Maria Whitaker. BRITTO, Jomard Muniz de. Relendo o Recife de Nassau. Recife: Bagaço, 2003. 238p.
- SÁNCHEZ, Fernanda. A Reinvenção das Cidades para um mercado mundial. Chapecó:Argos, 2003
- SINGER, Paul. Desenvolvimento econômico e evolução urbana. 2ª edição. São Paulo. Cia das Letras. 1977.

SOARES, José Arlindo. A frente do Recife: O governo de Arraes - O nacionalismo em crise 1955-1964. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1982.

SOUSA, Isauro. A regularização fundiária das “Terras de Ninguém”. MDU/UFPE. 2005.

SOUZA, M. Angela. Avanços e arrefecimentos do processo de regularização fundiária dos assentamentos populares. In Anais do Terceiro Congresso de Direito Urbanístico. MDU/UFPE. 2004.

_____. LUBAMBO, Cátia Wanderley; NETO, Adayr Ribas. O processo de formação das favelas de Casa Amarela. Recife. UFPE. 1984.

TEIXEIRA, Flávio Weinstein. O Movimento e a Linha. Presença do Teatro do Estudante e do Gráfico Amador no Recife (1946-1964). Recife: Editora Universitária da UFPE. 2007.

VEYNE, Paul. Como se escreve a história: Foucault revoluciona a história. Brasília; UnB. 1998.

ZALUAR, Alba. A máquina e a Revolta. São Paulo: Brasiliense, 2000.

DOCUMENTOS

Imobiliária Pernambucana Ltda. Histórico do Engenho São Pantaleão do Monteiro. Edição brochura. 1976.

COHAB/PE. Diagnóstico Social do Alto José do Pinho, de data incerta, meados da década de 1980.

SALIBA, Elias Thomé. Resenha de A Invenção do Cotidiano, Site Resenha Brasil blogspot, in 08.06.2009.

Livro de queixas do comissariado de Casa Amarela, 1946-1947. Arquivo da Polícia Civil. Recife.

Livro de ocorrências da Delegacia de Vigilância e Costumes. 1934 a 1937.

Entrevistas com moradores do Alto José do Pinho – Jorn. Cecília Mariz. Anos 1980.

Livro de queixas e ocorrências N° 559, da 3ª Delegacia da Capital Casa Amarela. 1937 a 1939. Fundo SSP. APEJE. Recife.

Livro de Decretos e Leis Municipal. 1945 a 1950. Arquivo da secção de patrimônio da Prefeitura da Cidade do Recife.

Arquivo fotográfico do morador do Alto José do Pinho, Marco Simão.

JORNAIS CONSULTADOS

Diário de Pernambuco – período de 1946 a 1950. APEJE.

Diário da Noite – período de 1946 a 1950. APEJE.

Diário da Manhã – Período de 1938 a 1940 e 1946 a 1950. APEJE.

Folha da Manhã – período de 1945 a 1950. APEJE.

Folha do Povo – 1946 a 1959. APEJE.

ANEXOS

RELAÇÃO DOS MORADORES ENTREVISTADOS

- 1 - Arnaldo Pereira de Barros (Colorau): Sócio fundador, ex-presidente do Bom Sucesso Esporte Clube e funcionário público aposentado
- 2 - Antonio Omar: Garçom aposentado, comerciante e ex-vendedor de água
- 3 - David Pessoa: Escrivão aposentado
- 4 - Jaime Abreu: Garçom aposentado
- 5 - Josué Ferreira (falecido): Funcionário público aposentado, fundador da Sociedade Beneficente da Juventude da Munguba e ex-diretor do Serviço Médico Social.
- 5 - Josefa Ferreira (Dona Detinha): Funcionária pública aposentada e ex-presidente do Conselho de Moradores do Alto José do Pinho
- 6 - Nelson Preto: Operário aposentado
- 7 - Aurino Pereira: Funcionário público aposentado, comerciante e ex-cobrador das terras da baronesa Cesário de Melo
- 8 - Antonio Baraúna: Ambulante vendedor de frutas
- 9 - Heleno dos Santos: Ambulante
- 10 – Baruque: Guia turístico
- 11 - Marco Simão: Pedreiro, pintor de parede e Presidente da Associação dos Amigos do Alto José do Pinho.
- 12 - Evandro Correia: Advogado e diretor da Associação dos Amigos do AJP
- 13 - Aureliano Rodrigues: Guarda municipal aposentado e ex-diretor da extinta Sociedade Beneficente da Juventude da Munguba, criada no final dos anos 1940.
- 14 - José Barbosa: Operário aposentado, sócio fundador, ex-jogador e ex-diretor do Bom Sucesso Esporte Clube.
- 15 - Amara Francisca dos Santos: Diarista e ex-empregada doméstica
- 16 - Dona Nicinha: Ex-prostituta e aposentada

- 17 – Dolores: Enfermeira, filha do proprietário da casa de diversão conhecida como Coréia
- 18 - Jailson Leonardo: Pedagogo e poeta, sócio fundador e presidente do Grupo Poesis
- 19 - Adilson Ronrona: Músico e vocalista da banda Matalanamão, diretor do grupo Alto Falante.
- 20 - Conceição França: Costureira do maracatu rural Estrela da Tarde e filha do mestre brincante Cassimiro de França.
- 21 - Dona Mariana: Rezadeira
- 22 - João Grilo: Garçom aposentado e ex-diretor do Bom Sucesso
- 23 - Julio Santos: Aposentado e ambulante
- 23 - Roberto Carneiro: Comerciante e ex-diretor do Bom Sucesso
- 24 - Regina Silva: Rezadeira.
- 25 - José Menezes: Comerciante, filho de João Grande ou João do caboclinho
- 26 - Severino Laureano: Estivador e mestre caboclo do maracatu Estrela da Tarde
- 27 - Expedito Neves D'Ossóxi: Pai de Santo e presidente do afoxé Ilê de Egbá
- 28 - Geraldo do Violão: Policial Militar e músico
- 29 - Antonio Dias: Policial civil aposentado e diretor do Sindicato dos Policiais Civis
- 30 - Severino Guedes: Guarda civil aposentado
- 31- Severino Sibiu: Guarda civil aposentado
- 32 - Dona Juraci: Dona de casa e ex-passista de escola de samba e pastoril
- 33 - Dona Lenira: Dona de Casa
- 34 - Severino Deca: Ex-goleiro e diretor da Associação Atlética Munguba
- 35 – Manoel Anacleto: Funcionário público aposentado
- 36 - José Severino de Santana: Sambista e criador da escola de samba Galeria do Ritmo

37 – Evaldo Chocolate: ex-jogador do Bom Sucesso

38 – Tânia Lima: Presidente da tribo de caboclinhos Tapirapé e filha de João Grande

39 – Maria José de Sousa (Dona Zezé): Operária aposentada

40 – Geraldo Sobral: Guarda civil aposentado.